



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

WELLINGTON SANTOS SILVA

**MAPEAMENTO DE REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS NA
AMÉRICA DO SUL E SUAS RELAÇÕES E INFERÊNCIAS AO ODS 4 DA AGENDA
2030**

MARÍLIA
2026

WELLINGTON SANTOS SILVA

**MAPEAMENTO DE REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES
PÚBLICAS NA AMÉRICA DO SUL E SUAS RELAÇÕES E
INFERÊNCIAS AO ODS 4 DA AGENDA 2030**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus Marília, como requisito para obter o título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho.

MARÍLIA

2026

S586m Silva, Wellington Santos
Mapeamento de redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul e suas relações e inferências ao ODS 4 da Agenda 2030 / Wellington Santos Silva. -- Marília, 2026
296 p. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Cláudio Marcondes de Castro Filho

1. Biblioteca Escolar Pública. 2. Redes de Bibliotecas Escolares Públicas. 3. Agenda 2030. 4. ODS 4. 5. Sustentabilidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Impacto potencial desta pesquisa – Mapeamento de Redes de Bibliotecas Escolares Públicas na América Do Sul e suas Relações e Inferências ao ODS 4 da Agenda 2030.

A presente tese apresenta impacto potencial no âmbito acadêmico, social e político ao analisar as redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul em articulação com a Agenda 2030, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4). No campo científico, contribui para o avanço dos estudos em Ciência da Informação, especialmente quanto à formação, gestão e mediação de redes informacionais. No âmbito social, evidencia o papel dessas redes na ampliação do acesso à informação e na redução das desigualdades educacionais. Em termos aplicados, oferece subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas educacionais, bem como para a implementação de redes colaborativas de bibliotecas escolares.

Potential impact of this research – Mapping of Public School Library Networks in South America and Their Relationships and Inferences to SDG 4 of the 2030 Agenda.

This doctoral thesis potential impact in academic, social, and political contexts by analyzing public school library networks in South America in connection with the 2030 Agenda, with emphasis on Sustainable Development Goal 4 (SDG 4). In the scientific field, it contributes to the advancement of Information Science studies, particularly regarding the formation, management, and mediation of informational networks. In the social sphere, it highlights the role of these networks in expanding access to information and reducing educational inequalities. In applied terms, it provides support for the development and improvement of public educational policies, as well as for the implementation of collaborative school library networks.

Impacto potencial de esta investigación – Mapeo de Redes de Bibliotecas Escolares Públicas en América del Sur y sus Relaciones e Inferencias al ODS 4 de la Agenda 2030.

La presente tesis presenta impacto potencial en los ámbitos académico, social y político al analizar las redes de bibliotecas escolares públicas en América del Sur en articulación con la Agenda 2030, con énfasis en el Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 (ODS 4). En el campo científico, contribuye al avance de los estudios en Ciencia de la Información, especialmente en la formación, gestión y mediación de redes informacionales. En el ámbito social, evidencia el papel de estas redes en la ampliación del acceso a la información y en la reducción de las desigualdades educativas. En términos aplicados, ofrece insumos para la formulación y el perfeccionamiento de políticas públicas educativas, así como para la implementación de redes colaborativas de bibliotecas escolares.

WELLINGTON SANTOS SILVA

**Mapeamento de redes de bibliotecas escolares públicas na
américa do sul e suas relações e inferências ao ODS 4 da
agenda 2030**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília, como requisito para obter o título de Doutor em Ciência da Informação.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (Orientador)

Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Membro titular)

Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP) – Campus Marília

Prof. Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado (Membro titular)

Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

Profa. Dra. Ieda Pelogia Martins Damian (Membro titular)

Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP) – Campus Marília

Profa. Dra. Márcia Regina da Silva (Membro titular)

Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

Profa. Dra. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Membro suplente)

Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP) – Campus Marília

Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva (Membro suplente)

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Profa. Dra. Valéria Martins Valls (Membro suplente)

SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Marília, 27 de fevereiro de 2026.

A todos aqueles que acreditam e lutam pela promoção da
justiça social e pela consolidação de uma educação pública de
qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, pela perseverança e pela condução ao longo desta trajetória, marcada por desafios significativos que contribuíram para meu amadurecimento acadêmico e pessoal.

À minha família e aos meus amigos, expresso minha profunda gratidão pelo apoio, pela compreensão e pelo incentivo constantes, especialmente nos momentos em que as exigências deste percurso demandaram renúncias e dedicação integral.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio de Castro Filho, registro meu sincero reconhecimento pela orientação segura, pela confiança depositada, pela paciência e pela parceria ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta tese. Sua contribuição foi decisiva para a concretização deste trabalho.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), manifesto meu agradecimento pelo acolhimento institucional, pela excelência acadêmica e pelas condições proporcionadas para a realização desta pesquisa.

De modo especial, dirijo minha gratidão à minha esposa, Shéligea, pela parceria sólida e pelo apoio incondicional ao longo desta jornada; às minhas filhas, Clara e Carolina, que representam minha maior motivação; à minha mãe, Lélia, por seu incentivo constante e por ter acreditado, desde o início, em meu potencial; e ao meu irmão, Fábio Deodato, por sua presença e apoio ao longo deste percurso.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio de apoio, incentivo ou pela simples manifestação de boas energias ao longo desta caminhada.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os
homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire, 1987, p.68.

RESUMO

A presente tese analisa as redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul, relacionando-as à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que trata da educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, caráter documental e tipologia exploratório-descritiva, que utilizou como método a Análise de Conteúdo, conforme Bardin, associada à Revisão Sistemática da Literatura e à triangulação de fontes. Os dados empíricos foram coletados em sítios oficiais dos países analisados e em plataformas de organismos supranacionais reconhecidos, como ONU, UNESCO e OCDE. Os resultados evidenciam que os avanços informacionais e tecnológicos coexistem, de forma contraditória, com processos de estagnação e retrocesso na qualificação da educação pública, revelando tensões próprias da sociedade informacional. A tese demonstrou significativa escassez de estudos que articulem, de maneira integrada, redes de bibliotecas escolares públicas, Ciência da Informação e Agenda 2030. A análise das legislações educacionais sul-americanas identificou categorias convergentes, como promoção da educação, acesso igualitário, integração e cooperação, indicando um consenso regional quanto à educação como eixo de desenvolvimento social. Em contrapartida, as categorias divergentes revelaram fragmentações normativas que dificultam a articulação de políticas educacionais integradas e a consolidação de redes bibliotecárias escolares. À luz das contribuições teóricas sobre redes e complexidade social, compreende-se que as bibliotecas escolares públicas em rede constituem estruturas estratégicas para a mediação informacional, cultural e pedagógica, contribuindo para a equidade educacional e a sustentabilidade. Conclui-se que a efetividade dessas redes depende não apenas de sua institucionalização formal, mas de sua integração curricular, gestão compartilhada, financiamento adequado e valorização profissional, sendo proposto um modelo articulado e multinível de governança como subsídio à formulação de políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar Pública – Redes de Bibliotecas Escolares Públicas – Agenda 2030 – ODS 4 – Sustentabilidade – América do Sul

ABSTRACT

The present thesis analyzes public school library networks in South America, relating them to the 2030 Agenda for Sustainable Development, with emphasis on Sustainable Development Goal 4, which addresses inclusive, equitable, and quality education. The research adopts a qualitative approach, with a documentary nature and an exploratory-descriptive design, employing Content Analysis, as proposed by Bardin, combined with a Systematic Literature Review and source triangulation. Empirical data were collected from official websites of the countries analyzed and from platforms of internationally recognized supranational organizations, such as the United Nations (UN), UNESCO, and the OECD. The results indicate that informational and technological advances coexist, in a contradictory manner, with processes of stagnation and even regression in the qualification of public education, revealing tensions inherent to the informational society. The thesis revealed a significant scarcity of studies that integrally articulate public school library networks, Information Science, and the 2030 Agenda. The analysis of South American educational legislation identified convergent categories, such as the promotion of education, equal access, integration, and cooperation, indicating a regional consensus regarding education as a of social development. Conversely, divergent categories revealed normative fragmentations that hinder the articulation of integrated educational policies and the consolidation of school library networks. In light of theoretical contributions on networks and social complexity, public school library networks are understood as strategic structures for informational, cultural, and pedagogical mediation, contributing to educational equity and sustainability. It is concluded that the effectiveness of these networks depends not only on their formal institutionalization but also on curricular integration, shared governance, adequate funding, and professional valorization. An articulated, multilevel governance model is proposed as a contribution to the formulation of public policies in Brazil.

Keywords: Public School Library – Public School Library Networks – 2030 Agenda – SG 4 – Sustainability – South America

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS ÀS MARGENS DA EDUCAÇÃO FORMAL	21
GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE ESCOLAS PRIMÁRIAS COM ACESSO A ELETRICIDADE	22
GRÁFICO 3 – RESULTADO PROVAS PISA 2018 – LEITURA.....	29
GRÁFICO 4 – DESEMPENHO EDUCACIONAL EM LEITURA E MATEMÁTICA NA AMÉRICA LATINA (2015 – 2022).....	32
GRÁFICO 5 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS SEM ACESSO À EDUCAÇÃO NO MUNDO	41
GRÁFICO 6 – RELAÇÃO ENTRE RENDA, CONECTIVIDADE E LEITURA	43
GRÁFICO 7 – CATEGORIAS CONVERGENTES: LEIS SUL-AMERICANAS (MAIOR FREQUÊNCIA)	230
GRÁFICO 8 – CATEGORIAS DIVERGENTES: LEIS SUL-AMERICANAS (MAIOR FREQUÊNCIA).....	232

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – PAÍSES PERTENCENTES A AMÉRICA DO SUL	79
MAPA 2 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO ARGENTINO	86
MAPA 3 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO BOLIVIANO.....	98
MAPA 4 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	108
MAPA 5 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO CHILENO	121
MAPA 6 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO COLOMBIANO.....	131
MAPA 7 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO EQUATORIANO	141
MAPA 8 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO PARAGUAIO	151
MAPA 9 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO PERUANO	165
MAPA 10 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO URUGUAIO.....	181
MAPA 11 – REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO VENEZUELANO.....	196

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – METAS E INDICADORES DO ODS 4 DA AGENDA 2030 (ONU/BRASIL)	25
QUADRO 2 – UNIDADES DE REGISTRO DA ODS 4 DA AGENDA 2030.....	64
QUADRO 3 – CODIFICAÇÃO DAS UR REFERENTE AO ODS 4 DA AGENDA 2030	67
QUADRO 4 – ARTIGOS PRÉ-SELECIONADOS A PARTIR DO PROTOCOLO DESENVOLVIDO VIA PLATAFORMA START	71
QUADRO 5 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS: INTERFACES ENTRE POLÍTICAS, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL.....	74
QUADRO 6 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – ARGENTINA.....	91
QUADRO 7 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – BOLÍVIA.....	102
QUADRO 8 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – BRASIL	113
QUADRO 9 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – CHILE.....	125
QUADRO 10 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – COLÔMBIA.....	135
QUADRO 11 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – EQUADOR.....	145
QUADRO 12 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – PARAGUAI	158
QUADRO 13 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – PERU	173
QUADRO 14 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – URUGUAI	187
QUADRO 15 – PRINCIPAIS LEIS QUE VERSAM SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR – VENEZUELA	202
QUADRO 16 – CUMPRIMENTO DAS METAS DO ODS 4 POR PAÍS: AÇÕES BIBLIOTECÁRIAS EM REDE.	222
QUADRO 17 – AVALIAÇÃO DAS ADERÊNCIAS E LACUNAS DAS METAS DO ODS 4 EM REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NA AMÉRICA DO SUL	223
QUADRO 18 – COMPARATIVO: AÇÕES BIBLIOTECÁRIAS E METAS DO ODS 4 NA AMÉRICA DO SUL ...	224
QUADRO 19 – BIBLIOTECAS ESCOLARES EM REDE NA AMÉRICA DO SUL: SIMILARIDADES, DIFERENÇAS E INTEGRAÇÃO CURRICULAR	225

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DESEMPENHO MÉDIO (2015–2022) E RESULTADO FINAL DE 2022 – COMPETÊNCIA MÍNIMA EM LEITURA E MATEMÁTICA	30
TABELA 2 – ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	31
TABELA 3 – DESCRIÇÃO POPULACIONAL DOS PAÍSES DA SUL-AMERICANOS	81

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030	24
FIGURA 2 – UNIVERSO AMOSTRAL DA PESQUISA	46
FIGURA 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
FIGURA 4 – TELA INICIAL DA PLATAFORMA START	58
FIGURA 5 – TAXA DE ANALFABETISMO – ARGENTINA.....	87
FIGURA 6 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – ARGENTINA	88
FIGURA 7 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E ESPECIALIZADAS – ARGENTINA – DIAGRAMA HIERÁRQUICO.....	95
FIGURA 8 – ÍNDICE DE ANALFABETISMO – BOLÍVIA.....	99
FIGURA 9 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECA PÚBLICA – BOLÍVIA.....	100
FIGURA 10 – REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES – BOLÍVIA – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	105
FIGURA 11 – TAXA DE ANALFABETISMO – BRASIL	109
FIGURA 12 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – BRASIL.....	110
FIGURA 13 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – BRASIL – DIAGRAMA HIERÁRQUICO.....	118
FIGURA 14 – TAXA DE ANALFABETISMO – CHILE	122
FIGURA 15 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – CHILE	123
FIGURA 16 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – CHILE – DIAGRAMA HIERÁRQUICO.....	128
FIGURA 17 – TAXA DE ANALFABETISMO – COLÔMBIA	132
FIGURA 18 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – COLÔMBIA.....	133
FIGURA 19 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – CHILE – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	138
FIGURA 20 – TAXA DE ANALFABETISMO – EQUADOR.....	142
FIGURA 21 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – EQUADOR	143
FIGURA 22 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – EQUADOR – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	147
FIGURA 23 – TAXA DE ANALFABETISMO – PARAGUAI.....	152
FIGURA 24 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – PARAGUAI.....	153
FIGURA 25 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – PARAGUAI – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	162
FIGURA 26 – ÍNDICE DE ANALFABETISMO – PERU.....	166
FIGURA 27 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – PERU.....	167
FIGURA 28 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – PERU – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	179
FIGURA 29 – ÍNDICE DE ANALFABETISMO – URUGUAI	182
FIGURA 30 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – URUGUAI	183
FIGURA 31 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – URUGUAI – DIAGRAMA HIERÁRQUICO.....	193
FIGURA 32 – ÍNDICE DE ANALFABETISMO – VENEZUELA.....	197
FIGURA 33 – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – VENEZUELA.....	198
FIGURA 34 – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – VENEZUELA – DIAGRAMA HIERÁRQUICO	209
FIGURA 35 – CATEGORIAS ELENCADAS FRENTE AS LEGISLAÇÕES SUL-AMERICANAS – PONTOS CONVERGENTES.....	231
FIGURA 36 – CATEGORIAS ELENCADAS FRENTE AS LEGISLAÇÕES SUL-AMERICANAS – PONTOS DIVERGENTES	234

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEP – Administração Nacional de Educação Pública

BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENIDE – Centro Nacional de Informação e Documentação Educativa

CERLALC – Centro Regional para o Fomento ao Livro e a Leitura

CF – Constituição Federal

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB – Conselhos Regionais de Biblioteconomia

CGBE – Coordenação-Geral de Bibliotecas Escolares

CNB – Conselho Nacional de Biblioteconomia

DPDEB – Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica

DRE – Direções Regionais de Educação

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

G-8 – Grupo dos Países mais Ricos e Influentes do Mundo

ICFES – Instituto Colombiano para a Avaliação da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições

INEE – Instituto Nacional de Avaliação Educativa

INEI – Instituto Nacional de Estatística e Informática

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEVAL – Instituto Nacional de Avaliação Educativa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Ciências

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEN – Ministério da Educação Nacional

MPPE – Ministério do Poder Popular para a Educação

MS – Ministério da Saúde

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PELL – Plano Estadual do Livro e Leitura

PMLL – Plano Municipal do Livro e Leitura

PMLLLB – Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PNLE – Política Nacional de Leitura e Escrita

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POCA – Portal de Cursos Abertos

RNBE – Rede Nacional de Biblioteca Escolares

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SGP – Sistema Geral de Participações

SIRBI – Sistema Iberoamericano de Redes de Bibliotecas Nacionais

SNBE – Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares

UCE – Unidade de Currículo e Avaliação

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Justificativa	28
1.2 Problemática e objetivos	28
1.2.1 Objetivo geral.....	33
1.2.2 Objetivos específicos	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	34
2.1 Sociedade contemporânea, informação e dinâmica das redes	34
2.2 Livro, leitura e formação educacional na sociedade informacional	40
2.3 A biblioteca escolar como espaço de mediação informacional, cultural e educacional.....	45
2.4 Redes de bibliotecas escolares públicas, cooperação informacional em consonância a Agenda 2030 da ONU.....	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
3.1 Por um entendimento do que venha ser “ciência”	51
3.2 Breve reflexão sobre metodologia científica na Ciência da Informação.....	52
3.3 Entendendo a tipologia de pesquisa documental	53
3.4 Desvelando o método científico	54
3.5 Instrumentos de coleta e análise dos dados	55
4 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	57
4.1 Estruturação da RSL: desenvolvimento do protocolo	57
4.2 Buscas estruturadas	61
5 UNIDADES DE REGISTROS, CODIFICAÇÕES E CATEGORIZAÇÕES	63
5.1 Unidades de Registros do ODS 4 da Agenda 2030 – ONU.....	63
5.2 Codificando as UR do ODS 4 da Agenda 2030 - ONU.....	66
5.3 Categorização da documentação selecionada preliminarmente na RSL.....	69
5.3.1 Artigos selecionados a partir da RSL na plataforma START	70
5.3.2 Textos não aprovados nos critérios de qualidade e pertinência, referente ao tema proposto.....	73
6 ESTRUTURAÇÃO DE REDES NACIONAIS DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS NA AMÉRICA DO SUL.....	78
6.1 Breve panorama sobre a estruturação das redes nacionais de bibliotecas escolares na América do Sul	78
7 SIRBI: SISTEMA IBEROAMERICANO DE REDES NACIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES	84
7.1 Universo amostral da pesquisa: América do Sul	84
7.2 Argentina	85
7.2.1 Categorização preliminar das leis argentinas.....	92
7.3 Bolívia.....	98

7.3.1 Categorização preliminar das leis bolivianas.....	102
7.4 Brasil.....	107
7.4.1 Categorização preliminar das leis brasileiras	115
7.5 Chile.....	120
7.5.1 Categorização preliminar das leis chilenas	126
7.6 Colômbia	131
7.6.1 Categorização preliminar das leis colombianas.....	136
7.7 Equador	140
7.7.1 Categorização preliminar das leis equatorianas	145
7.8 Paraguai	150
7.8.1 Categorização preliminar das leis paraguaias	159
7.9 Peru.....	164
7.9.1 Categorização preliminar das leis peruanas.....	174
7.10 Uruguai	180
7.10.1 Categorização preliminar das leis uruguaias	189
7.11 Venezuela.....	196
7.11.1 Categorização preliminar das leis venezuelanas.....	203
 8 RELAÇÕES E INFERÊNCIAS NO ÂMBITO DAS REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS NA AMÉRICA DO SUL FRENTE AO ODS 4 DA AGENDA 2030	 212
8.1 Argentina	212
8.2 Bolívia.....	213
8.3 Brasil.....	214
8.4 Chile.....	215
8.5 Colômbia	216
8.6 Equador	216
8.7 Paraguai	217
8.8 Peru.....	218
8.9 Uruguai	219
8.10 Venezuela.....	220
8.11 Ações adotadas frente as metas estabelecidas pelo ODS 4	221
8.11.1 Breve análise contextual das redes de bibliotecas sul-americanas frente as metas do ODS 4.....	221
8.11.2 Interseções e dissonâncias nas políticas bibliotecárias escolares da América do Sul	226
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	237
APÊNDICES.....	250

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares públicas, em rede, podem e devem promover a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente no que tange ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), a fim de, “[...]assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades e aprendizagem” (ONU, 2015). Nesse cenário, as bibliotecas escolares assumem uma função estratégica como agentes de emancipação social, mediação cultural e disseminação informacional, desempenhada por equipes qualificadas e comprometidas com o fortalecimento do sistema educacional (IFLA, 2016a).

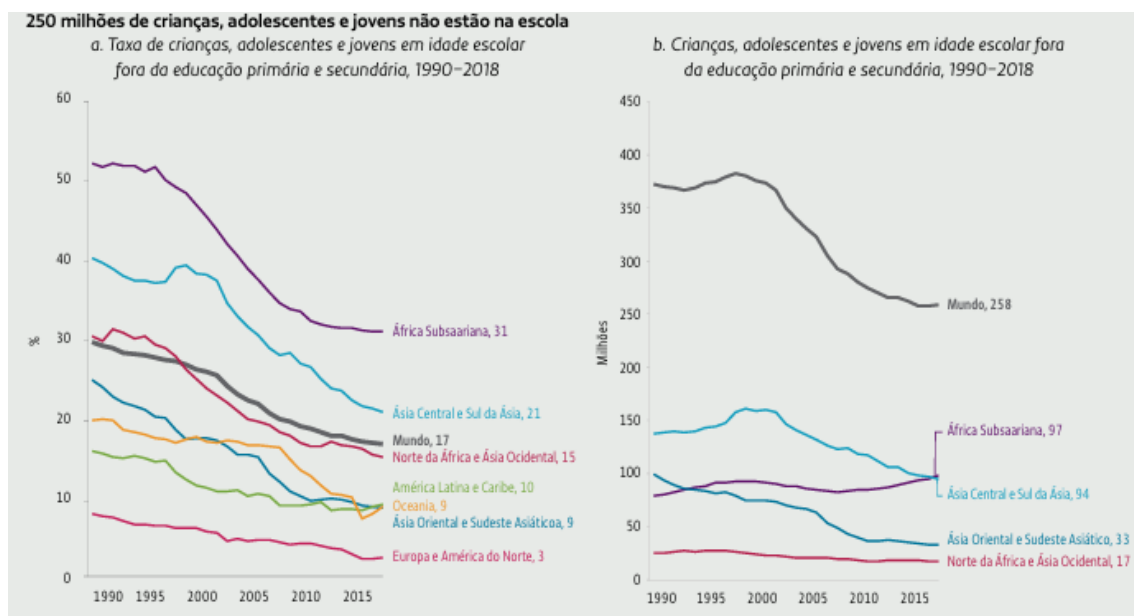
Nas bibliotecas escolares públicas, o acesso à informação e à pesquisa deve ser estimulado desde os primeiros anos da vida escolar do estudante, não devendo existir distinção social entre as partes envolvidas, disponibilizando, assim, espaços voltados à inclusão, onde os custos econômicos não devem atingir o status de obstáculo para a promoção de novos conhecimentos e/ou habilidades. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) assumem, ao mesmo tempo, um papel de destaque e de vanguarda na sociedade informacional, possibilitando, entre outras coisas, a criação de redes de bibliotecas escolares, com o intuito de ampliar, potencializar e compartilhar ações anteriormente desenvolvidas e/ou implementadas de forma isolada (IFLA, 2016a).

Segundo dados do Relatório Anual da UNESCO (2020), intitulado “Relatório de Monitoramento Global da Educação”, a discrepância de oportunidades entre os países considerados mais ricos e os mais pobres no contexto da educação ainda hoje é muito grande. O referido relatório informa que cerca de 258 milhões de crianças, adolescentes e jovens, no mundo, em idade escolar, continuam fora da sala de aula, sendo que sua grande maioria se concentra nos países considerados economicamente mais pobres. Como exemplo, podemos citar que, do universo considerado (258 milhões de crianças, jovens e adolescentes), cerca de 76% do total estão concentrados nos continentes africanos e asiáticos, distribuídos da seguinte forma (UNESCO, 2020):

- 31% - África Subsaariana.

- 21% - Ásia Central e Sul da Ásia.
- 15% - Norte da África e Ásia Ocidental.
- 09% - Ásia Oriental e Sudeste Asiático.

Gráfico 1 – Crianças, adolescentes e jovens às margens da educação formal



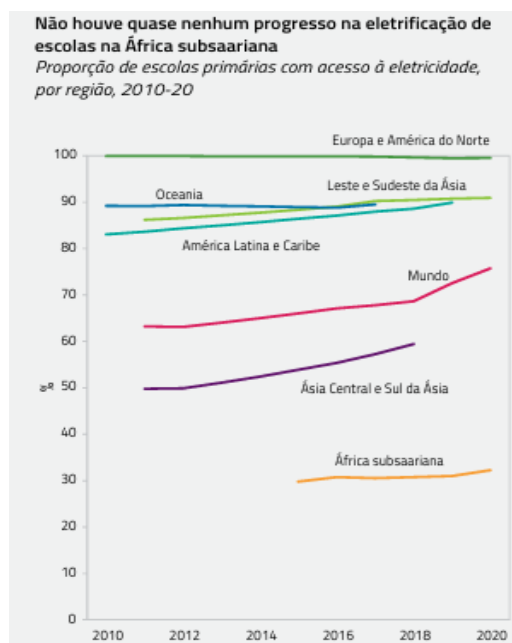
Fonte: UNESCO, 2020.

O mesmo relatório, referente ao ano de 2023, relacionou três grandes temas: educação, tecnologia e sustentabilidade. Neste documento, ficou evidenciado como as práticas utilizadas pelos países mais ricos, desenvolvidos e sustentáveis se contrapõem ao cenário vivenciado pelos países economicamente menos favorecidos e tecnologicamente pouco desenvolvidos. Questões básicas e preliminares ao uso das TIC, no contexto educacional sustentável, não são alcançadas por um imenso contingente populacional. Por exemplo, é enorme e preocupante a quantidade de pessoas que, ao redor do mundo, não têm acesso à energia elétrica, muito menos a um *smartphone*, *tablet*, *notebook* ou microcomputador. Também não nos esqueçamos do acesso à internet, que, em certas partes do globo, ainda é extremamente limitado. Ao analisar o percentual de escolas primárias com acesso à energia elétrica, evidenciou-se um cenário extremamente desequilibrado (UNESCO, 2023a):

- Europa e América do Norte (100% possuem acesso).
- América Latina, Caribe, Leste e Sudeste Asiático e Oceania (90% possuem acesso).

- Ásia Central e Sul da Ásia (60% possuem acesso).
- África Subsaariana (33% possuem acesso).

Gráfico 2 – Percentual de escolas primárias com acesso a eletricidade



Fonte: UNESCO, 2023a.

Como resposta a esse cenário de desigualdade e na busca por uma sociedade mais justa e democrática, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início, ainda na década de 1980, a um processo contínuo de construção de propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Esse movimento teve como marco inicial o relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), o qual defendia a necessidade de promover o desenvolvimento no presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (ONU, 2015).

Na década de 1990, houve grandes ações da ONU em busca do equilíbrio social, econômico e ambiental das nações. Durante toda a década de 90 do século XX, foram realizadas cúpulas multilaterais que debatiam sobre o desenvolvimento humano, baseadas no senso de justiça e responsabilidade social. Tal processo ganhou corpo e surgiram os “Objetivos do Milênio (ODM)”, a serem alcançados pelos países membros, que tinha como foco principal a erradicação da extrema pobreza (ONU, 2015).

Na mesma época, aconteceu a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, popularmente conhecida como RIO 92, pois fora realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, com a presença de mais de 100 chefes de Estado do mundo inteiro, que tinham como tema de discussão o desenvolvimento sustentável das gerações futuras.

Ao fim da conferência, foi apresentado um documento intitulado como “Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente”, que formalizou o compromisso de todas as nações presentes “[...]com a promoção do desenvolvimento sustentável, com foco nos seres humanos e na proteção do meio ambiente[...]”, sendo adotada a agenda 21 como forma de ação. A agenda 21 foi a primeira carta de intenções da ONU que propunha a padronização de ações, de alcance mundial, para o desenvolvimento sustentável das gerações futuras (ONU, 2015).

No ano 2000, passado mais ou menos uma década do início das cúpulas multilaterais de debate sobre os Objetivos do Milênio, os Estados-membros da ONU adotaram e passaram a implantar gradativamente em seus territórios a “Declaração do Milênio”, documento que orientava os países sobre as ações que deveriam ser realizadas para o enfrentamento dos principais desafios sociais do século XXI, estabelecendo-se oito objetivos principais a serem atingidos, sendo eles (ONU, 2015):

- I. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- II. Atingir o ensino básico universal.
- III. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
- IV. Reduzir a mortalidade infantil.
- V. Melhorar a saúde materna.
- VI. Combater o HIV/AIDS a malária e outras doenças.
- VII. Garantir a sustentabilidade ambiental.
- VIII. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento .

No ano de 2010, houve a cúpula da ONU sobre os “Objetivos do Milênio”, que pressionou ainda mais os Estados-membros a acelerarem a implementação dos objetivos em seus territórios. Como suporte a esta prática, a ONU formou um grupo técnico de desenvolvimento sobre o tema, e esta ação resultou na confecção de um relatório intitulado “Uma Vida Digna para Todos”, que serviu como base para a elaboração de uma agenda de ações pós-2015 (ONU, 2015).

Passados exatamente 20 anos desde a Rio 92 e 12 anos após a “Declaração do Milênio”, novamente se reuniram os principais líderes mundiais na cidade do Rio de Janeiro, com cerca de 193 delegações, mais a sociedade civil organizada, em um evento que ficou mundialmente conhecido como “Conferência Rio+20”, tendo como objetivo principal avaliar o progresso do desenvolvimento mundial sustentável a partir de todas as ações que já estavam acontecendo, com participação ativa da própria ONU (2015).

Sempre abordando o tema do desenvolvimento sustentável, agora com ênfase na economia verde e na necessidade da erradicação da pobreza, a conferência produziu um novo documento intitulado “O Futuro que Queremos”, estabelecendo metas a serem atingidas pelas nações em um determinado período. Cerca de três anos após a Rio+20, já no ano de 2015, a ONU manteve um fórum de discussão permanente em busca da elaboração de instrumentos universais objetivando o desenvolvimento sustentável das nações para além do ano de 2015 (ONU, 2015).

Surge, então, uma nova proposta da ONU, uma nova agenda, a partir de um novo documento, e este, por sua vez, intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030¹



Fonte: ONU, 2015.

¹ **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), constitui um plano de ação global fundamentado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Esses objetivos visam promover o equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental até 2030. Em especial, o ODS 4 estabelece como meta assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, o que implica diretamente no fortalecimento de políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares públicas (ONU, 2015).

Segundo Anna e Costa (2020, p. 512), a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) estabeleceu inferências entre o ambiente das bibliotecas e a Agenda 2030, “[...]elaborando um conjunto de diretrizes capazes de nortear o trabalho e envolvimento das bibliotecas e seus profissionais para com a causa do desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, as bibliotecas públicas, incluindo as bibliotecas escolares, em rede, devem envolver-se no desenvolvimento de planos de ação voltados à sustentabilidade das gerações futuras e do próprio planeta.

Para Camillo e Castro Filho (2020, p. 7), o ODS 4 da Agenda 2030 da ONU desempenha um caráter estratégico no contexto do livro, leitura e biblioteca, pois pleiteia a democratização da informação, conhecimento, educação e cultura, estabelecendo, assim, uma relação direta entre a biblioteca escolar e a Agenda 2030 da ONU. Ao relacionar-se com este ambiente plural e democrático, promovido pela biblioteca escolar e referenciado pela Agenda 2030 e seus ODS, principalmente o objetivo 4, os atores sociais tendem “[...] compreender em qual lugar se posicionam no tabuleiro do jogo social, político, educacional e cultural do mundo”.

Quadro 1 – Metas e indicadores do ODS 4 da Agenda 2030 (ONU/BRASIL)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade)		
Metas		Indicadores
ONU	Brasil	
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de	4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta	4.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos

aprendizagem relevantes e eficazes.	gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.	anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (I) leitura e (II) matemática, por sexo.
4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.	4.2 - Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.	1. Proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo. 2. Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo.
4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	4.3 - Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.	4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo.
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4. - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade
4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	4.5 - Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.	4.5 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.
4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.	4.6.- Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo.
4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não	Meta sem alteração.	4.7.1 - Em que medida (I) a educação para a cidadania global e (II) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos

violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		professores e d) avaliação dos alunos.
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	4.a - Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	4.a - 4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)
4.b - Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	4.b - Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.	4.b - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo.
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	4.c - Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.	4.c - 4.c.1 - Proporção de professores (a) na pré-escola; (b) nos anos iniciais do ensino fundamental; (c) nos anos finais do ensino fundamental; e (d) no ensino médio, que receberam pelo menos a formação mínima (por exemplo: formação pedagógica), antes ou durante o exercício da profissão, requerida para lecionar num determinado nível de ensino num dado país.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

O Brasil, assim como os demais países do mundo, adapta a sua realidade aos ODS da Agenda 2030, com o intuito de realmente alterar o quadro social, ambiental e econômico existente, na busca pelo atingimento dos 17 objetivos estabelecidos. No caso específico da educação, a biblioteca escolar pública, bem estruturada e em rede, possibilitará a ampliação do acesso aos livros, à leitura, à informação, ao conhecimento e à cultura, além de viabilizar a diminuição do custo operacional e a desoneração financeira por parte do Estado.

1.1 Justificativa

A partir da premissa de ausência de políticas públicas integradas e eficazes que atuem de maneira coordenada na constituição de redes de bibliotecas escolares públicas em toda a América do Sul, capazes de contribuir para a melhoria da educação, esta tese teve como propósito evidenciar os impactos positivos dessas redes no contexto da Agenda 2030 e do ODS 4. Para tanto, buscou-se identificar e analisar experiências já implantadas ou em fase de implementação, que possam servir de referência para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes no Brasil. Para além dos dados apresentados, essa opção metodológica justifica-se, sobretudo, pela limitada produção de estudos científicos dedicados especificamente a essa temática, lacuna que se revela de forma mais consistente nos resultados da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) desenvolvida nesta tese.

O Brasil, até o presente momento, possui um projeto de rede de bibliotecas escolares públicas, em nível nacional, ainda em fase embrionária, sendo necessário buscar inferências em outras nações que já estabeleceram sensíveis avanços sobre esta temática. Escolhemos a América do Sul como locus de estudo com o objetivo de analisar o desenvolvimento de ações que configuram como redes bem-sucedidas, passíveis de servir como referência para o contexto brasileiro (CERLALC, 2023).

O mapeamento inicial buscou evidenciar a estruturação e a hierarquização dessas redes dentro do organograma político-institucional de cada país, bem como seu grau de abrangência em seus territórios nacionais e, posteriormente, sua relação e inferência ao ODS 4 da Agenda 2030 da ONU.

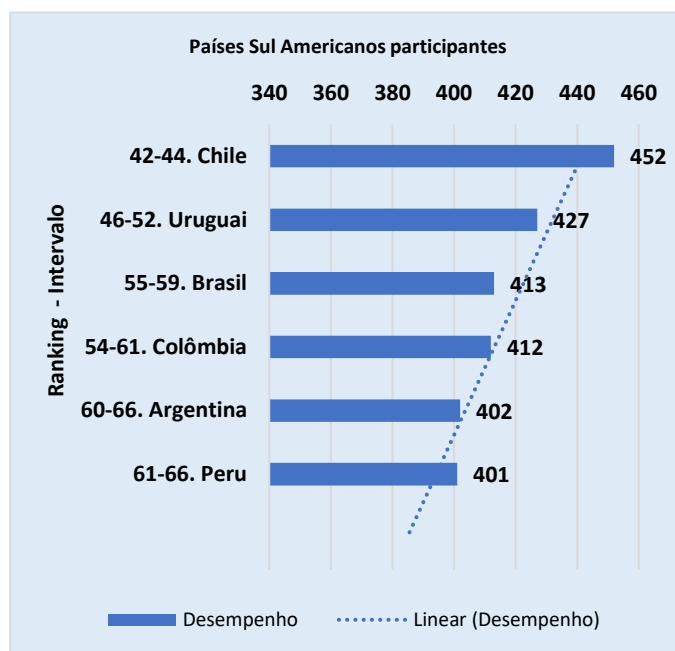
A proximidade geográfica, bem como a familiaridade com a língua e cultura, foram fatores preponderantes para a viabilidade desta tese, pois permitiram uma maior aproximação com o objeto de estudo proposto pela tese, além de seu aprofundamento teórico e reflexivo.

1.2 Problemática e objetivos

A partir dos baixos índices de desempenho educacional apresentados pela maioria dos países que compõem a América do Sul, incluindo o Brasil, nos relatórios de programas nacionais e internacionais de avaliação de estudantes

incluindo o próprio Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que faz um comparativo entre o desempenho de países do mundo inteiro, realizado trienalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado, no Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com ênfase nos quesitos de ciências, leitura e matemática, evidenciou-se a necessidade de ações estruturantes que almejem a reversão de um quadro perverso, ainda hoje existente, instaurado na região sul das Américas (INEP, 2022).

Gráfico 3 – Resultado Provas PISA 2018 – Leitura



Fonte: Silva e Castro Filho, 2023.

A análise dos dados educacionais a partir de 2015 revela um panorama dinâmico, ainda que marcado por significativas lacunas estatísticas e estruturais. Países como Chile e Uruguai destacam-se por apresentarem elevados índices de competência mínima em leitura e matemática, situando-se como referências regionais no âmbito das políticas públicas voltadas à aprendizagem de base. Esses países evidenciam avanços consistentes tanto na cobertura educacional quanto na equidade dos resultados, conforme os indicadores do ODS 4 monitorados pela CEPAL (2025).

Tabela 1 – Desempenho médio (2015–2022) e resultado final de 2022 – Competência mínima em leitura e matemática²

País	Média Leitura (%)	Média Matemática (%)	Leitura 2022 (%)	Matemática 2022 (%)
Argentina	46,69	29,05	45,49	27,07
Brasil	49,57	29,43	49,66	26,62
Chile	68,07	33,56	66,27	44,29
Colômbia	51,96	32,37	48,61	28,79
Equador	49,42	29,07	—	—
Paraguai	32,97	11,45	33,76	14,54
Peru	49,59	33,84	49,59	33,84
Uruguai	59,33	46,78	58,89	43,49

Fonte: CEPAL, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

Em contrapartida, identificam-se expressivas limitações na disponibilidade e na qualidade dos dados em países como Bolívia e Venezuela, nos quais o acesso às informações educacionais apresenta-se de forma fragmentada, desatualizada ou metodologicamente incompatível com os parâmetros adotados internacionalmente. Tal cenário de escassez informacional compromete significativamente a capacidade analítica, dificultando a produção de diagnósticos consistentes e comparáveis acerca do progresso efetivo no cumprimento das metas relacionadas à garantia de uma educação equitativa e de qualidade. Ademais, a ausência de séries históricas confiáveis e de indicadores padronizados fragiliza os processos de monitoramento, avaliação e formulação de políticas públicas educacionais. Essa assimetria regional evidencia disparidades estruturais entre os países sul-americanos e reforça a urgência de fortalecer os sistemas nacionais de informação educacional, por meio do investimento em transparência, padronização metodológica e cooperação técnica interinstitucional, de modo a promover maior integração regional e subsidiar decisões baseadas em evidências (PNUD, 2024; CEPAL, 2025).

² Entre os países com dados disponíveis, o Chile apresentou as maiores médias de desempenho em leitura, enquanto o Uruguai obteve as melhores médias em matemática. Por outro lado, o Paraguai registrou os menores índices médios em ambas as competências avaliadas. Já a Bolívia e a Venezuela não possuem informações recentes ou comparáveis na base da CEPAL, o que inviabiliza a análise de seus resultados no contexto do Indicador 4.1.1 do ODS 4 (CEPAL, 2025).

Tabela 2 – Análise comparativa do desempenho escolar e do desenvolvimento humano em países da América do Sul³

País	Ano	Leitura (%)	Matemática (%)	IDH
Argentina	2018	47,88	31,03	0,852
	2022	45,49	27,07	0,849
Bolívia	-	-	-	0,698*
Brasil	2015	49,01	29,75	0,752
	2018	50,05	31,91	0,762
	2022	49,66	26,62	0,760
Chile	2015	71,62	27,89	0,846
	2018	68,28	—	0,856
	2019	—	32,51	0,859
	2022	66,27	44,29	0,860
Colômbia	2015	57,16	33,71	0,758
	2018	50,10	34,61	0,766
	2022	48,61	28,79	0,758
Equador	2017	49,42	29,07	0,762
Paraguai	2017	32,17	8,35	0,739
	2022	33,76	14,54	0,731
Peru	2022	49,59	33,84	0,762
Uruguai	2015	60,99	47,57	0,807
	2018	58,12	49,29	0,815
	2022	58,89	43,49	0,830
Venezuela	-	-	-	0,699*

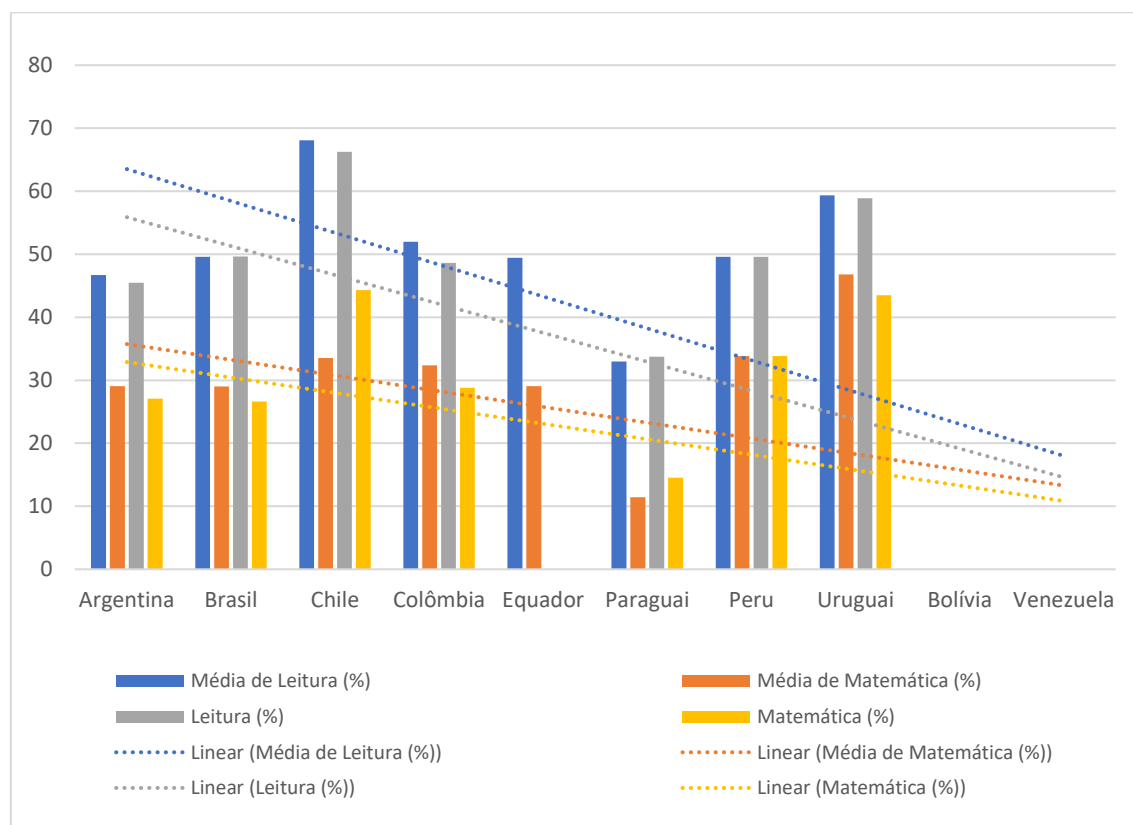
Fonte: OCDE (2022), PNUD (2024) e CEPAL (2025). Elaborado pelo autor, 2025.

³ Bolívia e Venezuela não possuem informações recentes ou comparáveis na base de dados da CEPAL (2025) e OCDE (2022), o que inviabiliza a análise de seus resultados no contexto do Indicador 4.1.1 do ODS 4 (CEPAL, 2025 e OCDE, 2022).

*Considera-se para efeito de análise o ano de 2022.

A tabela apresentada permite uma leitura detalhada da distribuição temporal dos resultados educacionais em leitura e matemática, cruzados com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países sul-americanos entre 2015 e 2022. Essa disposição longitudinal evidencia como a evolução (ou estagnação) dos indicadores educacionais pode estar associada ao patamar de desenvolvimento socioeconômico de cada país. Analisando com ressalvas, observa-se que Argentina, Chile e Uruguai, países com IDHs superiores a 0,84, mantêm em geral padrões mais elevados de aprendizagem, sobretudo em leitura, ainda que haja oscilações ano a ano. Em contraste, nações como Paraguai, com IDH abaixo de 0,74 em 2022, registram baixíssimos níveis de desempenho, especialmente em matemática. A inclusão do IDH como variável complementar permite reforçar o argumento de que a qualidade da educação básica está intimamente relacionada às condições estruturais de desenvolvimento humano de cada nação (OCDE, 2022; PNUD, 2024; CEPAL, 2025).

Gráfico 4 – Desempenho educacional em leitura e matemática na América Latina (2015 – 2022)



Fonte: CEPAL (2025) e OCDE (2022). Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico comparativo em barras sintetiza visualmente essa relação ao destacar os desempenhos médios e os resultados mais recentes por país, facilitando a identificação de contrastes e padrões entre os diferentes contextos educacionais. A representação gráfica evidencia, por exemplo, como o Uruguai, mesmo com pequena população, figura de forma consistente entre os países com maiores índices de competência mínima em matemática, alinhando-se a seu IDH elevado. Além disso, o gráfico revela com clareza as lacunas educacionais persistentes, como o baixo desempenho em matemática observado no Brasil e no Paraguai, mesmo em anos consecutivos de medição (CEPAL, 2025; OCDE, 2022).

Quando analisados em conjunto, gráfico e tabelas oferecem uma compreensão tanto quantitativa quanto qualitativa das inter-relações entre progresso educacional e desenvolvimento humano, fortalecendo a leitura crítica sobre os desafios da Agenda 2030 no eixo da equidade educacional regional.

A partir do contexto apresentado, estabelece-se como problemática central desta tese a análise de como as bibliotecas escolares públicas organizadas em rede se articulam com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030, visando à melhoria da educação, bem como à ampliação do acesso à informação e à cultura.

Para o enfrentamento dessa problemática, foram elencadas algumas questões orientadoras, que funcionaram como eixo reflexivo transversal ao longo de toda a tese, com o propósito de complementar e aprofundar a problemática central.

1. Qual é a relevância das bibliotecas escolares públicas sul-americanas, em rede, frente às necessidades informacionais, educacionais e culturais dos alunos?
2. Quais são os projetos de melhoria dos índices informacionais, educacionais e culturais, na América do Sul, já implementados ou em elaboração, que têm como base a estruturação de redes de bibliotecas escolares públicas sustentáveis a partir da Agenda 2030 e seu ODS 4?

Para atingir as metas traçadas, foram elaborados alguns objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

- O objetivo geral desta tese é analisar as redes de bibliotecas escolares públicas da América do Sul, mapeando suas práticas educacionais à luz da Agenda 2030 e de seu ODS 4.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Delimitar quais países da América do Sul possuem redes de bibliotecas escolares públicas e verificar a existência de ações preconizadas pelo ODS 4 da Agenda 2030 nessas redes.
- b. Compreender a relação entre o desempenho educacional dos países sul-americanos e a estruturação de redes de bibliotecas escolares públicas em consonância com a Agenda 2030 e seu ODS 4.
- c. Evidenciar as contribuições teóricas e as boas práticas dos países sul-americanos alinhadas a temática analisada na tese.
- d. Conhecer o panorama das legislações nacionais em torno da temática bibliotecas escolares em rede, Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países sul-americanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta tese adota uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições da Sociologia, Filosofia, Educação e Ciência da Informação para compreender as redes de bibliotecas escolares públicas no contexto da sociedade informacional na América do Sul. A seção discute a lógica das redes, as desigualdades educacionais e o papel da leitura e da biblioteca escolar na mediação informacional, relacionando tais elementos à formulação de políticas públicas e aos princípios da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.1 Sociedade contemporânea, informação e dinâmica das redes

As experiências humanas perpetuam-se historicamente por meio da construção de narrativas, as quais, para adquirirem validade acadêmica, devem se fundamentar em sólido arcabouço teórico-metodológico. Este princípio norteia também a presente tese, que se vale de uma perspectiva crítica e interdisciplinar para abordar as estruturas já existentes ou em vias de implementação nos campos educacional, informacional e cultural no contexto das redes de

bibliotecas escolares públicas sul-americanas. As informações e indicadores apresentados por organismos nacionais e internacionais, tais como a MEC, UNESCO, ONU, CERLALC-SIRBI, SITEAL, IPEA, Banco Mundial e OCDE, ofereceram substrato empírico para as reflexões e análises aqui propostas, atuando como referências técnico-políticas de grande relevância na delimitação do problema de pesquisa. Neste sentido refletiremos, a seguir, sobre a importância das redes de bibliotecas escolares pública sul-americanas inseridas no contexto da sociedade contemporânea (informacional).

Segundo Castells (2016), a sociedade contemporânea estrutura-se a partir de três pilares centrais (produção, experiência e poder) que conformam uma organização social historicamente situada e responsável pela reconfiguração do modo de vida capitalista, denominada sociedade informacional. A produção corresponde à transformação da matéria pelo trabalho humano; a experiência refere-se às interações entre os indivíduos e o meio, orientadas por necessidades biológicas, culturais e sociais; e o poder expressa-se em relações assimétricas, marcadas pela imposição da vontade de sujeitos ou grupos sobre outros, mediante o uso real ou potencial de violência física e/ou simbólica. Nesse contexto, a sociedade em rede configura-se como uma morfologia social baseada em nós interconectados que compartilham códigos e valores, por meio da qual a informação passa a mediar o exercício do poder e a redefinir os processos de produção, cultura e identidade.

Bauman (2021) analisa a sociedade, a partir de sua fluidez, marcada pela intensificação da incerteza, pela fragmentação dos vínculos sociais e pela progressiva fragilização das instituições modernas. Nesse contexto, as estruturas sociais passam a ser significativamente reconfiguradas pela virtualização das dimensões de espaço e tempo, deslocando-se de modelos organizacionais rígidos e estáveis (assimiláveis a um *hardware* social) para arranjos mais flexíveis, adaptativos e mutáveis, análogos a um *software* social. Tais configurações passam a privilegiar a lógica da organização em rede, alinhando-se à morfologia da sociedade informacional e constituindo uma tentativa de recomposição das conexões sociais e simbólicas tensionadas e reconfiguradas pelos processos contemporâneos de globalização.

Para Hardt e Negri (2014), a sociedade atual configura-se a partir de duas frentes centrais do denominado “capitalismo imperial”, estruturadas, de um lado,

pela centralidade dos serviços e, de outro, pelo controle, processamento e circulação da informação, que passam a sustentar o conjunto do modelo vigente de produção econômica. Nesse contexto, o processo informacional assume papel determinante na definição das assimetrias sociais, estabelecendo ganhadores e perdedores (humanos/não humanos) no interior das dinâmicas globais, à medida que indivíduos e nações mais próximos das novas (TIC) e capazes de utilizá-las de forma estratégica tendem a ampliar suas capacidades produtivas, políticas e simbólicas.

Foucault (2014) compreende a sociedade a partir de formas de poder que não se concentram em instâncias centrais, mas que operam de maneira descentralizada, capilar, produtiva e difusa no tecido social. Os saberes socialmente construídos, incluindo o conhecimento científico, encontram-se permanentemente imbricados em relações de poder que, sobretudo por meio das instituições modernas/contemporâneas, atuam na conformação dos corpos, das subjetividades e dos comportamentos. Tais dinâmicas constituem elementos estruturantes do modelo panóptico, no qual a vigilância contínua e internalizada funciona como mecanismo central de disciplinamento social.

Hobsbawm (1995) contribui para a compreensão histórica do surgimento da sociedade contemporânea, marcadamente transformada pelas revoluções sociais e industriais que moldaram os sistemas educacionais, culturais e informacionais em suas formas atuais.

Lyotard (2021) problematiza a compreensão da sociedade a partir dos processos de produção, legitimação e circulação do conhecimento científico, evidenciando as transformações nos critérios que sustentam sua autoridade e validade. Nesse contexto, a crise e a superação das grandes narrativas totalizantes, como o Iluminismo e o Marxismo, são compreendidas à luz da complexidade do pós-modernismo, que introduz, entre outros elementos, a centralidade do conhecimento performativo, a coexistência de verdades múltiplas, a crítica aos fundamentos da ciência moderna e a intensificação da dinâmica informacional.

Giddens (1991), desenvolve uma análise crítica das transformações estruturais das sociedades contemporâneas, destacando a modernidade como um processo marcado pela intensificação da reflexividade social. Nesse contexto, o conhecimento científico e técnico deixa de ser um corpo estável de

verdades e passa a ser permanentemente reavaliado, reconfigurado e reinserido nas práticas sociais, produzindo tanto avanços quanto novos riscos e incertezas. A confiança nos sistemas abstratos, a desancoragem das relações sociais do tempo e do espaço e a centralidade do risco configuram, para Giddens, elementos estruturantes de uma modernidade que se reinventa continuamente, impactando diretamente os modos de organização social, informacional e institucional.

Morin (2015; 2021), por sua vez, ao propor uma ciência com consciência e ao sistematizar os fundamentos do pensamento complexo, na sociedade contemporânea, problematiza os limites do paradigma científico clássico, baseado na fragmentação, na linearidade e na pretensão de controle absoluto da realidade. Para o autor, a compreensão dos fenômenos sociais, educacionais e informacionais exige o reconhecimento da incerteza, da instabilidade e da incompletude como dimensões constitutivas do conhecimento, bem como a articulação entre diferentes saberes e níveis de análise.

Para Latour (2019), a chamada sociedade moderna nunca se constituiu plenamente, quicá sua evolução e suplantação, configurando-se antes como um mito de caráter performativo. Tal concepção apoia-se em dois princípios fundamentais da modernidade: o processo de purificação, que pressupõe a separação entre natureza e sociedade, e a proliferação contínua de híbridos, materializados em tecnologias, redes e artefatos sociotécnicos. Embora o discurso moderno sustente a crença na distinção radical entre essas duas esferas, o filósofo argumenta que a experiência social concreta se dá, na realidade, no âmbito da “mistura”, na qual humanos e não humanos se encontram permanentemente imbricados.

Por sua vez, Santos (2025) desenvolve uma crítica contundente à sociedade globalizada e a racionalidade do capital ao demonstrar como sua lógica expansiva tende a se sobrepor à dignidade humana, redefinindo os espaços públicos a partir de critérios de eficiência e funcionalidade econômica. Esse processo compromete o caráter emancipador das políticas sociais e aprofunda desigualdades estruturais, produzindo contextos de exclusão persistente que se manifestam de maneira particularmente aguda nas esferas sociais responsáveis pela garantia de direitos e pela ampliação do acesso ao conhecimento.

De modo convergente, Castells (2016), Bauman (2021) e Hardt e Negri (2014) compreendem a sociedade contemporânea como estruturada por dinâmicas informacionais, relacionais e produtivas profundamente reconfiguradas pela lógica em rede. Enquanto Castells (2016) identifica a centralidade da informação como mediadora dos processos de produção, experiência e poder na sociedade informacional, Bauman (2021) enfatiza a fluidez e a instabilidade das estruturas sociais, marcadas pela fragilização institucional e pela virtualização das relações de tempo e espaço. Hardt e Negri (2014), por sua vez, aprofundam essa leitura ao situar a informação e os serviços como eixos centrais do capitalismo imperial, evidenciando como o controle, a circulação e o processamento informacional produzem novas assimetrias globais. Em conjunto, essas abordagens permitem compreender as redes, inclusive as educacionais, informacionais e culturais, não apenas como arranjos técnicos ou organizacionais, mas como espaços estratégicos de disputa simbólica, política e material, nos quais se definem possibilidades de inclusão, exclusão e emancipação social.

No plano do poder, do saber e da historicidade, as contribuições de Foucault (2014), Hobsbawm (1995) e Lyotard (2021) convergem ao evidenciar que os sistemas educacionais, informacionais e culturais são produtos de processos históricos e de relações de poder que moldam subjetividades, legitimam discursos e estruturam práticas sociais. Foucault (2014) demonstra que o conhecimento nunca é neutro, encontrando-se imerso em dispositivos disciplinares e de vigilância que operam de forma capilar no tecido social. Hobsbawm (1995) fornece a base histórica para compreender como as revoluções industriais e sociais deram origem às instituições modernas de educação e informação, enquanto Lyotard (2021) problematiza a crise das grandes narrativas legitimadoras da ciência e a emergência de um regime de conhecimento performativo, plural e fragmentado. Essas leituras, articuladas, evidenciam que a organização dos sistemas educacionais e informacionais em rede ocorre em um contexto de disputas por legitimidade, autoridade epistemológica e acesso ao conhecimento, tensionando modelos tradicionais e exigindo novas formas de governança, mediação e regulação informacional.

Por fim, Giddens (1991), Morin (2015; 2021), Latour (2019) e Santos (2025) convergem ao reconhecer a incerteza, a complexidade e a desigualdade

como condições estruturantes da contemporaneidade, oferecendo chaves interpretativas fundamentais para o tema da tese. A reflexividade da modernidade, destacada por Giddens (1991), revela sociedades que constantemente revisam seus saberes, práticas e instituições diante de riscos e transformações aceleradas. Morin (2015; 2021) amplia essa perspectiva ao defender uma ciência capaz de lidar com a incompletude e a interdependência dos fenômenos sociais, educacionais e informacionais. Latour (2019) rompe com a dicotomia moderna entre natureza e sociedade ao evidenciar a centralidade dos híbridos sociotécnicos, nos quais humanos, tecnologias e informações se entrelaçam. Santos (2025), por sua vez, insere essa discussão em uma crítica ética e política à globalização neoliberal, demonstrando como a lógica do capital aprofunda desigualdades e compromete o acesso ao conhecimento e a cultura como direito. Em convergência, esses autores sustentam a necessidade de redes educacionais, informacionais e culturais públicas, colaborativas e territorialmente sensíveis, capazes de responder à complexidade do mundo contemporâneo e de promover práticas emancipatórias alinhadas à justiça social e ao desenvolvimento sustentável.

À luz da perspectiva sociotécnica da Teoria Ator-Rede, conforme formulada por Bruno Latour, a constituição de redes de bibliotecas escolares públicas deve ser compreendida como um processo dinâmico de associações entre atores humanos e não humanos, cujas relações produzem e estabilizam práticas, saberes e infraestruturas. Nesse sentido, a efetividade dessas redes está intrinsecamente vinculada à existência de financiamento público contínuo, capaz de sustentar não apenas sua implementação, mas sua manutenção e expansão, bem como à instituição de uma agenda permanente que assegure centralidade política ao tema. Tal agenda deve desdobrar-se em políticas públicas consistentes, capazes de articular dimensões estruturais, como o currículo e a formação de profissionais, às demandas concretas das redes, reconhecendo que bibliotecários, educadores, gestores, tecnologias e dispositivos informacionais atuam como mediadores na produção e circulação do conhecimento (Latour, 2012).

Ademais, a institucionalização formal dessas redes, ainda que necessária, por si só, não se mostra suficiente para garantir sua efetividade, uma vez que,

sob a ótica latouriana, a estabilidade de uma rede depende da contínua negociação e alinhamento entre seus múltiplos atores (Latour, 2012).

Para o entendimento do que se concebe como rede no âmbito desta tese, parte-se da compreensão de que sua constituição não se reduz à formalização institucional, mas resulta da articulação sincronizada de ações interdependentes, como a padronização e interoperabilidade de metadados, o compartilhamento de softwares e a definição de normas técnicas comuns, amplamente socializadas entre os participantes. Tais elementos extrapolam uma dimensão instrumental, pois estruturam as condições de possibilidade para a interação e a cooperação entre os diferentes nós da rede, assumindo centralidade na dinâmica relacional ao condicionarem fluxos, mediações e processos de circulação da informação. Nesse sentido, a gestão dessas infraestruturas deve ser compreendida como uma prática coletiva e distribuída, sustentada pela atuação integrada de atores humanos e tecnológicos, cujo alinhamento contínuo consolida a rede como uma formação sociotécnica de caráter processual, relacional e heterogêneo.

2.2 Livro, leitura e formação educacional na sociedade informacional

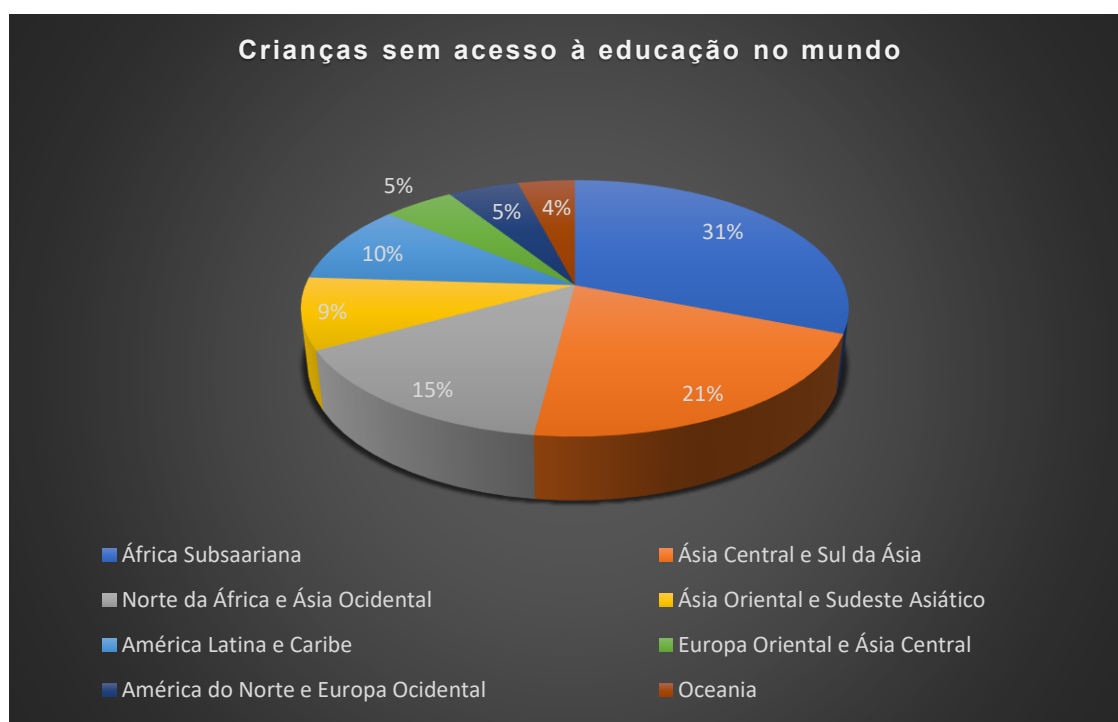
Segundo dados da UNESCO (2023), milhões de crianças e jovens permanecem sem acesso à educação de qualidade, refletindo uma exclusão sistemática que transcende a esfera individual e impõe graves consequências à coletividade. Essa condição de marginalização compromete o exercício da cidadania plena e perpetua desigualdades sociais, econômicas e culturais, tornando-se um dos principais desafios à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 4, que trata da garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

A cultura letrada, embora não deva ser compreendida como superior à cultura oral ou não letrada, constitui-se como uma variável estratégica no desenvolvimento das nações, especialmente quando articulada às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A integração da TIC aos processos educativos permite a ampliação exponencial da circulação de conhecimento, favorecendo o acesso à informação e a construção de redes colaborativas em tempo real. Como apontam Castells (2003) e Lévy (1999), a cibercultura

transforma os modos de aprender, ensinar e interagir socialmente, configurando novas formas de inclusão e/ou exclusão informacional.

Na dissertação anteriormente desenvolvida, já havia indicado que a ausência de informação, educação e acesso à cultura atinge desproporcionalmente determinados segmentos sociais, particularmente aqueles marcados por desigualdades de classe, cor e território (Silva, 2022). A tese então circunscrevia-se ao contexto brasileiro, analisando práticas discriminatórias estruturais que vulnerabilizavam sujeitos em função de seu poder aquisitivo, pertencimento racial e localização geográfica. Tal constatação, agora ampliada pela perspectiva da tese em escala continental, encontra respaldo nos dados apresentados a seguir, os quais ilustram, por meio de representações gráficas, como esse padrão de exclusão se reproduz em diferentes países da América do Sul e do mundo, reforçando a urgência de políticas públicas integradas e sustentáveis.

Gráfico 5 – Percentual de crianças sem acesso à educação no mundo



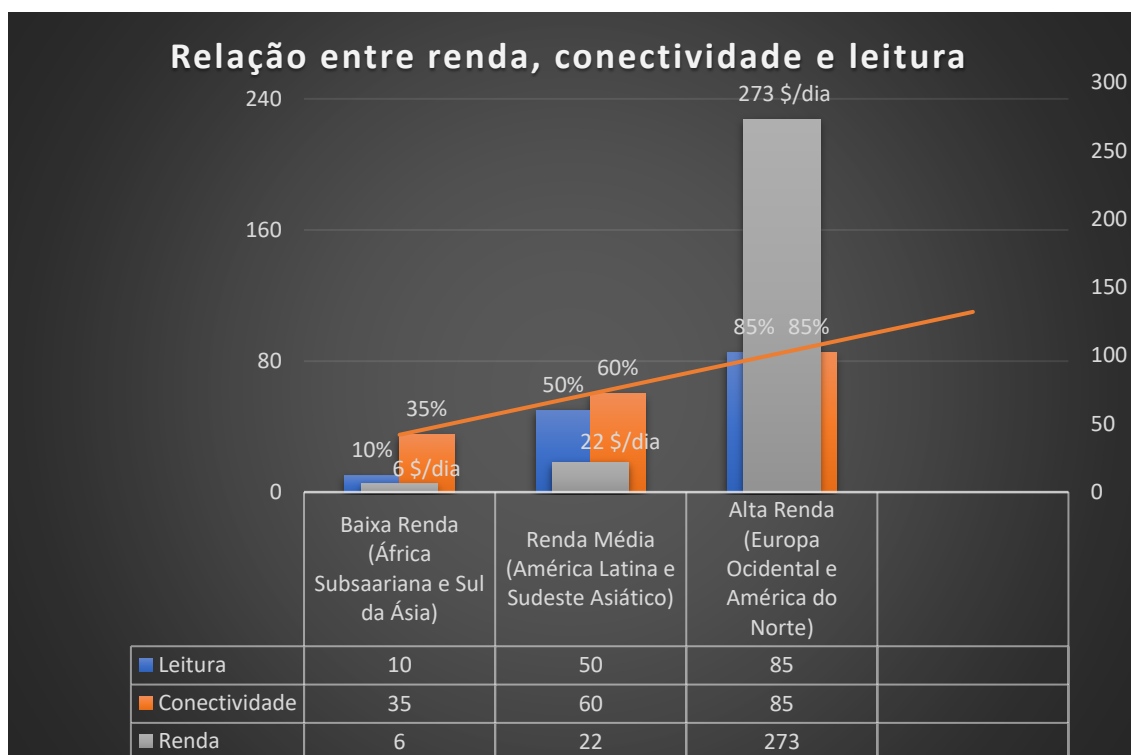
Fonte: UNESCO, 2023a.

A leitura, enquanto prática cultural e cognitiva, costuma manifestar-se mais intensamente em indivíduos que, desde os primeiros anos de vida, foram estimulados ao contato com o livro e com ambientes propícios à mediação

simbólica, como a biblioteca escolar. Ainda que o ambiente não determine de forma absoluta o comportamento leitor, ele exerce influência significativa na constituição dos hábitos e competências informacionais (Freire, 1987; Soares, 2003). Nesse sentido, sociedades que desenvolvem políticas públicas voltadas à promoção do livro, da leitura e da universalização da biblioteca como espaço educativo tendem a apresentar índices superiores de escolaridade, cultura e inclusão informacional.

Essa correlação entre acesso à leitura e desenvolvimento humano é amplamente discutida por autores como Córdova (2009), que defende que a democratização dos bens culturais gera impactos diretos na qualificação profissional, no fortalecimento da indústria criativa e na construção de um mercado consumidor mais consciente e ético. Como desdobramento lógico, observa-se a emergência de empresas mais comprometidas com a sustentabilidade e de cidadãos mais críticos frente às dimensões política, econômica e social de sua realidade.

Nesse contexto, cabe aos governos instituídos o papel de fomentadores da equidade informacional, por meio da formulação e implementação de políticas públicas que promovam, desde a infância, o acesso universal ao livro, leitura e à biblioteca. Essa socialização precoce é essencial sobretudo para os grupos historicamente marginalizados, conforme demonstra a relação excludente entre renda, conectividade digital e competência leitora, evidenciada por estudos recentes da OCDE (2022) e da UNESCO (2023). A pandemia da COVID-19 reforçou esse quadro crítico, ao privar milhões de crianças e adolescentes do acesso aos recursos didáticos mais básicos, comprometendo de forma severa a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem em diversos países, especialmente naqueles marcados por desigualdades socioeconômicas estruturais em contraposição aos mais abastados e regentes da ordem econômica mundial (UNESCO, 2021; SITEAL, 2021).

Gráfico 6 – Relação entre renda, conectividade e leitura⁴

Fonte: UNESCO, 2023a.

No contexto contemporâneo marcado por desigualdades profundas e pela intensificação da lógica mercantil, torna-se pertinente recuperar as reflexões de Santos (2025), para quem o mundo globalizado se configura como um sistema perverso, pautado na ampliação do consumismo e na valorização exacerbada da mercadoria em detrimento do ser humano. Essa crítica à racionalidade dominante destaca que, embora a conectividade digital represente um avanço técnico, ela não resolve, por si só, os desafios estruturais da educação.

A atenção excessiva à tecnologia geralmente tem um alto custo. Recursos despendidos em tecnologia, em vez de em sala de aula, professores e livros didáticos para crianças em países de renda baixa a média-baixa, que não têm acesso a esses recursos, provavelmente colocarão o mundo em uma posição ainda mais distante de alcançar o objetivo mundial de educação, o ODS 4. Alguns dos países mais ricos do mundo garantiram a universalidade das competências mínimas de aprendizagem em nível secundário antes do advento das tecnologias digitais. As crianças podem aprender sem elas. No entanto, é improvável que a educação seja igualmente relevante sem as tecnologias digitais (UNESCO, 2023b).

⁴ Os dados relativos à leitura e à conectividade foram mensurados em termos percentuais em relação à população total da região analisada, ao passo que a renda foi expressa como renda per capita diária, em dólares norte-americanos.

É preciso reconhecer que o acesso à internet e às tecnologias móveis pode ampliar oportunidades de aprendizagem; contudo, sem uma base sólida construída a partir da leitura crítica, da mediação pedagógica e do estímulo cognitivo desde a infância, tais ferramentas tornam-se limitadas em sua função emancipadora (Santos, 2011; Moran, 2015). Antes do celular nas mãos, é necessário colocar o livro como objeto de iniciação intelectual; antes da interação mediada pelas redes sociais, é imprescindível fomentar o desenvolvimento cognitivo e simbólico das crianças e adolescentes, promovendo competências que lhes permitam interpretar, transformar e agir sobre o mundo.

Como destaca Chartier (1999), a leitura não é apenas um ato de decodificação de signos, mas uma prática social e cultural que forma sujeitos críticos e autônomos. Desse modo, o papel da educação deve transcender o uso instrumental das tecnologias e buscar, por meio do livro e da biblioteca, a constituição de cidadãos intelectualmente engajados, aptos a enfrentar as contradições do mundo globalizado com discernimento e responsabilidade. Por isso a importância ímpar destacada a biblioteca escolar pública dinamizada pelas inúmeras possibilidades de interação por redes virtuais amparadas e exponenciadas pelas TIC.

Já Freire (1996) evidencia que não há educação verdadeira sem o reconhecimento do “outro” e da cultura como fundamentos indissociáveis do processo educativo: “sem cultura, não há educação” – afirma categoricamente. A pedagogia do diálogo proposta por Freire resgata a centralidade da experiência cultural no ato educativo e sustenta a necessidade de espaços democráticos, como as bibliotecas, para fomentar o pensamento crítico.

A informação simbolizada na figura do livro desempenha um papel de entidade emancipadora do cidadão, difusora de cultura, empreendedora econômica e defensora do estado democrático de direito. Com papel tão relevante dentro da sociedade contemporânea a informação é considerada um dos bens mais preciosos de um estado ou de uma nação (Silva; Castro Filho, 2022).

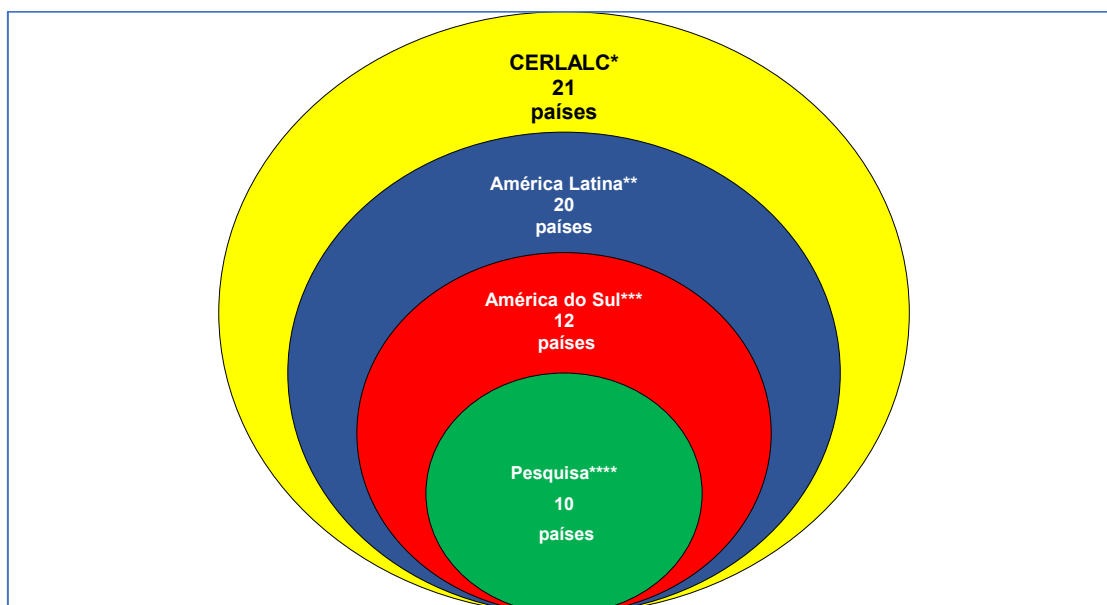
Libertar-se das amarras do obscurantismo informacional, da inacessibilidade à cultura e da alienação crítica torna-se mais viável a partir do desenvolvimento de uma educação, ampla, plural, diversa e sustentável, que consiga desenvolver o senso crítico nos cidadãos já em vias de desenvolvimento (estudantes). Ou seja, possibilitar uma educação pública de qualidade, desde os

mais tenros anos da infância, que tenha amplitude em acessibilidade, pluralidade e diversidade de conteúdos, por meio de ações sustentáveis, viabiliza a construção de uma sociedade defensora dos direitos democráticos e transformadora de leitores, na maioria das vezes, em cidadãos conscientes, com senso de responsabilidade pela melhoria contínua do desenvolvimento humano (Marcolino; Castro Filho, 2014).

2.3 A biblioteca escolar como espaço de mediação informacional, cultural e educacional

O livro, a leitura e a biblioteca assumem um papel crucial no processo educacional desde os primeiros anos escolares, principalmente na rede pública de ensino, pois é através da biblioteca escolar pública que muitas crianças, adolescentes e jovens, desguarnecidos financeiramente, terão a oportunidade de acesso à informação e à cultura pela primeira vez e, em alguns casos, a única vez em suas vidas.

O Sistema Iberoamericano de Redes de Bibliotecas Escolares (SIRBI) se revela como um fórum relevante de articulação regional, ao congregar iniciativas diversas em prol da educação, informação e da leitura. Sua proposta de transformar ações locais em políticas públicas intersetoriais reforça o papel das redes como instrumentos de cooperação internacional e fortalecimento institucional. A análise dos dados desta tese revelou práticas exitosas em países como Argentina, Chile e Uruguai, ao mesmo tempo em que indicou iniciativas em desenvolvimento em países com níveis educacionais intermediários, como Colômbia, Peru e Equador. Em contraponto, Bolívia e Venezuela ainda enfrentam desafios significativos, muitas vezes acentuados por instabilidades políticas e ausência de dados confiáveis.

Figura 2 – Universo amostral da pesquisa⁵

Fonte: CERLALC (2023) e IBGE (2024). Elaborado pelo autor, 2024.

Neste contexto, Maroto (2012) observa a importância da biblioteca escolar para a sociedade contemporânea. Anteriormente vista apenas como uma espécie de apêndice da unidade escolar, ela passa a ter lugar de destaque em seu meio, sendo encarada como:

[...]centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para a maioria das crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública de ensino fundamental (Maroto, 2012, p. 75).

Campello (2012) evidencia a amplificação da importância do papel desempenhado pela biblioteca escolar na estrutura social contemporânea, enfatizando seu potencial social, cultural, educacional e informacional diante de seu público usuário e da sociedade como um todo.

⁵ ***Países – CERLALC** = Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

**** Países – América Latina** = Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

***** Países – América do Sul** = Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela.

****** Países – Pesquisa** = Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

[...]Tais pesquisas revelam uma ampliação significativa do papel da biblioteca escolar: do paradigma de leitura para o paradigma de aprendizagem. Isto significa que algumas bibliotecas escolares têm mostrado que podem ser mais do que um espaço de promoção da leitura; elas revelam potencial para ser um espaço de aprendizagem. [...]Seus resultados apresentam evidências que boas bibliotecas escolares, adequadamente exploradas, ajudam os estudantes a aprender com livros e com informações, além de possibilitar o desenvolvimento de inúmeras outras capacidades importantes para o desenvolvimento cognitivo (Campello, 2012, p. 7).

Para Bortolin e Almeida Júnior (2009, p. 206), “[...] a biblioteca escolar precisa ser percebida como um ambiente de formação de leitores e pesquisadores”, diferentemente de como era pensada no passado, desvinculada do projeto pedagógico escolar e distante do corpo docente. Sendo que “[...] os profissionais que nela atuam devem criar em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade”, não deixando de lado o estabelecimento de limites e regras que estabeleçam relação entre a permissibilidade e a autoridade necessária.

Campello (2009, p. 8) demonstra uma evolução natural do modelo de biblioteca escolar e dos serviços por ela oferecidos. Inicialmente, nas bibliotecas escolares, eram ofertados “[...] serviços de referência, de educação aos usuários e de orientação bibliográfica”. Já a biblioteca escolar contemporânea, inserida no contexto da sociedade da informação, necessita do racionamento do uso dos recursos informacionais, estabelecendo, dessa forma, uma nova possibilidade a ser ofertada neste ambiente. A aprendizagem autônoma e crítica do uso dos recursos informacionais das bibliotecas escolares passa a ser denominada letramento informacional, tão importante quanto necessário aos estudantes que vivenciam esta realidade atualmente.

2.4 Redes de bibliotecas escolares públicas, cooperação informacional em consonância a Agenda 2030 da ONU

Castro Filho (2018, p. 23) destaca a importância da biblioteca escolar inserida em um contexto de políticas públicas de cunho cultural, educacional e informacional, onde a adoção das TIC consegue quebrar barreiras físicas e geográficas em um processo de interligação em rede das unidades informacionais existentes. Sendo que o entendimento de rede está balizado na ideia de conexão e objetivos em comum a serem atingidos.

A noção de rede é algo tão fundamental para a educação quanto ainda é algo subestimado em termos de políticas públicas para o âmbito das bibliotecas escolares. Para que uma rede de bibliotecas seja considerada como um organismo coletivo, é necessário saber reconhecer as suas especificidades e as suas diferenças, mas que essa rede tenha interesses em comum (Castro Filho, 2018a, p. 23-24).

Castells (2016) conceitualiza rede como sendo um conjunto de nós interconectados e, estes, por sua vez, variam dependendo da sua configuração no mundo real, por exemplo, redes econômicas, redes sociais, redes de comunicação, etc. Redes são consideradas estruturas abertas que compartilham os mesmos códigos de comunicação, sendo capazes de expandir de forma ilimitada. A sociedade da informação na qual estamos inseridos se caracteriza pela sua morfologia em rede voltada ao capitalismo, inovação, globalização e descentralização. Desta forma, ocorre, ininterruptamente, o processo de reorganização das relações de poder.

Para Camillo, Jesus e Castro Filho (2019, p. 89), o conceito de rede pode ser relacionado aos agrupamentos humanos e à sua organização social e/ou profissional, sempre congregando objetivos em comum a serem atingidos. As barreiras físicas e geográficas são rompidas por meio das TIC, e a atuação conjunta e interligada de todos os agentes sociais é a principal característica deste modelo de rede.

Barbosa, Mata e Pereira (2020, p. 118) apresentam um conceito de rede relacionando informação e biblioteca escolar, sendo que o sistema de comunicação informacional proposto é fortemente alicerçado pelas TIC, com um modelo de coordenação centralizado e com metas e objetivos em comum. Sendo que, obrigatoriamente, todos os nós (membros) da rede devem compartilhar objetivos a serem atingidos de forma universal.

Fioravante e Cunha (2020, p. 9) conceitualizam rede, de forma indireta, como sendo uma estrutura, em seu caso organizacional, mas nada impede que seja econômica, social, cultural, informacional, etc., que tenha um design hierárquico vertical, no qual os nós são especializações, organizações ou etapas de um mesmo processo ou profissão. No caso específico apresentado pelos autores, a rede de bibliotecas escolares se baseia na especialização profissional do bibliotecário e nas instituições por ele representadas: bibliotecário gestor (vinculado à Secretaria Estadual da Educação), bibliotecário técnico (vinculado

às Secretarias de Desenvolvimento Regional e/ou às Gerências Regionais de Educação) e, por fim, bibliotecário educador (vinculado às unidades escolares municipais), delimitando, dentro dessa estrutura, papéis estratégicos, táticos e operacionais aos atores sociais envolvidos no processo.

Para Barbosa (2017, p. 828), o conceito de rede é mais amplo que uma simples estrutura e pode ser encarado como um sistema que se interliga e se comunica com diversos setores da sociedade e múltiplos atores sociais, evidenciando a sua principal característica, sendo esta a cooperação. Também evidencia a característica da rede de moldar-se em nós de especialização (profissional) frente ao papel desempenhado pelo ator social (bibliotecário gestor, técnico e educador).

Limas e Campello (2017, p. 24) fazem uma distinção entre a conceitualização dos termos “redes, sistemas e programas de bibliotecas”, tentando minimizar, assim, conflitos terminológicos. Apesar de historicamente existirem iniciativas datadas desde a década de 60 do século passado sobre o tema, os autores alegam que o termo rede ainda está em fase de consolidação nas áreas da Biblioteconomia, bem como da Ciência da Informação. Para os autores, o termo rede é mais amplo que os termos programas ou sistema e, este primeiro, contém os outros em sua estrutura, de forma que a rede seria um conjunto de sistemas e programas interconectados, com autonomia administrativa e que detêm objetivos em comum (códigos) a serem alcançados por todos os nós (unidades) da estrutura.

Barbosa e Pereira (2020, p. 35) apontam para a necessidade de elaboração de uma estrutura centralizadora em relação à rede de bibliotecas escolares no Brasil, no sentido de apoio técnico e de gestão administrativa às unidades espalhadas por todo o país. Em suma, descrevem a necessidade de estabelecer um modelo de rede fortemente hierarquizado, tendo, obrigatoriamente, uma coordenação central que consiga padronizar os parâmetros de funcionamento das unidades, bem como realizar o atendimento mínimo das legislações vigentes nas esferas municipal, estadual e federal. Por fim, as autoras descrevem o conceito de rede, relacionando-o à biblioteca, como “[...]uma estrutura organizada e articulada na qual os participantes interagem com objetivos comuns para o alcance de resultados positivos e fortalecimento de todos os envolvidos”.

Santos e Amaral (2020, p. 37), por sua vez, apontam outras possibilidades de reflexão sobre o termo rede, que está diretamente relacionado às TIC e à informatização da sociedade contemporânea. Os autores delimitam o conceito a partir da ótica tecnológica, onde os nós da estrutura são virtuais. A elaboração de um ambiente de colaboração e de troca de experiências, serviços ou recursos informacionais acontece de forma eletrônica e remota. A rede de bibliotecas está disponibilizada a partir da rede mundial de computadores (internet).

As reflexões apresentadas retratam a complexidade e os desafios a serem ultrapassados pela sociedade tida como contemporânea, informacional ou em rede, buscando inferências em cinco grandes dimensões conceituais (informacional, educacional, cultural, social e tecnológica). As tecnologias em rede podem proporcionar grandes oportunidades ao somar esforços, conhecimentos, informações, dados, recursos pessoais e econômicos em busca do bem comum e de um mundo melhor, parametrizado pelas diretrizes da Agenda 2030 da ONU, sem mencionar a desoneração dos custos econômicos envolvidos em todo o processo. Pois, “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede[...]” (Castells, 2016, p. 554).

A biblioteca escolar pública em rede assume posição de vanguarda neste processo educacional sustentável, pois, ao ser norteadas pelos preceitos dos ODS da Agenda 2030 da ONU, possibilita o surgimento de um ambiente amplo, plural e diverso, propício à inovação. A soma de esforços nas áreas da informação, educação e cultura, com base no compartilhamento de experiências já vivenciadas e em consonância com a expansão e evolução ininterrupta das TIC, inclusive em rede, pode e deve alimentar um movimento sinérgico de desenvolvimento regional e universal, facilitando o acesso ao livro, à leitura e à biblioteca e, por conseguinte, promovendo uma maior equidade no acesso à própria informação, educação e cultura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção abordamos os temas: ciência, metodologia e método. Realizando um breve panorama conceitual e descrevendo quais os procedimentos adotados ao longo de nossa tese.

3.1 Por um entendimento do que venha ser “ciência”

Para Gil (2008), a ciência pode ser entendida como um sistema intelectual estruturado que busca compreender a natureza das coisas e o comportamento das pessoas inseridas em um contexto social. Não existe apenas um modelo de ciência, mas sim múltiplos, dentre os quais as ciências sociais, que analisam o comportamento humano delimitado pelo espaço/tempo. Logo, a ciência se caracteriza como “[...]uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível”.

Alguns autores, como Prodanov e Freitas, também descrevem a ciência como sendo multifacetada, detentora de naturezas singulares, estruturada a partir de normas e regras preestabelecidas, definidora de padrões e responsável pelo estabelecimento do rigor científico no contexto acadêmico. Os autores parafraseiam Trujillo Ferrari, observando que a “ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14 *apud* Trujillo Ferrari, 1974).

Para Morin (2015), a ciência é paradoxal, ambígua e complexa, pois ela é, ao mesmo tempo, “[...]elucidativa (resolve enigmas, dissipa mistérios), enriquecedora (permite satisfazer necessidades sociais e, assim, desabrochar a civilização); é, de fato, e justamente, conquistadora e triunfante”, mas também “[...]apresenta-nos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma”. A ciência não é “boa” ou “má”; sua ambivalência é o motor que mantém a sociedade em movimento (Morin, 2021, p. 15-16).

A ciência aplicada à vida social também pode ser descrita como conhecimento reflexivo. Ou seja, o novo conhecimento não existe por si só, mas sim a partir da “[...]suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão”. Não existe certeza absoluta no sentido estrito da palavra; o cenário é de constante incerteza, e todo conhecimento tido como novo ou já estabelecido obrigatoriamente será revisado. Sendo que “[...]nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido ‘antigo’, em que ‘conhecer’ é estar certo” (Giddens, 1991, p. 49-50).

Marconi e Lakatos (2007, p. 80) adotam uma postura mais conservadora em relação ao conceito do que venha a ser ciência, descrevendo-a como sendo um sistema de conhecimento complexo, com variadas estruturas que se correlacionam entre si, de forma ordenada e reproduzível, estabelecendo critérios rígidos de observação e descrição dos resultados obtidos.

3.2 Breve reflexão sobre metodologia científica na Ciência da Informação

A Ciência da Informação é concebida como uma disciplina de natureza pós-moderna, inserida no escopo das Ciências Sociais Aplicadas, na qual os métodos e as metodologias adotados nas pesquisas científicas assumem papel central na sistematização, na racionalização e na validação do conhecimento produzido, conforme evidenciado por Souza (2003), que, em seu estudo, propõe diretrizes orientadas à consolidação e ao êxito científico do campo, especialmente por meio das práticas de leitura e escrita.

Todo pesquisador deve manter uma postura de mediador entre o seu trabalho e todos os interessados sobre ele, além de nunca perder o hábito reflexivo sobre seus objetos de estudo e as fontes documentais exploradas. Por fim, devem ser utilizados métodos e metodologias acessíveis na construção do conhecimento científico, que viabilizem a reprodução irrestrita dos trabalhos desenvolvidos (verificação). Isso amplia a lisura e a transparência dos dados apresentados (Gil, 2008, p. 8).

Marconi e Lakatos (2007, p. 112) fazem uma breve descrição do que venha a ser metodologia científica a partir de sua subdivisão, como demonstrado a seguir:

- Métodos de abordagem
- Métodos de procedimento
- Técnicas científicas

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 14) “[...]metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Em virtude das alegações, verifica-se metodologia científica como sendo um processo de acumulação de conhecimentos científicos, que tem caráter racional, sistemático, exato, verificável e por conseguinte falível. É um conjunto de enunciados lógicos e dedutíveis que justificados por outros enunciados, sistematizam a investigação, o raciocínio e a experimentação extensiva. Na interação sujeito/objeto o pesquisador ampara-se no desenvolvimento de conceitos para a criação de métodos e metodologias em busca de uma reflexão crítica que qualifique, explore e descreva as complexas relações sociais (Silva; Castro Filho, 2022).

Nesta tese adotamos a pesquisa documental de natureza qualitativa de tipologia exploratório/descritiva e o método utilizado será a análise do conteúdo.

3.3 Entendendo a tipologia de pesquisa documental

Para Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental tem uma semelhança direta com a pesquisa tida como bibliográfica, mas diferenciam-se principalmente pelas características das fontes utilizadas. Na documental, privilegia-se os documentos “[...]oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.”

Marconi e Lakatos (2007, p. 175) descrevem que a principal característica de uma pesquisa documental é que a fonte de coleta dos dados está restrita a documentos primários, como, por exemplo, “[...]documentos de arquivo público, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas (censo), documentos de arquivos privados etc.”

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 56), a pesquisa documental deve pautar-se na investigação crítica do documento analisado e tido como fonte do trabalho, sendo que quatro características principais devem ser observadas:

- Observação: crítica dos dados na obra.
- Leitura: crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra.
- Reflexão: crítica do processo e do conteúdo da obra.
- Crítica: juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico.

3.4 Desvelando o método científico

O método utilizado nesta tese será a Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin (2021, p. 129), que estabelece o tratamento (codificação), desmembramento (categorias) e análise referencial (inferências) dos documentos/textos escolhidos para a pesquisa.

Flick (2009, p. 276-277) observa que este tipo de método, introduzido na pesquisa qualitativa, tem como objetivo realizar a codificação e a categorização dos dados e informações contidos nas fontes analisadas. Aponta que, ao realizar tal processo, o pesquisador interpreta os dados coletados e passa a desenvolver uma teoria sobre o tema analisado. Também salienta que, ao reduzir o documento/texto original por meio da codificação e/ou categorização, automaticamente acontece a exposição e a revelação do enunciado de forma contextualizada.

Os conceitos ou os códigos estão vinculados ao material empírico, e são formulados, a princípio, com a maior proximidade possível com o texto, sendo que, mais tarde tornam-se cada vez mais abstratos. A categorização, nesse procedimento, refere-se ao resumo desses conceitos em conceitos genéricos e ao aperfeiçoamento das relações entre conceitos e conceitos genéricos, ou categorias e conceitos superiores (Flick, 2009, p. 277).

Gil (2008, p. 28) alega que, para os dados e/ou informações obtidos a partir das fontes coletadas e adotadas na pesquisa terem significado, precisam passar por um processo de análise e interpretação por parte do pesquisador, sendo que uma das formas de se realizar a análise e/ou a interpretação seria o desmembramento dos documentos/textos em códigos e categorias. “A codificação seletiva é a última etapa da análise dos dados e pode ser definida como o processo de integrar e refinar categorias. É um processo, que a rigor, inicia-se com a primeira parte da análise e só se conclui com a redação final” (Gil, 2008, p. 181).

Martinelli (2012, p. 61) afirma que a análise do conteúdo “[...]tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais, e, como produto, um conhecimento não-linear, por conseguinte não-espasmódico[...]”. A observação dos sujeitos sociais e suas representações

deve estar contextualizada historicamente de forma documental em um ambiente comunicacional que deve ser considerado significativo.

3.5 Instrumentos de coleta e análise dos dados

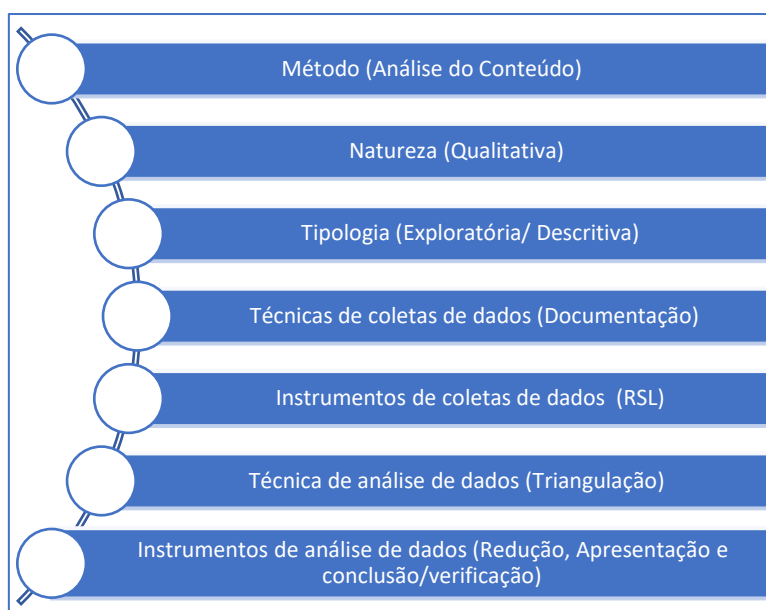
Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), por ser considerada um processo revisional “[...]abrangente, imparcial e reproduzível, que localiza, avalia e sintetiza o conjunto de evidências dos estudos científicos para obter uma visão geral e confiável da estimativa do efeito da intervenção” (Brasil, 2021, p. 13).

As redes de bibliotecas escolares públicas dos países pertencentes à América do Sul serão analisadas à luz da Agenda 2030 e de seu ODS 4. Além de um conjunto de leis nacionais que formalizam e regulamentam tais redes, serão incorporados outros documentos a partir da etapa de levantamento de dados em bases de dados científicas pertinentes ao tema.

Para a análise dos dados coletados, utilizaremos a técnica de triangulação das fontes (documentos, leis, relatórios, anuários, decretos, artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado), pois considera-se que a triangulação é o “processo de comparação entre dados oriundos de diferentes fontes no intuito de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 129).

Utilizaremos os seguintes critérios para a análise dos dados levantados (GIL, 2008, p. 175-176):

- Redução: processo de seleção e posterior simplificação dos dados coletados.
- Apresentação: processo de análise sistemático dos dados, que busca semelhanças, diferenças e seus inter-relacionamentos.
- Conclusão/Verificação: processo que prevê a elaboração de uma “[...]revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações”. Este diálogo entre conclusão e verificação deve acontecer inúmeras vezes buscando pontos a serem, mais bem esclarecidos ao longo da tese.

Figura 3 – Procedimentos metodológicos

Fonte: Silva e Castro Filho, 2023.

Em nossas pesquisas preliminares, não obtivemos êxito em levantar um volume considerável de trabalhos científicos sobre o tema escolhido. Dessa forma, realizamos uma extensa Revisão Sistemática da Literatura, com o objetivo de dar legitimidade científica e possibilitar a reprodução dos métodos e metodologias empregadas. Toda a estruturação do processo, bem como o desenvolvimento das pesquisas nas bases de dados e, por fim, os resultados obtidos, serão apresentados na próxima seção.

O conjunto de documentos avaliados é específico ao tema desenvolvido e, obrigatoriamente, passou pelos critérios de qualificação e validação estabelecidos e descritos no apêndice desta tese.

Faz-se necessário evidenciar que, ao longo desta tese, todos os países analisados foram objeto de uma caracterização preliminar de seus respectivos marcos legais (leis nacionais). A partir dessa caracterização, os dados foram organizados em uma estrutura analítica fundamentada na identificação de elementos convergentes e divergentes entre si tendo como referência as próprias leis, pautados pelo ODS 4 da Agenda 2030. A partir das quais foram delineadas categorias analíticas que puderam apresentar perspectivas semelhantes, em referência ao conjunto das leis analisadas, caracterizadas como convergentes, ou, alternativamente, expressar abordagens e orientações distintas entre si, definidas como divergentes.

4 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Nesta seção abordaremos o conceito de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que é tido como um processo complexo, estruturado e reproduzível, que exige do pesquisador uma postura marcada pela imparcialidade, seriedade e rigor. Além disso, é conferida a possibilidade de reprodução, pelos pares, dos mecanismos metodológicos empregados, a fim de garantir lisura e transparência à pesquisa desenvolvida (Brasil, 2021).

4.1 Estruturação da RSL: desenvolvimento do protocolo

Toda pesquisa científica estabelece critérios para revisar na literatura o que já foi pesquisado sobre o tema escolhido para estudo, e isto se dá por vários motivos, dentre os quais podemos destacar: ineditismo, redundância, relevância, recorrência, etc. Fatores que, ao serem evidenciados na finalização do processo de revisão, cancelarão ou não a manutenção do tema como sendo pertinente para o avanço da pesquisa pretendida (Brasil, 2021).

Existem inúmeros processos que podem ser classificados como revisão da literatura existente. Estes, por sua vez, podem ou não atuar de forma estruturada. No entanto, se não forem estruturados, ao final da pesquisa científica, na maioria das vezes, surgem questionamentos acadêmicos quanto à sua imparcialidade e lisura na escolha das fontes utilizadas.

Segundo o Manual de Diretrizes Metodológicas (Brasil, 2021), do Ministério da Saúde (MS) brasileiro, a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é um processo que deve pautar-se por:

- Rigor estrutural.
- Estratégia de busca bem definida.
- Facilidade na reprodução da metodologia empregada.
- Amplo e variado alcance às fontes de dados.

Cerrão, Castro e Jesus (2018) apontam a RSL como sendo um método que “[...]consiste em uma revisão bibliográfica acrescida de etapas e critérios rigorosos que garantem a qualidade e a reprodutibilidade dos documentos obtidos”.

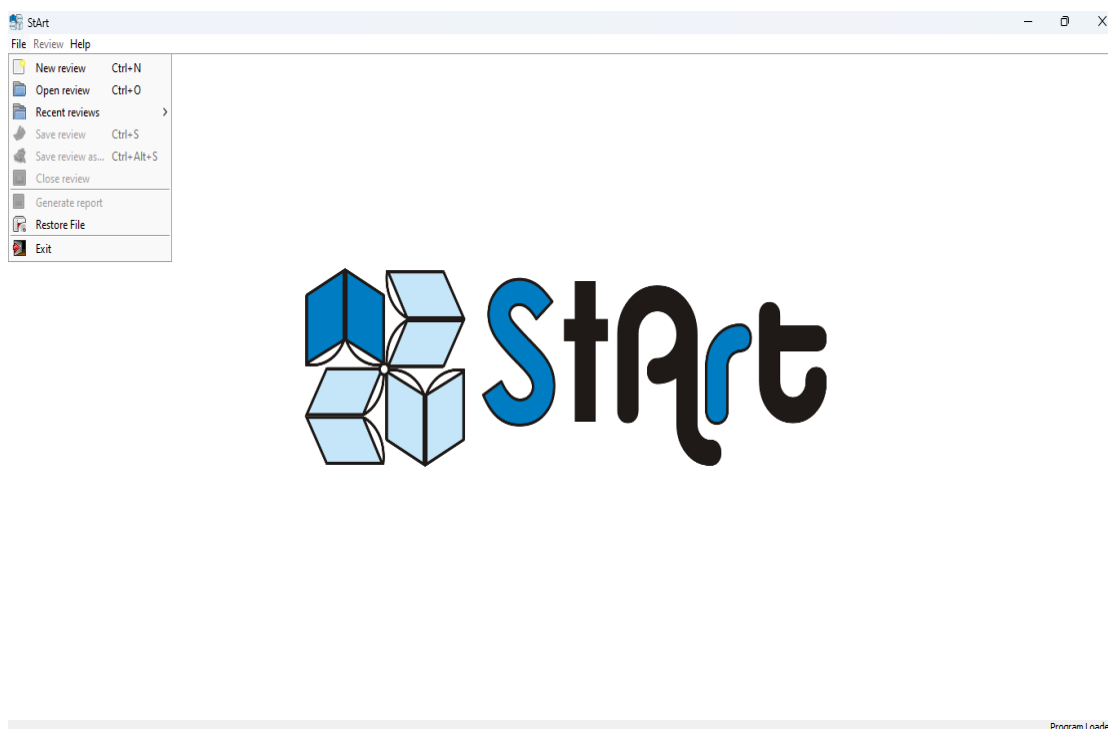
Para Fink (2005, p.3 *apud* Okoli, 2019) a RSL trata-se de “[...]um método sistemático, explícito, (abrangente) e reprodutível para identificar, avaliar e

“sintetizar o corpo existente de trabalhos completos e registrados produzidos por pesquisadores, estudiosos e profissionais”.

Já Galvão e Ricarte (2020) explicitam a complexidade e o aprofundamento teórico e instrumental da RSL, pois não a consideram como mera coadjuvante de uma pesquisa maior, mas, sim, como uma pesquisa científica que se desdobra em objetivos, problemas, metodologias, resultados e conclusões próprias.

A RSL desenvolvida nesta tese foi elaborada a partir de um curso – Revisão Bibliográfica Sistemática – oferecido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em sua plataforma intitulada Portal de Cursos Abertos (POCA). O curso, além de abordar toda a temática sobre a RSL, oferece uma introdução sobre como utilizar a plataforma START, um programa elaborado especialmente para pesquisadores que desejam desenvolver estudos utilizando a RSL como parte integrante de sua pesquisa, auxiliando principalmente na estruturação do protocolo, que é a parte mais complexa do desenvolvimento da RSL (UFSCAR, 2023).

Figura 4 – Tela inicial da plataforma START



Fonte: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), 2023.

Também adaptamos a esta tese o modelo de protocolo RSL desenvolvido por Camillo (2022) em sua tese de doutorado “Políticas Públicas do Livro e Leitura: dimensões, critérios e ações para efetivar a Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura”. O modelo adaptado consta no Apêndice desta tese.

O primeiro passo a ser desenvolvido em uma RSL é a delimitação de algumas etapas estruturantes, como: a escolha da questão a ser tratada na revisão, seleção das bases de dados, elaboração da estratégia de busca, seleção dos textos e sistematização das informações escolhidas (Galvão; Ricarte, 2020, p. 62).

Neste sentido, estruturamos a nossa revisão a partir de duas questões norteadoras:

- Existem redes de bibliotecas escolares públicas em funcionamento nos países da América do Sul?
- Qual é a relação e inferência dessas redes à Agenda 2030 da ONU e o seu ODS 4?

A seleção das bases de dados está pautada em suas características científicas, que possibilitam a recuperação dos documentos em sua integridade, e no fácil acesso, pois são gratuitas e estão disponíveis na web. Consideram-se também os tipos de estudos indexados [qualitativos e quantitativos], as áreas de estudo [uni e multidisciplinar] e a temática [específica e genérica] (Bardin, 2021).

Nesta tese, foram utilizadas as seguintes bases:

- Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A elaboração da estratégia de busca requer muita atenção, principalmente no que diz respeito à possibilidade de reprodução pelos pares, a fim de atestar a legitimidade científica da pesquisa desenvolvida. Como as oportunidades são inúmeras, fez-se necessária a elaboração de uma estratégia de busca verificável e reproduzível. Para isso, nos pautamos em Galvão e Ricarte (2020) e utilizamos os formulários avançados de busca das bases de dados escolhidas. Elencamos as palavras-chave que estão descritas no “Apêndice A” desta tese, de forma que pudessem ser recuperadas nos campos título e resumo. O período de busca foi entre 2015 e 2023 e, preliminarmente, não estabelecemos critérios sobre a tipologia documental ou área do conhecimento, pois, devido à dificuldade inicial

em localizar materiais específicos sobre a temática escolhida, decidimos ampliar o leque de possibilidades.

Amparados por Galvão e Ricarte (2020), que destacam que as estratégias de busca e a terminologia adotada impactam diretamente os documentos recuperados nas bases de dados, as buscas desta tese foram inicialmente realizadas em português e espanhol. Contudo, os resultados evidenciaram predominância de trabalhos em português e ausência de registros relevantes em espanhol. As buscas foram conduzidas nas bases BRAPCI, BDTD e Latindex, aplicando-se os critérios definidos no protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Entretanto, a ausência de resultados pertinentes na Latindex levou à consideração final apenas das bases BRAPCI e BDTD para a composição do corpus analítico da tese.

Seguindo os passos de Cerrão, Castro e Jesus (2018, p. 108), a recuperação dos documentos de nossa tese ocorreu a partir de buscas nas bases de dados científicas e das palavras-chave definidas preliminarmente. Os campos de busca utilizados foram os de título e resumo, sendo que:

Os resultados obtidos através dessas buscas foram exportados em um dos formatos legíveis ou inseridos manualmente no software StArt. Os artigos duplicados (ou seja, contendo mesmo título, autor e ano de publicação) foram identificados e excluídos, e em seguida foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, a partir de uma leitura da introdução, da metodologia e da conclusão dos artigos, quando a leitura do título, do resumo e das palavras-chave se mostrou insuficiente (Cerrão; Castro; Jesus, 2018, p. 108).

Como a recuperação específica de textos que tratassem diretamente do tema demonstrou-se deficitária não só no quesito quantitativo, mas também de aderência, *a posteriori*, abordamos outros documentos que não necessariamente estão disponíveis em bases de dados científicas, mas que atendem aos critérios de qualidade, confiabilidade e acesso livre. Exemplos desses documentos incluem leis e decretos governamentais que tratam do tema abordado neste estudo.

A RSL mostrou-se necessária para demonstrar a pouca atenção dada ao tema no Brasil e com possível desdobramento em toda a América do Sul, se comparada a outras questões relacionadas à biblioteca escolar. Desta forma, além de traçar um panorama da real situação das bibliotecas escolares públicas em rede na América do Sul, a intenção desta tese é ser uma propagadora da

transformação educacional, social, cultural e informacional que ocorre a partir das possíveis interações entre a biblioteca escolar em rede e a Agenda 2030 e seu ODS 4, em busca de um mundo mais sustentável e plural.

4.2 Buscas estruturadas

As buscas estruturadas representam um alicerce metodológico essencial na realização de pesquisas científicas, sendo indispensáveis para a recuperação de dados relevantes e de qualidade. Trata-se de um processo sistemático e rigoroso que define estratégias de pesquisa capazes de garantir a reprodutibilidade e a consistência no levantamento de informações. Esse método possibilita a delimitação do universo de análise e, simultaneamente, a ampliação do acesso a dados pertinentes (Brasil, 2021).

A estruturação de um método para a recuperação da informação foi fundamental na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), pois forneceu a base metodológica para o levantamento e a seleção de dados que fundamentaram toda a tese. Seguindo o protocolo previamente descrito que consta no apêndice A deste estudo, essas buscas constituíram etapas estratégicas e rigorosas que garantiram a qualidade e a reprodutibilidade da investigação (Bardin, 2021).

Segundo o Manual de Diretrizes Metodológicas (Brasil, 2021), as buscas estruturadas devem pautar-se no rigor estrutural, em estratégias de busca bem definidas e na facilidade de reprodução do processo investigativo, destacando-se elementos-chave como a definição de palavras-chave, a aplicação de operadores booleanos e o uso de fontes de dados confiáveis.

Prodanov e Freitas (2013) afirmam que, para garantir a qualidade científica, é necessário estabelecer critérios de inclusão e exclusão previamente delineados, além de utilizar ferramentas e plataformas adequadas que consolidem as informações obtidas. A estruturação das buscas exige estratégias bem definidas, permitindo maior abrangência no alcance das fontes. Nesta tese, a escolha das palavras-chave, como “bibliotecas escolares públicas”, “redes de bibliotecas escolares”, “Agenda 2030” e “ODS 4”, foi essencial para delimitar o universo amostral, potencializando a recuperação de estudos alinhados aos objetivos da tese.

Gil (2008) observa que o planejamento cuidadoso das buscas estruturadas é crucial, destacando que a clareza na formulação das palavras-chave e o uso de operadores booleanos, como AND, OR e NOT, proporcionam maior precisão na recuperação dos dados. Bardin (2021), por sua vez, enfatiza a importância da codificação como parte essencial desse processo, pois, ao estruturar as buscas, o pesquisador categoriza os dados e organiza as informações obtidas para facilitar a análise e gerar resultados confiáveis.

Além disso, Cerrão, Castro e Jesus (2018) destacam que as buscas estruturadas não se limitam ao aspecto técnico, mas também requerem uma compreensão teórica sobre a temática de interesse. Ao realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), o pesquisador utiliza buscas estruturadas para identificar estudos em bases de dados relevantes.

A plataforma StArt, integrada à pesquisa científica, apresenta-se como uma solução que auxilia, em um primeiro momento, na organização e, posteriormente, na análise dos dados extraídos, promovendo transparência e sistematização em todo o processo (UFSCAR, 2023).

A análise criteriosa dos documentos obtidos é um aspecto destacado por Flick (2009), que salienta que o sucesso das buscas depende da capacidade do pesquisador de interpretar os dados coletados. Além disso, o autor argumenta que a categorização de informações é fundamental para transformar os achados em conhecimento aplicável.

Yin (2015), especializado em estudos qualitativos, também enaltece a relevância das buscas estruturadas na investigação científica. Ele aponta que o processo de busca e análise deve garantir a triangulação das fontes, oferecendo maior validade e confiabilidade aos resultados.

Dessa forma, é evidente que as buscas estruturadas não se limitam à coleta de dados, mas constituem um método que organiza e fundamenta a pesquisa. Quando bem aplicadas, promovem a transparência e a precisão dos resultados, fortalecendo o rigor científico e a qualidade da investigação.

Nesta tese o espaço amostral limitou-se a utilização das bases de dados BRAPCI e BDTD, consolidando a abrangência e a legitimidade das buscas. Este processo, conforme Marconi e Lakatos (2007), deve ser complementado por uma criteriosa filtragem dos materiais, considerando critérios de inclusão e exclusão bem estabelecidos.

Com base nos princípios de Bardin (2021) sobre a análise documental, a codificação dos dados recuperados promoveu a sistematização de categorias temáticas, contribuindo para a compreensão aprofundada dos fenômenos investigados. Essa abordagem garante que os resultados obtidos sejam confiáveis e replicáveis, fortalecendo a validade científica do estudo.

5 UNIDADES DE REGISTROS, CODIFICAÇÕES E CATEGORIZAÇÕES

Nesta seção descreveremos as Unidades de Registro do ODS 4 elencadas neste trabalho bem como suas codificações (etiquetas/palavras-chave) que possibilitaram as categorizações dos textos e das leis analisadas nesta tese.

5.1 Unidades de Registros do ODS 4 da Agenda 2030 – ONU

Segue uma análise aprofundada da definição das Unidades de Registro (UR) aplicadas ao ODS 4 da Agenda 2030, segundo os preceitos de Bardin (2021). Essa metodologia propõe que o pesquisador identifique segmentos de textos, sejam palavras, frases ou parágrafos, que carreguem significados específicos e relevantes para a análise do conteúdo.

No caso do ODS 4, que visa “garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, as UR devem refletir os eixos temáticos essenciais, como inclusão, equidade, qualidade, oportunidades, métodos pedagógicos, capacitação e infraestrutura, entre outros.

Para definir as UR a partir de um corpus que discuta o ODS 4, o pesquisador deve:

- **Determinar o nível de segmentação:** Decidir se a menor unidade passível de análise será uma única palavra, uma expressão ou uma frase completa. No contexto do ODS 4, muitas vezes o sentido se completa em frases que apresentam propostas, metas ou desafios na área educacional.
- **Identificar elementos semânticos essenciais:** Analisar o corpus em busca de termos e expressões que dialoguem com os objetivos e metas do ODS 4, como “educação inclusiva”, “qualidade de ensino”, “aprender ao longo da vida” e “redução de disparidades”. Cada um desses elementos pode representar uma UR caso

contenha um conceito que contribua para a interpretação dos dados.

- **Manter a coesão com os subtemas do ODS 4:** A partir das macros e microestruturas do discurso que podem incluir aspectos da legislação, políticas públicas, indicadores de desempenho e inovações pedagógicas, as UR devem representar esses múltiplos ângulos. Assim, o processo envolve tanto a identificação das ideias centrais quanto a segmentação minuciosa para permitir uma análise aprofundada.

A seguir seguem as Unidades de Registro (UR) extraídas do ODS 4:

Quadro 2 – Unidades de Registro da ODS 4 da Agenda 2030.

Unidade de Registro	Justificação / Temática Abordada
"Garantir uma educação inclusiva para todos"	Destaca a meta central do ODS 4, que é assegurar inclusão no acesso à educação.
"Promover uma educação equitativa e de qualidade"	Enfatiza os pilares de equidade e qualidade, essenciais para a transformação educativa proposta no ODS 4.
"Universalizar o acesso à educação em todos os níveis"	Reflete o compromisso de ampliar o acesso à educação em diferentes etapas e modalidades do ensino.
"Reduzir as desigualdades educacionais"	Evidencia a necessidade de diminuir disparidades regionais e sociais para uma educação mais justa.
"Assegurar a formação continuada de professores"	Ressalta a importância de capacitar os profissionais da educação para manter e elevar a qualidade do ensino.
"Ampliar a infraestrutura escolar e os ambientes de aprendizagem"	Sublinha a necessidade de investir em estruturas físicas e tecnológicas que sustentem um ensino de qualidade.
"Incorporar tecnologias e práticas inovadoras no ensino"	Aborda a integração de recursos digitais e metodologias modernas, fundamentais na era da educação digital.
"Adaptar currículos às realidades culturais e regionais"	Destaca a importância de ter conteúdos adaptados à diversidade cultural e às especificidades regionais, promovendo a equidade.
"Fortalecer a gestão democrática nas instituições de ensino"	Enfatiza a participação dos diversos atores escolares na tomada de decisões e na implementação de políticas educativas.
"Integrar a educação formal e não formal para um aprendizado integral"	Reflete a proposta de ampliar os espaços de aprendizagem, valorizando também experiências extracurriculares e informais.
"Assegurar a inclusão de alunos com necessidades especiais"	Foca na garantia de acesso e apoio especializado para alunos que demandam adaptações curriculares, reforçando a educação inclusiva.
"Promover a equidade de gênero no acesso e na permanência na educação"	Ressalta a importância de oferecer oportunidades educacionais iguais para meninos e meninas, combatendo disparidades de gênero.
"Monitorar e avaliar indicadores de desempenho e qualidade do ensino"	Enfatiza a necessidade de acompanhar os resultados e avanços do sistema educacional para orientar melhorias contínuas.

"Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras"	Aponta para a promoção de métodos e abordagens pedagógicas que estimulem a criatividade e a atualização constante da educação.
"Estabelecer parcerias estratégicas para o desenvolvimento educacional"	Aborda a articulação entre escolas, governos e sociedade civil para fortalecer a rede de apoio à educação.
"Fomentar a promoção da leitura e do pensamento crítico"	Reflete a importância de desenvolver habilidades essenciais que incentivem o conhecimento e a reflexão crítica dos alunos.
"Expandir as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida"	Destaca a meta de oferecer educação contínua em diferentes fases da vida, indo além da escolarização formal inicial.
"Integrar a educação com os desafios do desenvolvimento sustentável"	Associa o processo educativo aos objetivos de sustentabilidade, evidenciando a inter-relação entre educação e meio ambiente.
"Digitalizar o ensino e assegurar o acesso à era digital"	Enfatiza a necessidade de modernizar o ensino com recursos digitais, garantindo que todos acompanhem as transformações tecnológicas.
"Implementar políticas públicas robustas para a transformação do sistema educacional"	Foca na criação e execução de estratégias públicas que promovam mudanças estruturais e significativas na educação.

Fonte: ONU (2024). Elaborada pelo Autor (2024).

A sistematização das Unidades de Registro (UR) relacionadas ao ODS 4 da Agenda 2030 permitiu construir uma cartografia conceitual que traduz os compromissos educacionais em ação discursiva. Ao aplicar a codificação a *posteriori*, identificaram-se, a partir da leitura flutuante, temas que expressam tensões, urgências e transformações exigidas por uma educação que se pretende equitativa, inclusiva e integral (Bardin, 2021).

As palavras-chave emergentes, como "formação continuada", "infraestrutura", "acessibilidade", "equidade de gênero", "promoção da leitura" e "educação ao longo da vida", refletem valores que se repetem em diversas investigações voltadas à análise crítica da educação pública. Estudos recentes sobre bibliotecas escolares, redes educativas e práticas culturais no espaço informacional apontam que a concretização das metas propostas pelo ODS 4 exige o fortalecimento de políticas públicas sustentáveis e participativas.

Diversos artigos analisam essas questões sob diferentes prismas: alguns discutem a carência estrutural nas regiões do interior brasileiro, outros demonstram a importância de estratégias colaborativas entre bibliotecas escolares e sistemas de ensino, e há ainda aqueles que relacionam o avanço educacional com os preceitos de desenvolvimento sustentável. Em comum, os

trabalhos revelam que a codificação dos registros não apenas identifica tópicos recorrentes, mas traduz compromissos éticos e políticos que atravessam as práticas educacionais.

A análise das UR também evidencia a interconexão entre inclusão digital, gestão democrática e práticas pedagógicas inovadoras como elementos centrais para superar desigualdades educacionais históricas. Ao associar essas temáticas aos códigos derivados, tornou-se possível compreender como o ODS 4 se concretiza em ambientes formais e informais de aprendizagem, orientando um projeto educacional pautado na diversidade, na justiça social e na construção coletiva do conhecimento.

Com isso, o processo de codificação reforça que os princípios da Agenda 2030 não são apenas pautas internacionais, mas horizontes viáveis de transformação local. Ao reconhecê-los nos documentos acadêmicos que tratam da realidade brasileira, esta tese reafirma que a educação pode ser a principal via de superação das assimetrias, promovendo práticas que vão além da escolarização e alcançam o desenvolvimento humano em sua plenitude.

5.2 Codificando as UR do ODS 4 da Agenda 2030 - ONU

A codificação consiste em atribuir a cada unidade de registro um ou mais códigos – que são etiquetas ou palavras-chaves – que representem os conceitos ou temas que emergem no texto. Essa etapa pode ser feita de duas maneiras (Bardin, 2021):

- *A priori*: quando os códigos são definidos antes da análise, com base em um referencial teórico (por exemplo, os componentes já delineados no ODS 4, como "inclusão", "qualidade" e "oportunidades").
- *A posteriori*: quando os códigos emergem de uma leitura detalhada do corpus.

No caso específico desta tese, o procedimento analítico desenvolveu-se em duas etapas metodologicamente distintas. Inicialmente, realizou-se o levantamento das unidades de registro (UR), bem como a definição e a categorização prévia dos eixos analíticos correspondentes à ODS 4 da Agenda 2030, caracterizando essa primeira fase como *a priori*, uma vez que as categorias foram estabelecidas antes do exame aprofundado do corpus documental. Em um segundo momento, procedeu-se à leitura de toda a

documentação pertinente ao tema, utilizando-se da técnica da leitura flutuante, conforme descrita por Bardin (2021), com o objetivo de possibilitar uma apreensão global e não sistemática inicial do material. A partir dessa leitura, realizou-se a categorização do conteúdo documental, agora orientada pelos sentidos emergentes do texto, configurando, assim, uma etapa *a posteriori*, na qual as categorias previamente definidas foram mobilizadas e refinadas à luz do material empírico, assegurando rigor metodológico e coerência analítica no processo de Análise de Conteúdo.

Quadro 3 – Codificação das UR referente ao ODS 4 da Agenda 2030

Unidade de Registro	Códigos Atribuídos
"Garantir uma educação inclusiva para todos"	Inclusão; Acesso Universal
"Promover uma educação equitativa e de qualidade"	Equidade; Qualidade
"Universalizar o acesso à educação em todos os níveis"	Universalização; Acesso
"Reduzir as desigualdades educacionais"	Desigualdades; Justiça Social
"Assegurar a formação continuada de professores"	Capacitação; Formação Continuada
"Ampliar a infraestrutura escolar e os ambientes de aprendizagem"	Infraestrutura; Ambientes de Aprendizagem
"Incorporar tecnologias e práticas inovadoras no ensino"	Tecnologia; Inovação Pedagógica
"Adaptar currículos às realidades culturais e regionais"	Currículo Adaptado; Contextualização Cultural
"Fortalecer a gestão democrática nas instituições de ensino"	Gestão Democrática; Participação Comunitária
"Integrar a educação formal e não formal para um aprendizado integral"	Educação Integral; Integração Formal/Informal
"Assegurar a inclusão de alunos com necessidades especiais"	Inclusão Especial; Acessibilidade
"Promover a equidade de gênero no acesso e na permanência na educação"	Equidade de Gênero; Igualdade de Oportunidades
"Monitorar e avaliar indicadores de desempenho e qualidade do ensino"	Monitoramento; Avaliação de Desempenho
"Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras"	Pesquisa; Inovação Pedagógica
"Estabelecer parcerias estratégicas para o desenvolvimento educacional"	Parcerias Estratégicas; Colaboração Intersetorial
"Fomentar a promoção da leitura e do pensamento crítico"	Promoção da Leitura; Pensamento Crítico
"Expandir as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida"	Aprendizagem Contínua; Lifelong Learning
"Integrar a educação com os desafios do desenvolvimento sustentável"	Desenvolvimento Sustentável; Integração Educacional Ambiental
"Digitalizar o ensino e assegurar o acesso à era digital"	Digitalização; Inclusão Digital
"Implementar políticas públicas robustas para a transformação do sistema educacional"	Políticas Públicas; Transformação Educacional

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor (2024).

A codificação das Unidades de Registro (UR) referenciadas frente ao ODS 4 da Agenda 2030, possibilitou identificar os núcleos temáticos que sustentam os discursos normativos e acadêmicos voltados à promoção de uma educação transformadora. Realizada de forma *a posteriori*, conforme a orientação metodológica adotada, a codificação emergiu da leitura flutuante dos documentos e foi decisiva para elencar os princípios que constituem a base dos compromissos educacionais firmados internacionalmente.

O Quadro 3 apresenta vinte UR derivadas diretamente dos enunciados do ODS 4, codificadas em pares conceituais que evidenciam a natureza interdisciplinar e transversal da educação prevista pela Agenda 2030. Códigos como Inclusão, Equidade, Acesso Universal, Justiça Social e Formação Continuada revelam o direcionamento ético dessas metas, que não se restringem à ampliação do acesso à educação, mas promovem condições efetivas de permanência e aprendizagem em contextos diversos.

Notavelmente, os termos “Infraestrutura”, “Ambientes de Aprendizagem” e “Tecnologia” aparecem com frequência, apontando para uma preocupação com os meios e os recursos físicos e digitais que sustentam o ensino de qualidade. Esses elementos reforçam o papel das políticas públicas na viabilização de práticas pedagógicas que atendam às exigências contemporâneas de inovação e digitalização, sem negligenciar a diversidade cultural e regional.

A presença de categorias como Gestão Democrática, Currículo Adaptado, Colaboração Intersetorial e Educação Integral demonstra uma ampliação dos horizontes da educação formal, na medida em que se reconhece a importância da participação comunitária e da integração entre diferentes esferas do saber. Além disso, conceitos como Promoção da Leitura, Pensamento Crítico e *Lifelong Learning* reafirmam o caráter formativo da educação ao longo da vida e seu vínculo com a autonomia intelectual e cidadã.

O conjunto de códigos sistematizado no Quadro 3 não apenas organiza semanticamente os conteúdos da Agenda 2030, mas evidencia uma leitura crítica dos caminhos possíveis para sua concretização. Ao integrar aspectos estruturais, pedagógicos e sociais, os registros codificados expressam a complexidade das metas educativas globais e reiteram a necessidade de contextualizá-las na formulação de políticas públicas locais.

Assim, o processo de codificação empreendido nesta etapa da tese não se limitou à classificação técnica de conteúdo: foi também um exercício interpretativo comprometido com a justiça educacional, a equidade e a sustentabilidade, valores centrais que atravessam o ODS 4 como projeto de sociedade.

5.3 Categorização da documentação selecionada preliminarmente na RSL

A categorização da documentação selecionada é um passo indispensável para a organização e análise dos dados obtidos na RSL. Este processo é ancorado na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2021), que permite desmembrar as informações em categorias temáticas, facilitando a interpretação e a construção de inferências relevantes.

Segundo Bardin (2021), a categorização é uma etapa essencial da análise de conteúdo, utilizada principalmente em pesquisas qualitativas. Esse processo consiste em agrupar elementos semelhantes dentro de categorias, permitindo uma melhor organização e interpretação dos dados.

A categorização segue alguns princípios fundamentais:

- **Exclusão mútua:** Cada unidade de análise deve pertencer a apenas uma categoria.
- **Homogeneidade:** Os elementos dentro de uma categoria devem ter características comuns.
- **Pertinência:** As categorias devem estar alinhadas com os objetivos da pesquisa.
- **Objetividade:** A definição das categorias deve ser clara e precisa.
- **Produtividade:** As categorias devem permitir uma análise rica e significativa dos dados.

O primeiro passo para a categorização, nesta tese, foi a aplicação da análise categorial, conforme Gil (2008), que consistiu na identificação e agrupamento das principais ideias presentes nos documentos recuperados. Este método visa reduzir a complexidade do conteúdo, sem comprometer a integridade das informações. Os critérios adotados para a categorização foram definidos a partir dos objetivos da tese, priorizando temáticas como "estruturas de redes de bibliotecas", "indicadores de sustentabilidade" e "interrelações com a Agenda 2030 e o ODS 4".

De acordo com Flick (2009), a categorização deve ser conduzida com rigor técnico e atenção aos detalhes, uma vez que esta etapa fornece os insumos necessários para a triangulação das fontes. Nesse contexto, a análise das relações entre os documentos categorizados evidenciou padrões e lacunas que orientaram as discussões subsequentes.

Além disso, a utilização de ferramentas digitais, como o StArt, potencializou a capacidade de identificar categorias emergentes a partir dos dados codificados, permitindo um olhar mais crítico e aprofundado sobre os materiais. Este processo foi enriquecido por citações ainda não exploradas de autores como Campello (2012), que enfatiza a importância das bibliotecas escolares como centros de dinamização da informação e cultura.

Dessa forma, a categorização cumpriu um papel fundamental não apenas na sistematização dos dados coletados, mas também na revelação de tendências, desafios e potencialidades relacionados às redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul. As categorias formadas permitiram estabelecer conexões significativas entre os documentos analisados, evidenciando como os elementos estruturais das redes, os indicadores de sustentabilidade e os compromissos com a Agenda 2030 convergem ou se distanciam nos contextos nacionais. Esta etapa consolidou a base empírica da tese, assegurando coerência entre os objetivos e os resultados obtidos. A partir deste ponto, o estudo avança para uma análise mais refinada e descritiva das categorias propriamente ditas. O próximo tópico (4.3.1) será dedicado à exploração detalhada das estruturas das redes de bibliotecas escolares públicas, considerando suas configurações institucionais, modelos organizacionais e articulações com políticas públicas informacionais e educacionais.

5.3.1 Artigos selecionados a partir da RSL na plataforma START

A partir do protocolo desenvolvido, o qual consta em anexo no Apêndice A desta tese, foi possível recuperar 15 artigos que potencialmente se enquadravam na temática proposta. Esses estudos foram selecionados com base nos critérios previamente estabelecidos e encontram-se descritos e sistematizados no quadro a seguir, o que possibilita maior transparência

metodológica e facilita a compreensão do processo de seleção do corpus analítico:

Quadro 4 – Artigos pré-selecionados a partir do protocolo desenvolvido via plataforma StArt

Título	Autores	Ano de publicação
Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades	VIANA, L.; PIERUCCINI, I.	2015
Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2017
Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê	ALMEIDA, P.	2017
Biblioteca escolar e sala de leitura	SANTOS, P. S.	2018
Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar	CASTRO FILHO, C. M.	2018
Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2018
Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo	CASTRO FILHO, C. M.	2018
Rede de bibliotecas escolares: características	JESUS, M. F.; ARAÚJO, L. M.; CASTRO FILHO, C. M.	2019
Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos	CAMILLO, E. S.; JESUS, M. F.; CASTRO FILHO, C. M.	2019
Redes de Bibliotecas Escolares Brasileiras: contribuições no processo educativo	BARBOSA, E. T.; PEREIRA, G.	2020
Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões	MENDES, L.; PORTO, M. P.; FIORAVANTE, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; FIORAVANTE, E.	2021
Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários	PEREIRA, E.; FIORAVANTE, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; FIORAVANTE, E.	2022
Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul	SILVA, W. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2023
Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil	LOPES, L. M.; SOUZA, R. J.	2023
Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal - diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares	LIMA, A. F.	2023

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir realizamos o enquadramento dos artigos em duas grandes categorias:

- Redes de Bibliotecas Escolares Públicas
- Agenda 2030 e ODS 4

Redes de Bibliotecas Escolares Públicas

- Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões:** Mendes *et al.* (2021) destacam que "as redes de bibliotecas escolares no Brasil representam uma estratégia central para fomentar o compartilhamento de recursos e a colaboração entre instituições educacionais." Esse artigo foi categorizado em redes de bibliotecas escolares devido ao seu enfoque na interconexão de instituições e na troca de recursos.
- Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários:** Pereira *et al.* (2022) afirmam que "as redes de bibliotecas escolares podem apresentar abordagens diferenciadas, adaptando-se às realidades específicas de cada cenário educacional." Esse estudo foi classificado como parte do tema redes de bibliotecas escolares pelo aprofundamento em cenários variados de implementação.
- Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto:** Camillo *et al.* (2017) apontam que "a construção de redes de bibliotecas escolares em Ribeirão Preto pode fortalecer o acesso à informação e ampliar o alcance das práticas educacionais locais." Categorizei este artigo como relacionado a redes de bibliotecas escolares por sua análise das possibilidades no interior paulista.
- Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo:** Castro Filho (2018) descreve que "o programa de redes de bibliotecas escolares em Portugal oferece um modelo de gestão baseado em boas práticas e integração entre instituições." Este trabalho foi incluído na categoria devido ao seu impacto internacional na gestão de redes.
- Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos:** Camillo *et al.* (2019) argumentam que "a manutenção de recursos nas redes de bibliotecas escolares é fundamental para garantir a continuidade e eficiência no acesso à informação." Este artigo está relacionado à sustentabilidade e preservação das redes.

Agenda 2030 e ODS 4

- Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul:** Silva e Castro Filho (2023) afirmam que "as redes de bibliotecas escolares

públicas podem desempenhar um papel estratégico na implementação do ODS 4, promovendo práticas educativas alinhadas às metas globais." Este artigo foi categorizado em Agenda 2030 e ODS 4 por seu enfoque na integração com políticas sustentáveis.

- b. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar:** Castro Filho (2018) destaca que "as bibliotecas escolares podem ser agentes catalisadores na implementação das metas da Agenda 2030, especialmente no que diz respeito ao acesso equitativo à educação." Este artigo foi categorizado em Agenda 2030 e ODS 4 devido à sua contribuição para práticas sustentáveis no campo educacional.
- c. **Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil:** Lopes e Souza (2023) destacam que "iniciativas como o Projeto Palavras Andantes reforçam o papel das bibliotecas escolares como ferramentas de transformação social e educacional, alinhadas às metas do ODS 4." Este artigo foi categorizado devido à sua abordagem prática relacionada às políticas públicas e Agenda 2030.

5.3.2 Textos não aprovados nos critérios de qualidade e pertinência, referente ao tema proposto

Após a revisão da lista de artigos previamente selecionados, foi percebido que alguns textos da lista original não atendiam aos padrões de qualidade e pertinência descritos no protocolo de nossa RSL. Aqui estão esses textos e as razões para sua exclusão:

- a. **Biblioteca escolar e sala de leitura:** Este artigo discute a função pedagógica das bibliotecas escolares e salas de leitura, mas sua abordagem não está diretamente vinculada às categorias de redes de bibliotecas escolares públicas ou Agenda 2030 e ODS 4. Ele se concentra em temas como mediação de leitura e organização de espaços escolares, que divergem dos recortes solicitados (Santos, 2018).
- b. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades:** Embora trate de políticas públicas e suas implicações para bibliotecas escolares, seu foco não se relaciona diretamente às categorias redes de bibliotecas escolares públicas ou Agenda 2030 e ODS 4, mas sim a discussões mais amplas sobre possibilidades de integração no ambiente escolar (Viana; Pieruccini, 2015).

- c. **Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê:** Este texto explora métodos de avaliação da qualidade das bibliotecas escolares, mas não se alinha especificamente às categorias de redes de bibliotecas escolares públicas ou Agenda 2030 e ODS 4, focando-se em critérios e indicadores de avaliação (Almeida, 2017).
- d. **Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal - diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares:** O artigo trata de diretrizes comparativas entre Brasil e Portugal para a formação de bibliotecas escolares, mas não aborda diretamente os temas de redes de bibliotecas escolares públicas ou Agenda 2030 e ODS 4, focando-se mais em diretrizes gerais de construção e organização (Lima, 2023).

Os artigos da subseção 5.3.2 não foram diretamente relacionados às categorias solicitadas (Redes de bibliotecas escolares públicas, Agenda 2030 e ODS 4). Embora importantes, eles exploram outras temáticas, como organização, políticas públicas amplas ou avaliação de bibliotecas, que não se alinham com o recorte específico proposto para a categorização desta tese. O quadro a seguir relaciona somente os artigos relacionados diretamente ao tema.

Quadro 5 – Produção Científica sobre Redes de Bibliotecas Escolares Públicas: Interfaces entre Políticas, Educação e Sustentabilidade Informacional⁶

Título	Codificação	Unidades de Registro	Categoria	Autor	Ano de publicação
Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto	Formação e integração de redes escolares	Interconexão regional; estrutura colaborativa entre bibliotecas escolares públicas.	Redes de bibliotecas escolares públicas	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2017
Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na chave da biblioteca escolar	Educação sustentável e alinhamento ao ODS 4	ODS 4 como meta prioritária; papel das bibliotecas na educação sustentável e inclusiva.	Agenda 2030 e ODS 4	CASTRO FILHO, C. M.	2018
Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos	Recursos insuficientes e suporte político	Déficit de recursos em bibliotecas escolares públicas; necessidade de políticas públicas de apoio.	Redes de bibliotecas escolares públicas	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2018
Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo	Boas práticas e eficiência colaborativa	Modelo de boas práticas em redes escolares; estruturação de redes colaborativas eficientes.	Redes de bibliotecas escolares públicas	CASTRO FILHO, C. M.	2018

⁶ Neste quadro estão excluídos os artigos que foram considerados não aderentes ao tema proposto pela pesquisa e que está descrito no apêndice A.

Título	Codificação	Unidades de Registro	Categoria	Autor	Ano de publicação
Rede de bibliotecas escolares: características	Características estruturais e benefícios colaborativos	Desenho de redes de bibliotecas escolares; benefícios da estrutura colaborativa em rede.	Redes de bibliotecas escolares públicas	JESUS, M. F.; ARAÚJO, L. M.; CASTRO FILHO, C. M.	2019
Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos	Financiamento e sustentabilidade	Sustentabilidade das redes de bibliotecas escolares; importância do financiamento público contínuo.	Redes de bibliotecas escolares públicas	CAMILLO, E. S.; JESUS, M. F.; CASTRO FILHO, C. M.	2019
Redes de Bibliotecas Escolares Brasileiras: contribuições no processo educativo	Colaboração e impacto na educação	Impacto positivo no processo educacional; colaboração entre bibliotecas escolares públicas.	Redes de bibliotecas escolares públicas	BARBOSA, E. T.; PEREIRA, G.	2020
Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões	Conceitos e integração no contexto acadêmico	Definições acadêmicas sobre redes de bibliotecas escolares; importância da integração entre bibliotecas no Brasil.	Redes de bibliotecas escolares públicas	MENDES, L.; PORTO, M. P.; FIORAVANTE, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; FIORAVANTE, E.	2021
Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários	Cenários colaborativos e desafios interinstitucionais	Análise de cenários para redes colaborativas; desafios e oportunidades na integração de bibliotecas escolares.	Redes de bibliotecas escolares públicas	PEREIRA, E.; FIORAVANTE, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; FIORAVANTE, E.	2022
Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul	Práticas Educativas inclusivas alinhadas ao ODS 4	Contribuições para o ODS 4; educação inclusiva promovida por redes de bibliotecas escolares públicas.	Agenda 2030 e ODS 4	SILVA, W. S.; CASTRO FILHO, C. M.	2023
Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil	Coletividade e suporte à leitura	Incentivo à leitura e coletividade; políticas públicas como suporte ao hábito de leitura.	Redes de bibliotecas escolares públicas	LOPES, L. M.; SOUZA, R. J.	2023

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

A escolha pela análise de conteúdo nesta tese está ancorada na necessidade de compreender os textos científicos em sua pluralidade discursiva, desvelando sentidos que extrapolam a literalidade. No campo da Ciência da Informação, essa abordagem possibilita identificar campos semânticos, tensões epistêmicas e arranjos argumentativos que emergem da interação entre práticas informacionais, políticas públicas e discursos educacionais. A codificação *a posteriori* utilizada respeita a organicidade dos dados, permitindo que os

sentidos sejam derivados da experiência interpretativa sobre o corpus, em diálogo com os princípios estruturantes do ODS 4.

As UR previamente sistematizadas nesta seção foram empregadas como referenciais analíticos, formando uma cartografia conceitual alinhada aos seguintes eixos: educação inclusiva, promoção da leitura, infraestrutura escolar, formação continuada de docentes, gestão democrática, equidade de gênero, sustentabilidade informacional, aprendizagem ao longo da vida, entre outros.

Neste contexto a análise revelou que as redes de bibliotecas escolares não se constituem apenas como arranjos técnicos ou administrativos, mas como ecossistemas informacionais comprometidos com a justiça educacional, a formação crítica e a promoção da cidadania. Os artigos analisados reconfiguram o papel da biblioteca escolar pública como espaço político e simbólico, capaz de mediar saberes e tensionar desigualdades históricas por meio de práticas colaborativas.

A constituição de redes de bibliotecas escolares públicas configura-se como estratégia relevante para a promoção do acesso democrático à informação, fortalecimento da coletividade e melhoria das práticas educativas. Diversos estudos evidenciam a importância dessas redes como espaços de colaboração, compartilhamento de recursos e construção de políticas públicas mais eficazes (Camillo; Castro Filho, 2017; Jesus; Araújo; Castro Filho, 2019).

Autores como Silva e Castro Filho (2023), Mendes *et al.* (2021) e Camillo *et al.* (2017–2019) demonstram, em diferentes contextos, como a estruturação em rede pode maximizar o potencial de transformação das bibliotecas escolares, desde que acompanhadas por políticas públicas robustas, financiamento contínuo e formação docente orientada à inclusão. A convergência com os indicadores do ODS 4, como infraestrutura escolar, promoção da leitura, educação integral e aprendizagem ao longo da vida, é recorrente e estratégica.

A análise conjunta dos quadros 5 e 6 revela não apenas o crescimento do interesse acadêmico por esse tema, mas também a diversidade de abordagens adotadas ao longo dos anos. Enquanto o quadro 4 apresenta um panorama cronológico e autoral das produções, o quadro 5 aprofunda os conteúdos temáticos, codificações e categorias conceituais que sustentam o debate sobre as redes. A articulação entre essas duas fontes permite traçar uma linha

evolutiva da reflexão crítica sobre políticas públicas, Agenda 2030 e práticas colaborativas em bibliotecas escolares.

Inicialmente, Viana e Pieruccini (2015) destacam a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização das bibliotecas escolares, ressaltando sua função para além do armazenamento de livros. Essa visão é ampliada em Castro Filho (2018), que relaciona as metas da Agenda 2030, especialmente o ODS 4, ao papel educativo e inclusivo das bibliotecas como agentes de transformação social. Essa mesma perspectiva é retomada por Silva e Castro Filho (2023), que identificam práticas informacionais e educacionais alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

A dimensão colaborativa é aprofundada por Camillo e Castro Filho (2018), ao apontarem a escassez de recursos no interior paulista como fator limitador à consolidação de bibliotecas escolares autônomas, tornando as redes uma solução viável. Tais aspectos encontram respaldo no quadro 5, na qual se identifica a categoria “recursos insuficientes e suporte político” como unidade de registro crítica. Por sua vez, obras como as de Mendes *et al.* (2021) e Pereira *et al.* (2022) discutem o conceito de rede, seus contornos teóricos e os desafios interinstitucionais envolvidos em sua implementação, sendo categorizadas no quadro 5 como “conceitos e integração no contexto acadêmico” e “cenários colaborativos”.

No contexto internacional, Castro Filho (2018) apresenta o caso português como modelo de articulação eficiente entre bibliotecas escolares, e Lima (2023) propõe diretrizes e orientações que podem ser adaptadas ao cenário brasileiro. Ainda que as características estruturais e os discursos sobre financiamento revelem obstáculos (Camillo; Jesus; Castro Filho, 2019), a literatura converge para a necessidade de políticas contínuas e participativas. Lopes e Souza (2023) reforçam essa ideia ao analisarem o projeto Palavras Andantes, destacando a coletividade como pilar central na formação de leitores.

Diante disso, a constituição de redes de bibliotecas escolares públicas deve ser compreendida como um processo dinâmico e sistêmico, que articula infraestrutura, formação continuada, práticas pedagógicas e participação comunitária, visando não apenas à melhoria da qualidade educacional, mas à consolidação de uma cultura de leitura, informação e cidadania. Os quadros e as tabelas analisadas fornecem suporte empírico e teórico para consolidar esse

entendimento, evidenciando que a integração entre produção acadêmica e prática institucional é condição essencial para o avanço das redes colaborativas escolares.

6 ESTRUTURAÇÃO DE REDES NACIONAIS DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS NA AMÉRICA DO SUL

Nesta seção, elencaremos os países que compõem a América do Sul e suas iniciativas para a elaboração e estruturação de suas redes nacionais de bibliotecas escolares públicas.

6.1 Breve panorama sobre a estruturação das redes nacionais de bibliotecas escolares na América do Sul

O espaço geográfico situado ao sul do continente americano, intitulado convencionalmente como América do Sul, é composto por 12 países com soberania nacional e 4 (quatro) territórios não independentes, considerados pertencentes a outras nações (IBGE, 2023).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa demográfica da região, no ano de 2022, já ultrapassava os 424.000.000 de habitantes (aproximadamente 5% da população mundial), circunscrita em um território de aproximadamente 17.707.471 km² (cerca de 12% da área continental do globo). Na maioria dos países, o espanhol é o idioma oficial, excetuando-se o Brasil, onde o português é a língua oficial. Em alguns territórios ou subregiões, também se adotam outras línguas, como francês, holandês, inglês e variações de línguas indígenas (IBGE, 2023).

Outra característica muito importante da América do Sul é a supremacia numérica de adeptos às religiões de cunho cristão, principalmente católica, em detrimento às demais (muçulmana, judaica, budista, hinduísta etc.), espalhadas por todo território, herança histórica responsável pela consolidação das estruturas burocráticas dos estados, bem como mecanismo de influência direta nas ações político-sociais, desde os primórdios coloniais, datadas a partir do século XVI, até os dias atuais (Guitarrara, 2024).

Mapa 1 – Países pertencentes a América do Sul



Fonte: Autor desconhecido, 2024.

A América do Sul tem uma importância econômica estratégica para o resto do mundo, principalmente, nos setores de energia (petróleo, gás natural e energias limpas), agronomia (proteína animal, café, sucos concentrados, grãos, etc.) e de exportação de minérios.

Podemos destacar que entre os 20 maiores produtores e exportadores de petróleo do globo, pelo menos, 3 (três) fazem parte deste grupo (Brasil, Colômbia e Venezuela); a maior floresta tropical preservada do planeta concentra-se nesta região, sendo que o seu real potencial para produção de títulos de carbono não é totalmente conhecido, considerado hoje um dos bens mais preciosos para a manutenção da evolução contínua das indústrias de transformação e do comércio global como um todo (OCDE, 2024).

No cenário político os países que compõem a América do Sul são classificados como estados democráticos, estruturados em poder executivo, legislativo e judiciário, autônomos entre si, e, que, em sua maioria, dispõe de reconhecimento internacional sobre a legitimidade das autoridades constituídas, exceção da Bolívia e Venezuela, que vêm enfrentado duras críticas internacionais sobre a lisura de seus últimos processos eleitorais, o mais recente foi o caso da eleição presidencial venezuelana que reconduziu ao cargo Nicolás Maduro.

O governo brasileiro por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ainda não reconheceu a legitimidade do último processo eleitoral venezuelano e emitiu a nota à imprensa nº 366, solicitando ações complementares ao governo de Maduro para tal, fato não atendido até o presente momento (Brasil, 2024c).

Neste cenário plural e complexo ao qual nossa sociedade, tida como informacional, está inserida, se faz necessário a elaboração de mecanismos que consigam mensurar, mesmo que parcialmente, as condições de vida de seus habitantes, em *prol* da construção de políticas públicas efetivas que pelo menos tentem minimizar as distorções existentes no seio social.

A partir desta ideia embrionária, no cenário pós-Segunda Guerra, surge a ONU, que hoje possui mais de 193 países como membros, tendo como objetivos para o mundo (ONU, 2015):

- Manutenção da paz.
- Isonomia da justiça internacional.
- Desenvolvimento humano sustentável.

Na tentativa de desvincular a relação direta entre riqueza econômica e desenvolvimento de um povo, país, nação ou região, a ONU, elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ que mensura três aspectos-chave da sociedade (PNUD, 2024):

- Educação.
- Economia.
- Saúde.

A variação deste indicador ocorre em um intervalo entre 0 e 1, onde os melhores classificados estão próximos a 1 e as piores posições no ranking são relegadas aos países em que suas classificações tendem a se aproximar a 0 (PNUD, 2024).

⁷ Segundo dados da PNUD (2024), o IDH é uma medida resumida de uma relação média em divisões-chave do desenvolvimento do ser humano, sendo considerado ideal para o bem-estar do indivíduo ter uma vida longa e saudável, possuir uma escolaridade mínima dentro de uma faixa etária preestabelecida e desfrutar de um padrão de vida economicamente considerado decente. A dimensão saúde mensura a expectativa de vida de uma criança a partir de seu nascimento; a dimensão educação mensura pelo menos dois aspectos importantes: a média de anos efetivamente estudados por adultos com 25 anos ou mais e a quantidade de anos de estudo esperados para as crianças que estão em idade de entrada escolar. Já a dimensão economia mensura a renda nacional bruta *per capita*.

No contexto da mensuração do IDH na América do Sul, cerca de 25% dos países analisados (Argentina, Chile e Uruguai) atingiram no ano de 2022 o nível considerado muito alto, ou seja, uma pontuação superior à 0,800 no índice. Já cerca de 50% das nações verificadas (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru) atingiram o nível considerado alto, onde os países devem atingir uma pontuação entre 0,700 e 0,799. Por fim, cerca de 25% dos países (Bolívia, Suriname e Venezuela) atingiram o nível médio do ranking geral do índice que classifica os países que atingiram uma pontuação que varia entre 0,555 e 0,699.

Neste último levantamento nenhum país pertencente à América do Sul foi considerado como sendo de baixo desenvolvimento humano, sendo relegado a esta classificação prioritariamente países pertencentes ao continente africano (PNUD, 2024).

Tabela 3 – Descrição populacional dos países da sul-americanos⁸

América do Sul – 2022				
País/Região	População	Território/Km ²	Idioma	IDH
Argentina	46.234.830	2.780.400	Espanhol (ESP)	0,849
Bolívia	12.224.110	1.098.580	Espanhol (ESP)	0,698
Brasil	203.062.512	8.515.770	Português (POR)	0,760
Chile	19.603.733	756.700	Espanhol (ESP)	0,860
Colômbia	51.874.024	1.140.619	Espanhol (ESP)	0,758
Equador	18.001.000	256.370	Espanhol (ESP)	0,765
Guiana	808.726	214.970	Inglês (ING)	0,742
Paraguai	6.780.744	406.752	Espanhol* (ESP)	0,731
Peru	34.049.588	1.285.220	Espanhol** (ESP)	0,762
Suriname	618.040	163.820	Holandês (HOL)	0,690
Uruguai	3.422.794	176.220	Espanhol (ESP)	0,830
Venezuela	28.301.696	912.050	Espanhol (ESP)	0,699
América do Sul	424.981.797	17.707.471	(ESP), (HOL), (ING) e (POR)	0,762

Fonte: IBGE 2022 e PNUD, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Dada a importância estratégica da América do Sul e o seu grau de desenvolvimento humano, refletido a partir da divulgação dos dados do IDH,

⁸ Alguns países da América do Sul possuem mais que um idioma oficial:

* Espanhol e Guaraní (Paraguai).

** Espanhol, Quíchua e Aimará (Peru).

aparentemente dá-se a impressão de uma região homogênea com poucos problemas econômico-sociais, mas ao contrário, desta falsa impressão, o que temos é um vasto território recortado por dois oceanos (atlântico e pacífico), com grandes variedades, étnicas, culturais, sociais, econômicas, informacionais e educacionais (PNUD, 2024).

Sendo um dos pilares para o desenvolvimento humano, a educação formal ocorre por meio de uma relação direta entre o livro e a leitura, e tem um papel crucial na construção de uma sociedade menos injusta e mais sustentável. A IFLA descreve as bibliotecas, principalmente públicas e escolares, como precursoras fundamentais de apoio à educação, no que tange a formação de cidadãos críticos, culturalmente tolerantes e mais sustentáveis, e, isso, deve ser introduzido já a partir dos primeiros anos da idade escolar, tendo como um elemento adicional a este cenário a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IFLA, 2016b).

Seguindo o direcionamento da IFLA (2016b) e buscando a aproximação aos preceitos da Agenda 2030 e seu ODS 4, no contexto da América do Sul, envidamos esforços nesta tese para demonstrar que um meio para o atingimento dos resultados esperados é o desenvolvimento de redes de bibliotecas escolares públicas nacionais na América do Sul, pois as redes podem possibilitar o compartilhamento de documentos, livros, sistemas, ações, interações culturais, etc. Além de equilibrar o acesso à informação e desonerar o custo operacional ao estado.

Por um maior equilíbrio social e pela diminuição dos bolsões de pobreza e analfabetismo os estados e as nações buscam, cada vez mais, alavancar os níveis de educação e cultura de sua população e isso obrigatoriamente se desenvolve por meio de políticas públicas voltadas diretamente à educação, cultura e informação, amparadas por meio da socialização do livro, leitura e da biblioteca. Uma das ações desenvolvidas na América do Sul são os Planos Nacionais de Livro e Leitura, além de outras ações de mesma envergadura (CERLALC, 2023).

O Brasil foi um dos maiores fomentadores deste tipo de política pública para todas as nações menos assistidas principalmente com ações diretas no continente americano (CERLALC, 2004).

Inserido no contexto destas ações e das políticas públicas desenvolvidas, voltadas ao livro e a leitura, elaboraram-se os Sistemas Nacionais de Bibliotecas Públicas e Escolares, que tem como diretrizes a equalização do acesso à informação, o desenvolvimento de uma rede nacional que interligue todas as bibliotecas (públicas e escolares), além da elevação dos níveis de leitura e raciocínio lógico dos alunos matriculados nas escolas principalmente públicas. Isto se deveu principalmente aos baixos índices apresentados nas últimas edições das avaliações internacionais, que mensura a qualidade do ensino em cada país, como, por exemplo, o PISA (Brasil, 2024a).

O Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC) é um organismo intergovernamental, vinculado a UNESCO, que tem por finalidade a criação de condições para desenvolvimento de sociedades leitoras com ações voltadas à produção, circulação, leitura e a escrita de livros, além da proteção intelectual dos autores (CERLALC, 2023).

Considerado um centro de pesquisa (categoria 2)⁹ o CERLALC foi fundado no ano de 1971, em um Acordo de Cooperação Internacional entre a Colômbia e a UNESCO posteriormente houve a adesão de mais 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Paraguai e Venezuela), vinculado aos programas intersetoriais de educação e comunicação é o único centro no mundo específico para o fomento do livro e leitura (CERLALC, 2023).

Uma das ações propostas pelo centro é o desenvolvimento de um Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI), espaço regionalizado de diálogo, intercâmbio e cooperação orientado aos 21 países membros do CERLALC-UNESCO, sendo seus objetivos:

- Identificar as redes ou sistemas nacionais de bibliotecas públicas e escolares na Iberoamérica, a sua formação, estrutura, âmbito, linhas de ação e sua consolidação institucional, entre outros

⁹ Os centros de pesquisa de categoria 2 auspiciados pela UNESCO são instituições criadas e financiadas pelos Estados Membros para contribuir com os objetivos da UNESCO. Esses centros não fazem parte da UNESCO juridicamente, mas são associados a ela através de acordos oficiais. Eles desempenham um papel importante em atividades globais, regionais e sub-regionais, oferecendo assistência técnica e serviços especializados. Esses centros são polos de excelência em diversas áreas de competência, como educação, ciência, cultura e comunicação. Eles ajudam na implementação das prioridades estratégicas da UNESCO, promovendo a cooperação internacional e regional, a pesquisa, a produção de conhecimento, o aconselhamento de políticas e o desenvolvimento de capacidades (UNESCO, 2024).

aspectos, com vista a estabelecer progressos, áreas prioritárias, possibilidades e os desafios da região em termos de desenvolvimento de bibliotecas.

- Criar espaços permanentes de encontro entre os responsáveis pelos sistemas de bibliotecas da América Latina, a fim de gerar iniciativas de cooperação, intercâmbio de conhecimentos e experiências e o desenvolvimento de iniciativas que promovam o fortalecimento das redes e sistemas nacionais de bibliotecas públicas e escolares.

Apesar de o CERLALC abordar a temática de formação de redes de bibliotecas públicas e escolares no âmbito de toda a América Latina, realizamos um recorte e utilizamos os dados relativos apenas aos países que compõem a América do Sul. Não fazem parte do CERLALC dois países membros da América do Sul (Guiana e Suriname); os demais 10 países são membros e disponibilizaram dados que foram analisados nesta tese. Desta forma, mais de 83% do universo amostral foi analisado, possibilitando, assim, um mapeamento preliminar das redes já existentes, das que estão em vias de desenvolvimento e dos projetos para a elaboração/estruturação das novas redes (CERLALC, 2023).

Na próxima seção abordaremos de forma individualizada as redes de bibliotecas escolares desenvolvidas e/ou em vias de desenvolvimentos de 10 países sul-americanos aos quais conseguimos levantar os dados necessários.

7 SIRBI: SISTEMA IBEROAMERICANO DE REDES NACIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES

Nesta seção, realizaremos a análise dos sistemas nacionais de redes de bibliotecas escolares públicas circunscritos à América do Sul. Utilizaremos os dados fornecidos pelo site oficial do CERLALC, que realiza um trabalho voltado para a educação, o livro, a leitura e as bibliotecas em toda a América Latina, além de Espanha e Portugal, como apoio inicial para o mapeamento das estruturas desenvolvidas por cada país.

7.1 Universo amostral da pesquisa: América do Sul

Conforme a descrição contida na página do CERLALC, o SIRBI é considerado:

[...]um espaço regional de diálogo, intercâmbio e cooperação voltado para os 21 países membros da CERLALC-UNESCO. É composto pelos responsáveis das redes e sistemas nacionais de bibliotecas públicas e escolares, bem como pelos representantes dos países em que o processo de consolidação da rede ainda é incipiente ou não foi consolidado. Trata-se de um programa promovido pelo CERLALC, por meio de sua Gestão de Leitura, Escrita e Bibliotecas, para promover o diálogo e o trabalho articulado entre os países ibero-americanos, com vistas a contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento dos sistemas bibliotecários da região (CERLALC, 2024, tradução própria¹¹).

Apesar de o SIRBI abordar toda a América Latina, além de Espanha e Portugal, o universo amostral de nossa tese ficou restrito à América do Sul pelos motivos elencados anteriormente. A partir desta fase da tese, realizamos a análise individual de cada um dos 10 países escolhidos para compor o corpus do trabalho. Nossas buscas foram concentradas em leis e documentos oficiais que, de alguma forma, se relacionavam com o tema Biblioteca Escolar Pública em Rede. Só após a estruturação de cada panorama nacional, em um segundo momento, realizamos a abordagem de inferências à Agenda 2030 e ao ODS 4 para cada país.

7.2 Argentina

Tango, vinho, neve e tantos outros atrativos naturais e/ou culturais fazem da Argentina uma grande potência turística no cenário mundial. Apesar de sofrer revezes no cenário político que anos a fio foi dominado por uma política populista, a Argentina, ainda assim, goza de grande prestígio internacional e é considerado um dos países mais importantes no cone sul do continente americano, principalmente por seu perfil agroexportador, além do turístico já mencionado anteriormente (Rausch, 2021).

A parceria entre a Argentina e o Brasil alicerçaram as bases para o fortalecimento da representatividade econômica da América do Sul frente aos demais blocos econômicos e geopolíticos do globo, principalmente pela

¹¹ No original: “[...]un espacio regional de diálogo, intercambio y cooperación dirigido a los 21 países miembros del Cerlalc-Unesco. Está conformado por los responsables de las redes y sistemas nacionales de bibliotecas públicas y escolares, así como los representantes de los países en los que el proceso de consolidación de redes es aún incipiente o no se ha consolidado. Este es un programa impulsado por el Cerlalc, a través de su Gerencia de Lectura, Escritura y Bibliotecas, para promover el diálogo y el trabajo articulado entre los países iberoamericanos, con miras a contribuir al fortalecimiento y desarrollo de los sistemas bibliotecarios de la región.

idealização e implementação do MERCOSUL, pois, para os dois países, individualmente, se tem “[...]a percepção de que essa aliança é essencial para fortalecer a nossa autonomia nacional e capacidade de negociação internacional” (Batista Jr., 2024).

Mapa 2 – Representação geográfica do território argentino¹²



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Situada geograficamente no extremo sul das Américas, a Argentina é uma república federativa e seu sistema de financiamento educacional é descentralizado, sendo regulado principalmente pela Lei 26.206/2006 – Lei Geral da Educação em complemento a Lei 26.075/2006 – Lei do Financiamento Educativo (SITEAL-UNESCO, 2024).

A origem dos recursos utilizados na educação é em sua maior parte, oriunda de impostos arrecadados na própria província onde será utilizado e uma pequena parte provém de repasses do governo federal, sendo que o valor a ser utilizado pela educação pode chegar até 6% do PIB e isto está previsto em lei (26.075/2006). A reestruturação da educação a partir dos anos 2000 possibilitou avanços importantes sobre toda sociedade Argentina (SITEAL-UNESCO, 2024).

Nas últimas duas décadas houve a diminuição efetiva do percentual de pessoas consideradas analfabetas, enquanto no início de 2000 cerca 1,5% da

12

- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -38.4161, -63.6167.
- **Sistema Político:** República Federal Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** *La Libertad Avanza*, com o presidente Javier Milei.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$14.187,5 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 0,7%. (SITEAL-UNESCO, 2024)

população argentina era considerada analfabeta, hoje este percentual caiu e está concentrado em aproximadamente 0,7% da população a partir dos 15 anos de idade (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 5 – Taxa de analfabetismo – Argentina

Analfabetismo					
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais		2000	2010	2021	2022
Sexo	Masculino	1,4	1,0	0,9	0,8
	Feminino	1,6	1,1	0,6	0,7
Área geográfica	Urbana	1,5	1,0	0,7	0,7
	Rural	-	-	-	-
Nível de renda	Inferior	2,7	1,7	1,0	1,3
	Médio	1,4	1,1	1,1	1,1
	Superior	0,5	0,3	0,3	0,3
Total		1,5	1	0,7	0,7

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

A partir dos dados preliminares elencados no site oficial do CERLALC-SIRBI (2024), evidencia-se que a Argentina possui uma rede nacional de bibliotecas escolares bem desenvolvida, cuja estrutura será analisada e desvelada ao longo desta tese para, posteriormente, realizarmos inferências entre seus projetos e ações em relação à Agenda 2030 e ao ODS 4. Tal constatação não se limita à identificação de uma organização institucional consolidada, mas aponta, sobretudo, para a existência de diretrizes políticas e pedagógicas articuladas que sustentam o funcionamento sistêmico dessa rede.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender os mecanismos de gestão, financiamento e mediação informacional que operam nesse contexto, bem como as estratégias de integração entre diferentes níveis administrativos e educacionais.

Figura 6 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Argentina


Bibliotecas escolares


Nombre oficial de la red o sistema
 Bibliotecas Escolares y CRA


Entidad
 Biblioteca Nacional de Maestras y Maestros


Responsable
 Laura Mercedes Palomino


Cargo
 Directora, Biblioteca Nacional de Maestras y Maestros


Página web

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

As Leis 25.446/2001, 26.058/2005, 26.206/2006 e 26.917/2013, sancionadas e implementadas pelo governo argentino, têm grande relevância em termos informacionais, culturais e, principalmente, educacionais, pois conseguem ultrapassar a barreira burocrática do que seria apenas uma agenda e passam a desempenhar efetivamente a função de política pública ao “[...]colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (Souza, 2006, p. 26).

Uma das consequências latentes é o histórico de bom desempenho dos alunos argentinos na avaliação PISA se compararmos o seu resultado com os demais países sul-americanos que também participam do exame. Isto ocorre paralelamente ao desenvolvimento das redes de bibliotecas escolares públicas – CRAS (OCDE, 2023).

A Lei 25.446/2001, intitulada como “Lei de Fomento do Livro e da Leitura”, precursora à Lei 26.206/2006, foi responsável pela implementação de ações diretas e específicas voltadas ao livro e a leitura, relegando a estes o papel principal no intento de popularizar e transmitir cultura. Os principais pontos da lei a serem destacados são (Argentina, 2001):

- **Fomento ao Trabalho Intelectual** – Incentivar a criação intelectual dos autores nacionais, especialmente os residentes no interior do país.

- **Produção Editorial** – Melhorar a produção editorial nacional para atender às necessidades culturais e educativas do país.
- **Preservação do Patrimônio** – Proteger o patrimônio literário, bibliográfico e documental da nação.
- **Direitos Autorais** – Proteger os direitos morais e patrimoniais dos autores e editores.
- **Acesso Igualitário** – Promover o acesso igualitário ao livro e às bibliotecas públicas, populares, escolares, universitárias e sindicais.

No ano de 2005, o governo argentino sancionou a Lei 26.058, intitulada “Lei de Educação Técnico-Profissional”, voltada para a regulação da educação técnico-profissional, incluindo diretrizes para o fomento do desenvolvimento de bibliotecas especializadas para o atendimento e apoio às demandas oriundas do ensino técnico. Os principais pontos de destaque são (Argentina, 2005):

- **Política Nacional e Federal:** Estruturar uma política nacional e federal para a consolidação da educação técnico-profissional.
- **Qualidade da Educação:** Melhorar continuamente a qualidade da educação técnico-profissional.
- **Formação Específica:** Desenvolver oportunidades de formação específica e práticas profissionalizantes.
- **Reconhecimento de Saberes:** Favorecer o reconhecimento e a certificação de saberes e capacidades.
- **Financiamento:** Estabelecer mecanismos de financiamento para a educação técnico-profissional.

A Lei Nacional de Educação nº 26.206, sancionada em 2006, em território argentino, estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares e centros de recursos para a aprendizagem. Esta lei serviu para alicerçar as bases para a estruturação do que viria a ser a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares e Centros de Recursos para a Aprendizagem (CRA) da Argentina. Sendo seus principais pontos de atuação (Argentina, 2006):

- **Educação como Direito:** Reconhece a educação como um direito social e um bem público, essencial para o desenvolvimento pessoal e social.
- **Níveis e Modalidades:** Define os níveis e modalidades do sistema educativo, incluindo educação inicial, primária, secundária,

superior e modalidades como educação técnico-profissional, especial, artística, entre outras.

- **Inclusão e Igualdade:** Promove a inclusão e a igualdade de oportunidades, com foco na eliminação de desigualdades sociais e regionais.
- **Participação da Comunidade:** Incentiva a participação das famílias, comunidades e organizações sociais no processo educativo.
- **Financiamento:** Estabelece diretrizes para o financiamento da educação, garantindo recursos suficientes para a implementação das políticas educativas.

A Lei 26.917, sancionada no ano de 2013 pela nação argentina, estabelece as diretrizes necessárias para o desenvolvimento e implementação da rede de bibliotecas escolares públicas e privadas. Esta lei é tida como o marco legal para a efetiva organização e funcionamento das bibliotecas escolares públicas na Argentina (Argentina, 2013)

Em tratativas regulamentares, desde 2021, o governo argentino coordena, através de seu representante (*La Biblioteca Nacional de Maestros*), encontros regulares com representantes responsáveis pelas províncias, especialistas e técnicos envolvidos no projeto, a fim de realizar um diagnóstico real da situação e atuar de forma proativa e personalizada em cada província. A referida lei apresenta as seguintes características como sendo as suas principais (Argentina, 2021):

- **Criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares:** A lei estabelece a criação de um sistema nacional que integra bibliotecas escolares, arquivos escolares, centros de documentação e informação educativa, bibliotecas pedagógicas e museus de escola.
- **Coordenação e Articulação:** O Ministério da Educação, através da Direção Biblioteca Nacional de Maestros, é responsável pela coordenação e articulação do sistema, assegurando a integração das unidades de informação em redes cooperativas.
- **Objetivos do Sistema:**
 - Garantir a igualdade de oportunidades e acesso à informação e ao conhecimento para todos os membros da comunidade educativa.
 - Estabelecer e assegurar a execução de políticas e planos estratégicos relacionados à gestão da informação e do conhecimento no sistema educativo.

- Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e planos federais de desenvolvimento econômico, cultural, técnico e científico.
- **Funções das Bibliotecas:** As bibliotecas escolares devem oferecer serviços de informação, promover a leitura, apoiar o currículo escolar e contribuir para o desenvolvimento das competências informacionais dos alunos.
- **Recursos e Capacitação:** A lei prevê a alocação de recursos financeiros e materiais para a criação, manutenção e atualização das bibliotecas escolares, além de programas de formação e capacitação contínua para os bibliotecários e profissionais da informação.
- **Acesso e Inclusão:** Promover o acesso equitativo à informação e aos recursos bibliográficos, garantindo a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas.

Quadro 6 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Argentina

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei de Promoção do Livro e da Leitura	25.446	2001	Promove a leitura e o acesso ao livro, incentivando a criação de bibliotecas escolares e públicas.	Ministério da Educação
Lei de Educação Técnico-Profissional	26.058	2005	Regula a educação técnico-profissional, incluindo a necessidade de bibliotecas especializadas para apoiar o ensino técnico.	Ministério da Educação
Lei Nacional de Educação	26.206	2006	Estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares e centros de recursos para a aprendizagem.	Ministério da Educação
Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas	26.917	2013	Estabelece um marco legal para a organização e funcionamento das bibliotecas escolares na Argentina.	Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

A partir dos anos 2000 a Argentina inicia um movimento de modernização de seu sistema educativo pautando-se pela pluralidade étnica, equidade de gênero e a sustentabilidade educacional. Ao traçarmos uma linha cronológica observamos que houve ações pontuais voltadas para o livro e a leitura a partir da sanção da Lei 25.446/2001 (Argentina, 2001) e para o ensino técnico-profissional a partir da promulgação da Lei 26.058/2005 (Argentina, 2005).

No ano de 2006 foi sancionada a Lei 26.206 (Argentina, 2006) que serviu como baluarte para modernização efetiva do sistema educativo argentino, e, somente a partir da implantação da Lei 26.917/2013 (Argentina, 2013) que é

fundamentado a nível nacional a organização e o funcionamento das bibliotecas escolares em rede.

A partir da realização de uma leitura fluída e despretensiosa, descrita por Bardin (2021, p. 122), como sendo flutuante, realizamos a categorização das referidas leis, elencando os principais pontos de convergência e divergência dos documentos analisados.

7.2.1 Categorização preliminar das leis argentinas

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 25.446/2001:** Fomenta a leitura e a produção editorial como ferramentas educativas.
- **Lei 26.058/2005:** Promove a educação técnico-profissional.
- **Lei 26.206/2006:** Garante o direito à educação em todos os níveis.
- **Lei 26.917/2013:** Facilita o acesso à informação educativa através de bibliotecas escolares.

Acesso Igualitário:

- **Lei 25.446/2001:** Promove o acesso igualitário aos livros.
- **Lei 26.058/2005:** Garante o direito à educação técnico-profissional para todos.
- **Lei 26.206/2006:** Assegura a igualdade no acesso à educação.
- **Lei 26.917/2013:** Garante a igualdade de acesso à informação nas bibliotecas escolares.

Desenvolvimento Sustentável:

- **Lei 25.446/2001:** Incentiva a produção editorial sustentável.
- **Lei 26.058/2005:** Promove a formação contínua e sustentável.
- **Lei 26.206/2006:** Fomenta políticas educativas sustentáveis.
- **Lei 26.917/2013:** Estabelece um sistema sustentável de bibliotecas escolares.

Proteção de Direitos:

- **Lei 25.446/2001:** Protege os direitos autorais.
- **Lei 26.058/2005:** Garante os direitos dos estudantes de educação técnico-profissional.

- **Lei 26.206/2006:** Assegura os direitos educativos.
- **Lei 26.917/2013:** Protege o direito ao acesso à informação.

Integração e Cooperação:

- **Lei 25.446/2001:** Promove a cooperação entre autores e editores.
- **Lei 26.058/2005:** Integra a educação formal e não formal.
- **Lei 26.206/2006:** Promove a cooperação entre diferentes níveis de governo.
- **Lei 26.917/2013:** Integra bibliotecas e unidades de informação.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 25.446/2001:** Fomento do livro e da leitura.
- **Lei 26.058/2005:** Educação técnico-profissional.
- **Lei 26.206/2006:** Educação nacional em todos os níveis.
- **Lei 26.917/2013:** Bibliotecas escolares e unidades de informação.

Público-Alvo:

- **Lei 25.446/2001:** Leitores e autores.
- **Lei 26.058/2005:** Estudantes de educação técnico-profissional.
- **Lei 26.206/2006:** Todos os cidadãos.
- **Lei 26.917/2013:** Comunidade educativa.

Tipo de Educação:

- **Lei 25.446/2001:** Educação através da leitura.
- **Lei 26.058/2005:** Educação técnico-profissional.
- **Lei 26.206/2006:** Educação formal e não formal.
- **Lei 26.917/2013:** Educação através de bibliotecas.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 25.446/2001:** Comissão Assessora do Livro.
- **Lei 26.058/2005:** Ministério da Educação.
- **Lei 26.206/2006:** Estado Nacional, Províncias e Cidades.
- **Lei 26.917/2013:** Ministério da Educação através da Biblioteca Nacional de Maestros.

Objetivos Específicos:

- **Lei 25.446/2001:** Fomento da indústria editorial.
- **Lei 26.058/2005:** Melhoria contínua da educação técnico-profissional.
- **Lei 26.206/2006:** Promoção da igualdade educativa.
- **Lei 26.917/2013:** Integração de unidades de informação.

A categorização das leis 25.446/2001, 26.058/2005, 26.206/2006 e 26.917/2013 demonstra a expansão de políticas públicas voltadas à informação, educação e cultura a partir da década de 2000 em todo o território argentino. Ao estabelecer um marco regulatório a partir da Lei 25.446/2001, que promove o livro, a leitura e a biblioteca como agentes de transformação social, a sociedade argentina já encaminha os primeiros passos para a modernização de todo o seu sistema educacional (Argentina, 2001).

A Lei 26.058/2005 prioriza os temas relacionados ao ensino técnico, demonstrando a necessidade de incorporação das TIC no dia a dia dos alunos, tendo como apoio a especialização das bibliotecas existentes nas unidades de ensino com este perfil, respeitando sua cultura corporativa e seu sistema de ensino – presencial, remoto, híbrido etc. (Argentina, 2005).

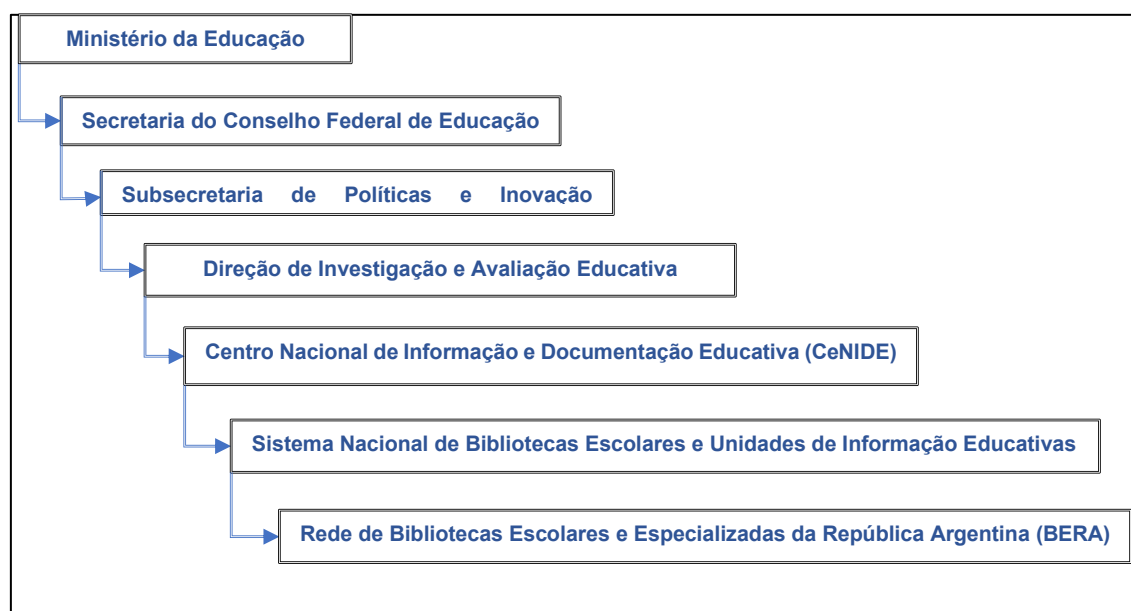
A Lei 26.206/2006 é o que podemos chamar de marco legal para a modernização do sistema educacional argentino, com pautas polêmicas como a promoção da igualdade e da sustentabilidade por meio da educação. Esta lei aborda outros temas de forma transversal, como a ressignificação da cultura e do acesso à informação. Nesta lei foram regulamentadas as diretrizes para a criação e manutenção de bibliotecas escolares e centros de recursos para a aprendizagem – CRA – como apoio ao novo sistema nacional de educação (Argentina, 2006).

Por fim, a Lei 26.917/2013 regulamenta as normas de estruturação, manutenção e desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas, estabelecendo um marco legal para a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e centros de recursos para a aprendizagem, inclusive em rede, em todo o país (Argentina, 2013).

A partir das informações levantadas no site do Ministério da Educação argentino e do CERLALC-SIRBI, conseguimos construir um diagrama hierárquico inicial tentando demonstrar muito incipientemente quais são os

órgãos públicos que estão diretamente envolvidos no complexo projeto de desenvolvimento sustentável da rede de bibliotecas escolares públicas em todo território argentino. Salientamos que o diagrama é um retrato parcial e mutável dos órgãos que hoje compõem o quadro executivo, tático e operacional das ações governamentais em benefício do livro, leitura e biblioteca, agora em rede (CERLALC-SIRBI, 2024).

Figura 7 – Rede de Bibliotecas Escolares e Especializadas – Argentina – Diagrama hierárquico¹⁴



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

Na estrutura observada, o Ministério da Educação apresenta-se como o órgão que ocupa o ápice do organograma, sendo o responsável direto pela coordenação geral das políticas educacionais do país, incluindo as políticas públicas relacionadas às bibliotecas especializadas, técnicas, universitárias, escolares etc. (Argentina, 2024a). O Conselho Federal de Educação,

¹⁴ **Ministério da Educação:** responsável pela coordenação geral das políticas educacionais na Argentina.

Secretaria do Conselho Federal de Educação: supervisiona as subsecretarias e direções relacionadas à educação.

Subsecretaria de Políticas e Inovação Educativa: responsável por promover políticas inovadoras no campo da educação.

Direção de Investigação e Avaliação Educativa: realiza pesquisas e avaliações para melhorar a qualidade da educação.

Centro Nacional de Informação e Documentação Educativa (CeNIDE): gerencia a informação e documentação educacional.

Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas: é regulamentado pela Lei Nº 26.917/2013.

Rede de Bibliotecas Escolares e Especializadas da República Argentina (BERA): faz parte do sistema nacional.

representado por meio de sua secretaria, é o órgão responsável pela supervisão das subsecretarias que implementam as políticas públicas referentes à educação na Argentina (Argentina, 2024a).

A Subsecretaria de Políticas e Inovação Educativa é o órgão responsável por promover políticas públicas inovadoras no campo da educação, inclusive sendo responsável pela dinamização dos modelos de bibliotecas e CRAs, com grande ênfase às bibliotecas escolares públicas (Argentina, 2024a).

Observamos que a Direção de Investigação e Avaliação Educativa é um órgão de suma importância, pois sinaliza os níveis de qualidade do sistema educacional argentino a partir de dados levantados por meio de pesquisas e avaliações, aplicadas periodicamente, com o intuito de promover a melhoria contínua de todo o sistema (Argentina, 2024a).

O Centro Nacional de Informação e Documentação Educativa (CeNIDE) é o órgão responsável pela parte burocrática que gerencia toda a informação e documentação relacionada à educação. Atua como ponto central para a organização, disseminação e acesso à informação educacional, promovendo a integração e a colaboração entre as bibliotecas escolares. Essa atuação contribui para evitar duplicidades de esforços, otimizar recursos e garantir que as escolas tenham acesso a materiais e informações atualizadas para apoiar o ensino e a aprendizagem (Argentina, 2024a).

A partir dos dados levantados, conseguimos identificar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas, que passou a ser regulamentado por lei específica (26.917/2013), transformando-se em um marco legal sobre o tema, tanto no país quanto no exterior, servindo inclusive de referência para outras nações (Argentina, 2013).

A Lei 26.917/2013 da Argentina estabelece o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas com o objetivo de integrar e fortalecer as redes de bibliotecas escolares públicas. Alguns aspectos ponderados pela lei incluem (Argentina, 2013):

- **Integração e cooperação:** A lei promove a criação de redes interconectadas entre bibliotecas escolares, arquivos, centros de documentação e museus educativos, garantindo um trabalho colaborativo e eficiente.

- **Acesso igualitário à informação:** Busca garantir igualdade de oportunidades para estudantes, educadores e comunidades, facilitando o acesso à informação e ao conhecimento.
- **Preservação do patrimônio escolar:** Inclui medidas para preservar documentos históricos e materiais educativos, valorizando a memória e a cultura escolar.
- **Capacitação e desenvolvimento tecnológico:** Incentiva a formação de profissionais e o uso de tecnologias para modernizar as bibliotecas e padronizar os sistemas de informação.
- **Políticas públicas alinhadas:** Estabelece diretrizes estratégicas que se alinham às políticas educacionais e culturais do país, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

A Rede de Bibliotecas Escolares e Especializadas da República Argentina (BERA) atua como programa estratégico para modernizar e integrar as bibliotecas escolares e especializadas do país. Coordenada pela Biblioteca Nacional de Maestros, a BERA promove ações como (Argentina, 2024a):

- **Automatização de bibliotecas:** Implementação do software Aguapey, que facilita a gestão bibliotecária, incluindo catalogação, empréstimos e recuperação de informações.
- **Democratização do acesso à informação:** Busca garantir que todos os usuários, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso igualitário ao conhecimento.
- **Capacitação de profissionais:** Oferece cursos e treinamentos para bibliotecários, educadores e estudantes de biblioteconomia, fortalecendo a gestão e o uso das bibliotecas.
- **Promoção de valores culturais e educacionais:** Incentiva a solidariedade, cooperação e identidade nacional por meio das bibliotecas.

Por meio de suas leis e instituições, a Argentina demonstra uma preocupação ímpar com seu sistema educacional. A partir de seu diagrama hierárquico, é possível observar o escalonamento de responsabilidades e complexidades envolvidas em todo o sistema. Cada órgão é responsável por setores estratégicos do projeto de forma verticalizada e, ao mesmo tempo, orgânica, ou seja, a informação possui fluxo unilateral e contínuo (Argentina, 2024a).

7.3 Bolívia

O território boliviano é rico em recursos naturais, como gás natural e petróleo, que são seus principais produtos de exportação. A maior parte da população tem origem étnica indígena e/ou camponesa, o que é fundamental para a formação do estado boliviano. Em 2009, um referendo popular levou à alteração da Constituição Federal, estabelecendo a Bolívia como um estado unitário social de direito comunitário plurinacional (Sposob, 2024).

A paisagem diversificada do país inclui cordilheiras (Andes), altiplanos, florestas e estepes. Historicamente, a Bolívia enfrenta graves crises políticas, sociais e econômicas, que afetam toda a sociedade. Com um IDH de 0,698 e uma renda per capita de \$3.686,3 USD ao ano, essas crises têm um forte impacto nos setores de segurança (inclusive alimentar), educação e saúde (Banco Mundial, 2023).

Mapa 3 – Representação geográfica do território boliviano¹⁵



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A partir de sua diversidade étnica, foi construído uma identidade nacional e conseguiu eleger representantes indígenas e/ou camponeses. Esses representantes estabeleceram uma agenda de políticas públicas voltadas aos interesses dessa parte da população, em conjunto com uma série de

¹⁵

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Movimento ao Socialismo (MAS), com o presidente Luis Arce.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -16.2902, -63.5887
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$3.686,3 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 5,2% (SITEAL-UNESCO, 2024).

movimentos populares/revoluções frente ao cenário estabelecido nos demais países que compõem a América do Sul (Sousa Araújo; Júnior, 2021).

A Bolívia é um país que detém um regime republicano presidencialista plurinacional, considerado um estado unitário tem seu processo de financiamento educacional garantido pelo governo plurinacional (Lei da Educação – 070/2010) que é representado pelo Tesouro Geral do Estado e as entidades territoriais autônomas amparadas pela Lei n° 1513/2023 conhecida como a Lei do Orçamento Geral do Estado (SITEAL-UNESCO, 2024).

A definição das diretrizes da Política Plurinacional de Educação fica a cargo do poder executivo, mas a forma de executá-la localmente é definida pelos municípios, desta feita, se verifica que o modelo empregado é da descentralização educacional amparado pela Lei 1.551/1994 (Participação Popular). Hoje, a população boliviana apresenta dados de melhoria significativa em desempenho escolar, podemos mencionar a diminuição do analfabetismo em cerca de 62% em pouco mais de duas décadas (SITEAL-UNESCO, 2024).

Segundo Sousa Araujo e Júnior (2021), já se pode considerar erradicado o analfabetismo nos primeiros ciclos escolares bolivianos. No entanto, ainda existe um contingente populacional, cerca de 5,2% da população com 15 anos ou mais, que é considerada analfabeta, segundo dados do Sistema de Informações e Tendências Educacionais na América Latina – SITEAL (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 8 – Índice de analfabetismo – Bolívia

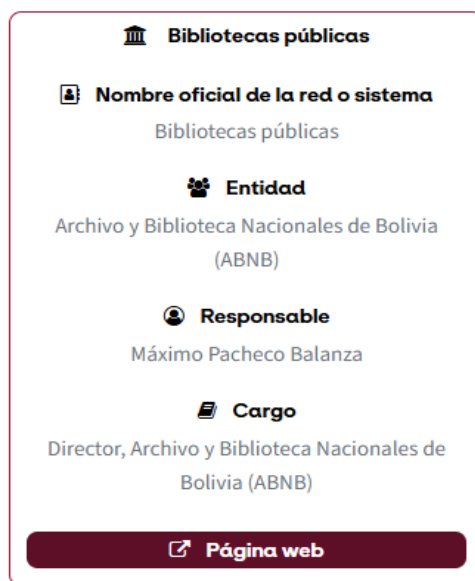
Analfabetismo				
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais		2000	2011	2021
Sexo	Masculino	7,4	3,4	2,6
	Feminino	19,6	11,9	7,7
Área geográfica	Urbana	6,3	3,7	2,6
	Rural	29,0	17,2	11,8
	Inferior	10,3	5,6	3,9
Nível de renda	Médio	7,1	3,7	2,5
	Superior	3,0	2,1	1,5
Total		13,8	7,8	5,2

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

No caso específico da Bolívia, não foi possível identificarmos uma estrutura definida como rede de bibliotecas escolares públicas no site do CERLALC-SIRBI (2024), mas observamos, a partir dos dados disponíveis no site oficial do Ministério da Educação boliviano (Mineduc), uma estrutura de bibliotecas públicas bem articulada ao nível nacional intitulado como sendo: rede de bibliotecas públicas, que engloba bibliotecas e arquivos de diferentes tipologias, incluindo bibliotecas escolares públicas (Bolívia, 2024).

O intento desta tese não é apenas se prender às nomenclaturas previamente estabelecidas às redes de bibliotecas, mas sim aprofundar a análise, desvelando realmente quais são os órgãos envolvidos no sistema estudado demonstrando suas ações e responsabilidades frente ao todo. Neste caso, construímos um diagrama hierárquico, que pode ser visto ao término desta seção, para aprofundarmos as reflexões teóricas sobre questões pertinentes ao tema, como, por exemplo, a mensuração da importância atribuída às bibliotecas escolares públicas espalhadas por todo o território plurinacional boliviano.

Figura 9 – Rede Nacional de Biblioteca Pública – Bolívia



Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

É sabido que o governo boliviano aprovou a Lei nº 366, em 2013, conhecida como Lei do Livro e da Leitura 'Oscar Alfaro', tendo como principal objetivo a promoção do livro, da leitura e do acesso à informação nas escolas, além de incentivar o fortalecimento do sistema educativo por meio da implementação de bibliotecas escolares bem equipadas e com acesso irrestrito

a todos os estudantes do ensino público. Sendo considerada como suas principais características (Bolívia, 2013):

- **Acesso à Informação e ao Livro:** Facilita o acesso à informação e aos livros dentro e fora do ambiente escolar, especialmente em áreas rurais e comunidades menos favorecidas.
- **Bibliotecas Escolares:** Estabelece a criação e manutenção de bibliotecas escolares com acesso irrestrito para todos os estudantes do ensino público.
- **Capacitação de Profissionais:** Prevê a capacitação de profissionais que atuam em bibliotecas e centros de leitura.
- **Fortalecimento das Bibliotecas e Sistema Educativo Público:** Promove o fortalecimento das bibliotecas públicas bem como de todo sistema educativo com ênfase na implementação de bibliotecas escolares bem equipadas e em centros de cultura e informação.
- **Incentivo à Cultura:** Promove a cultura e a educação através do incentivo à leitura e ao uso de bibliotecas
- **Programas de Incentivo:** Cria programas de incentivo à leitura e à produção literária nacional.
- **Promoção do Livro e da Leitura:** A lei tem como objetivo principal promover o livro e a leitura em todo o país sem restrição de faixas etárias.

Precedendo a Lei 366/2010, fora aprovada a Lei 070/2010 sendo estabelecido a partir desta última as bases para o que convencionou-se chamar de educação plurinacional, com diretrizes bem definidas e muito específicas de como deveriam ser criadas e mantidas as bibliotecas escolares por todo território boliviano. Evidenciado como suas principais características (Bolívia, 2010):

- **Direito Universal à Educação:** Garante que todas as pessoas tenham direito à educação em todos os níveis de maneira universal, produtiva, gratuita, integral e intercultural, sem discriminação
- **Responsabilidade do Estado:** Estabelece que a educação é uma função suprema e a primeira responsabilidade financeira do Estado, que deve garantir, sustentar e gerir o sistema educativo
- **Participação Social e Comunitária:** Reconhece e garante a participação social e comunitária, incluindo a participação de pais e mães no sistema educativo.
- **Educação Intercultural e Plurilíngue:** Promove uma educação intracultural, intercultural e plurilíngue em todo o sistema educativo.

- **Educação Obrigatória e Gratuita:** Define que a educação é obrigatória até o bacharelato e gratuita em todos os níveis até o superior.
- **Fortalecimento das Unidades Educativas Fiscais:** Consolida e fortalece o funcionamento de unidades educativas fiscais e gratuitas, sustentadas pelo Estado Plurinacional.
- **Inclusão e Equidade:** Foca na inclusão e equidade educacional, garantindo acesso e qualidade na educação para todos.

Quadro 7 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Bolívia

Nome da Lei	Número da Lei	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei de Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez"	070	2010	Estabelece as bases para a educação plurinacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro"	366	2013	Promove o hábito da leitura e escrita, implementando e fortalecendo bibliotecas escolares e outros espaços de leitura.	Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As Leis 070/2010 (Lei de Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez") e 366/2013 (Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro") são complementares e dinamizam o sistema educativo nacional desde suas promulgações. O ano de 2009 foi singular para a reconstrução da cultura nacional boliviana, pois, a partir do referendo popular, estabeleceu-se o estado plurinacional, reconhecendo a importância cultural de todos os povos existentes no país (Bolívia, 2024).

A Lei 070/2010 pavimentou o caminho ao estabelecer as bases para este novo estado, incluindo a obrigação de criação e manutenção de bibliotecas escolares por todo o território nacional (Bolívia, 2010).

Já a Lei 366/2013 é considerada um desdobramento necessário da primeira, uma vez que tem como objetivo a promoção do hábito da leitura e escrita, estabelecendo normativas e diretrizes específicas sobre o tema (Bolívia, 2013).

Realizamos a categorização preliminar das referidas leis a partir da leitura fluída dos textos (leitura flutuante), seguindo os preceitos de Bardin (2021, p. 122).

7.3.1 Categorização preliminar das leis bolivianas

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 070/2010:** Garante o direito à educação em todos os níveis.
- **Lei 366/2013:** Promove a leitura e a escrita como ferramentas educativas.

Acesso Igualitário:

- **Lei 070/2010:** Assegura educação gratuita e sem discriminação.
- **Lei 366/2013:** Garante o acesso igualitário ao livro e à leitura.

Desenvolvimento Cultural:

- **Lei 070/2010:** Promove a educação intercultural e plurilíngue.
- **Lei 366/2013:** Incentiva a diversidade cultural através da leitura e escrita.

Participação Comunitária:

- **Lei 070/2010:** Envolve a participação social e comunitária no sistema educativo.
- **Lei 366/2013:** Promove a participação cidadã em atividades de leitura e escrita.

Sustentabilidade:

- **Lei 070/2010:** Fomenta políticas educativas sustentáveis.
- **Lei 366/2013:** Apoia a produção sustentável de livros e materiais de leitura.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 070/2010:** Educação em todos os níveis.
- **Lei 366/2013:** Fomento à leitura e à escrita.

Público-Alvo:

- **Lei 070/2010:** Todos os cidadãos, com ênfase em comunidades indígenas e interculturais.
- **Lei 366/2013:** Leitores e escritores, incluindo pessoas com capacidades diferentes.

Tipo de Educação:

- **Lei 070/2010:** Educação formal e não formal.

- **Lei 366/2013:** Educação através da leitura e escrita.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 070/2010:** Ministério da Educação e Cultura.
- **Lei 366/2013:** Comitê Plurinacional do Livro e da Leitura.

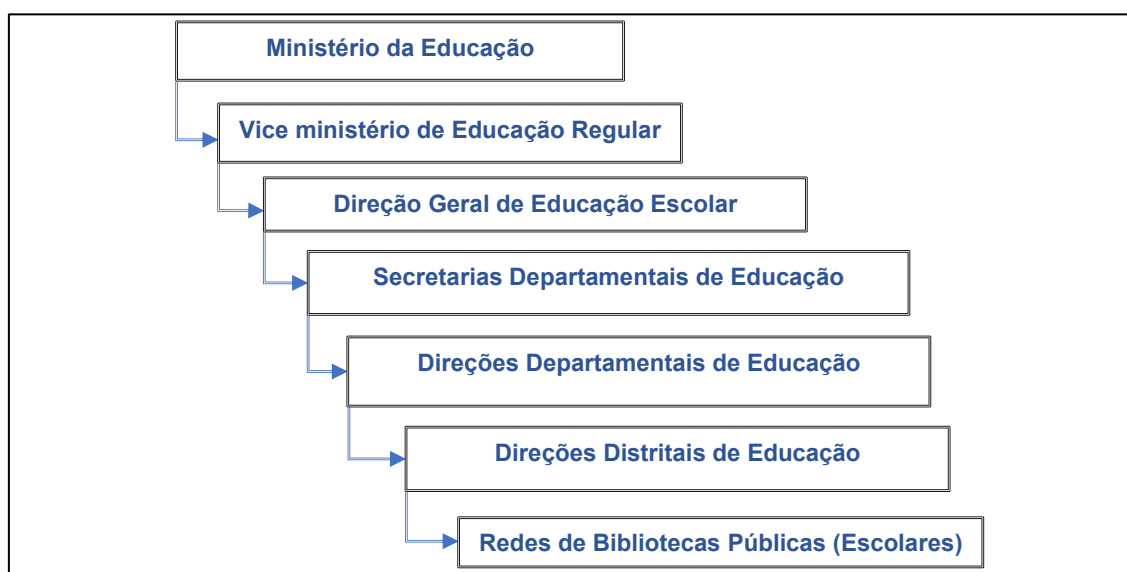
Objetivos Específicos:

- **Lei 070/2010:** Descolonização e transformação social através da educação.
- **Lei 366/2013:** Promoção da leitura e escrita em diversos formatos e idiomas.

As leis 070/2010 (Lei da Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez") e 366/2013 (Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro") são consideradas estruturantes dentro do novo sistema educativo boliviano, pois, além da revitalização do modelo até então existente, servem de referência até os dias atuais para a manutenção das constantes mudanças que o sistema necessita. Mais do que estabelecer normas e regulamentos, as referidas leis preconizam o acompanhamento das demandas sociais e o estabelecimento de agendas e, posteriormente, políticas públicas que possam atender a tais demandas (Bolívia, 2024).

Dessa forma, observa-se que o arcabouço normativo boliviano se configura como um instrumento dinâmico de organização e reconfiguração do sistema educativo, articulando dimensões legais, sociais e culturais. Tal perspectiva evidencia a centralidade do Estado na indução de políticas públicas orientadas à democratização do acesso ao livro, à leitura e à informação, em consonância com os princípios de equidade e inclusão educacional. Ademais, destaca-se a capacidade dessas normativas de responder às transformações sociais contemporâneas, mantendo-se atualizadas frente às demandas emergentes. Assim, essas legislações consolidam-se como pilares estratégicos para a sustentação e o aprimoramento contínuo das práticas educacionais no país, reforçando o compromisso com a formação cidadã e o desenvolvimento sociocultural.

Figura 10 – Rede de Bibliotecas Públicas e Escolares – Bolívia – Diagrama hierárquico¹⁶



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As informações apresentadas a partir do diagrama remetem a uma estrutura educacional rígida e complexa, na qual estão integradas as redes de bibliotecas escolares, incluindo as públicas. Destacamos que para este estudo analisaremos apenas os órgãos vinculados a educação e as bibliotecas escolares públicas. Em ordem decrescente, observamos, no ápice do diagrama, o Ministério da Educação, responsável pela gestão, fomento e fiscalização de todo o sistema educacional boliviano (Bolívia, 2024).

A seguir, na hierarquia, temos o Vice-Ministério de Educação Regular, que exerce o papel de coordenador e supervisor, além de ser responsável pela

16

Ministério da Educação: órgão de mais alto nível responsável pela gestão, fomento e fiscalização da educação sistemática na Bolívia.

Vice Ministério de Educação Regular: Coordena e supervisiona a implementação das políticas educacionais no nível de educação regular. É responsável pela administração curricular e pela gestão dos recursos educacionais no âmbito nacional.

Direção Geral de Educação Escolar: Supervisiona a execução das políticas educacionais nas escolas, garantindo a qualidade e a equidade na educação. Coordena com as direções departamentais e distritais para assegurar a implementação eficaz das políticas educacionais.

Secretarias Departamentais de Educação: Supervisionam a administração e gestão da educação nos departamentos. Coordenam a aplicação das políticas educacionais e a gestão dos recursos humanos e financeiros no nível departamental.

Direções Departamentais de Educação: Implementam as políticas educacionais e administram os recursos educacionais no nível departamental. Coordenam com as entidades territoriais autônomas para a execução das políticas educacionais.

Direções Distritais de Educação: Supervisionam a execução das políticas educacionais no nível distrital. Garantem a administração e gestão dos recursos educacionais nas escolas dentro de sua jurisdição.

Redes de Bibliotecas Escolares: Coordenam e gerenciam as bibliotecas escolares, assegurando que elas cumpram os padrões éticos e de qualidade. Promovem a leitura e a alfabetização, além de integrar as bibliotecas escolares às redes locais, regionais e nacionais de bibliotecas.

administração curricular do ensino e pela gestão dos recursos educacionais (Bolívia, 2024).

Em sequência decrescente, verificamos a designação de três órgãos: a Direção Geral de Educação Escolar, que busca qualidade e equidade na educação; as Secretarias Departamentais de Educação, que coordenam a gestão dos recursos humanos e financeiros; e as Direções Departamentais de Educação, que coordenam, em conjunto com as entidades territoriais autônomas, as políticas públicas para a educação (Bolívia, 2024).

A partir dessa estrutura apresentada, é possível ressaltar a importância das diretorias regionais (denominadas "direções distritais") de educação, pois são os órgãos mais próximos hierarquicamente das redes de bibliotecas escolares (Bolívia, 2024).

As estruturas regionais intituladas "redes de bibliotecas públicas", vinculadas as escolas na Bolívia, apoiadas pela Lei de Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez" (070/2010) e pela Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro" (366/2013), desempenham um papel essencial na promoção da educação inclusiva e no fortalecimento da cultura local. Aqui estão algumas formas de atuação:

- **Educação inclusiva e intercultural:** A Lei "Avelino Siñani - Elizardo Pérez" promove uma educação intracultural, intercultural e multilíngue, o que reflete diretamente nas bibliotecas escolares. Elas oferecem materiais em diferentes idiomas e valorizam a diversidade cultural das comunidades indígenas e locais.
- **Promoção da leitura e acesso ao conhecimento:** A Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro" incentiva a leitura como um direito fundamental. As bibliotecas escolares públicas organizam campanhas de incentivo à leitura, clubes de leitura e eventos literários para engajar estudantes e comunidades.
- **Preservação do patrimônio cultural e educativo:** As bibliotecas atuam como guardiãs de documentos históricos e materiais educativos que refletem a história e a identidade cultural boliviana, alinhando-se aos princípios das leis mencionadas.
- **Capacitação e modernização:** As leis incentivam a formação de bibliotecários e a modernização das bibliotecas, promovendo o uso de tecnologias para facilitar o acesso à informação e melhorar a gestão dos acervos.

- **Integração comunitária:** As bibliotecas escolares públicas são vistas como centros comunitários que promovem a participação ativa de estudantes, professores e famílias no processo educativo.

Ao encontrarmos na literatura o termo sempre no plural (redes), observamos a necessidade de maior aprofundamento teórico a fim de entender qual é o nível de integração dessas redes no país, haja vista o território boliviano ser considerado plurinacional e possuir entidades territoriais autônomas. Apesar da existência da estrutura teórica existente e já mapeada conforme os dados apresentados no diagrama hierárquico se faz necessário o aprofundamento de estudos empíricos focados principalmente na abrangência geográfica e no contingente populacional atingido pela estrutura identificada.

7.4 Brasil

O Brasil é um país com grande relevância e influência na América do Sul, seja por sua extensão territorial, que lhe confere dimensões praticamente continentais, seja por sua importância socioeconômica (maior contingente populacional da América do Sul e um dos maiores do globo, maior economia da região e é membro titular de grandes blocos econômicos: MERCOSUL, BRICS etc.), ou por sua representatividade em outros setores, como o energético (possui a maior bacia hidrográfica e é um dos maiores exportadores de petróleo do globo) e o agroexportador (maior rebanho de bovinos do planeta).

Além disso, o Brasil possui a maior extensão territorial da maior floresta tropical existente (Amazônia) no globo. No entanto, seu índice IDH e suas notas de desempenho educacional apresentadas nas últimas avaliações (PISA e IDEB) trazem grande preocupação ao governo brasileiro, pois os resultados históricos desses índices vêm apresentando um desempenho insatisfatório, deixando evidente as grandes contradições existentes em solo brasileiro (INEP, 2024).

Tal cenário revela a persistência de desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso e a qualidade da educação no país. Dessa forma, torna-se imprescindível a formulação e o fortalecimento de políticas públicas integradas que articulem desenvolvimento socioeconômico e equidade educacional.

Mapa 4 – Representação geográfica do território brasileiro¹⁷



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Brasil é uma república federativa presidencialista, que dispõe de um modelo descentralizado de alocação de recursos para a manutenção de seu sistema nacional de educação, sendo corresponsáveis: governo federal, estados/distrito federal e os municípios, segundo preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Existem leis e normas que estabelecem tetos de gastos mínimos e máximos que cada ente federativo deve alocar na educação dentre elas podemos elencar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – [Lei nº 9.394/1996], Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – [Lei nº 101/2000], Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – [Lei nº 11.494/2007] e Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) – [Lei nº 13.005/2014] (SITEAL-UNESCO, 2024).

O Brasil, ao longo das últimas duas décadas vem apresentando pontuais avanços nos índices educacionais, por exemplo, a taxa de analfabetismo foi reduzida para menos da metade e hoje o índice é de cerca de 5,6% da população que é classificada como analfabeta (SITEAL-UNESCO, 2024).

17

- **Sistema Político:** República Federativa Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Partido dos Trabalhadores (PT), presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -14.2350, -51.9253.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$10.294,9 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 5.6% (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 11 – Taxa de analfabetismo – Brasil

Analfabetismo					
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais		2001	2011	2021	2022
Sexo	Masculino	12,5	8,8	5,9	5,9
	Feminino	12,3	8,3	5,3	5,3
Área geográfica	Urbana	9,5	6,5	4,2	4,2
	Rural	28,8	21,1	14,8	15
Nível de renda	Inferior	17,4	10,6	6,0	6,2
	Médio	10,1	8	2,0	2
	Superior	2,6	2,1	0,6	0,6
Total		12,4	8,6	5,6	5,6

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

No contexto brasileiro, o site do CERLALC-SIRBI (2024) demonstra que existe uma estrutura orientada ao desenvolvimento da rede nacional de bibliotecas escolares públicas. Esta rede foi instituída recentemente e faz parte do que o governo brasileiro autointitula como sendo o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Isso ocorre a partir da sanção da Lei nº 14.837/2024, “[...]que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país – e modifica a definição de ‘biblioteca escolar’[...]” (Brasil, 2024b).

O desenvolvimento de uma rede nacional de bibliotecas escolares públicas se demonstra salutar tanto para a sociedade, que ganha em poder ter acesso a uma gama muito maior de informação, educação e cultura, quanto para o próprio estado, pois dinamiza os processos administrativos nas unidades de informação, integra centros formadores de profissionais da área, além de estimular a cooperação entre órgãos públicos que aparentemente não têm nenhum tipo de relação direta. Por exemplo, parcerias entre órgãos vinculados à justiça (Ministério da Justiça, Ministério Público etc.) e outros ministérios (Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social etc.) com propostas de ações que estimulem o uso da rede, alertem para as questões de segurança dos dados e promovam o desenvolvimento informacional, educacional, cultural e social de seus usuários (Brasil, 2024b).

Figura 12 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Brasil


Bibliotecas escolares


Nombre oficial de la red o sistema
 Bibliotecas Escolares


Entidad
 Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación


Responsable
 Nádja César


Cargo
 Coordinadora general de Programas del Libro,
 Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación


Página web

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

Complementando a Lei nº 14.837/2024, o SNBE é instituído e regulamentado por várias outras leis, portarias interministeriais e decretos dos quais podemos destacar o seguinte conjunto de leis: Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 12.244/2010 – Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino e a Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE). Para melhor compreensão realizaremos uma breve análise individualizada de cada lei elencando as suas principais características.

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ou simplesmente LDB como é mais conhecida no Brasil, faz jus ao seu título e vem para estabelecer normas e regulamentos a fim de se ter um mínimo de padrão possível na educação frente a todas as unidades da federação. Todos os níveis educacionais estão contemplados em seu texto, sendo normatizada a responsabilização de cada ente federativo frente a população em idade escolar (Brasil, 1996).

Percebe-se que a balança avaliada em números absolutos pende para o lado público da questão, ou seja, o estado fica como responsável direto pelo ensino em todos os níveis federativos (federal, estadual/distrital e municipal). Sendo necessário o aparelhamento estatal dos mais diversos instrumentos de suporte para o pleito e a biblioteca escolar demonstra-se um diferencial para o

atingimento das metas estabelecidas. Observamos como sendo as suas principais características (Brasil, 1996):

- **Diretrizes e Bases da Educação:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Princípios e Fins da Educação:** Define os princípios como igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, e gestão democrática do ensino público
- **Direito à Educação:** Garante o direito à educação e o dever do Estado em oferecer ensino fundamental obrigatório e gratuito.
- **Valorização dos Profissionais da Educação:** Enfatiza a valorização dos profissionais da educação, incluindo formação, carreira e remuneração.
- **Gestão Democrática:** Promove a gestão democrática do ensino público, com participação da comunidade escolar.

A Lei 12.244/2010 conhecida como sendo a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, surgiu como um ponto de vitória para a comunidade profissional que há muito tempo desejava ver realizado o sonho de se ter pelo menos uma biblioteca, no mais amplo conceito, instituída em cada unidade de ensino do país, tendo obrigatoriamente a frente de sua gestão profissionais com formação específica na área [biblioteconomia, ciência da informação etc.] (Brasil, 2010).

A referida lei possibilitou a construção de fóruns científicos de discussão sobre o tema, houve o aumento do volume de trabalhos e pesquisas nacionais que priorizavam as questões relativas ao desenvolvimento social, cultural e educacional, pautando-se pelo equilíbrio de oportunidades, principalmente, do acesso à informação mas que infelizmente, por falta de vontade política (federal, estadual e municipal/distrital) e limitação quantitativa de profissionais capacitados (formandos) não foi implementada em sua plenitude. Sendo observado como suas principais características (Brasil, 2010):

- **Universalização das Bibliotecas:** Determina que todas as instituições de ensino públicas e privadas devem contar com bibliotecas, sendo determinado um período para a adaptação das instituições de ensino e um prazo máximo para o atingimento das metas estipuladas inclusive prevendo sanções aos entes federativos pelo seu não cumprimento.

- **Definição de Biblioteca Escolar:** Considera biblioteca escolar como uma coleção de livros e materiais destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura.
- **Acervo Mínimo:** Estabelece a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros, com pelo menos um título para cada aluno matriculado.
- **Orientações de Guarda e Preservação:** Define que os sistemas de ensino devem divulgar orientações sobre guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

O conhecido Plano Nacional de Educação (PNE) ocorreu pela sanção da lei 13.005/2014 e tem como objetivo atender o artigo n. 214 da Constituição Federal de 1.988, que determina que o referido plano deva articular o sistema nacional de ensino em regime colaborativo visando ao estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o bom desenvolvimento do ensino no país. Referente ao PNE e a questão das bibliotecas escolares podemos destacar as metas 7.33 e 16.6 que versam sobre a capacitação de profissionais para atuarem como mediadores da informação, com o objetivo específico de formarem novos leitores “[...]de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem”. Destacamos como sendo suas principais características (Brasil, 2014):

- **Plano Nacional de Educação:** Aprova o Plano Nacional de Educação com vigência de 10 anos, visando o cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal (CF).
- **Diretrizes do PNE:** Inclui diretrizes como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, e melhoria da qualidade da educação.
- **Metas e Estratégias:** Define metas e estratégias específicas para serem cumpridas ao longo da vigência do PNE.
- **Monitoramento e Avaliação:** Estabelece que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão monitorados e avaliados continuamente.

A Lei 14.837/2024 – alterações da Lei nº 12.244/2010 – passa a ser considerada um marco legal sobre a temática das bibliotecas escolares no Brasil, pois congrega em seu corpus legal a atualização de uma extensa lista de demandas públicas que, hipoteticamente, passarão a ser atendidas. Suas principais conquistas são: a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas

Escolares (SNBE), valorização das/dos profissionais de biblioteconomia e o reconhecimento das bibliotecas como equipamento cultural (Brasil, 2024b).

A Lei 14.837/2024 é uma grande conquista da classe bibliotecária, e veio como forma de complementar a Lei 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares. Ela modifica alguns artigos da lei de 2010 e traz algumas melhorias, evoluindo o nosso cuidado com as bibliotecas escolares (Brasil, 2024b).

Destacam-se como suas principais características (Brasil, 2024b):

- **Modificação da Definição de Biblioteca Escolar:** Redefine biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo
- **Criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE):** Cria o SNBE com funções básicas como incentivar a implantação de bibliotecas escolares e promover a melhoria do funcionamento da rede de bibliotecas escolares
- **Política de Acervo:** Implementa uma política de acervo para as bibliotecas escolares, contemplando ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento
- **Assistência Técnica e Financeira:** Prevê que a União fornecerá assistência técnica e financeira aos entes federativos para a universalização das bibliotecas escolares

Quadro 8 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Brasil

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	9.394	1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo a importância das bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares	12.244	2010	Estabelece a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.	Ministério da Educação
Plano Nacional de Educação (PNE)	13.005	2014	Inclui metas e estratégias para a melhoria da educação, incluindo a ampliação e fortalecimento das bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)	14.837	2024	Cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, definindo suas funções e objetivos.	Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

O conjunto das seguintes leis 9.334/1996, 12.244/2010, 13.005/2014 e 14.837/2024 é tido como fundamental para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares no Brasil e, por conseguinte, da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Públicas, pois todas as referidas leis

destacam a importância atribuída às bibliotecas escolares, principalmente públicas, frente ao sistema educacional moderno implantado no país.

A partir da LDB (Lei 9.394/1996), são instauradas as diretrizes curriculares para o ensino, que destacam a importância da promoção das bibliotecas em todas as instituições de ensino no Brasil, principalmente no ensino público, que tem como público-alvo as pessoas com menos oportunidades de acesso à informação, leitura, livro e cultura, simplesmente pela questão financeira (Brasil, 1996).

A Lei 12.244/2010 veio como um sopro de esperança no sentido de universalizar o acesso à informação, educação e cultura, por meio da implantação de bibliotecas em unidades escolares públicas de todo o país (relação de uma para uma), gerida por um profissional habilitado na área (biblioteconomia, ciência da informação etc.), capaz de realizar a mediação da informação e, por fim, impactar positivamente os índices educacionais (principalmente os de leitura e interpretação de texto) que ainda hoje, de uma forma geral, são muito ruins. Havia um cronograma previamente definido, que estabelecia o prazo de uma década para o alcance da meta proposta. Todavia, em razão da ausência de vontade política, aliada à insuficiência de profissionais da área, tanto já formados quanto em processo de formação, capazes de suprir a demanda potencial de vagas na rede, o prazo foi esgotado e o projeto não se concretizou, permanecendo restrito apenas ao plano formal (Brasil, 2010).

O Plano Nacional de Educação, instituído a partir da promulgação da Lei 13.005/2014, veio na esteira natural de manutenção das iniciativas de modernização do sistema educacional brasileiro, que, com sua grandiosidade em escalas continentais, se mantém em constante movimento de alterações, tentando acompanhar a evolução da sociedade e das TIC que a permeiam. Dentro das diversas propostas do plano para a melhoria da educação, destaca-se a necessidade apontada para a ampliação do número de bibliotecas escolares públicas em todo o país, no sentido de respaldar o amplo acesso à informação, educação e cultura, diminuindo as discrepâncias de gênero, etnias, cor, raça etc (Brasil, 2014).

Já a Lei 14.837/2024, apesar de muito recente, já serve como um marco legal no sentido de instituir um sistema nacional voltado especificamente para as bibliotecas escolares públicas em todo o território nacional brasileiro, de forma

que já existe um rascunho do que possa vir a ser instituído como Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Públicas do Brasil, assim como já existem em outros países sul-americanos (Brasil, 2024b).

A categorização das referidas leis, elencando seus principais pontos de convergência e divergência, ocorreu a partir da realização de uma leitura fluida e despretensiosa, descrita por Bardin (2021, p. 122) como sendo flutuante, que podemos acompanhar a seguir:

7.4.1 Categorização preliminar das leis brasileiras

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 9.394/1996:** Estabelece diretrizes para todos os níveis de educação.
- **Lei 12.244/2010:** Promove a leitura e o acesso à informação nas escolas.
- **Lei 13.005/2014:** Define metas para a melhoria da educação.
- **Lei 14.837/2024:** Fortalece as bibliotecas escolares como centros educativos.

Acesso Igualitário:

- **Lei 9.394/1996:** Garante o acesso à educação para todos.
- **Lei 12.244/2010:** Assegura a presença de bibliotecas em todas as escolas.
- **Lei 13.005/2014:** Visa reduzir as desigualdades educacionais.
- **Lei 14.837/2024:** Promove a igualdade de acesso às bibliotecas escolares.

Desenvolvimento Sustentável:

- **Lei 9.394/1996:** Fomenta políticas educacionais sustentáveis.
- **Lei 12.244/2010:** Incentiva a manutenção e ampliação dos acervos.
- **Lei 13.005/2014:** Inclui metas para a sustentabilidade na educação.
- **Lei 14.837/2024:** Estabelece diretrizes para a gestão sustentável das bibliotecas.

Qualidade da Educação:

- **Lei 9.394/1996:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **Lei 12.244/2010:** Melhora a qualidade do ensino através das bibliotecas.

- **Lei 13.005/2014:** Estabelece metas para a melhoria da qualidade educacional.
- **Lei 14.837/2024:** Fortalece a qualidade dos serviços das bibliotecas escolares.

Integração e Cooperação:

- **Lei 9.394/1996:** Promove a cooperação entre diferentes níveis de governo.
- **Lei 12.244/2010:** Incentiva a integração das bibliotecas no processo educativo.
- **Lei 13.005/2014:** Fomenta a cooperação entre instituições educacionais.
- **Lei 14.837/2024:** Cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares para promover a cooperação.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 9.394/1996:** Diretrizes gerais da educação.
- **Lei 12.244/2010:** Universalização das bibliotecas escolares.
- **Lei 13.005/2014:** Metas e estratégias para a educação.
- **Lei 14.837/2024:** Organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Público-Alvo:

- **Lei 9.394/1996:** Todos os estudantes e instituições de ensino.
- **Lei 12.244/2010:** Instituições de ensino e seus alunos.
- **Lei 13.005/2014:** Sistema educacional brasileiro.
- **Lei 14.837/2024:** Bibliotecas escolares e comunidade educativa.

Tipo de Educação:

- **Lei 9.394/1996:** Educação formal em todos os níveis.
- **Lei 12.244/2010:** Educação através de bibliotecas escolares.
- **Lei 13.005/2014:** Educação formal e metas educacionais.
- **Lei 14.837/2024:** Educação através de bibliotecas e recursos educativos.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 9.394/1996:** Ministério da Educação e Secretarias de Educação.
- **Lei 12.244/2010:** Instituições de ensino e sistemas de ensino.
- **Lei 13.005/2014:** Ministério da Educação e entidades educacionais.

- **Lei 14.837/2024:** Ministério da Educação e Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares.

Objetivos Específicos:

- **Lei 9.394/1996:** Estabelecer diretrizes e bases para a educação.
- **Lei 12.244/2010:** Universalizar bibliotecas nas escolas.
- **Lei 13.005/2014:** Definir metas para a educação até 2024.
- **Lei 14.837/2024:** Melhorar a organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

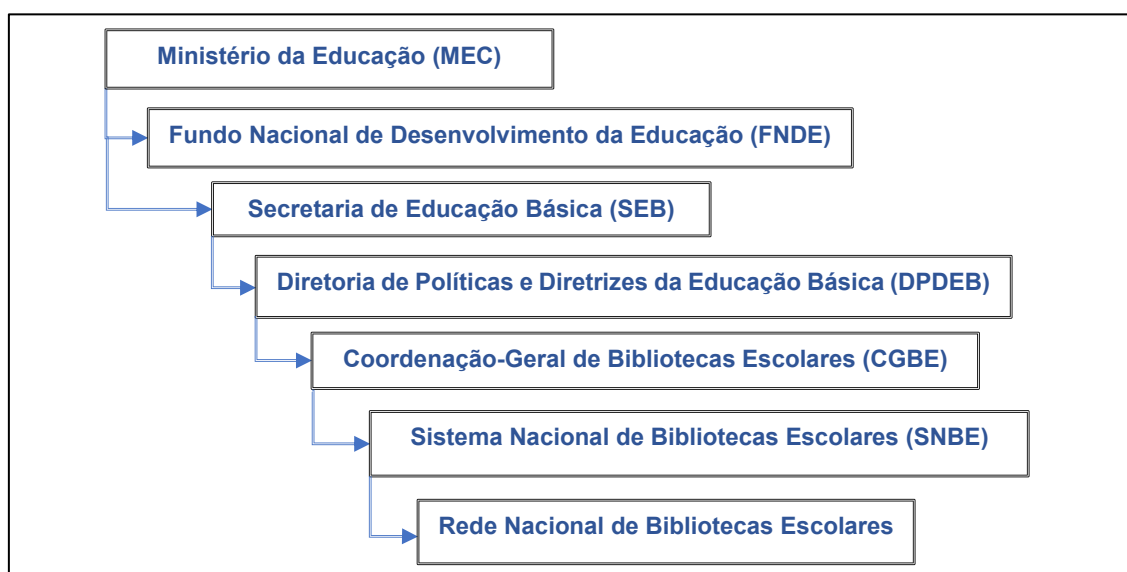
As leis apresentadas são estruturadas a partir de três temas-chave: informação, educação e cultura. A partir da década de 90 do século XX, no Brasil, houve a abertura política após um grande hiato da democracia, e a sociedade clamou por mudanças em todas as esferas, incluindo o sistema educacional. As políticas públicas implantadas buscavam atender aos anseios sociais, e a modernização do país ocorreu exponencialmente (SITEAL-UNESCO, 2024).

Ao longo das três últimas décadas, houve grandes saltos de qualidade na educação brasileira, como, por exemplo, a diminuição dos índices de analfabetismo em pessoas a partir dos 15 anos de idade. Ampliou-se o leque de discussão sobre temas pouco abordados e que começaram a ganhar destaque; pró-equidade de gênero, combate ao racismo e sustentabilidade social são temas que hoje obrigatoriamente fazem parte da pauta das políticas públicas referentes à modernização do sistema educacional (SITEAL-UNESCO, 2024).

Essas categorias ajudam a entender como cada lei contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e informacional no Brasil, destacando tanto suas convergências e divergências quanto suas especificidades. Salientamos que o quadro apresentado por meio das categorias levantadas não tem a pretensão de demonstrar qualquer tipo de totalidade, mas sim promover-se como uma possibilidade frente às incontáveis que possam ser apresentadas.

O objetivo deste levantamento preliminar é ampliar possibilidades e exemplificar limitações, para suscitar novos trabalhos, pesquisas e análises que complementem ou refutem este que se apresenta.

Figura 13 – Rede de Bibliotecas Escolares – Brasil – Diagrama hierárquico ¹⁸



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

O diagrama brasileiro não difere da maioria dos países sul-americanos, sendo estruturado de forma verticalizada, com níveis hierárquicos bem definidos e órgãos especializados, que desenvolvem funções específicas voltadas aos temas de educação, cultura, informação e sustentabilidade. O diagrama revela um modelo bem fundamentado teoricamente, mas distante de ser implementado em sua totalidade de forma prática em nível nacional (Brasil, 2024a).

O MEC é o órgão máximo de caráter político-administrativo, responsável pela formulação de políticas educacionais, coordenação e supervisão do sistema educacional brasileiro, com ênfase na promoção da melhoria contínua da qualidade da educação (Brasil, 2024a).

¹⁸ **Ministério da Educação (MEC):** Formulação de políticas educacionais, coordenação e supervisão do sistema educacional, promoção da qualidade da educação.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Administra os recursos financeiros e operacionaliza a distribuição de livros e materiais didáticos. Garante financiamento para projetos educacionais e de assistência ao estudante.

Secretaria de Educação Básica (SEB): Coordenação e implementação de políticas e programas para a educação básica, supervisão de diretrizes curriculares.

Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPDEB): Desenvolvimento e implementação de políticas e diretrizes para a educação básica, promoção da leitura e bibliotecas escolares.

Coordenação-Geral de Bibliotecas Escolares (CGBE): Coordenação das ações relacionadas às bibliotecas escolares, integração das bibliotecas ao processo educacional, apoio à formação de redes de bibliotecas.

Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE): Promoção e incentivo à implantação de bibliotecas escolares, garantia da qualidade e acessibilidade dos acervos, formação continuada de bibliotecários e professores.

Rede Nacional de Bibliotecas Escolares: A Rede Nacional de Bibliotecas Escolares no Brasil quando implantada terá atribuições fundamentais para o fortalecimento de todo sistema educacional, cultural e informacional do país.

O FNDE é o órgão responsável pela administração dos recursos financeiros direcionados à educação e, entre outras atribuições, operacionaliza a distribuição de livros e materiais didáticos para toda a rede de ensino público no país. Sob sua tutela estão os recursos necessários ao financiamento de projetos educacionais e de assistência aos estudantes (Brasil, 2024a).

A SEB é considerada um órgão tático, que coordena e promove a implementação de políticas públicas e programas para a educação básica, incluindo, em sua área de atuação, a implementação de bibliotecas escolares públicas, inclusive em rede, sempre pautadas nas diretrizes curriculares vigentes (Brasil, 2024a).

A DPDEB busca o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e diretrizes para a educação básica, promoção da leitura e bibliotecas escolares, inclusive em rede (Brasil, 2024a).

A CGBE é responsável pela coordenação das ações relacionadas às bibliotecas escolares, integração dessas bibliotecas ao processo educacional, cultural e informacional, e pelo apoio à formação de redes de bibliotecas (Brasil, 2024a).

O SNBE, instituído pela Lei 14.837/2024, tem como proposta a promoção e o incentivo à implantação de bibliotecas escolares públicas, inclusive em rede, garantindo a qualidade e acessibilidade dos acervos, além da formação continuada de bibliotecários e professores (Brasil, 2024b).

A Rede Nacional de Bibliotecas Escolares no Brasil já possui atribuições fundamentais elencadas que deverão ocorrer a partir de sua implementação em busca do fortalecimento de todo sistema educacional, cultural e informacional do país. Com destaque as seguintes pretensões (Brasil, 2024b):

- **Universalização das bibliotecas escolares:** Garantir que todas as instituições de ensino tenham bibliotecas acessíveis e bem estruturadas.
- **Política de acervo:** Definir critérios para a ampliação, preservação e organização dos acervos, considerando as necessidades locais e o número de alunos matriculados.
- **Integração tecnológica:** Promover a digitalização de acervos e a conexão das bibliotecas à internet, facilitando o acesso à informação.

- **Capacitação de profissionais:** Oferecer treinamento e qualificação para bibliotecários e outros profissionais, assegurando o funcionamento adequado das bibliotecas.
- **Promoção da leitura e cultura:** Incentivar a leitura e atividades culturais, transformando as bibliotecas em centros de ação educacional e cultural.
- **Parcerias e convênios:** Estabelecer colaborações com entidades culturais para ampliar os acervos e melhorar os serviços oferecidos.

A análise da legislação brasileira revela avanços históricos importantes, como a Lei nº 12.244/2010 e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que já sinalizavam o compromisso com a universalização do acesso à leitura e à informação no ambiente escolar. No entanto, persistem desafios significativos para a consolidação de uma rede nacional efetiva de bibliotecas escolares públicas, especialmente no que diz respeito à articulação entre políticas públicas, investimentos estruturais e gestão técnica integrada (Brasil, 2010).

Para muitos autores, a ausência de um modelo unificado e a fragmentação de ações dificultam o alinhamento pleno às metas do ODS 4 da Agenda 2030. Ainda assim, iniciativas como a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e os esforços da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares (RNBE), a partir da instituição do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, demonstram potencial de transformação, desde que articuladas a uma política pública robusta, inclusiva e sustentável (Brasil, 2024b; Camillo, 2022; Barbosa; Pereira, 2020; Castro Filho, 2018b).

7.5 Chile

Detentor de uma beleza natural exuberante, onde se destacam a Cordilheira dos Andes, o Deserto do Atacama, a Patagônia Chilena, o Parque Nacional Torres del Paine e o Litoral do Pacífico, o Chile detém o título de maior exportador de cobre do mundo, possuindo em seu território as maiores reservas deste minério já conhecidas e catalogadas. No cenário político, o Chile sofreu muita instabilidade desde sua colonização, o que acabou desembocando em uma ditadura militar que teve início nos anos 70 do século XX, sendo retomado o cenário democrático no país somente nos anos 90. Hoje o quadro é outro, o

país é tido como um estado democrático de direito e seus níveis de educação são considerados um dos mais elevados da América do Sul (Sposob, 2024).

Mapa 5 – Representação geográfica do território chileno¹⁹



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Chile é uma república presidencialista com regime unitário de governo, o seu sistema de financiamento educacional é descentralizado, sendo as seguintes normas regulamentares deste sistema: Decreto Lei 3.063/1980 (administração financeira do estado), Decreto 2.385/1996 (Lei Orgânica Constitucional de Ensino), Lei 19.873/2003 (modifica a Lei Orgânica Constitucional de Ensino), Lei 20.845/2015 (Lei de Inclusão Escolar) e a Lei 21.040/2017 cria o Sistema de Educação Pública (SITEAL-UNESCO, 2024).

Os elevados índices de educação não ocorrem ao acaso e o Chile é a prova científica da questão, dados históricos demonstram que ao longo das últimas décadas principalmente a partir da redemocratização do país seus governantes se preocuparam em reestruturar a sociedade de forma que a educação fosse a pedra angular a ser instalada, ou seja, a partir da educação a sociedade se reconstruiria e se preservaria inclusive de novos atentados a própria democracia, firmando inclusive muitas parcerias público-privadas para o intento (Susin; Mendonça, 2021).

¹⁹

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Apruebo Dignidad, com o presidente Gabriel Boric.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -35.6751, -71.5430.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$17.067,8 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 2.9% (SITEAL-UNESCO, 2024)

Prova disso é a Lei 19.227/1993 que a 32 anos atrás já inseria o livro, leitura e o desenvolvimento literário como recursos obrigatórios para a construção de uma identidade cultural nacional por meio da formação educacional dos jovens chilenos. Um dado que exemplifica a qualidade da educação no país é o seu índice de analfabetismo que gira na ordem de 2,9%, um dos menores da região sul-americana, e a projeção é de queda para os próximos anos (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 14 – Taxa de analfabetismo – Chile

Analfabetismo		Escolarización		Terminalidad secundaria	
Tasa de analfabetismo de la población de 15 años y más según sexo, área geográfica y nivel de ingresos		2000	2011	2017	2022
Sexo	Masculino	3,9	3,1	3,6	2,9
	Femenino	4,1	3,5	3,7	3
Área geográfica	Urbana	2,6	2,5	2,9	2,3
	Rural	12,2	8,7	8,3	7,4
	Inferior	4,6	3,9	4,2	3,5
Nivel de ingresos	Medio	2,5	3,1	3,5	2,7
	Superior	0,9	0,9	1,5	0,8
Total		4,0	3,3	3,7	2,9

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

No site do CERLALC-SIRBI (2024) é demonstrada a existência de uma estrutura bem definida que possui, em um extremo, seu órgão executivo, sendo este o Ministério da Educação chileno, e no outro, a mais antiga e mais desenvolvida rede de bibliotecas escolares públicas da América do Sul, intitulada Redes de Bibliotecas CRA. Não é sem razão que este sistema implantado pelo Chile é tido como modelo pelos demais países do mundo, tendo um grande volume de estudos científicos sobre o desenvolvimento de seu modelo de rede de bibliotecas escolares públicas se comparado aos demais países sul-americanos.

Neste contexto, a Lei 19.277/1993 é a responsável por criar o Fundo Nacional de Fomento do Livro e da Leitura, com a administração direta do Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio buscando o resgate de sua identidade, principalmente indígena, que tinha sido durante duas décadas

oprimidas pelo governo ditatorial de Pinochet que tentou introduzir a qualquer custo a criação de uma identidade hollywoodiana (Chile, 1993).

Figura 15 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Chile

Bibliotecas escolares

Nombre oficial de la red o sistema
Bibliotecas Escolares CRA

Entidad
Ministerio de Educación

Responsable
Sofía Brinck

Cargo
Coordinadora, Programa Centro de Lectura y Biblioteca Escolar CRA

Página web

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

O engajamento da população chilena mais jovem foi essencial para o sucesso das ações, programas e projetos que priorizavam o livro e a leitura, que propuseram a definição de novos conceitos para livro, autores e editores, diferenciando-os entre atores locais ou estrangeiros. Salientamos que o fundo criado era respaldado financeiramente por verbas públicas, organizações internacionais e doações. Sendo suas principais características (Chile, 1993):

- **Reconhecimento Cultural:** O Estado de Chile reconhece o livro e a criação literária como instrumentos essenciais para a cultura, identidade nacional e formação da juventude.
- **Fundo Nacional:** Criação do Fundo Nacional de Fomento do Livro e da Leitura, administrado pelo Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio.
- **Financiamento:** O fundo é destinado a financiar projetos, programas e ações de fomento ao livro e à leitura.
- **Definições:** Estabelece definições para livro, livro chileno, autor, autor chileno e editor.
- **Recursos:** O fundo é composto por recursos do orçamento nacional, assistência técnica ou cooperação internacional, e doações.

A Lei 19.928/2003 surge no cenário das políticas públicas chilenas a partir da necessidade de modernização do sistema nacional das bibliotecas públicas,

já passado uma década da sanção da Lei 19277/1993 e todo um desenvolvimento da indústria literária e livresca no país (Chile, 2003).

Era necessário a padronização de ações por todo território chileno afim de oportunizar acesso ao livro e a leitura de forma mais equilibrada a toda população principalmente a mais carente e sem acesso a outros meios senão pela biblioteca pública. Uma questão fundamental desta lei é o estabelecimento de orientações voltadas a formação e capacitação de bibliotecários e outros mediadores da informação. Dito isto, observamos como suas principais características (Chile, 2003):

- **Criação de Bibliotecas:** Estabelece diretrizes para a criação e manutenção de bibliotecas públicas.
- **Capacitação:** Incentiva a formação e capacitação de bibliotecários.
- **Acesso à Informação:** Promove o acesso equitativo à informação e ao conhecimento através das bibliotecas.
- **Modernização:** Fomenta a modernização das bibliotecas públicas, incluindo a incorporação de novas tecnologias.
- **Parcerias:** Estimula parcerias entre bibliotecas públicas e outras instituições culturais e educacionais.

No ano de 2009 foi sancionada a Lei nº 20.370 que ficou conhecida nacionalmente como “Lei Geral da Educação”, que buscava uma padronização no sistema educacional chileno estabelecendo diretrizes e normas a serem seguidos em todo território nacional (Chile, 2009).

Entendendo a biblioteca como parte integrante do sistema a referida lei absorve os pontos fundamentais já descritos nas leis vigentes sobre o tema livro, leitura e biblioteca (Lei 19277/1993 e Lei 19857/2003) e estabelece um ambiente educacional plural que passa a abordar mais acintosamente questões relativas à equidade de gênero, as liberdades tidas como fundamentais e a universalização dos direitos humanos. Observamos como suas principais características (Chile, 2009):

- **Direitos e Deveres:** Regula os direitos e deveres dos membros da comunidade educativa.
- **Requisitos Mínimos:** Define os requisitos mínimos para os níveis de educação parvularia, básica e média.

- **Qualidade e Equidade:** Estabelece o dever do Estado de garantir a qualidade e equidade no sistema educacional.
- **Reconhecimento Oficial:** Define o processo para o reconhecimento oficial de estabelecimentos e instituições educacionais.
- **Educação Inclusiva:** Promove a inclusão e a diversidade no sistema educacional, respeitando os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Quadro 9 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Chile

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei do Livro	19.227	1993	Cria o Fundo Nacional de Fomento do Livro e da Leitura. Promove o livro e a leitura como instrumentos culturais. Desenvolve as Bibliotecas Escolares – CRA (Centros de Recursos para a Aprendizagem).	Ministério da Educação
Lei de Fomento das Bibliotecas Públicas	19.928	2003	Fortalecimento e modernização das bibliotecas públicas. Estabelecimento de diretrizes para a criação e manutenção de bibliotecas públicas. Incentivo à formação e capacitação de bibliotecários	Ministério da Educação
Lei Geral de Educação	20.370	2009	Estabelecimento de normas gerais para a educação no Chile. Inclusão de bibliotecas escolares como parte essencial do sistema educacional. Definição de requisitos mínimos para a infraestrutura e recursos das bibliotecas escolares	Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

A partir da criação do Fundo Nacional de Fomento ao Livro e à Leitura, respaldado pela Lei 19.227/1993, o Chile oportuniza um ambiente propício à iniciação de um projeto de modernização de seu sistema educacional, inserindo neste contexto a valorização da cultura nacional, com ênfase no desenvolvimento de bibliotecas escolares públicas e nos centros de recursos para aprendizagem – CRAs (Chile, 1993).

Uma década após a Lei 19.227/1993, é sancionada a Lei 19.928/2003, que tem como principal característica a formação e capacitação dos bibliotecários e outros atores sociais que atuam como mediadores da informação em vários ambientes, incluindo as bibliotecas escolares públicas em rede (Chile, 2003).

A Lei Geral de Educação 20.370/2009 vem para chancelar a importância das bibliotecas escolares públicas frente a todo o sistema educacional chileno, lhes relegando o papel de instrumento essencial para seu bom funcionamento,

definindo inclusive os requisitos mínimos de infraestrutura e recursos materiais/humanos a serem disponibilizados a cada unidade (Chile, 2009).

Após a análise das referidas leis, realizamos uma leitura fluida e despretensiosa, descrita por Bardin (2021, p. 122) como sendo flutuante, para em seguida categorizá-las, elencando seus principais pontos de convergência e divergência.

7.5.1 Categorização preliminar das leis chilenas

Pontos convergentes

Promoção do Desenvolvimento:

- **Lei 19.227/1993:** Promove o desenvolvimento cultural através do fomento ao livro e à leitura.
- **Lei 19.928/2003:** Incentiva o desenvolvimento cultural e educacional através das bibliotecas.
- **Lei 20.370/2009:** Promove o desenvolvimento educacional ao garantir a qualidade da educação.

Acesso Igualitário:

- **Lei 19.227/1993:** Garante acesso igualitário à cultura e à leitura.
- **Lei 19.928/2003:** Assegura acesso igualitário à informação e aos serviços das bibliotecas.
- **Lei 20.370/2009:** Assegura acesso igualitário à educação de qualidade.

Sustentabilidade:

- **Lei 19.227/1993:** Fomenta a produção sustentável de livros.
- **Lei 19.928/2003:** Promove a sustentabilidade das bibliotecas públicas.
- **Lei 20.370/2009:** Inclui princípios de sustentabilidade no sistema educacional.

Qualidade:

- **Lei 19.227/1993:** Incentiva a qualidade na produção literária.
- **Lei 19.928/2003:** Melhora a qualidade dos serviços das bibliotecas.
- **Lei 20.370/2009:** Define padrões de qualidade para a educação.

Integração e Cooperação:

- **Lei 19.227/1993:** Promove a cooperação entre agentes culturais.
- **Lei 19.928/2003:** Facilita a integração das bibliotecas no sistema educacional.

- **Lei 20.370/2009:** Fomenta a cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições educacionais.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 19.227/1993:** Fomento do livro e da leitura.
- **Lei 19.928/2003:** Desenvolvimento e modernização das bibliotecas públicas.
- **Lei 20.370/2009:** Regulação do sistema educacional.

Público-Alvo:

- **Lei 19.227/1993:** Leitores e autores.
- **Lei 19.928/2003:** Usuários de bibliotecas públicas.
- **Lei 20.370/2009:** Comunidade educativa.

Tipo de Desenvolvimento:

- **Lei 19.227/1993:** Desenvolvimento cultural.
- **Lei 19.928/2003:** Desenvolvimento cultural e educacional.
- **Lei 20.370/2009:** Desenvolvimento educacional.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 19.227/1993:** Ministério da Educação.
- **Lei 19.928/2003:** Ministério da Cultura.
- **Lei 20.370/2009:** Ministério da Educação.

Objetivos Específicos:

- **Lei 19.227/1993:** Incentivar a leitura e a produção literária.
- **Lei 19.928/2003:** Modernizar e expandir os serviços das bibliotecas públicas.
- **Lei 20.370/2009:** Garantir a qualidade e equidade na educação.

Após a categorização das referidas leis, podemos observar uma intenção positiva por parte dos governantes chilenos que, a partir da década de 90 do século XX, promoveram e incentivaram o acesso à informação, educação e cultura por meio de políticas públicas que, entre outras coisas, incentivavam o acesso ao livro, a leitura e a biblioteca.

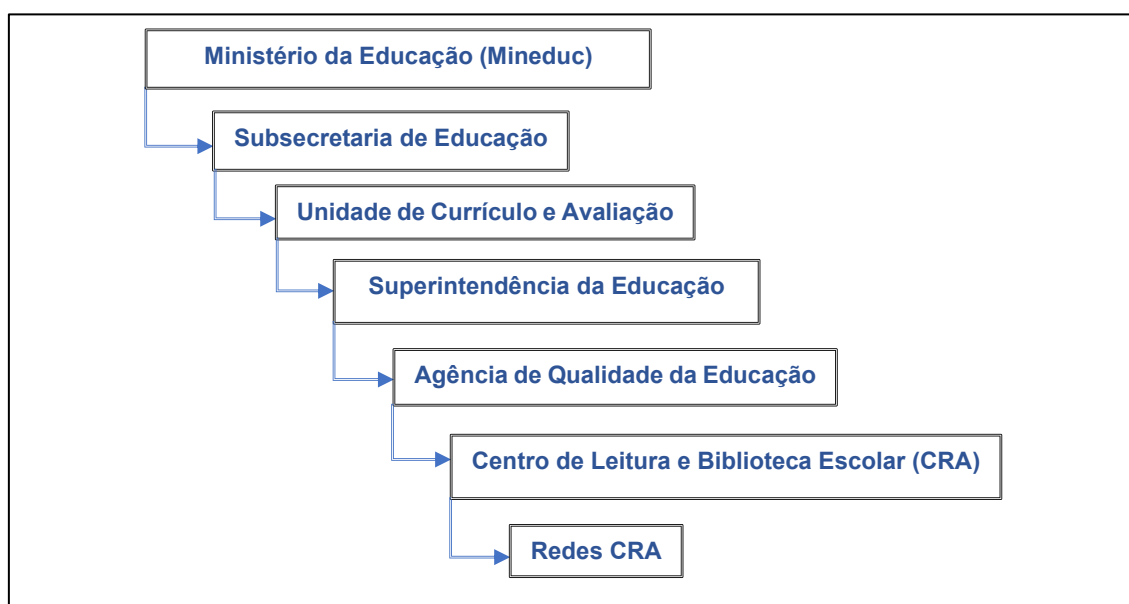
Como destaque sobre o tema, podemos citar a Lei 19.227/1993 (Lei do Livro), que, entre outras atividades, criou o Fundo Nacional de Fomento do Livro e da Leitura e promoveu o livro e a leitura como instrumentos culturais,

desenvolvendo políticas específicas para as bibliotecas escolares públicas e para os centros de recursos para a aprendizagem – CRAs (Chile, 1993).

Pelo menos dois ministérios do governo atuaram de forma incisiva frente ao tema, sendo eles: Educação e Cultura. As leis são baseadas em temas transversais que ora estão sob a tutela de um ou outro ministério. As questões muitas vezes são resolvidas por meio de portarias interministeriais que regulamentam o limite de atuação de cada órgão, bem como os seus níveis de responsabilidade.

A ampliação do acesso à informação, educação e cultura de forma integral e cooperativa é uma característica marcante deste processo, que obrigatoriamente perpassa pelo crivo de qualidade e sustentabilidade social para só depois então fazer sentido às futuras gerações. Tais ações podem ser verificadas nos textos das seguintes leis: Lei 19.928/2003 [Lei do Livro] e a Lei 20.370/2009 [Lei Geral de Educação] (Chile, 2003, 2009):

Figura 16 – Rede de Bibliotecas Escolares – Chile – Diagrama hierárquico²⁰



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

²⁰ **Ministério da Educação (Mineduc):** Propõe e implementa políticas educacionais, define normas, fornece financiamento e promove o desenvolvimento profissional docente.

Subsecretaria de Educação: Coordena a implementação das políticas educacionais e supervisiona as instituições educacionais.

Unidade de Currículo e Avaliação (UCE): Responsável pela elaboração de bases curriculares, planos e programas de estudo, e padrões de aprendizagem.

Centro de Leitura e Biblioteca Escolar (CRA): Promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Redes CRA: Integram todas as bibliotecas escolares CRA de um território definido (comuna, província e/ou região), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas.

O diagrama apresentado pelo Chile, assim como o de maioria dos países sul-americanos, demonstra a estruturação de uma cadeia de órgãos hierarquizados e burocraticamente organizados, exercendo funções específicas, onde o fluxo de informação é direcionado a partir do topo do gráfico (Ministério da Educação) até a sua base (Redes CRA), sendo os extremos intermediados por uma série de órgãos executivos, normativos e fiscalizadores. Esse modelo representa uma pirâmide que estabelece níveis de decisões, sendo eles: estratégicos, táticos e operacionais (Chile, 2024a).

O que se destaca no modelo chileno em relação aos demais países sul-americanos é seu histórico, pois esse modelo vem sendo desenvolvido de forma intencional há pelo menos 3 (três) décadas (Chile, 2024a).

Dentro da estrutura apresentada pelo diagrama hierárquico, o Mineduc propõe e implementa políticas públicas educacionais, define normas, fornece financiamento e promove o desenvolvimento profissional docente, sendo o órgão que ocupa o ápice do sistema educacional chileno (Chile, 2024a).

A Subsecretaria de Educação é o órgão executivo vinculado ao Mineduc, que coordena a implementação das políticas públicas educacionais e supervisiona as instituições educacionais em suas atuações e ações (Chile, 2024a).

A Unidade de Currículo e Avaliação (UCE) é o órgão responsável pela elaboração de bases curriculares educacionais, planos e programas de estudo, e padrões de aprendizagem. Este órgão atua para garantir que os materiais e recursos disponibilizados pelas CRAs estejam alinhados ao currículo nacional de aprendizagem, promovendo a coerência entre o ensino e os recursos disponibilizados (Chile, 2024a).

O Centro de Leitura e Biblioteca Escolar (CRA) promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais. Esses centros atuam como bibliotecas escolares modernizadas, oferecendo uma ampla gama de recursos e serviços para estudantes e professores, com destaque para as seguintes funções (Chile, 2024a):

- **Apoio pedagógico:** Os CRAs fornecem materiais didáticos, livros e recursos multimídia alinhados ao currículo nacional, ajudando os professores a enriquecerem suas aulas.
- **Promoção da leitura:** Organizam atividades como clubes de leitura, feiras de livros e eventos literários para incentivar o hábito da leitura entre os estudantes.
- **Desenvolvimento de competências informacionais:** Ensinam os alunos a buscarem, avaliar e usar informações de forma crítica, habilidades essenciais no mundo atual.
- **Inclusão digital:** Muitos CRAs oferecem acesso a computadores e à internet, reduzindo a lacuna digital e permitindo que os alunos explorem recursos tecnológicos.
- **Espaço de integração:** Funcionam como centros comunitários dentro das escolas, promovendo a colaboração entre estudantes, professores e famílias.

As redes CRA integram todas as bibliotecas escolares CRA de um território definido (comuna, província e/ou região), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas. No Chile, elas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da educação e da cultura nas escolas. Elas atuam de forma integrada para (Chile, 2024a):

- **Promover a leitura e o aprendizado:** As redes CRAs organizam atividades como feiras de livros, clubes de leitura e eventos culturais, incentivando o hábito da leitura e o uso de recursos educativos.
- **Facilitar o acesso à informação:** Por meio da interconexão entre escolas, as redes CRAs garantem que estudantes e professores tenham acesso a materiais didáticos e recursos multimídia.
- **Desenvolver competências informacionais:** As redes ajudam os alunos a adquirirem habilidades para buscar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica e eficiente.
- **Modernização e inclusão digital:** As redes CRAs promovem a digitalização de acervos e o uso de tecnologias, reduzindo a lacuna digital e ampliando o acesso à informação.
- **Apoiar o currículo nacional:** As redes trabalham alinhadas ao currículo nacional, garantindo que os materiais disponíveis atendam às necessidades pedagógicas.

Essas redes são essenciais para transformar as bibliotecas escolares em espaços dinâmicos e integrados ao processo educacional.

7.6 Colômbia

Não é possível analisar a Colômbia sem destacar sua beleza natural, a abundância de recursos minerais existente e a diversidade étnica que enriquece a cultura do país, tampouco podemos ignorar os graves problemas socioeconômicos que o estado colombiano enfrenta. Com uma das menores rendas *per capita* da América do Sul, a Colômbia, assim como seus países vizinhos, enfrenta ondas de violência e crises de corrupção, tanto na esfera pública quanto privada (Sposob, 2024).

O narcotráfico colombiano ganhou notoriedade mundial a partir da década de 1990, quando os Estados Unidos da América (EUA) firmaram um acordo bilateral para combater as guerrilhas e facções que disputavam o monopólio do tráfico no território colombiano (Tickner, 2012).

A Colômbia é organizada politicamente como uma república unitária com autonomia entre suas unidades territoriais. O financiamento público do sistema educacional nacional é instituído pelos artigos 356 e 357 da Constituição Política de 1991, que estabelecem os critérios para a distribuição de recursos em todo o país (SITEAL-UNESCO, 2024).

Mapa 6 – Representação geográfica do território colombiano²¹



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

²¹

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Pacto Histórico, com o presidente Gustavo Petro.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente 4.5709, -74.2973.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$6.947,4 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 4.7% (SITEAL-UNESCO, 2024).

A Lei Geral da Educação nº 115/1994, sancionada posteriormente, estabeleceu novas diretrizes para o sistema educacional e ajustou o modelo de distribuição de recursos públicos para este fim. Foram definidas regras para a concorrência do investimento educacional existente entre departamentos e municípios, além de regulamentar o repasse das verbas às entidades territoriais pelo governo nacional (SITEAL-UNESCO, 2024).

Em 2001, foi sancionada a Lei nº 715, conhecida como Lei do Sistema Geral de Participações (SGP), que fixou percentuais mínimos de repasses de verbas do governo nacional para setores públicos como segurança, saúde e educação (SITEAL-UNESCO, 2024).

Com as normas e regras do sistema educacional estabelecidas, a Colômbia iniciou uma trajetória de melhoria gradual de seus indicadores educacionais. Um dado relevante a ser analisado é a redução de quase dois pontos percentuais no índice de analfabetismo em pouco mais de uma década: enquanto em 2010 o percentual geral era de 6,6%, em 2022 esse percentual caiu para 4,7%, uma redução de aproximadamente 30% (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 17 – Taxa de analfabetismo – Colômbia

Analfabetismo						
Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais						
		2010	2015	2019	2021	2022
Sexo	Masculino	6,8	5,8	5	4,8	4,9
	Feminino	6,5	5,5	4,6	4,5	4,5
Área geográfica	Urbana	4,4	3,7	3,1	3	3
	Rural	14,5	13	11,1	10,5	10,8
Nível de renda	Inferior	8,3	6,6	5,7	4,8	5,9
	Médio	4,2	3,9	3	3,5	3,1
	Superior	1,6	1,4	1,1	1,3	1
Total		6,6	5,7	4,8	4,6	4,7

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

A partir das informações obtidas no site do CERLALC-SIRBI, é possível observar a existência de uma estrutura que ampara as bibliotecas escolares

públicas, sendo desenvolvida a partir de um programa específico do governo nacional (Programa Nacional de Bibliotecas Escolares) e que, em última instância, está subordinada hierarquicamente ao Ministério da Educação Nacional (MEN). Existem outros órgãos administrativos, fiscalizadores e técnicos que compõem a estrutura hierárquica das redes de bibliotecas escolares públicas da Colômbia. Esta compreensão será ampliada a partir da apresentação, ainda nesta seção, de um diagrama em formato gráfico com os principais órgãos que compõem a referida estrutura e suas respectivas funções (CERLALC-SIRBI, 2024).

Figura 18 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Colômbia

Bibliotecas escolares	
	Nombre oficial de la red o sistema Bibliotecas Escolares
	Entidad Ministerio de Educación
	Responsable Alfredo Olaya Toro
	Cargo Subdirector (E) de Fomento de Competencias
Página web	

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

A lei nacional colombiana nº 115 de 1994, também conhecida como a Lei Geral de Educação, estabelece as diretrizes gerais para a organização e a prestação do serviço público de educação no país, ela demonstrou-se ao longo do tempo como sendo crucial para a estruturação e o desenvolvimento do sistema educativo moderno na Colômbia, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, estabelecendo áreas fundamentais de ensino/aprendizagem. A referida lei determina que as instituições de ensino devem contar com bibliotecas adequadas para apoiar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, fornecendo acesso a recursos educativos e promovendo a leitura e a pesquisa. Salientamos alguns pontos chave dessa lei (Colômbia, 1994):

- **Objetivo e Âmbito de Aplicação:** A lei define a educação como um processo de formação permanente, pessoal, cultural e social, fundamentado na dignidade humana, nos direitos e deveres dos indivíduos. Ela regula o serviço público de educação, abrangendo a educação formal, não formal e informal, e se aplica a todas as instituições educativas, tanto públicas quanto privadas.
- **Estrutura do Sistema Educativo:** A lei organiza o sistema educativo colombiano em níveis: educação pré-escolar, básica (primária e secundária) e média. Também aborda a educação superior, que é regulada por uma legislação específica.
- **Prestação do Serviço Educativo:** O serviço educativo deve ser prestado em instituições educativas do Estado, mas também permite que particulares, comunidades, cooperativas e entidades sem fins lucrativos fundem e administrem estabelecimentos educativos, conforme as normas estabelecidas pelo governo.
- **Qualidade e Cobertura do Serviço:** A lei atribui ao Estado, à sociedade e à família a responsabilidade de garantir a qualidade da educação e promover o acesso ao serviço educativo. O Estado deve assegurar a qualificação dos educadores, a inovação e a pesquisa educativa, e a avaliação contínua do processo educativo.
- **Áreas Fundamentais de Estudo:** A lei especifica as áreas fundamentais de estudo na educação básica e média, incluindo ciências naturais, educação ambiental, educação artística, ética e valores humanos, educação física, recreação e esportes, educação religiosa, e línguas (castelhano e idiomas estrangeiros).

A Lei 1379, também conhecida como Lei de Bibliotecas Públicas, foi promulgada na Colômbia em 15 de janeiro de 2010. Esta lei tem como principal objetivo organizar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, além de estabelecer as diretrizes para seu funcionamento e desenvolvimento sustentável. Foi fundamental para garantir que as bibliotecas públicas, incluindo as escolares, pudessem se modernizar e, conseqüentemente, oferecer serviços de melhor qualidade e com níveis de acesso cada vez maiores para toda a população, promovendo o livro, a leitura e a informação de forma ampla e plural. Salientamos como sendo suas principais características (Colômbia, 2010):

- **Objetivo e Âmbito de Aplicação:** A lei define a política da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, regulando seu funcionamento e estabelecendo os instrumentos necessários para seu desenvolvimento integral. Ela se aplica a todas as instituições e entidades que fazem parte dessa rede, coordenada pelo Ministério da Cultura e pela Biblioteca Nacional da Colômbia.

- **Definições Importantes:** A lei inclui definições essenciais para a compreensão e aplicação das suas disposições, como o que constitui um livro, uma biblioteca, uma biblioteca digital, e o acervo documental.
- **Infraestrutura e Dotação Bibliotecária:** A lei aborda a necessidade de infraestrutura adequada e dotação de recursos para as bibliotecas, incluindo documentos, móveis, equipamentos e recursos financeiros necessários para a prestação dos serviços bibliotecários.
- **Patrimônio Bibliográfico e Documental:** A lei também trata do patrimônio bibliográfico e documental da nação, destacando a importância de preservar e promover o acesso a esses recursos como parte da identidade cultural do país.

Quadro 10 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Colômbia

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei Geral de Educação	115	1994	Estabelece as bases para a educação na Colômbia, incluindo a obrigatoriedade de bibliotecas escolares em todos os estabelecimentos educativos.	Ministério da Educação
Organização da Rede de Bibliotecas Públicas	1379	2010	O objetivo é definir a política da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, regular o seu funcionamento e estabelecer os instrumentos para o seu desenvolvimento integral e sustentável.	Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

No contexto colombiano, a Lei Geral da Educação 115/1994 serviu para o estabelecimento das bases para a modernização do sistema educacional nacional, incorporando em seu texto principal a obrigatoriedade da inclusão de bibliotecas escolares em todos os estabelecimentos de ensino do país. Hoje esta lei é tida como um marco histórico e legal na Colômbia pois congrega em seu texto os pilares fundamentais que norteiam a educação do país até os dias atuais (Colômbia, 1994).

Passados mais de quinze anos da promulgação da Lei 115/1994, foi sancionada a Lei de Organização da Rede de Bibliotecas Públicas, texto que aborda as políticas públicas relacionadas à estruturação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, regulando seu funcionamento administrativo, bem como os instrumentos para seu desenvolvimento contínuo, pleno e sustentável (Colômbia, 2010).

A partir da premissa descrita por Bardin (2021, p. 122) sobre o que venha a ser a leitura flutuante, realizamos a categorização das referidas leis, elencando seus principais pontos de convergência e divergência.

7.6.1 Categorização preliminar das leis colombianas

Pontos convergentes

Promoção da Educação e Cultura

- **Lei 115 de 1994:** Estabelece diretrizes para a educação básica e média, promovendo a cultura e o conhecimento.
- **Lei 1379 de 2010:** Promove o acesso à informação e ao conhecimento através das bibliotecas públicas.

Acesso Equitativo

- **Lei 115 de 1994:** Assegura o acesso à educação básica e média para todas as crianças e jovens.
- **Lei 1379 de 2010:** Garante o acesso equitativo às bibliotecas públicas para todos os cidadãos.

Desenvolvimento de Infraestrutura

- **Lei 115 de 1994:** Define requisitos mínimos de infraestrutura para instituições educacionais.
- **Lei 1379 de 2010:** Estabelece a criação e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Capacitação e Formação

- **Lei 115 de 1994:** Promove a formação contínua de professores e educadores.
- **Lei 1379 de 2010:** Incentiva a formação e capacitação de bibliotecários.

Qualidade e Modernização

- **Lei 115 de 1994:** Estabelece padrões de qualidade para a educação básica e média.
- **Lei 1379 de 2010:** Fomenta a modernização das bibliotecas públicas, incluindo a incorporação de novas tecnologias.

Pontos divergentes

Foco Específico

- **Lei 115 de 1994:** Foco geral na educação básica e média.

- **Lei 1379 de 2010:** Foco específico no desenvolvimento e promoção das bibliotecas públicas

Instrumentos de Implementação

- **Lei 115 de 1994:** Estabelecimento de diretrizes curriculares e administrativas para a educação.
- **Lei 1379 de 2010:** Criação de um sistema nacional de bibliotecas públicas.

Beneficiários Diretos

- **Lei 115 de 1994:** Beneficia diretamente estudantes, professores e instituições educacionais.
- **Lei 1379 de 2010:** Beneficia diretamente os usuários das bibliotecas públicas.

Tipo de Infraestrutura

- **Lei 115 de 1994:** Infraestrutura de escolas e instituições educacionais.
- **Lei 1379 de 2010:** Infraestrutura de bibliotecas públicas.

Natureza dos Recursos

- **Lei 115 de 1994:** Recursos destinados à implementação de programas educacionais e infraestrutura escolar.
- **Lei 1379 de 2010:** Recursos destinados à criação e manutenção de bibliotecas.

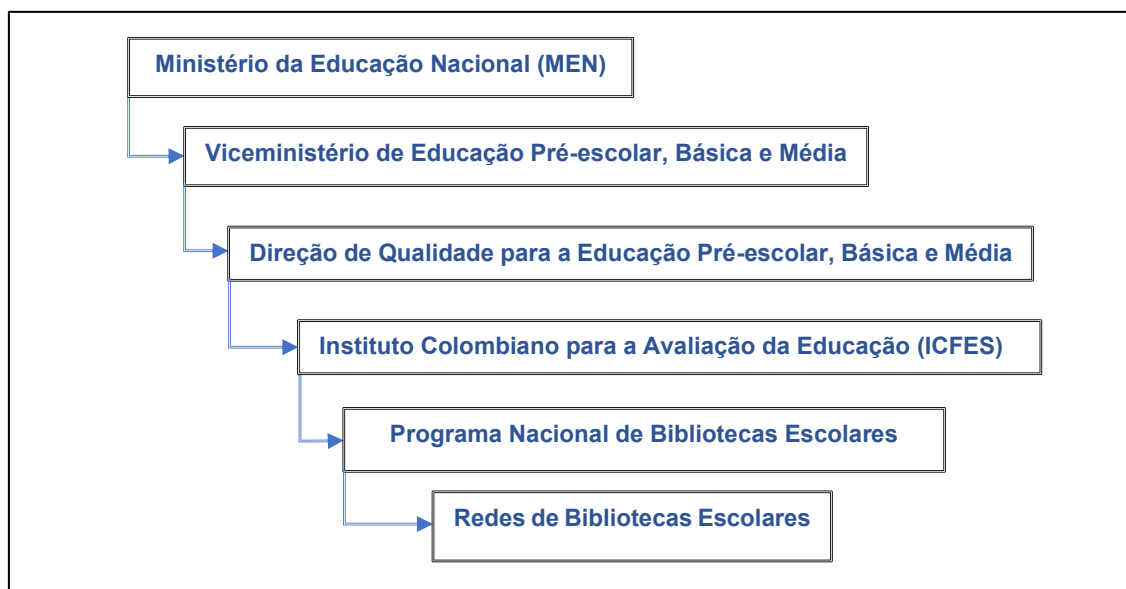
Essas categorias ajudam a compreender como ocorreu a formação histórica do Programa Nacional de Bibliotecas Públicas colombiano, e o seu desdobramento na Rede de Bibliotecas Escolares Públicas, a partir das diretrizes e regulamentações oriundas de leis e políticas públicas voltadas, principalmente, à informação, educação e cultura.

Neste contexto observamos que a Lei nº 115/1994 (Lei Geral de Educação) estabeleceu as bases para a educação nacional moderna em todo território colombiano, incluindo, entre suas principais diretrizes, a obrigatoriedade da inclusão de bibliotecas escolares em todos os estabelecimentos educativos públicos do país (Colômbia, 1994).

Por sua vez, a Lei nº 1379/2010 (Lei da Organização da Rede de Bibliotecas Públicas) tem como objetivo principal a estruturação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da Colômbia, incluindo as escolares, que serve

como um instrumento de apoio ao sistema educacional colombiano e, ao mesmo tempo, como um socializador de informação e cultura (Colômbia, 2010).

Figura 19 – Rede de Bibliotecas Escolares – Chile – Diagrama hierárquico ²²



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

O quadro apresentado evidencia uma estruturação hierárquica relacional entre o Ministério da Educação Nacional (MEN) e as Redes de Bibliotecas Escolares na Colômbia, permeada por diversos outros órgãos e atores públicos. Este mapeamento hierárquico demonstra a especificação de cada órgão e sua responsabilidade em relação ao todo (Colômbia, 2024a).

Observamos órgãos voltados exclusivamente para questões estratégicas (planejar, elaborar, definir, regulamentar, normatizar etc.), outros que abordam questões táticas (mensurar, avaliar, auditar, fornecer insumos etc.), enquanto

²²

Ministério da Educação Nacional (MEN): órgão principal que define políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente.

Viceministério de Educação Pré-escolar, Básica e Média: coordena a implementação das políticas educacionais para esses níveis de ensino.

Direção de Qualidade para a Educação Pré-escolar, Básica e Média: responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem.

Instituto Colombiano para a Avaliação da Educação (ICFES): avalia e assegura a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares: promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Redes de Bibliotecas Escolares: integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (município, departamento), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas.

alguns são responsáveis apenas pela parte operacional [promover, integrar, organizar, colaborar etc.] (Colômbia, 2024a).

O MEN é o órgão principal, responsável por definir políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente de toda a rede educacional da Colômbia (Colômbia, 2024a).

O Viceministério de Educação Pré-escolar, Básica e Média é responsável pela coordenação e implementação das políticas educacionais para esses três níveis de ensino (Colômbia, 2024a).

A Direção de Qualidade para a Educação Pré-escolar, Básica e Média é o órgão encarregado da elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem, que servem de base para toda a rede de ensino atender à população colombiana (Colômbia, 2024a).

O Instituto Colombiano para a Avaliação da Educação (ICFES) é o órgão governamental responsável por avaliar e assegurar a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias (Colômbia, 2024a).

O Programa Nacional de Bibliotecas Educativas na Colômbia desempenha um papel essencial no fortalecimento das redes de bibliotecas escolares ao promover o acesso igualitário à informação e ao conhecimento a toda rede. Ele busca democratizar o acesso a recursos educativos, incentivando o hábito da leitura entre estudantes, professores e comunidades. Além disso, o programa contribui para a melhoria da qualidade da educação, alinhando as bibliotecas escolares às políticas educacionais nacionais. Suas principais características incluem (Colômbia, 2024a):

- **Democratização do acesso ao conhecimento:** Promoção da igualdade de acesso a recursos educativos, fortalecendo a inclusão social e educacional.
- **Fomento à leitura:** Incentivo ao hábito da leitura por meio de campanhas, atividades escolares e oferta de material atualizado e de qualidade.
- **Modernização e inovação tecnológica:** Digitalização de acervos e integração de ferramentas tecnológicas para ampliar a acessibilidade e a eficiência das bibliotecas.
- **Capacitação de profissionais:** Treinamento contínuo para bibliotecários e educadores, promovendo a gestão efetiva das bibliotecas e o uso pedagógico de seus recursos.

- **Apoio ao currículo nacional:** Alinhamento das bibliotecas às diretrizes educacionais, tornando-as um suporte essencial para o aprendizado e o ensino.

As Redes de Bibliotecas Escolares integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (município, departamento), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre elas. Além disso, desempenham funções essenciais para o fortalecimento da educação e da cultura no país. Entre suas principais funções, destacam-se (Colômbia, 2024a):

- **Promoção da leitura e do aprendizado:** Incentivam o hábito da leitura e o uso de recursos educativos por meio de atividades como clubes de leitura, eventos literários e campanhas de incentivo.
- **Apoio pedagógico:** Fornecem materiais didáticos e recursos multimídia alinhados ao currículo nacional, auxiliando professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem.
- **Inclusão e acessibilidade:** Trabalham para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso igualitário à informação e ao conhecimento.
- **Modernização e tecnologia:** Promovem a digitalização de acervos e o uso de tecnologias para facilitar o acesso à informação e melhorar a gestão das bibliotecas.
- **Preservação cultural:** Atuam como guardiãs do patrimônio cultural e educativo, preservando documentos históricos e materiais que refletem a identidade cultural colombiana.

O contexto apresentado no diagrama reflete, de forma parcial, uma realidade muito mais densa e complexa. Sua representação estática serve apenas como instrumento para reflexões teóricas e metodológicas, em busca de respostas para as questões apresentadas nesta tese. Salientamos que tanto as nomenclaturas quanto as posições hierárquicas podem, e devem, ser alteradas conforme a vontade ou a necessidade do poder público vigente.

7.7 Equador

A história da constituição do estado equatoriano não difere de outros países pertencentes a América do Sul e é marcada por períodos de grandes instabilidades socioeconômicas, ocasionadas por golpes políticos e reiteradas mudanças na carta magna do país [Leis Constituintes] (Graeff, 2023).

A economia equatoriana é tida como em desenvolvimento, com forte concentração na exportação de recursos minerais (matérias primas), principalmente petróleo, item com maior peso na balança comercial do país. Seus recursos naturais são notórios, sendo grande parte do território equatoriano entrecortado pela cordilheira dos Andes, além da existência de exuberantes planícies com vegetações que vão desde densas florestas à vegetação alpina. Infelizmente, o Equador vem sofrendo com uma onda crescente de violência, principalmente na zona urbana, incidida por graves problemas socioeconômicos em consonância ao fortalecimento de organizações criminosas nacionais e internacionais (Sposob, 2024).

O estado democrático de direito instituído em território equatoriano tem como sistema político de governo a república presidencialista e segundo os dados levantados junto ao site oficial SITEAL-UNESCO, considerando o item “financiamento da política educacional”, o sistema educacional pode ser classificado como unitário de governo centralizado. A legislação que regulamenta e normatiza esta questão no Equador é a própria Constituição (2008) e o Código Orgânico de Planejamento e Finanças Públicas (SITEAL-UNESCO, 2024).

Mapa 7 – Representação geográfica do território equatoriano²³



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

23

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Movimento CREO, com o presidente Guillermo Lasso.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -1.8312, -78.1834.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$6,609 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 6,3% (SITEAL-UNESCO, 2024)

Se observarmos o índice de analfabetismo fica evidente um grande salto de melhoria entre os anos 2011 e 2015 com redução de mais de 30% do índice, mas a partir de 2015 houve uma estagnação em um percentual ainda considerado muito alto (média acima de 6,0 % entre 2015 e 2021) e este número ainda piora mais se compararmos somente os anos de 2021 e 2022 chegando a 6,3% da população público-alvo no último ano avaliado (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 20 – Taxa de analfabetismo – Equador

Analfabetismo						
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais		2011	2015	2019	2021	2022
Sexo	Masculino	8,9	5,3	5,6	5,1	5,7
	Feminino	11,7	8,6	7,4	6	6,8
Área geográfica	Urbana	6,0	4,7	3,4	3,9	4,2
	Rural	19,1	11,8	13,7	9,3	10,9
	Inferior	9,0	7	5,1	5	5,9
Nível de renda	Médio	5,1	4	2,7	3,2	2,6
	Superior	3,4	2,4	1,1	1,1	1,1
Total		10,3	7,0	6,5	5,5	6,3

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

Estes números se apresentam a partir de estudos realizados pelo Observatório Regional de Políticas Educativas da UNESCO, e que estão disponíveis em seu Sistema de Informação e Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL-UNESCO, 2024).

Observamos que, a partir das informações disponíveis no site do CERLALC-SIRBI e do Ministério da Educação (MinEduc), é possível identificar uma estrutura que recebe o título: Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, ao qual está subordinada, em mais elevada instância, ao MinEduc. A referida rede também está imbricada em outras relações hierárquicas que dispõem de outros órgãos e entes governamentais. Para analisarmos tais relações, construímos um diagrama hierárquico que está exposto ao cabo desta sessão (CERLALC-SIRBI, 2024).

Figura 21 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Equador

Bibliotecas públicas

Nombre oficial de la red o sistema
Red Nacional de Bibliotecas Escolares

Entidad
Ministerio de Educación

Responsable
Daniela Maldonado

Cargo
Líder de la Política Educativa de Fomento de la Lectura
"Juntos Leemos"

[Página web](#)

[Página web](#)

[Página web](#)

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

A Lei Orgânica da Educação Intercultural (LOEI) equatoriana, registrada e publicada no segundo suplemento de registro oficial sob o nº 417 no ano de 2011 estabelece um marco legal no sistema educacional moderno do país, pois é por meio deste que são estabelecidas as diretrizes e as normas educacionais em escala nacional que ao cabo resultaram em um curto espaço de tempo um salto quali/quantitativo nos índices apresentados em todo território nacional (Equador, 2011).

A diminuição percentual do número de pessoas não alfabetizadas entre os anos de 2011 e 2015 demonstram a assertividade da lei junto a toda sociedade. Uma questão muito peculiar da lei é a importância relegada ao livro, a leitura e a biblioteca, pois é entendido que sem o apoio irrestrito da biblioteca, não seria possível estabelecer junto aos alunos a cultura do livro, consequentemente tampouco criar o hábito de leitura e desta forma o sistema educacional não conseguiria atingir números apresentados. Referente ao tema apresentado nesta tese são observadas as principais características da referida lei (Equador, 2011):

- **Obrigatoriedade de Bibliotecas Escolares:** Todas as instituições educativas devem ter bibliotecas escolares.
- **Recursos e Infraestrutura:** Define os recursos e a infraestrutura necessários para o funcionamento das bibliotecas escolares.

- **Formação de Bibliotecários:** Promove a formação contínua de bibliotecários escolares.
- **Acesso à Informação:** Garante o acesso à informação e ao conhecimento para todos os estudantes.
- **Fomento à Leitura:** Incentiva programas de leitura e atividades culturais nas bibliotecas escolares.

Diferente da Lei Orgânica da Educação Intercultural que está sob a tutela do Ministério da Educação, a Lei Orgânica de Cultura (LOC) [nº 913/2016] é gerida pelo Ministério da Cultura e Patrimônio que é o responsável pelas políticas públicas de gestão e desenvolvimento das bibliotecas no país (Equador, 2016).

A LOC estabelece que as bibliotecas são centros custodiantes que disponibilizam acervos que podem ser bibliográficos ou documentais de formatos diversos (arquivos digitais, cinematecas, fonotecas etc.). Considerada como espaço público, as bibliotecas devem prover encontros culturais e intraculturais, possibilitando o acesso amplo a toda população por meio da ampliação da rede física existente em consonância a popularização das TIC. A LOC estabelece a criação de uma rede de bibliotecas composta pela Biblioteca Nacional, bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e históricas (Equador, 2016).

A administração da rede de bibliotecas escolares está sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação (MinEduc). Em específico podemos exemplificar como sendo suas principais características (Equador, 2016):

- **Promoção da Leitura:** Inclui a promoção da leitura como parte das políticas culturais.
- **Desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas:** Estabelece as diretrizes e normas para o desenvolvimento de uma rede de biblioteca pública em todo país.
- **Fortalecimento das Bibliotecas Escolares:** Estabelece programas para fortalecer as bibliotecas escolares.
- **Incentivo à Leitura nas Escolas:** Implementa programas de incentivo à leitura nas instituições educativas.
- **Integração Cultural:** Promove a integração das bibliotecas escolares com outras iniciativas culturais.
- **Apoio Governamental:** Garante apoio governamental para o desenvolvimento de bibliotecas escolares.

Quadro 11 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Equador

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei Orgânica de Educação Intercultural (LOEI)	417	2011	Estabelece as bases para o sistema educacional do Equador, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei Orgânica de Cultura (LOC)	913	2016	Define o marco regulatório para bibliotecas, arquivos e museus, incluindo a criação de uma rede de bibliotecas escolares.	Ministério da Cultura e Patrimônio

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

Ao relacionarmos essas duas leis (417/2011 – Lei Orgânica de educação Intercultural [LOEI] e a 913/2016 – Lei Orgânica de Cultura [LOC]) verificamos que o governo equatoriano direcionou os seus esforços em duas frentes amplas mas que convergem em pontos essenciais para o desenvolvimento e equilíbrio social (Equador, 2011, 2016)

Educação, cultura e informação são temas transversais que perpassam as referidas leis relacionando-as ao desenvolvimento sustentável das futuras gerações, sendo que a defesa da identidade nacional serviu como pano de fundo para a elaboração de políticas públicas em um contexto social imbricado e extremamente complexo (Equador, 2011, 2016).

O aspecto cultural ganha amplitude ao ser compartilhado socialmente por todos os habitantes do país, daí a importância do acesso irrestrito a informação e o desenvolvimento de uma educação letrada em busca da ampliação do acesso ao livro, leitura e a biblioteca, principalmente, escolar pública, para que as pessoas mais vulneráveis financeiramente tenham a possibilidade de participar de um processo educativo menos injusto (Equador, 2016).

Seguindo os preceitos de Bardin (2021, p.122), após a realização da leitura, tida como, flutuante, realizamos a categorização preliminar das referidas leis apontando seus pontos convergente e divergentes.

7.7.1 Categorização preliminar das leis equatorianas

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **LOEI 417/2011:** Promove uma educação intercultural e inclusiva.
- **LOC 913/2016:** Incentiva a educação cultural através do acesso à cultura.

Acesso Igualitário:

- **LOEI 417/2011:** Assegura educação inclusiva e sem discriminação.
- **LOC 913/2016:** Garante acesso igualitário à cultura.

Desenvolvimento Sustentável:

- **LOEI 417/2011:** Fomenta políticas educativas sustentáveis.
- **LOC 913/2016:** Promove a sustentabilidade cultural.

Qualidade:

- **LOEI 417/2011:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **LOC 913/2016:** Estabelece normas de qualidade para a cultura.

Integração e Cooperação:

- **LOEI 417/2011:** Promove a cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições educativas.
- **LOC 913/2016:** Incentiva a integração de diversas entidades culturais.

Pontos divergentes**Foco Principal:**

- **LOEI 417/2011:** Educação intercultural e inclusiva.
- **LOC 913/2016:** Promoção da cultura e proteção do patrimônio cultural.

Público-Alvo:

- **LOEI 417/2011:** Comunidade educativa.
- **LOC 913/2016:** Todos os cidadãos.

Tipo de Desenvolvimento:

- **LOEI 417/2011:** Desenvolvimento educacional.
- **LOC 913/2016:** Desenvolvimento cultural.

Autoridade de Aplicação:

- **LOEI 417/2011:** Ministério da Educação.
- **LOC 913/2016:** Ministério da Cultura e Patrimônio.

Objetivos Específicos:

- **LOEI 417/2011:** Garantir uma educação intercultural e inclusiva.
- **LOC 913/2016:** Promover a diversidade cultural e proteger o patrimônio cultural.

Ao estabelecermos as categorias das leis equatorianas, conseguimos vislumbrar alguns aspectos em primeiro plano que são diretrizes de enfoque do poder executivo, como, por exemplo, a promoção da educação como emancipadora social e dinamizadora cultural. Questões como sustentabilidade social, pró-equidade de gênero e combate ao racismo são transversais as referidas leis e incorporadas às agendas públicas do governo que, posteriormente, se tornam políticas públicas de estado.

Figura 22 – Rede de bibliotecas Escolares – Equador – Diagrama hierárquico²⁴



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

²⁴

Ministério da Educação (MinEduc): Define políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente.

Viceministério de Educação: Coordena a implementação das políticas educacionais e supervisiona as instituições educacionais.

Direção Nacional de Currículo: Responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem.

Instituto Nacional de Avaliação Educativa (INEVAL): Avalia e assegura a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares: Promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Secretarias de Educação Provinciais e Cantonais: Supervisionam e implementam as políticas educacionais em nível local.

Redes de Bibliotecas Escolares: Integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (província ou cantão), facilitando a interlocução, colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas da rede.

As leis 417/2011 (Lei Orgânica de Educação Intercultural [LOEI]) e 913/2016 (Lei Orgânica de Cultura [LOC]) se complementam no contexto das bibliotecas escolares públicas em rede, pois a primeira é responsável pelas regulamentações preliminares do modelo a ser proposto, sendo desenvolvido, a *posteriori*, a partir da promulgação da segunda (Equador, 2011 e 2016).

Enquanto a Lei 417/2011 dirige seus esforços na reestruturação de todo o sistema educacional equatoriano, estabelecendo inclusive a necessidade de implantação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino do país, a Lei 913/2016 é tida como um marco regulatório para as bibliotecas, arquivos e museus públicos, pois define as diretrizes, normas e regulamentos responsáveis pela modernização das estruturas até então existentes no país, tendo como sua principal característica a proposta de criação de uma rede nacional de bibliotecas escolares públicas para o atendimento de todo o sistema educativo do país (Equador, 2011 e 2016).

Ao contextualizarmos as referidas leis, verificamos que o diagrama apresentado revela uma estrutura hierárquica rígida, com o Ministério da Educação em seu ápice e, em uma sequência decrescente, outros órgãos públicos responsáveis por atribuições específicas. Ao final, observamos a Rede de Bibliotecas Escolares Equatoriana, cujo principal objetivo é integrar todas as bibliotecas circunscritas a uma determinada região (província ou cantão), promovendo interlocução, colaboração e troca de experiências entre todos os atores pertencentes à rede (Equador, 2024). Um ponto relevante a ser observado é que, no caso específico das bibliotecas, incluindo as escolares, a gestão e o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao tema são de responsabilidade do Ministério da Cultura e Patrimônio, que, com a Lei Orgânica de Cultura (LOC), sancionada em 2016, estabeleceu a modernização do modelo desenvolvido até então (Equador, 2016).

O MinEduc é o órgão que ocupa o ápice do diagrama hierárquico estabelecido, pois sob sua responsabilidade estão a execução de políticas públicas educacionais, a definição de normas e padrões de qualidade, além do financiamento e da promoção do desenvolvimento profissional dos profissionais da rede (Equador, 2024).

Cabe ao Viceministério de Educação a coordenação e a implementação das políticas educacionais nacionais, além da supervisão das instituições educacionais (Equador, 2024).

O órgão responsável, em nível nacional, pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem do sistema educacional equatoriano é a Direção Nacional de Currículo (Equador, 2024).

O Instituto Nacional de Avaliação Educativa (INEVAL) é o órgão responsável por avaliar e assegurar a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias em todo o sistema educacional equatoriano (Equador, 2024).

O Programa Nacional de Bibliotecas Escolares promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais. Dentre suas principais funções, destacam-se (Equador, 2024):

- **Preservação do patrimônio cultural e educativo:** As bibliotecas atuam como guardiãs de documentos históricos e materiais educativos que refletem a identidade cultural equatoriana.
- **Integração comunitária:** Promovem a participação ativa de estudantes, professores e famílias, transformando as bibliotecas em centros comunitários.
- **Apoio à pesquisa e inovação:** Facilitam o acesso a materiais de referência e incentivam a pesquisa acadêmica e científica.
- **Promoção de eventos culturais e literários:** Organizam feiras de livros, palestras e oficinas para engajar a comunidade escolar e local.
- **Fortalecimento da inclusão social:** Garantem que as bibliotecas sejam espaços acessíveis e inclusivos para todos os membros da comunidade.

As Secretarias de Educação Provinciais e Cantonais são os órgãos mais próximos às Redes de Bibliotecas Escolares, pois são elas que supervisionam e implementam as políticas públicas educacionais em nível local (Equador, 2024).

As Redes de Bibliotecas Escolares são órgãos que integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (província ou cantão), facilitando a interlocução, colaboração e troca de experiências. Suas principais atribuições são (Equador, 2024):

- **Integração comunitária:** Promovem a colaboração entre escolas, famílias e comunidades, transformando as bibliotecas em centros de interação social e cultural.
- **Apoio à formação docente:** Oferecem suporte aos professores, disponibilizando materiais e recursos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.
- **Promoção de eventos educativos:** Organizam palestras, oficinas e seminários para estimular o aprendizado e a troca de conhecimentos.
- **Desenvolvimento de habilidades informacionais:** Ensinam os estudantes a buscarem, avaliarem e utilizarem informações de forma crítica e eficiente.
- **Fortalecimento da identidade cultural:** Preservam e promovem a cultura local e nacional por meio de acervos e atividades que valorizam a história e as tradições do Equador.

Conforme descrito, o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, a partir do desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares, apresenta como suas principais características a promoção do hábito de leitura e a ampliação do acesso aos recursos educacionais e culturais disponíveis nas redes. Os demais órgãos, elencados no diagrama, são responsáveis pelo exercício de funções mais burocráticas, administrativas e de fiscalização em geral.

7.8 Paraguai

O Paraguai é um país com uma das menores extensões territoriais da América do Sul, cerca de 400.000 km². Sua população, hoje estimada em 6.780.000 habitantes, tem um histórico de colonização muito próximo ao da maioria de seus vizinhos sul-americanos, tendo a Espanha como metrópole e conseguindo sua independência por meio de levante popular ainda no começo do século XIX (Sposob, 2024).

A partir de conflitos de cunho comercial, o país se envolveu em uma guerra com o Brasil, Argentina e Uruguai, conhecida como Guerra do Paraguai (1865-1870), que culminou com sua derrota e perdas imensuráveis ao país, 50% da população do país estava morta ao final da guerra, sua infraestrutura tinha sido totalmente destruída e houve grandes perdas territoriais frente aos países vencedores da guerra (Fernandes, 2012).

As consequências desastrosas da guerra causam impactos econômicos e sociais até os dias atuais em toda a sociedade paraguaia. No século XX, houve muitos golpes políticos e até mesmo uma ditadura instaurada no território paraguaio. Este cenário foi de certa forma estabilizado a partir do ano de 2008, com a elevação de Fernando Lugo ao poder, e hoje o Paraguai vivencia uma das épocas menos conflituosas no cenário político (Silva, 2018).

Mapa 8 – Representação geográfica do território paraguaio²⁵



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Paraguai é um país que não tem acesso direto ao mar, caracterizado como país interior, grande parte da sua população tem origem étnica indígena (inclusive falam guarani), e em seu território, perpassa o Trópico de Capricórnio. Seu relevo é constituído por planícies entrecortadas por muitos rios, com destaque para os rios Paraguai e Paraná, seu clima é, predominantemente, quente e úmido, tendo uma vegetação composta por matas (chaco), cactos (região árida) e aquática [planícies alagadas] (Sposob, 2024).

A partir da década de 90 do século XX, começaram a ser redigidas as leis que modernizaram o sistema educacional paraguaio e que, aos poucos, vêm apresentando melhorias graduais em seus índices de educação formal. Atualmente o país apresenta um cenário socioeconômico ainda desfavorável, onde a renda per capita é pouco elevada e o índice de IDH se encontra no

²⁵

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Partido Colorado, com o presidente Santiago Peña.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -23.4425, -58.4438.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$ 6.276,4 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 4,7% (SITEAL-UNESCO, 2024).

segundo quadrante (0,700 e 0,799) de desenvolvimento criado pela ONU (PNUD, 2024).

Apesar deste cenário pouco otimista, o Paraguai conseguiu, em pouco mais de duas décadas, reduzir significativamente o seu índice de analfabetismo frente a população com idade igual ou superior aos 15 anos: de 9,6% no ano de 2000 para 4,7% no ano de 2022, segundo o último censo realizado em nível nacional (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 23 – Taxa de analfabetismo – Paraguai

Analfabetismo					
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais					
		2000	2011	2021	2022
Sexo	Masculino	7,8	4,6	5,1	4,6
	Feminino	11,3	6,2	5,6	4,8
Área geográfica	Urbana	5,5	3,1	3,6	2,8
	Rural	15,2	9,2	8,6	8,2
	Inferior	10,7	6,4	7,1	5,4
Nível de renda	Médio	6,1	2,9	3,1	2,9
	Superior	1,9	1,2	1,4	1,1
Total		9,6	5,4	5,3	4,7

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

A partir das informações obtidas no site do CERLALC-SIRBI, é possível observar a existência de uma estrutura voltada especificamente para a biblioteca escolar, que recebe a alcunha de Rede de Bibliotecas Escolares. Pelos dados apresentados, esta estrutura está subordinada, em última instância, ao Ministério da Educação e Ciências, mas existe uma cadeia de outros órgãos e atores públicos que atuam intermediando todo um conjunto de diretrizes, normas e regras para o desenvolvimento e manutenção desta estrutura (CERLALC-SIRBI, 2024).

Outro aspecto a ser observado é que a Rede de Bibliotecas Escolares está envolta em um sistema muito mais amplo e complexo, que se chama Sistema Educacional, Científico e Cultural paraguaio, e sua função é dar apoio

para o amplo desenvolvimento destas frentes de forma sustentável, plural e acessível, onde as políticas públicas devem priorizar os marginalizados financeiramente (CERLALC-SIRBI, 2024).

Figura 24 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Paraguai

Bibliotecas escolares

Nombre oficial de la red o sistema
Bibliotecas Escolares

Entidad
Ministerio de Educación y Ciencias

Responsable
David Velázquez

Cargo

Página web

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

Um conjunto de leis paraguaias alicerçam o desenvolvimento do que poderá vir ser a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Paraguaia, com possibilidade de abrangência por todo território nacional, podendo ser circunscritas e interligadas a partir das microrregiões [municípios e/ou departamentos]. Como referência podemos citar as seguintes leis: Fomento ao Livro (Lei 24/1991), Lei Geral de Educação (Lei 1264/1998), Lei de Bibliotecas Públicas (Lei 5035/2013) e Lei de Fomento ao Livro e à Leitura (Lei 7140/2023). Na sequência deste estudo, analisaremos individualmente cada uma das referidas leis, apresentando as suas principais características.

A Lei 24/1991 (Fomento ao Livro) é tida como precursora para o estabelecimento das diretrizes e normas que regulamentaram, promoveram e difundiram os conhecimentos científicos, técnicos e culturais paraguaios através do livro e da leitura. O fomento à produção literária e científica descritas na lei buscou ampliar as possibilidades de atores locais/regionais difundirem e compartilharem conhecimento e cultura por meio de uma produção nacional, criando assim uma cadeia virtuosa de novas obras que buscou, dentro dos seus respectivos universos, a construção de uma identidade nacional. O livro é o ator

principal neste cenário, pois é a partir desta entidade física que se realiza o incentivo à leitura e a biblioteca (pública e escolares). Sendo consideradas como suas principais características (Paraguai, 1991):

- **Fomento à produção literária e científica:** A lei incentiva a criação de obras literárias e científicas, promovendo o desenvolvimento cultural e intelectual no Paraguai.
- **Incentivo à leitura e à circulação de livros:** Busca popularizar o hábito da leitura e facilitar o acesso aos livros, promovendo sua distribuição tanto no mercado interno quanto externo.
- **Definição abrangente de "livro":** Considera como "livro" não apenas as obras impressas, mas também materiais complementares, como conteúdos eletrônicos, sonoros e computacionais, desde que sejam indispensáveis para o sistema de leitura ou aprendizado.
- **Estabelecimento de direitos e responsabilidades:** Define claramente os papéis e obrigações de autores, editores, impressores, distribuidores e livreiros, assegurando um funcionamento organizado e justo do mercado editorial.

A Lei 1264/1998, intitulada como Lei Geral da educação, regula o sistema educacional moderno no Paraguai, tanto pública quanto a privada, mas neste nosso estudo só observaremos as questões públicas, pois é o mote escolhido para nossa análise. Um preceito básico e latente da referida lei é a garantia ampla e plural do direito a todo cidadão paraguaio em dispor do acesso à educação integral e permanente (Paraguai, 1998).

Uma característica observada a partir desta lei é a descentralização dos serviços educacionais antes concentrados na figura do governo central agora compartilhados com os municípios e/ou departamentos (PARAGUAI, 1998).

As universidades e institutos de ensino superior passam a ter mais autonomia político-administrativa, ao passo que a educação, como um todo, começa a enxergar o aluno com sendo um ser que possui quatro dimensões: físicas, afetivas, sociais e intelectuais que devem ser atendidas de forma personalizada e sustentável. A esta lei elencamos as seguintes características como sendo suas principais (Paraguai, 1998):

- **Garantia do direito à educação integral e permanente:** A lei assegura que todos os cidadãos tenham acesso à educação como um direito fundamental, abrangendo todas as etapas da vida e promovendo o aprendizado contínuo.

- **Descentralização dos serviços educativos:** Promove a descentralização administrativa, permitindo que os serviços educativos sejam geridos de forma mais eficiente e adaptados às necessidades locais.
- **Autonomia das universidades e institutos superiores:** Concede autonomia às instituições de ensino superior para estabelecer seus próprios estatutos, planos e programas, alinhados às políticas educacionais nacionais.
- **Foco no desenvolvimento integral do educando:** Prioriza o desenvolvimento holístico dos estudantes, considerando aspectos físicos, emocionais, sociais e intelectuais, para formar cidadãos completos e preparados para a vida em sociedade.
- **Promoção da igualdade de oportunidades e da inclusão:** Busca eliminar barreiras sociais e econômicas, garantindo que todos tenham acesso igualitário à educação, independentemente de sua origem ou condição.

A Lei 5035/2013, intitulada como Lei de Bibliotecas Públicas, tem como objetivo específico a criação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares, incentivando o acesso à leitura, cultura e informação. Esta lei estabelece diretrizes que exercem um impacto direto e significativo sobre as redes de bibliotecas escolares públicas no país. A criação de uma rede de bibliotecas públicas impulsiona a acessibilidade e a inclusão, garantindo que estudantes tenham igual acesso a informações e recursos fundamentais para sua formação acadêmica (Paraguai, 2013).

Por meio de parcerias e convênios, nacionais e internacionais a referida lei busca conhecimentos técnicos a fim de estabelecer em todo território nacional uma Rede de Bibliotecas Públicas, inclusive uma rede própria para as bibliotecas escolares, sugerindo um modelo de excelência e padronização, possibilitando a implementação de práticas modernas e eficientes que beneficiam toda população, sendo que a coordenação técnica ficou a cargo da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e a Cultura (OEI) (Paraguai, 2013).

O intento desta rede é a promoção do acesso à informação, educação e cultura. A referida lei busca fomentar o acesso à leitura, livro e a biblioteca, sendo este último utilizado como um centro dinamizador de conhecimento. O incentivo à leitura reforça as bibliotecas escolares como espaços de formação intelectual

e cultural, promovendo o hábito da leitura como pilar educacional (Paraguai, 2013).

A capacitação de profissionais fortalece a gestão das bibliotecas escolares, garantindo que o atendimento seja qualificado e que os recursos sejam mais bem aproveitados por estudantes e professores (PARAGUAI, 2013).

Além disso, a promoção da inclusão digital insere as redes de bibliotecas escolares públicas no contexto tecnológico contemporâneo, ampliando seu alcance e permitindo o desenvolvimento de competências digitais nos alunos (Paraguai, 2013).

Essas características, juntas, tornam as bibliotecas escolares públicas no Paraguai essenciais para a democratização do conhecimento, socialização da cultura e a formação de cidadãos preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Verificamos como sendo as principais características desta lei (Paraguai, 2013):

- **Estabelecimento de uma rede de bibliotecas públicas:** A lei promove a criação e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional, incluindo bibliotecas escolares, com o objetivo de democratizar o acesso à informação, educação e cultura.
- **Coordenação técnica pela OEI:** A Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é responsável por oferecer suporte técnico e estratégico para a implementação e gestão das bibliotecas.
- **Fomento à leitura e ao uso das bibliotecas como centros de conhecimento:** Incentiva o hábito da leitura e posiciona as bibliotecas como espaços essenciais para o aprendizado e o desenvolvimento intelectual.
- **Capacitação de profissionais:** A lei prevê a formação e qualificação de bibliotecários e outros profissionais envolvidos na gestão das bibliotecas, garantindo serviços de qualidade.
- **Promoção da inclusão digital:** Incentiva a integração de tecnologias nas bibliotecas públicas, como a digitalização de acervos e o acesso à internet, ampliando as possibilidades de aprendizado e pesquisa.

A última lei a ser analisada no caso paraguaio é a Lei 7.140/2023, conhecida como Lei de Fomento ao Livro e à Leitura, que venha ser uma releitura da Lei 24/1991 (Fomento ao Livro), trinta e dois anos após a sanção desta última. Com este histórico de políticas públicas voltadas ao livro, leitura e biblioteca, se fez necessário a renovação e adaptação das leis sancionadas a décadas atrás

pois o mundo, a sociedade e as relações interpessoais mudaram, principalmente com a introdução cada vez maior das TIC em todos os setores da sociedade (Paraguai, 2023).

A educação passa, assim como toda sociedade, por uma transformação estrutural que explana a necessidade de domínio das tecnologias e a adaptação para interação nos sistemas comunicacionais em rede (Paraguai, 2023).

A Lei 7.140/2023 tem o aprofundamento reflexivo sobre as TIC e os meios de comunicação mas também moderniza a lei anterior a partir da criação de um Conselho Nacional de Leitura e do Livro, além de estabelecer um fundo específico para a manutenção desta estrutura intitulado como Fundo Nacional para a Leitura e o Livro, sendo a operacionalização deste sistema descrita por meio do Plano Nacional do Livro e da Leitura (Paraguai, 2023).

A Lei Paraguaia 7.140/2023, conhecida como Lei de Fomento da Leitura e do Livro, apresenta características fundamentais que visam fortalecer a leitura, a produção literária e a circulação de livros no país. Aqui está uma análise preliminar de cada uma das suas principais características (Paraguai, 2023):

- **Fomentar a leitura e a produção e circulação de livros:** A lei incentiva a criação de obras literárias e científicas, promovendo a leitura como um direito essencial e facilitando a distribuição de livros em diferentes formatos e suportes.
- **Criação do Conselho Nacional de Leitura e do Livro:** Este órgão é responsável por coordenar e implementar políticas públicas relacionadas à leitura e ao livro, garantindo a participação de diferentes setores da sociedade no desenvolvimento dessas iniciativas.
- **Estabelecimento de um Fundo Nacional para a Leitura e o Livro:** O fundo tem como objetivo financiar projetos e programas que promovam a leitura e a produção literária, assegurando recursos para a implementação de ações estratégicas.
- **Desenvolvimento de um Plano Nacional do Livro e da Leitura:** Este plano estabelece diretrizes e metas para democratizar o acesso aos livros e incentivar a leitura em todo o território nacional, com foco em populações vulneráveis.
- **Promoção da leitura e da escrita como instrumentos de construção de identidade, cidadania e desenvolvimento social:** A lei reconhece a leitura e a escrita como ferramentas essenciais para fortalecer a identidade cultural, promover a cidadania ativa e contribuir para o desenvolvimento social sustentável.

Essas características refletem o compromisso do Paraguai em transformar a leitura e o livro em pilares do desenvolvimento educacional, cultural e social do país.

Quadro 12 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Paraguai

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Fomento ao Livro	24	1991	Incentivo à leitura e a produção literária, além de apoiar a atividade editorial no país.	Ministério da Educação e Cultura
Lei Geral de Educação	1.264	1998	Estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação e Ciências
Lei de Bibliotecas Públicas	5.035	2013	Promove a criação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares, incentivando o acesso à leitura e à informação.	Ministério da Educação e Cultura
Lei de Fomento ao Livro e à Leitura	7.140	2023	Promove a leitura e o acesso ao livro, incentivando a criação de bibliotecas escolares e públicas.	Ministério da Educação e Ciências

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As leis paraguaias analisadas denotam um ambiente educacional em constante mudança a partir da década de 90 do século XX. Iniciando este movimento de transformação do sistema educacional paraguaio, elencamos a Lei 24/1991 (Fomento ao Livro), que, neste contexto, se fez presente ao criar um ambiente favorável à indústria livresca, com apoio governamental aos escritores locais/regionais, estabelecendo diretrizes e regulamentos para os editores. Houve a construção de uma nova identidade nacional que se baseou na inserção do hábito de leitura nas pessoas, principalmente através da criação, em escala, de bibliotecas públicas, especialmente escolares, em todo o território nacional (Paraguai, 1991).

No ano de 1998, promulgou-se a Lei nº 1.264 (Lei Geral de Educação), que estabeleceu normas, regulamentos e diretrizes para a dinamização do sistema educacional moderno no Paraguai, tendo como uma de suas premissas a criação/manutenção das bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino públicas do país (Paraguai, 1998).

As Leis 5.035/2013 (Lei de Bibliotecas Públicas) e 7.140/2023 (Lei de Fomento ao Livro e à Leitura) tratam especificamente do tema livro, leitura e biblioteca, apoiando e descrevendo ações necessárias para o bom desenvolvimento e manutenção de uma espécie de sistema nacional de

bibliotecas públicas e escolares, em consonância com o atendimento sustentável das demandas reprimidas pela sociedade, baseadas no acesso amplo à informação, educação e cultura (Paraguai, 2013 e 2023).

Utilizando-se do conceito de leitura flutuante descrito pela análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2021, p. 122), estabelecemos relações entre as referidas leis paraguaias e criamos algumas categorias classificadas como convergentes e divergentes.

7.8.1 Categorização preliminar das leis paraguaias

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 24/1991:** Incentiva o hábito da leitura e a produção literária.
- **Lei 1264/1998:** Garante o direito à educação integral e permanente.
- **Lei 5035/2013:** Promove a leitura através das bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Incentiva a leitura e a escrita como ferramentas educativas.

Acesso Igualitário:

- **Lei 24/1991:** Garante a circulação de livros e materiais culturais.
- **Lei 1264/1998:** Assegura igualdade de oportunidades na educação.
- **Lei 5035/2013:** Garante acesso igualitário às bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Promove o acesso igualitário à leitura e aos livros.

Desenvolvimento Cultural:

- **Lei 24/1991:** Promove a difusão cultural através do livro.
- **Lei 1264/1998:** Incentiva o conhecimento e a preservação da herança cultural.
- **Lei 5035/2013:** Promove a cultura através das bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Incentiva a produção e circulação de livros culturais.

Qualidade:

- **Lei 24/1991:** Incentiva a qualidade na produção literária e científica.
- **Lei 1264/1998:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **Lei 5035/2013:** Melhora a qualidade dos serviços das bibliotecas.

- **Lei 7140/2023:** Promove a qualidade na produção e circulação de livros.

Integração e Cooperação:

- **Lei 24/1991:** Promove a cooperação entre autores, editores e distribuidores.
- **Lei 1264/1998:** Incentiva a cooperação entre diferentes níveis de governo.
- **Lei 5035/2013:** Facilita a integração das bibliotecas no sistema educativo.
- **Lei 7140/2023:** Promove a cooperação entre agentes literários e culturais.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 24/1991:** Fomento do livro e da leitura.
- **Lei 1264/1998:** Regulação do sistema educativo.
- **Lei 5035/2013:** Criação e organização de bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Fomento da leitura e da escrita.

Público-Alvo:

- **Lei 24/1991:** Leitores e autores.
- **Lei 1264/1998:** Comunidade educativa.
- **Lei 5035/2013:** Usuários de bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Leitores de todas as idades.

Tipo de Desenvolvimento:

- **Lei 24/1991:** Desenvolvimento cultural.
- **Lei 1264/1998:** Desenvolvimento educacional.
- **Lei 5035/2013:** Desenvolvimento cultural e educacional.
- **Lei 7140/2023:** Desenvolvimento da leitura e escrita.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 24/1991:** Ministério da Educação e Cultura.
- **Lei 1264/1998:** Ministério da Educação.
- **Lei 5035/2013:** Ministério da Educação e Cultura.
- **Lei 7140/2023:** Ministério da Educação e Cultura.

Objetivos Específicos:

- **Lei 24/1991:** Incentivar a leitura e a produção literária.
- **Lei 1264/1998:** Garantir a educação integral e permanente.

- **Lei 5035/2013:** Modernizar e expandir os serviços das bibliotecas públicas.
- **Lei 7140/2023:** Promover a leitura e a escrita em diversos formatos.

O estado paraguaio moderno demonstra, por meio das políticas públicas adotadas a partir da década de 90 do século XX, que o sistema educacional nacional é um dos principais pilares de apoio frente ao desafio do desenvolvimento socioeconômicos do país. A população deve ter seu nível de conhecimento ampliado para fazer frente aos desafios apresentados pela sociedade contemporânea principalmente se analisados os dados referentes a automação dos mercados de trabalho. Novas funções surgem outras tantas são extintas mas a única característica que permanece neste cenário é a exigência de um grau de instrução cada vez maior com elevados níveis de especificidade (SITEAL-UNESCO, 2024).

Temas como informação, educação e cultura são transversais e permeiam as ações políticas e, consequentemente, as leis que norteiam todo o sistema educacional paraguaio. O conjunto de leis analisadas nesta tese demonstra que o governo paraguaio se preocupa com o desenvolvimento informacional, educacional e cultural de sua população, e uma forma de oportunizá-los se dá por meio do acesso amplo e plural ao livro, à leitura e à biblioteca (SITEAL-UNESCO, 2024).

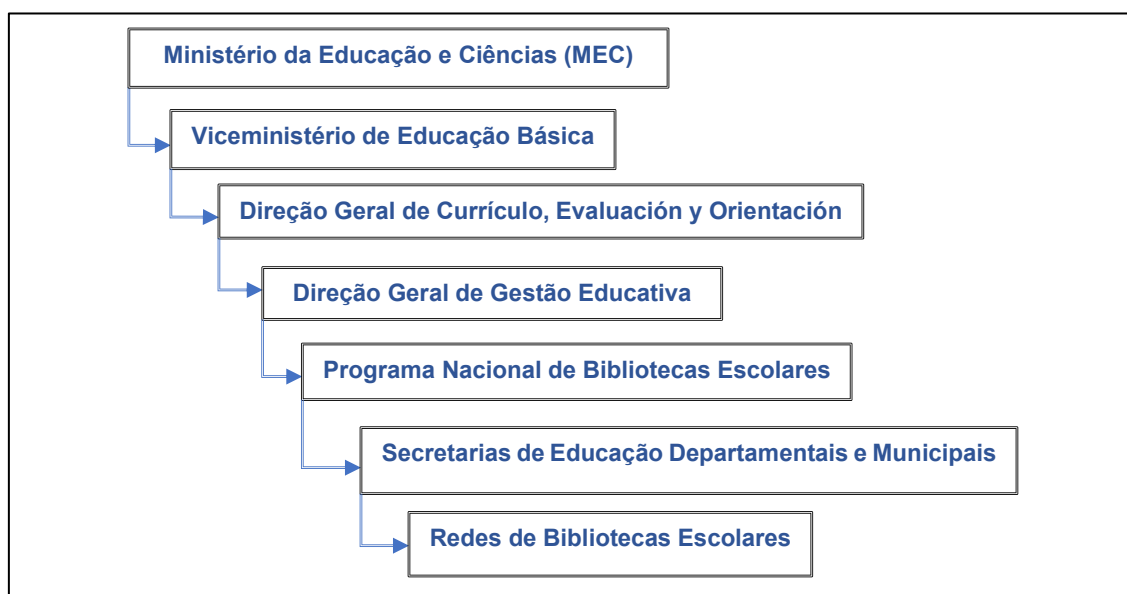
Ao realizarmos um resgate histórico a partir de uma linha cronológica das leis 24/1991, 1.264/1998, 5.035/2013 e 7.140/2023, observamos que houve uma evolução espontânea das estruturas político-administrativas do sistema educacional nacional paraguaio. As leis, em si, exercem um duplo papel nesta estruturação, pois, ao serem promulgadas, passam a atender, mesmo que parcialmente, as demandas existentes da população. A partir de então, é oportunizada a aparição ou priorização de novas demandas, que exigem novas ações e políticas públicas que se desdobram na promulgação de novas leis, em um ciclo virtuoso e infindável.

As leis, (24/1991 – Fomento ao Livro, 1.264/1998 – Geral de Educação, 5.035/2013 – Bibliotecas Públicas e 7.140/2023 – Fomento ao Livro e à Leitura), analisadas nesta tese, preconizam a integração e cooperação de vários ministérios e órgãos públicos para o atingimento das metas relativas ao acesso

amplo à informação e à cultura, bem como à melhoria dos índices educacionais do país.

Muitas ações são propostas por meio de portarias interministeriais, principalmente entre o Ministério da Educação e Ciências e o Ministério da Cultura, além de ações que envolvem outros órgãos do governo, como, por exemplo, o Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social etc.

Figura 25 – Rede de Bibliotecas Escolares – Paraguai – Diagrama hierárquico²⁶



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As Redes de Bibliotecas Escolares estão subordinadas, em última instância, ao Ministério da Educação e Ciências (MEC), que é responsável por estabelecer e normatizar as diretrizes referentes ao ensino nacional, além de

26

Ministério da Educação e Ciências (MEC): Define políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente.

Viceministério de Educação Básica: Coordena a implementação das políticas educacionais para a educação básica e supervisiona as instituições educacionais.

Direção Geral de Currículo, Evaluación y Orientación: Responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem.

Direção Geral de Gestão Educativa: Supervisiona a gestão das instituições educacionais e garante a implementação das políticas educacionais.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares: Promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Secretarias de Educação Departamentais e Municipais: Supervisionam e implementam as políticas educacionais em nível local.

Redes de Bibliotecas Escolares: Integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (departamento, município), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas.

disponibilizar recursos financeiros, materiais e humanos para que todo o sistema funcione em plena harmonia (Paraguai, 2024).

Há outros órgãos intermediários entre os extremos (MEC e as Redes de Bibliotecas Escolares) que atuam de forma hierárquica e conjunta, desenvolvendo instrumentos e ações estratégicas e táticas para o desenvolvimento de diretrizes padronizadas que visem à socialização dos recursos disponíveis de maneira personalizada (Paraguai, 2024).

As responsabilidades observadas no quadro apresentado podem ser alteradas devido à necessidade de implementação de novas políticas públicas que atendam às demandas da população. Como exemplo, podemos citar a pandemia de Covid-19, que reestruturou de forma inequívoca todos os sistemas escolares do globo, incluindo as formas de acesso aos materiais didáticos, às aulas e às bibliotecas escolares.

Neste contexto, o diagrama descreve o Ministério da Educação e Ciências (MEC) do Paraguai como o órgão responsável pelas políticas educacionais do país, que estabelece as normas e os padrões de qualidade a serem alcançados, além de gerir os recursos financeiros e humanos de todo o sistema educacional nacional. O MEC também figura como grande promotor do desenvolvimento profissional dos docentes vinculados à rede de ensino público (Paraguai, 2024).

O Viceministério de Educação Básica é o órgão responsável por coordenar a implementação das políticas educacionais para a educação básica e supervisionar as instituições educacionais (Paraguai, 2024).

A Direção Geral de Currículo, Avaliação e Orientação, vinculada ao MEC, é o órgão responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem (Paraguai, 2024).

A Direção Geral de Gestão Educativa é o órgão responsável pela supervisão e gestão das instituições educacionais, garantindo a implementação das políticas públicas educacionais (Paraguai, 2024).

O Programa Nacional de Bibliotecas Escolares promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo os recursos necessários e apoio aos estabelecimentos educacionais de toda a rede (Paraguai, 2024).

- **Estabelecimento de uma rede de bibliotecas públicas e escolares interligadas:** A Lei 5035/2013 fortalece a criação e manutenção de uma rede nacional de bibliotecas públicas,

enquanto a Lei 7140/2023 complementa com a estruturação de ações que promovam a circulação e utilização desses espaços como centros de conhecimento.

- **Coordenação técnica e estratégica:** Sob a coordenação da OEI, conforme a Lei 5035/2013, e com o apoio do Conselho Nacional de Leitura e do Livro instituído pela Lei 7140/2023, é garantida uma padronização técnica e operacional das bibliotecas.
- **Fomento à leitura e à escrita como instrumentos de desenvolvimento social:** Ambas as leis convergem na promoção da leitura e escrita, com a Lei 7140/2023 destacando sua relevância para a construção de identidade, cidadania e desenvolvimento cultural e social.
- **Financiamento e recursos para expansão:** O Fundo Nacional para a Leitura e o Livro, previsto pela Lei 7140/2023, assegura recursos financeiros para projetos que fomentem a leitura e a produção literária, complementando os esforços da Lei 5035/2013 no fortalecimento das bibliotecas públicas.
- **Desenvolvimento de planos e campanhas nacionais:** Enquanto a Lei 5035/2013 promove iniciativas para incentivo à leitura e modernização das bibliotecas, a Lei 7140/2023 avança com o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que organiza metas e estratégias para a democratização do acesso aos livros e ao conhecimento.

Apesar da existência de uma orientação nacional para a estruturação, desenvolvimento e manutenção das Redes de Bibliotecas Escolares no Paraguai, fica a cargo das Secretarias de Educação Departamentais e Municipais a supervisão e implementação das políticas educacionais em nível local, incluindo a implantação das referidas redes de bibliotecas (Paraguai, 2024).

Desta forma, observamos que a estratégia se desenvolve a partir de agendas e políticas públicas aprovadas em nível nacional, mas que sua implementação e raio de atuação acontecem em níveis departamentais ou municipais, em busca de um atendimento mais local das necessidades preliminarmente levantadas.

7.9 Peru

A história do Peru se inicia muito antes da chegada das caravelas à América, a partir dos povos que já habitavam o seu território e que historicamente ficaram conhecidos como pré-colombianos ou andinos,

incluindo a civilização inca. Com o advento da colonização espanhola no século XVI, houve, em poucos anos, a extinção dos incas e a institucionalização do Vice-reino do Peru (Mahn-LOT, 1990).

O território peruano foi o último da América Latina a conquistar sua independência política frente à metrópole, no ano de 1824. O cenário político continuou instável mesmo após sua separação frente à Espanha, e o território peruano participou de pelo menos dois conflitos armados em disputa com países vizinhos ao longo dos séculos XIX e XX. O quadro político peruano apresentou estabilidade a partir do ano de 1980, com ressalvas aos crescentes índices de violência observados à época, ocasionados, principalmente, por ações de grupos guerrilheiros (Del Álamo, 2010).

Seu relevo é classificado como sendo de planície costeira (faixa litorânea), região montanhosa (centro do país) e planície amazônica (região fronteira). Observamos que em cada unidade de relevo se apresenta uma vegetação específica: florestas (região amazônica), vegetação alpina e estepes (região montanhosa) e sem vegetação (desertos). Quanto à questão hídrica, ressaltamos que o Peru detém a nascente do maior rio de água doce do mundo – Rio Amazonas (Sposob, 2024).

Mapa 9 – Representação geográfica do território peruano²⁷



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

27

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Partido Peru Libre, com o presidente Pedro Castillo.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -9.1900, -75.0152.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$7,906 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 6.8% (SITEAL-UNESCO, 2024).

O Peru é um país que apresenta uma grande variedade de paisagens naturais, com destaque para a Cordilheira dos Andes. É banhado pelo Oceano Pacífico e apresenta características climáticas diversas que podem variar entre o clima subtropical, árido e/ou desértico, equatorial e glacial (Sposob, 2024).

As transformações políticas ao longo do século XX, especialmente a partir dos anos 2000, foram responsáveis por profundas mudanças no conjunto de leis que regiam o país até então. Essas alterações culminaram, entre outras consequências, na modernização do sistema educacional peruano. Destacam-se cinco leis que tiveram impacto direto na redução dos índices de analfabetismo no país: a Lei nº 28.044/2003 [Lei Geral de Educação], a Lei nº 28.086/2003 [Lei de Fomento ao Livro e à Leitura], Lei nº 30.034/2013 [Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas], Lei nº 30.570/2017 [Lei da Biblioteca Nacional do Peru] e a Lei nº 31.053/2020 [Lei do Direito à Leitura e Promoção do Livro] (Peru, 2024).

Antes da promulgação das referidas leis, o Peru apresentava, no ano de 2000, um índice de analfabetismo que atingia cerca de 11,7% da população com idade igual ou superior a quinze anos. Após a reestruturação do sistema educacional e o sancionamento das leis elencadas anteriormente, passados aproximadamente duas décadas, o índice diminuiu, chegando à marca de 6,8% no ano de 2022. Número ainda alto se comparado aos apresentados pelos demais países sul-americanos, mas bem menor que os do início dos anos 2000 (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 26 – Índice de analfabetismo – Peru

Analfabetismo						
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais						
		2000	2010	2020	2021	2022
Sexo	Masculino	6,1	4,2	2,4	3,3	3,2
	Feminino	17	13,2	8,1	10	10,1
Área geográfica	Urbana	5,2	5,2	3,4	4,5	4,6
	Rural	25,9	23	14,8	18,6	18,1
Nível de renda	Inferior	7,7	9,9	5,2	7,8	8
	Médio	5,5	4,8	3,9	3,9	3,9
	Superior	3,6	2,4	2,1	2,2	2,2
Total		11,7	8,8	5,4	6,8	6,8

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

Hoje o país conta com um sistema centralizado de financiamento da educação que propicia a integração de pelo menos dois ministérios governamentais: educação e economia e finanças. Esta integração resulta na melhor governança dos recursos financeiros, desenvolvimento de projetos e, conseqüentemente, melhoria dos índices educacionais (SITEAL-UNESCO, 2024).

O site do CERLALC-SIRBI (2024) apresenta uma estrutura preliminar em nível nacional que regulamenta a Rede de Bibliotecas Escolares Públicas do país. Estrutura que está hierarquicamente vinculada ao Ministério da Educação e tem como premissa desenvolver ações voltadas principalmente à educação pública básica regular peruana.

Figura 27 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Peru

	Bibliotecas escolares
	Nombre oficial de la red o sistema Bibliotecas Escolares
	Entidad Ministerio de Educación
	Responsable Melida Conislla
	Cargo Especialista Dirección General de Educación Básica Regular
Página web	

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

A partir das nuances apresentadas, pretendemos aprofundar os estudos e as reflexões teóricas sobre os documentos e leis que tratam do tema a fim de compreendermos como tal estrutura atua e qual é o seu raio de ação efetivo dentro do contexto social peruano, ou seja, a partir das abordagens aos documentos e leis pertinentes ao tema, pretendemos descrever como ocorreu o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no Peru e a efetivação da implantação da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Públicas no país.

Na esteira das mudanças políticas ocorridas em território peruano a partir do ano 2000, foi promulgada a Lei n° 28.044/2003, intitulada como “Lei Geral da Educação”, que tinha como objetivo principal modernizar o Sistema Educativo Nacional, estabelecendo normas, regulamentos e diretrizes que pudessem atender às necessidades educacionais, culturais e informacionais da sociedade peruana. Pautas como direito à saúde, segurança alimentar, diversidade, pró- equidade, discriminação e sustentabilidade passam a ser entendidas como de suma importância para as novas gerações, e o governo se vê obrigado a incorporá-las nas futuras ações de modernização do sistema educativo (Peru, 2003a).

A educação passa a ser entendida como direito fundamental e um serviço público que deve ser ofertado gratuitamente pelo governo em todos os níveis, com o entendimento de integração e promoção social das pessoas, respeitando seus aspectos éticos, religiosos e cívicos (Peru, 2003a).

A referida lei estabelece como instrumento auxiliar da modernização do sistema educativo nacional a ampliação do número de bibliotecas públicas e escolares existentes no país, a fim de ampliar o acesso à informação, educação e cultura de todos os indivíduos que residem no país. Esta ampliação se desdobrará na regulamentação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares e no estabelecimento da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Públicas do Peru. Observamos como sendo suas principais características (Peru, 2003a):

- **Modernizar o Sistema Nacional de Educação:** Modernizar o Sistema Educativo Nacional, estabelecendo normas, regulamentos e diretrizes para atender às necessidades educacionais, culturais e informacionais da sociedade peruana.
- **Educação como Direito Fundamental:** Reconhece a educação como um direito fundamental e um serviço público que deve ser ofertado gratuitamente pelo governo em todos os níveis.
- **Formação Integral:** Promove a formação integral das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades e para a criação de cultura.
- **Gratuidade da Educação:** Estabelece que a educação fornecida pelo Estado é gratuita em todos os níveis e modalidades.
- **Liberdade de Ensino:** Garante a liberdade de ensino, permitindo que pais e responsáveis escolham as instituições educacionais de acordo com suas convicções e crenças.

- **Formação Ética e Cívica:** Obriga a inclusão da formação ética e cívica em todo processo educativo, preparando os educandos para exercer seus deveres e direitos cidadãos.
- **Ampliação de Bibliotecas:** Ampliação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares em todo território peruano.

.A Lei 28.086/2003 (Lei de Democratização do Livro e Fomento à Leitura) tem como principal objetivo a democratização do acesso ao livro e o fomento à leitura e a biblioteca. Entre os temas abordados no texto da referida lei observamos a valorização do livro e dos demais produtos editoriais peruanos, a partir da promoção, criação, edição, difusão e comercialização de livros nacionais que abordem os mais diversos temas com ênfase nas questões educacionais, informacionais e culturais (Peru, 2003b).

Observando a Lei 28.086/2003 assim como a Lei 28.044/2003 evidencia-se que ambas propiciaram a introdução de um ambiente favorável para o desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas ao livro, leitura e biblioteca. Como exemplo, podemos citar o estabelecimento de normas, regras e diretrizes que já propunham à época a criação de uma rede de bibliotecas e livrarias a nível nacional (Peru, 2003b).

O incentivo à leitura, o livro e a biblioteca são reforçados pelo fomento a criação literária e científica nacional a partir das necessidades levantadas junto a população peruana. A garantia da livre circulação de todos os livros e produtos editoriais produzidos também serviu como motor propulsor para o aquecimento da economia local (Peru, 2003b).

Referente a Lei 28.086/2003 se verifica como sendo as suas principais características:

- **Democratização do Acesso ao Livro, Leitura e a Biblioteca:** Democratizar o acesso ao livro e a biblioteca e fomentar o hábito da leitura.
- **Criação e Proteção do Livro:** Declara de interesse e necessidade públicos a criação e proteção do livro e produtos editoriais afins.
- **Fomento da Criatividade:** Incentiva a criatividade de autores peruanos e estabelece mecanismos para a difusão nacional e internacional de suas obras.
- **Desenvolvimento da Indústria Editorial:** Promove o desenvolvimento da indústria editorial do livro, incluindo edição, impressão, produção, design gráfico, entre outros.

- **Livre Circulação do Livro:** Garante a livre circulação do livro e produtos editoriais afins.
- **Capacitação e Estímulo:** Apoia a capacitação e o estímulo dos agentes envolvidos na produção e divulgação do livro.

Já a Lei 30.034/2013 (Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas) tem como sua principal característica o estabelecimento das normas, regras e diretrizes que estruturaram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares no país (Peru, 2013)

Isto é muito importante, pois demonstra a importância atribuída pelo governo central aos temas: acesso à informação, modernização do sistema educacional e preservação cultura. De forma que padrões de qualidade de atendimento foram preestabelecidos como metas a serem alcançadas por todas as unidades de informação do país (Peru, 2013).

Regras foram rigidamente definidas em benefício da valorização e conservação do patrimônio bibliográfico e documental nacional, integrando as bibliotecas públicas e escolares por meio de incentivos governamentais, apoiando a capacitação de todos os profissionais que atuam em bibliotecas e outras unidades de informação, a fim de garantir uma melhoria contínua dos serviços prestados e dos níveis educacionais do país. Sendo suas principais características (Peru, 2013):

- **Criação do Sistema Nacional de Bibliotecas:** Estabelece o Sistema Nacional de Bibliotecas como instrumento de gestão pública para garantir a qualidade, eficácia e eficiência dos serviços bibliotecários.
- **Estabelecimento de Padrões:** Define padrões de qualidade para a prestação de serviços bibliotecários à cidadania.
- **Conservação do Patrimônio Bibliográfico:** Promove a conservação do patrimônio bibliográfico e documental da nação.
- **Integração de Bibliotecas:** Incentiva a integração de bibliotecas públicas e escolares em uma rede nacional.
- **Apoio à Capacitação:** Apoia a capacitação dos profissionais que atuam nas bibliotecas, garantindo a melhoria contínua dos serviços prestados.

A partir de 2017, observa-se uma consolidação da política nacional de bibliotecas com a promulgação da Lei nº 30.570/2017, que estabelece o marco legal para a organização, funcionamento e modernização da Biblioteca Nacional

do Peru, atribuindo-lhe a função de órgão central do Sistema Nacional de Bibliotecas. Essa legislação reforça a necessidade de coordenação entre as bibliotecas públicas e escolares, promovendo padrões de qualidade, conservação do patrimônio bibliográfico e incentivo à capacitação de profissionais da informação. Por meio dessa centralização, busca-se fortalecer o papel da Biblioteca Nacional como articuladora do acesso democrático à informação e à leitura em todo o território peruano (Peru, 2017).

Além de estabelecer a Biblioteca Nacional do Peru como órgão normativo e articulador do Sistema Nacional de Bibliotecas, a Lei nº 30.570/2017 destaca a importância da descentralização funcional por meio da criação e fortalecimento de redes regionais e locais de bibliotecas públicas e escolares. Essa medida contribui diretamente para a ampliação do acesso equitativo à informação, especialmente em regiões historicamente marginalizadas, como áreas rurais e amazônicas. Ao priorizar a implementação de serviços bibliotecários inclusivos, a lei se alinha aos princípios da Agenda 2030, sobretudo no que diz respeito à meta 4.a do ODS 4, que preconiza ambientes de aprendizagem seguros, acessíveis e culturalmente relevantes. A legislação também ressalta a necessidade de harmonizar a política bibliotecária com os avanços tecnológicos, promovendo a digitalização de acervos e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como instrumentos de modernização e democratização do conhecimento (Peru, 2017).

Consideramos como sendo suas principais características:

- **Centralidade institucional:** Reafirma a Biblioteca Nacional do Peru como órgão central do Sistema Nacional de Bibliotecas, responsável por definir normas técnicas, políticas públicas e diretrizes gerais voltadas à gestão bibliotecária em nível nacional.
- **Descentralização e articulação:** Propõe a formação de redes descentralizadas que integrem bibliotecas públicas, escolares, universitárias e comunitárias sob uma coordenação normativa, garantindo atuação territorial ampla e articulada.
- **Promoção da leitura e cidadania:** Reconhece o acesso à leitura e à informação como direito básico de cidadania, defendendo o fortalecimento de acervos e programas que promovam o hábito de leitura entre crianças, jovens e adultos.
- **Modernização tecnológica:** Determina a inclusão de práticas de digitalização, informatização dos acervos e incorporação de ferramentas tecnológicas como estratégia para ampliar o acesso ao conhecimento.

- **Valorização profissional:** Estabelece diretrizes para a formação e capacitação contínua de bibliotecários e agentes de leitura, reconhecendo o papel fundamental desses profissionais na promoção da educação e da cultura no país.

Posteriormente, a Lei nº 31.053/2020 aprofunda essas diretrizes ao reconhecer o direito à leitura como um direito fundamental, instituindo a Política Nacional de Leitura e Escrita como uma estratégia permanente. Essa política visa fomentar o livro, a leitura, a escrita, a literatura e o fortalecimento das bibliotecas de acesso público, incluindo as escolares. Essa lei explicita a articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação na implementação de ações voltadas à democratização do acesso à leitura, à valorização do livro nacional e à ampliação do acervo bibliográfico em espaços públicos, principalmente nas escolas de educação básica (Peru, 2020).

No contexto das políticas públicas voltadas à leitura, à escrita e ao fortalecimento da cultura cidadã, a promulgação da Lei nº 31.053/2020 representa um marco na consolidação da leitura como um direito fundamental no Peru. Esta norma não apenas reconhece o livro e a leitura como instrumentos essenciais para o desenvolvimento humano, mas também institui a Política Nacional de Leitura, Escrita e Bibliotecas, articulando esforços entre o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e os governos subnacionais. A lei estabelece diretrizes claras para a democratização do acesso ao livro, à literatura e às bibliotecas públicas e escolares, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade social e territorial. Alinhada à Agenda 2030, particularmente às metas 4.6 e 4.7 do ODS 4, a legislação peruana busca assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, étnica ou geográfica, desenvolvam competências leitoras e práticas de cidadania crítica a partir do acesso contínuo à leitura e à produção textual. Apontamos as principais características da referida lei (Peru, 2020):

- **Promoção da Educação:** Integra o livro, a leitura e a escrita como pilares do processo educativo em todas as fases da vida, desde a infância até a formação cidadã.
- **Acesso Igualitário:** Garante o acesso universal ao livro e à leitura como direito fundamental, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade social, cultural e territorial.
- **Desenvolvimento Cultural:** Valoriza a produção editorial nacional, incluindo obras em línguas indígenas e originárias,

promovendo a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade local.

- **Qualidade:** Estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas estruturadas, com base em dados, indicadores e diagnósticos sobre hábitos de leitura e acesso à informação.
- **Integração e Cooperação:** Articula o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e os governos regionais e locais para o desenvolvimento de ações integradas no campo da leitura, escrita e bibliotecas públicas e escolares.

Quadro 13 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Peru

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei Geral de Educação	28.044	2003	Estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei de Democratização do Livro e Fomento à Leitura	28.086	2003	Promove a democratização do livro, incentivando a leitura, fomentando a indústria livresca e a criação de novas bibliotecas públicas e escolares.	Ministério da Educação
Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas	30.034	2013	Promove a criação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares, incentivando o acesso à leitura e à informação.	Ministério da Cultura
Lei Geral da Biblioteca Nacional do Peru	30.570	2017	Estabelece o marco legal para a organização, funcionamento e modernização da Biblioteca Nacional do Peru, fortalecendo sua função como órgão central do Sistema Nacional de Bibliotecas.	Ministério da Cultura
Lei que Reconhece e Promove o Direito à Leitura e Promove Livros	31.053	2020	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público.	Ministério da Cultura e Ministério da Educação

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As leis 28.004/2003 (Lei Geral da educação), 28.086/2003 (Lei de Fomento ao Livro e à Biblioteca) e 30.034/2013 (Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas) congregam temáticas transversais que interagem de forma espontânea, sendo destaque: informação, educação e cultura (Peru, 2024).

A Lei 28.004/2003 tem como objetivo principal a remodelação de todo o sistema educacional peruano, buscando, por exemplo, uma maior proximidade dos profissionais da educação e alunos às novas TIC que surgem a todo momento no mercado (tablets, notebooks, smartphones etc.), tendo o seu potencial ampliado por meio das redes sociais (Peru, 2003a).

Para a Lei 28.086/2003, a informação é personificada e oportunizada por meio do livro, criando o hábito de leitura e ampliando seu acesso por meio das bibliotecas públicas, principalmente escolares. Ao possibilitar a criação de um ambiente voltado ao fomento da indústria livresca, a sociedade peruana desenvolveu alternativas para a modernização de seu sistema educacional e, ao mesmo tempo, preservou a sua memória cultural (Peru, 2003b).

Observando a Lei 30.034/2013, é notória a necessidade de desenvolvimento de um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares que consiga instrumentar todo o sistema educacional peruano de informação e cultura por meio do compartilhamento de saberes que estão disponíveis nas bibliotecas e outras unidades informacionais, mas que até então detinham seus recursos limitados ao acesso local (Peru, 2013).

A Lei 30.570/2017 aprofunda o papel institucional da Biblioteca Nacional do Peru como órgão orientador, normativo e coordenador do Sistema Nacional de Bibliotecas. Ao assumir funções centrais na salvaguarda documental e na difusão da memória histórica peruana, essa legislação fortalece os vínculos entre informação, patrimônio cultural e identidade nacional (Peru, 2017).

A Lei 31.053/2020 estabelece a leitura como direito fundamental, propondo uma política permanente e transversal que compreende desde ações de fomento à leitura até a criação e modernização de bibliotecas públicas. Com isso, a legislação insere o livro como ferramenta de acesso democrático à informação, à cidadania e à diversidade cultural (Peru, 2020).

Utilizando os conceitos da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2021, p.122), realizamos uma leitura fluída das referidas leis estabelecendo relações e inferências e criamos algumas categorias preliminares de cunho convergente e divergente, com destaque às seguintes:

7.9.1 Categorização preliminar das leis peruanas

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 28044/2003:** Promove uma educação integral e de qualidade.
- **Lei 28086/2003:** Incentiva a leitura como ferramenta educativa.

- **Lei 30034/2013:** Facilita o acesso à informação e à leitura através das bibliotecas.
- **Lei 30570/2017:** Estimula o uso das bibliotecas como suporte educacional complementar ao ensino formal.
- **Lei 31053/2020:** Integra a leitura e a escrita aos processos formativos desde a infância até a vida adulta.

Acesso Igualitário:

- **Lei 28044/2003:** Garante o direito à educação para todos.
- **Lei 28086/2003:** Promove o acesso igualitário aos livros.
- **Lei 30034/2013:** Assegura acesso igualitário às bibliotecas públicas.
- **Lei 30570/2017:** Amplia o acesso à informação por meio da articulação nacional de bibliotecas.
- **Lei 31053/2020:** Garante o direito universal à leitura, com atenção especial a grupos vulneráveis e territórios isolados.

Desenvolvimento Cultural:

- **Lei 28044/2003:** Fomenta a educação cultural e cívica.
- **Lei 28086/2003:** Promove a cultura através da leitura.
- **Lei 30034/2013:** Incentiva a preservação e difusão cultural nas bibliotecas.
- **Lei 30570/2017:** Valoriza o patrimônio bibliográfico nacional como expressão cultural.
- **Lei 31053/2020:** Incentiva a produção, circulação e leitura de obras que reflitam a diversidade cultural e linguística do Peru.

Qualidade:

- **Lei 28044/2003:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **Lei 28086/2003:** Incentiva a qualidade na produção e distribuição de livros.
- **Lei 30034/2013:** Melhora a qualidade dos serviços das bibliotecas.
- **Lei 30570/2017:** Estabelece diretrizes técnicas e normativas para a modernização das bibliotecas.
- **Lei 31053/2020:** Promove políticas estruturadas de leitura com base em diagnósticos e indicadores de impacto.

Integração e Cooperação:

- **Lei 28044/2003:** Promove a cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições educativas.
- **Lei 28086/2003:** Incentiva a cooperação entre autores, editores e distribuidores.
- **Lei 30034/2013:** Facilita a integração das bibliotecas no sistema educativo.
- **Lei 30570/2017:** Organiza o Sistema Nacional de Bibliotecas por meio da cooperação entre instâncias regionais e locais.
- **Lei 31053/2020:** Estabelece articulação intersectorial entre cultura, educação e governos regionais para promoção da leitura.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei 28044/2003:** Regulação do sistema educativo.
- **Lei 28086/2003:** Democratização do acesso ao livro e fomento da leitura.
- **Lei 30034/2013:** Organização e modernização das bibliotecas públicas.
- **Lei 30570/2017:** Reestruturação normativa e funcional da Biblioteca Nacional e do Sistema Nacional de Bibliotecas.
- **Lei 31053/2020:** Instituição do direito à leitura e formulação da política nacional de leitura e escrita.

Público-Alvo:

- **Lei 28044/2003:** Comunidade educativa.
- **Lei 28086/2003:** Leitores e autores.
- **Lei 30034/2013:** Usuários de bibliotecas públicas.
- **Lei 30570/2017:** Leitores, bibliotecários e gestores públicos de informação.
- **Lei 31053/2020:** Toda a população peruana, com foco em crianças, jovens e populações vulneráveis.

Tipo de Desenvolvimento:

- **Lei 28044/2003:** Desenvolvimento educacional.
- **Lei 28086/2003:** Desenvolvimento cultural através da leitura.
- **Lei 30034/2013:** Desenvolvimento cultural e educacional através das bibliotecas.

- **Lei 30570/2017:** Desenvolvimento informacional e institucional por meio de redes bibliotecárias.
- **Lei 31053/2020:** Desenvolvimento humano e social por meio do acesso à leitura, escrita e biodiversidade.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 28044/2003:** Ministério da Educação.
- **Lei 28086/2003:** Ministério da Cultura.
- **Lei 30034/2013:** Ministério da Cultura.
- **Lei 30570/2017:** Ministério da Cultura.
- **Lei 31053/2020:** Ministério da Cultura e Ministério da Educação.

Objetivos Específicos:

- **Lei 28044/2003:** Garantir uma educação integral e de qualidade.
- **Lei 28086/2003:** Promover a leitura e a produção de livros.
- **Lei 30034/2013:** Modernizar e expandir os serviços das bibliotecas públicas.
- **Lei 30570/2017:** Fortalecer o Sistema Nacional de Bibliotecas e garantir o acesso democrático à informação.
- **Lei 31053/2020:** Reconhecer a leitura como direito fundamental e promover políticas inclusivas de leitura e escrita.

As categorizações das leis demonstram a importância singular de cada uma frente à modernização do sistema educacional peruano, bem como ao desenvolvimento informacional, cultural e, por conseguinte, social do país a partir dos anos 2000 (Peru, 2024).

A promoção da educação é um fator preponderante para as referidas leis, uma vez que elas buscam a melhoria contínua da qualidade educacional do povo peruano. O ensino escolar passa a ser entendido a partir das dimensões informacionais, culturais e sociais, onde o indivíduo busca sua liberdade intelectual a partir da apropriação de conhecimento contínuo em um movimento crescente, com características cíclicas, espiraladas e positivamente virtuosas (Peru, 2003a, 2003b).

O acesso à informação, educação e cultura são outros fatores de extrema relevância apontados nas cinco leis peruanas analisadas nesta tese. A existência de entraves ao acesso amplo e plural à informação prejudica de forma acentuada o desenvolvimento educacional, fragmentando a memória cultural de

todo povo. As bibliotecas escolares públicas em rede devem ter seu raio de ação ampliado, servindo como uma espécie de diapasão informacional, educacional e cultural (Peru, 2003a, 2003b, 2013, 2017, 2020).

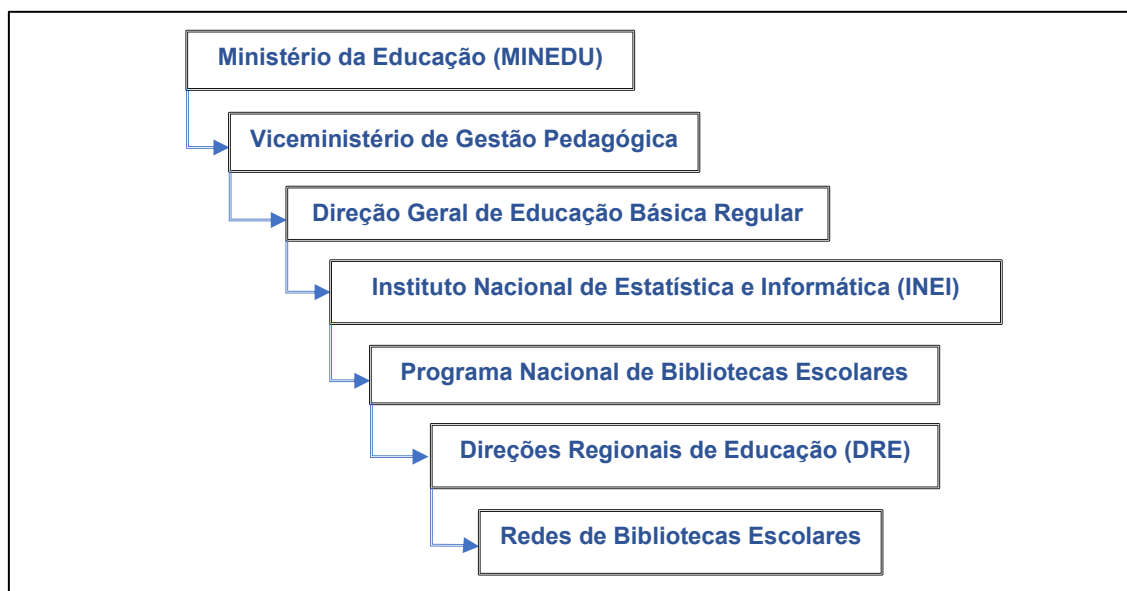
Para que ocorra uma melhoria constante do ensino público no Peru e, por conseguinte, dos índices educacionais nacionais, verifica-se a necessidade de maior cooperação e integração dos vários órgãos governamentais e não governamentais que tenham relação direta ou indireta com o tema em busca do atingimento deste objetivo comum.

A Lei nº 30.570, de 06 de abril de 2017 – Lei da Biblioteca Nacional do Peru estabelece o marco jurídico que regula a organização, funcionamento e modernização da Biblioteca Nacional do Peru (BNP), reconhecendo-a como o órgão normativo central do Sistema Nacional de Bibliotecas. A normativa tem como objetivo garantir o acesso equitativo à informação e à leitura por meio da padronização técnica, modernização dos serviços, valorização profissional e descentralização das ações bibliotecárias no país. Ressalta-se a importância do fortalecimento das bibliotecas escolares como parte essencial dessa rede, alinhando-se a princípios de democratização informacional e justiça territorial. A lei também enfatiza o uso de tecnologias da informação e a digitalização de acervos como estratégias fundamentais de universalização do acesso ao conhecimento, sobretudo em regiões rurais e periféricas (Peru, 2017).

A Lei nº 31.053, de 10 de janeiro de 2020 – Lei do Direito à Leitura e Promoção do Livro, reconhece a leitura, a escrita e o acesso ao livro como direitos fundamentais dos cidadãos peruanos, institui a Política Nacional de Leitura, Escrita e Bibliotecas, e define responsabilidades compartilhadas entre o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e os governos regionais e locais. Seu escopo abrange o fomento ao hábito da leitura em todos os ciclos da vida, a inclusão de práticas leitoras nos sistemas educacionais formais e não formais, a valorização da diversidade editorial peruana, com ênfase nas línguas indígenas, e a expansão das bibliotecas públicas e escolares em todo o território nacional. A lei tem forte apelo social, focando em populações vulneráveis e em territórios historicamente desassistidos, representando um avanço significativo para o cumprimento das metas do ODS 4, sobretudo no que tange à alfabetização, equidade e cidadania cultural (Peru, 2020).

A seguir, analisaremos o diagrama hierárquico peruano referente ao Programa Nacional de Bibliotecas Escolares e às Redes de Bibliotecas Escolares desenvolvidas em todo o território nacional (Peru, 2024).

Figura 28 – Rede de Bibliotecas Escolares – Peru – Diagrama hierárquico²⁸



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

O Ministério da Educação (MINEDU) é o órgão máximo responsável por definir as políticas educacionais peruanas, estabelecendo normas e padrões nacionais de qualidade, incluindo, nesse contexto, o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares e as Redes de Bibliotecas Escolares. Além disso, é responsável pela gestão financeira dos recursos destinados à educação no país,

28

Ministério da Educação (MINEDU): Define políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente.

Viceministério de Gestão Pedagógica: Coordena a implementação das políticas educacionais e supervisiona as instituições educacionais.

Direção Geral de Educação Básica Regular: Responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem.

Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI): Avalia e assegura a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares: Promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Direções Regionais de Educação (DRE): Supervisionam e implementam as políticas educacionais em nível regional.

Redes de Bibliotecas Escolares: Integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (região, província), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas.

utilizando parte da verba no desenvolvimento e na capacitação dos profissionais vinculados à educação, principalmente docentes (Peru, 2024).

O órgão que coordena a implementação das políticas públicas educacionais e supervisiona as instituições de ensino no país é o Viceministério de Gestão Pedagógica. Observa-se a importância atribuída ao Viceministério no sistema educacional peruano como sendo ímpar, pois ele atua para transformar as demandas da população em realidades cotidianas, tirando as leis do papel e colocando-as em prática (Peru, 2024).

A Direção Geral de Educação Básica Regular é o órgão responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem em nível nacional. Já o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) tem como competência avaliar e assegurar a qualidade da educação nas escolas, por meio de avaliações regulares e auditorias pontuais. Apesar de competências distintas, esses órgãos realizam ações complementares para a melhoria da qualidade educacional no país (Peru, 2024).

O Programa Nacional de Bibliotecas Escolares tem como principal objetivo a promoção da leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais de todo o país, a fim de fomentar o hábito da leitura e reafirmar a cultura nacional por meio da cultura escrita, especialmente com incentivo ao amplo acesso ao livro e à biblioteca (Peru, 2024).

Para atender às demandas regionais de forma personalizada, estabeleceram-se as Direções Regionais de Educação (DRE), órgãos responsáveis pela implementação e supervisão das políticas públicas em nível regional e local, incluindo em sua esfera de atuação as Redes de Bibliotecas Escolares, que têm por finalidade integrar um conjunto de bibliotecas em um determinado território (região ou província), promovendo ações colaborativas e trocas de experiências entre as unidades informacionais (bibliotecas), com foco na otimização de recursos e na redução dos custos operacionais (Peru, 2024).

7.10 Uruguai

O Uruguai é um pequeno país sul-americano situado geograficamente entre o Brasil e a Argentina. Seu território tem a costa banhada pelo Oceano

Atlântico e, em seu interior, destaca-se a presença do rio que dá nome ao país, o Rio Uruguai. O país é uma ex-colônia espanhola que enfrentou diversos reveses políticos e alternância de poder entre nações estrangeiras e grupos internos, desde sua colonização no início do século XVII até a reabertura política pós-ditadura, já no século XX (Sposob, 2024).

A geografia do país é caracterizada por seu clima predominante subtropical, seu relevo entrecortado por rios e planaltos suaves, e a vegetação característica dos campos que se espalham por quase todo o território. Tido como um país pouco povoado e não populoso, o Uruguai tem uma das maiores taxas de envelhecimento populacional, se comparado, principalmente, aos vizinhos sul-americanos (Sposob, 2024).

Mapa 10 – Representação geográfica do território uruguaio²⁹



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O sistema de educação uruguaio é considerado um sistema político unitário, com alocação centralizada de recursos e gestão direta da Administração Nacional de Educação Pública (ANEP). Os índices sociais apresentados pelo país hoje são equiparáveis aos dos países europeus, como Espanha e Portugal. Destaca-se o baixo índice de analfabetismo de sua população com idade igual

²⁹

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Partido Nacional, com o presidente Luis Alberto Lacalle Pou.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente -32.5228, -55.7658.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$22.797,8 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 1,2% (SITEAL-UNESCO, 2024).

ou superior a 15 anos, que hoje atinge cerca de 1,2% da população (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 29 – Índice de analfabetismo – Uruguai

Analfabetismo					
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais		2000	2010	2019	2022
Sexo	Masculino	-	2,5	1,5	1,4
	Feminino	-	1,5	1	0,9
Área geográfica	Urbana	-	1,6	1,1	1
	Rural	-	3,7	2,1	1,8
Nível de renda	Inferior	-	3	2	1,5
	Médio	-	1,6	1	2,2
	Superior	-	0,4	0,3	1,1
Total		-	2	1,2	1,2

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

O Uruguai é um dos países sul-americanos que há mais tempo possui uma legislação específica (Lei do Livro – 15.913/1987) sobre livro, leitura e biblioteca, com destaque ao estímulo à produção e comercialização de livros, promoção da criação e manutenção de bibliotecas públicas, e incentivo ao acesso amplo à leitura e à informação (Uruguai, 1987).

No site CERLALC-SIRBI (2024) é apresentada uma estrutura para a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares no Uruguai, intitulada apenas como Bibliotecas Escolares. Ao analisarmos o modelo apresentado pelo site, observamos que a referida rede está subordinada hierarquicamente à Administração Nacional de Educação Pública (ANEP); no entanto, sabemos que esta, por sua vez, está subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Dito isto, realizamos o cruzamento, correlação e inferências de várias fontes oficiais do governo uruguaio para mapear as estruturas e os entes do governo que realmente fazem parte do Sistema Nacional de Educação e que atuam diretamente para o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. No final deste tópico, apresentaremos uma estrutura no formato de diagrama hierárquico que foi desenvolvida especialmente para a obtenção de uma melhor compreensão sobre o tema estudado (Uruguai, 2024).

Figura 30 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Uruguai

Bibliotecas escolares

Nombre oficial de la red o sistema
Bibliotecas Escolares

Entidad
Administración Nacional de Educación Pública (ANEP)

Responsable
Liliana Pereira

Cargo
Inspectora técnica

Página web

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

Uma das pedras angulares para a modernização do sistema educacional uruguaio é a Lei 15.913/1987, que representava, junto com um conjunto de outras leis, a redemocratização do país após um período histórico conturbado provocado pela ditadura e pelo cerceamento da liberdade individual dos uruguaiois por anos a fio. A possibilidade de recuperação e reconstrução cultural foi incentivada pelo estímulo à indústria livresca. O primeiro passo era a construção de um ambiente propício ao livro, à leitura e à biblioteca, que posteriormente ganharia escala nos quesitos culturais e educacionais. O objetivo principal foi demonstrar a existência de uma demanda interna com interesse nacional voltado à produção, impressão, edição, coedição, introdução, comercialização e difusão do livro (Uruguai, 1987).

A partir da redemocratização e a implantação da Lei 15.913/1987 no país, houve uma pressão interna da própria população para resgatar o tempo perdido e satisfazer suas necessidades culturais e educacionais. Uma das estratégias do governo foi a promoção da livre circulação do livro por toda a sociedade, inclusive incentivando a importação e a exportação de livros (Uruguai, 1987).

As obras autorais de origem nacional, a partir da Lei 15.913/1987, passaram a ter grande prestígio, pois a população se identifica com os autores e os temas apresentados, tendo grande relevância para a reconstrução da identidade cultural do país e, posteriormente, educacional (Uruguai, 1987).

Com a implementação da referida lei, houve um estímulo no sentido de defesa do patrimônio cultural nacional, referenciado pela cultura escrita, que por sua vez só conseguiu atingir os objetivos em escala junto à população com o desenvolvimento de novas bibliotecas, principalmente públicas, incluindo escolares, que ampliaram vertiginosamente o acesso à informação, cultura e educação. Aumentando o número de bibliotecas com acesso público, foi possível atender a uma demanda reprimida por uma enorme parcela da população, sendo os mais vulneráveis financeiramente os que mais se beneficiaram desta ação governamental (Uruguai, 1987).

Uma questão que, desde o período de redemocratização, sempre foi levada muito a sério pelo governo, por meio de ações específicas, e que foi ampliada a partir da promulgação da Lei 15.913/1987, foi a formação e capacitação de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, desde professores, técnicos, administradores, bibliotecários etc. (Uruguai, 1987).

Podemos destacar como sendo as principais características da Lei 15.913/1987:

- **Fomento à Produção e Comercialização:** Estímulo à produção e comercialização de livros para satisfazer as necessidades culturais e educativas da população.
- **Circulação Livre:** Promoção da livre circulação do livro.
- **Exportação:** Apoio à exportação de livros para competir em mercados internacionais.
- **Autores Nacionais:** Estímulo à edição de obras de autores nacionais.
- **Patrimônio Cultural:** Colaboração com a conservação e defesa do patrimônio cultural nacional.
- **Bibliotecas:** Dotação de recursos financeiros e técnicos para bibliotecas populares, públicas, escolares, liceais e universitárias.
- **Formação e Capacitação:** Apoio à formação e capacitação de editores, livreiros, técnicos em artes gráficas e bibliotecólogos.

A outra lei que reestruturou e modernizou o sistema educacional do Uruguai foi a Lei 18.437/2009, conhecida como Lei Geral da Educação. Esta lei foi responsável pela atualização das regras, normas e diretrizes a serem seguidas em todo o território nacional uruguaio em referência à educação no país (Uruguai, 2009a).

A prerrogativa máxima da referida lei é a declaração do direito fundamental, onde a educação é elencada como um direito humano fundamental e um bem público, ao qual todos os cidadãos, sem exceção, devem ter acesso, sendo isto garantido pelo estado democrático de direito (Uruguai, 2009a).

A Lei 18.437/2009 também prevê obrigações voltadas à qualidade da educação e à inclusão de minorias, que também devem ser garantidas pelo estado, tendo como foco o desenvolvimento integral do indivíduo (físico, psíquico, ético, intelectual, social etc.). A promoção da educação pelo estado deve ocorrer ao longo de toda a vida de todos os cidadãos uruguaios (Uruguai, 2009a).

As premissas elencadas na carta dos direitos humanos da ONU devem sempre balizar as ações educativas em todo o território uruguaio, seguindo as orientações da Lei 18.437/2009, e a educação passa a ser obrigatória desde os ciclos iniciais até a educação tida como média em todo o país (Uruguai, 2009a).

Observamos como sendo as principais características da Lei 18.437/2009:

- **Direito Fundamental:** Declara a educação como um direito humano fundamental e um bem público.
- **Qualidade e Inclusão:** Garantia de uma educação de qualidade para todos, sem discriminação.
- **Desenvolvimento Integral:** Foco no desenvolvimento físico, psíquico, ético, intelectual e social das pessoas.
- **Educação ao Longo da Vida:** Promoção da continuidade educativa ao longo da vida.
- **Direitos Humanos:** Integração dos direitos humanos nas propostas, programas e ações educativas.
- **Universalidade e Obrigatoriedade:** Educação obrigatória desde a educação inicial até a educação média.

Embora a legislação uruguaia avance de forma significativa na promoção do livro e da educação de qualidade, nota-se que a Lei 18.632/2009, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), ainda é pouco mobilizada nos debates educacionais relacionados ao contexto escolar. Esta lei declara como de interesse público o desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas públicas, promovendo sua atuação articulada em rede e definindo diretrizes de gestão descentralizada, modernização tecnológica e formação de acervo

bibliográfico. No entanto, a ausência de menção explícita às bibliotecas escolares nesta legislação revela uma lacuna normativa importante, especialmente considerando o papel estratégico dessas instituições no cumprimento das metas do ODS 4 da Agenda 2030 (Uruguai, 2009b).

Entre os elementos mais relevantes da Lei 18.632/2009, destaca-se o reconhecimento do desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas públicas como um interesse público nacional. A lei estabelece a Biblioteca Nacional como a principal instância coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), atribuindo-lhe o papel de centralizar as ações de fomento, supervisão e articulação técnica. Além disso, propõe uma organização regionalizada em cinco zonas bibliotecárias, buscando descentralizar a gestão e promover maior capilaridade dos serviços de leitura e informação no território uruguaio. Outro aspecto de destaque é a previsão da construção de um catálogo coletivo automatizado, que visa integrar os acervos das bibliotecas participantes, otimizando o acesso à informação. A legislação também institui o Órgão Assessor Nacional de Bibliotecas Públicas, concebido como um espaço consultivo de natureza técnica, destinado a contribuir com a formulação de diretrizes e a avaliação das ações do SNBP (Uruguai, 2009b).

Nesse sentido, a regulamentação da Lei 18.632/2009 poderia ser revisitada ou ampliada para incluir a dimensão escolar no escopo do SNBP. A construção de redes híbridas, que integrem bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, é uma tendência global reconhecida por organismos internacionais como a UNESCO (2022) e a IFLA (2016), sendo considerada eficaz para ampliar o acesso à informação e à leitura em territórios de alta vulnerabilidade. Como alerta Costa, Silva e Achilles (2024, p. 5), “a ausência de articulação entre as bibliotecas públicas e escolares representa um desperdício de potencial educativo e cultural”. Portanto, a efetivação plena da Lei 18.632 deve passar pela revisão de sua aplicabilidade no campo educacional, garantindo maior sinergia institucional e contribuindo para uma política bibliotecária nacional coerente com os princípios da equidade e da inclusão.

Destacamos como sendo suas principais características (Uruguai, 2009b):

- **Reconhecimento como Interesse Público Nacional:** A lei declara os serviços bibliotecários como de interesse público, consolidando as bibliotecas como pilares da vida democrática e ferramentas de desenvolvimento social e cultural.

- **Acesso Universal e Inclusivo:** Garante que o acesso à informação seja gratuito e sem discriminação, posicionando as
- **Educação ao Longo da Vida:** Valoriza o papel das bibliotecas como promotoras de aprendizagem contínua, apoiando tanto a educação formal quanto processos informais de desenvolvimento humano.
- **Preservação e Difusão Cultural:** As bibliotecas públicas assumem o papel de guardiãs da memória coletiva, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e regional por meio da conservação e disseminação do patrimônio cultural.
- **Integração Tecnológica e Alfabetização Informacional:** Estimula o uso de tecnologias da informação, incluindo o acesso gratuito à internet e programas de alfabetização digital, ampliando o alcance educativo e informativo dos espaços bibliotecários.

Quadro 14 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Uruguai

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei do Livro	15.913	1987	Estímulo à produção e comercialização de livros. Promove a criação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares, incentivando o acesso à leitura e à informação.	Ministério da Educação e Cultura
Lei Geral de Educação	18.437	2009	Estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação e Cultura
Lei que Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)	18.632	2009	Institui o SNBP com o objetivo de estruturar e fortalecer bibliotecas públicas em todo o país, promovendo o acesso à leitura, à informação e à formação cultural da população.	Ministério da Educação e Cultura

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

Com o advento da reabertura política no Uruguai a partir dos anos 80 do século XX, a sociedade estava ansiosa por mudanças estruturais, principalmente no tocante às liberdades individuais e ao acesso à informação, educação e cultura (Cruz, 2024).

Houve, no ano de 1984, eleições gerais no Uruguai, sendo eleitos os novos representantes do povo, que detinham entre suas promessas de campanha a implementação de uma agenda voltada às questões econômicas, sociais e culturais. As agendas foram, aos poucos, se transformando em políticas públicas, e estas, por sua vez, começaram a ser implementadas ainda durante a década de 80. Como exemplo, podemos citar o sancionamento da Lei

15.913/1987, que ficou nacionalmente conhecida como Lei do Livro (Uruguai, 1987).

A Lei do Livro (15.913/1987) está contextualizada em um momento histórico do país em que a população exercia grande pressão sobre o governo nacional e a necessidade de modernização do país era latente. O povo desejava se distanciar rapidamente de seu passado recente, e a releitura histórica de suas origens era parte fundamental para a construção dessa nova memória coletiva (Uruguai, 1987).

Para fomentar a indústria livresca no Uruguai, foi preciso que o governo aparelhasse o estado com estruturas que, além da produção, conseguissem dar vazão ao material produzido. Em outras palavras, não era só estimular o processo produtivo, mas também oportunizar um ambiente de consumo cada vez mais amplo. A forma de escoar em escala a produção observada a partir de 1980 foi a construção de novos ambientes de leitura, principalmente bibliotecas públicas e escolares, e assim atingir o maior número possível de leitores, estimulando a cultura, socializando a informação e elevando a qualidade do ensino, principalmente público, no país (Uruguai, 1987).

A Lei 18.437/2009, intitulada Lei Geral de Educação, foi um desdobramento natural das demandas da população uruguaia. Já passadas quase duas décadas da reabertura política do país, fez-se necessário a criação de um texto que centralizasse as orientações da educação em nível nacional, uma vez que, até então, o sistema educacional se orientava por um conjunto de leis que, em sua maioria, datava da época da ditadura (Uruguai, 2009a).

A Lei Geral de Educação (18.437/2009) estabeleceu as bases modernas do sistema educacional uruguaio, estabelecendo diretrizes, normas e regulamentos para a reorganização e o seu bom funcionamento. Sua intenção foi dar leveza e agilidade às ações do estado frente aos desafios educacionais, principalmente relativos às ações afirmativas, sustentabilidade e à evolução das tecnologias da informação e comunicação (Uruguai, 2009a).

A Lei Nº 18.632/2009, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), representa um marco na consolidação das políticas de acesso à informação e promoção da cidadania no Uruguai. Sancionada em um contexto de amadurecimento democrático e fortalecimento institucional, a norma reconhece as bibliotecas públicas como espaços de integração social,

participação cívica e desenvolvimento humano. Ao declarar o serviço bibliotecário como de interesse público nacional, o Estado uruguaio reafirma seu compromisso com a equidade, garantindo acesso gratuito e universal à informação, independentemente de idade, raça, gênero ou condição social (Uruguai, 2009b).

Além disso, a Lei 18.632/2009 estabelece diretrizes claras para a estruturação de uma rede nacional de bibliotecas, articulada entre os governos nacional e departamentais. Essa articulação permite a padronização de serviços, a formação continuada de profissionais da área e a preservação do patrimônio cultural local. A norma também promove o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), reforçando o papel das bibliotecas como agentes de alfabetização digital e informacional. Assim, a lei complementa os avanços das legislações anteriores, ampliando o escopo das políticas públicas voltadas à leitura, educação e inclusão social no país (Uruguai, 2009b).

Um ponto de convergência entre as referidas leis (15.913/1987, 18.437/2009 e 18.632/2009) é a iniciativa de desenvolvimento e manutenção de estruturas promotoras de bibliotecas públicas, incluindo escolares, no sentido de oportunizar informação, cultura e educação a uma parcela da população cada vez maior e que, por outras vias, teria mais dificuldades em ter acesso ao livro e à leitura.

Agora, partindo de uma leitura fluida das referidas leis e observando os procedimentos descritos na análise de conteúdo de Bardin (2021, p.122), estabelecemos relações e inferências, criamos algumas categorias intituladas como convergentes e divergentes, sendo elas:

7.10.1 Categorização preliminar das leis uruguaias

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei 15913/1987:** Promove a leitura e a produção literária como ferramentas educativas.
- **Lei 18437/2009:** Garante o direito à educação de qualidade para todos.
- **Lei 18.632/2009:** Apoia a educação formal e informal por meio das bibliotecas públicas, promovendo o aprendizado ao longo da vida.

Acesso Igualitário:

- **Lei 15913/1987:** Garante a circulação e o acesso igualitário aos livros.
- **Lei 18437/2009:** Assegura igualdade de oportunidades na educação.
- **Lei 18.632/2009:** Garante acesso gratuito, democrático e inclusivo à informação, sem discriminação de idade, raça, gênero ou condição social.

Desenvolvimento Cultural:

- **Lei 15913/1987:** Promove a cultura através do fomento ao livro e à leitura.
- **Lei 18437/2009:** Incentiva a educação cultural e cívica.
- **Lei 18.632/2009:** Resgata, preserva e difunde o patrimônio cultural local, fortalecendo a identidade comunitária.

Qualidade:

- **Lei 15913/1987:** Incentiva a qualidade na produção literária e na formação de profissionais do setor.
- **Lei 18437/2009:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **Lei 18.632/2009:** Estimula a excelência dos serviços bibliotecários, com formação contínua de profissionais e padronização de processos técnicos.

Integração e Cooperação:

- **Lei 15913/1987:** Promove a cooperação entre autores, editores, distribuidores e bibliotecas.
- **Lei 18437/2009:** Incentiva a cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições educativas.
- **Lei 18.632/2009:** Estabelece articulação entre bibliotecas municipais, regionais e nacionais, promovendo cooperação interinstitucional e comunitária.

Pontos divergentes**Foco Principal:**

- **Lei 15913/1987:** Fomento do livro e da leitura.
- **Lei 18437/2009:** Regulação do sistema educativo.
- **Lei 18.632/2009:** Estruturação e fortalecimento do sistema nacional de bibliotecas públicas.

Público-Alvo:

- **Lei 15913/1987:** Leitores, autores e profissionais do setor literário.
- **Lei 18437/2009:** Comunidade educativa em geral.
- **Lei 18.632/2009:** Toda a população, com atenção especial a grupos vulneráveis e comunidades locais.

Tipo de Desenvolvimento:

- **Lei 15913/1987:** Desenvolvimento cultural através do livro.
- **Lei 18437/2009:** Desenvolvimento educacional e social.
- **Lei 18.632/2009:** Desenvolvimento informacional, cultural e tecnológico por meio do acesso à leitura e às TIC.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei 15913/1987:** Ministério da Educação e Cultura.
- **Lei 18437/2009:** Ministério da Educação.
- **Lei 18.632/2009:** Ministério da Educação e Cultura, com coordenação técnica da Biblioteca Nacional.

Objetivos Específicos:

- **Lei 15913/1987:** Incentivar a leitura, a produção literária e a capacitação de profissionais do setor.
- **Lei 18437/2009:** Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.
- **Lei 18.632/2009:** Democratizar o acesso à informação, promover hábitos de leitura, preservar a cultura local e integrar tecnologias digitais.

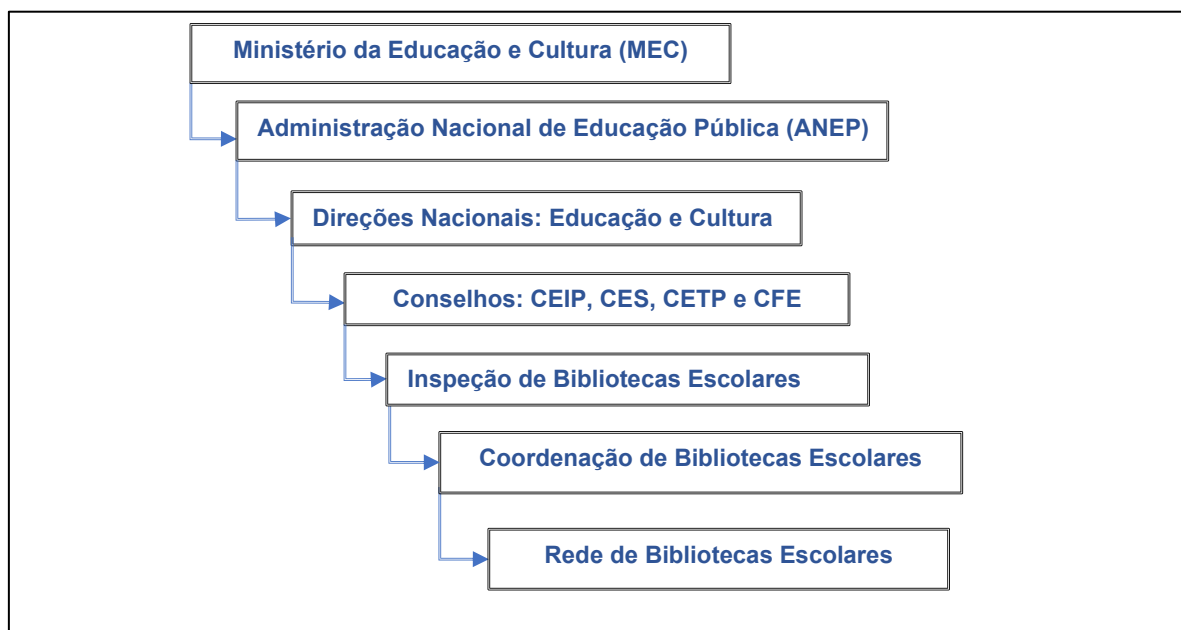
Apesar de o Uruguai possuir um marco legislativo relativamente consolidado nas áreas da educação e do livro, como as Leis nº 15.913/1987 (Lei do Livro), nº 18.437/2009 (Lei Geral de Educação) e nº 18.632/2009 (Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP), nenhuma delas contempla de maneira sistemática e estruturada as bibliotecas escolares em rede. A Lei 15.913 limita-se a fomentar a leitura e a circulação do livro, enquanto a Lei 18.437 trata genericamente da infraestrutura educacional sem estabelecer diretrizes operacionais para as bibliotecas escolares. Já a Lei 18.632 é voltada exclusivamente para bibliotecas públicas gerais, ignorando as demandas específicas do contexto escolar. Essa ausência legislativa abre margem para iniciativas paralelas, que, embora relevantes, ainda carecem de normatividade e estabilidade jurídica para alcançar maior capilaridade e efetividade nacional (Uruguai, 1987, 2009a, 2009b).

Nesse cenário, destacam-se projetos e regulamentos administrativos que surgem como alternativas viáveis para suprir a lacuna normativa. O Decreto nº 198/2014, por exemplo, transfere a gestão da Biblioteca Infantil do MEC para a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP), sinalizando uma mudança institucional que aproxima as bibliotecas do sistema escolar. Iniciativas como os Centros de Recursos para o Aprendizado (CRA), implantados desde 1987 com apoio do projeto MECAEP e regulamentados por meio da Circular 1179/1994, constituem verdadeiras redes escolares de acesso à leitura e à informação, operando de forma descentralizada, mas conectadas por um mesmo eixo formativo e pedagógico. Ainda, projetos como o “Bibliotecas Solidárias”, coordenado pelo Programa de Leitura e Escrita (ProLEE), fortalecem a ideia de rede, com ênfase na formação docente, na mobilização comunitária e na partilha de acervos entre as unidades escolares (Quesada, 2019; ANEP, 2020).

Tais ações, embora relevantes, evidenciam a urgência de um marco legal específico que sistematize e normatize o funcionamento das bibliotecas escolares públicas em rede no Uruguai. A ausência de previsão legal compromete a continuidade institucional dos projetos, além de dificultar a integração plena das bibliotecas ao projeto pedagógico das escolas. Como observa Quesada (2019), “as bibliotecas escolares têm operado como elementos periféricos no sistema educacional uruguaio, dependendo mais de vontades locais do que de políticas públicas estruturadas”. Portanto, urge a necessidade de consolidar essas experiências bem-sucedidas no corpo da legislação nacional, de forma a garantir sua perenidade, padronização técnica e expansão equitativa. Esse alinhamento legal poderá fortalecer o papel das bibliotecas escolares como instrumentos estratégicos para o cumprimento do ODS 4 da Agenda 2030, assegurando uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa

Essas análises mostram como cada lei contribui de maneira única para o desenvolvimento cultural, educacional e social do Uruguai, ao mesmo tempo em que compartilham objetivos comuns de promoção da educação, do conhecimento e da inclusão (Uruguai, 1987, 2009a, 2009b).

Figura 31 – Rede de Bibliotecas Escolares – Uruguai – Diagrama hierárquico³⁰



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As políticas públicas uruguaias pós-redemocratização (década de 1980) são fundamentadas no desenvolvimento socioeconômico e cultural de sua

30

Ministério da Educação e Cultura (MEC): Define as políticas e diretrizes gerais para a educação e cultura no país, incluindo as bibliotecas escolares. O MEC supervisiona a Direção Nacional de Educação e a Direção de Cultura para garantir a implementação dessas políticas.

Administração Nacional de Educação Pública (ANEP): Coordena a implementação das políticas educacionais e supervisiona as instituições educacionais em todo o país. A ANEP é responsável por garantir que as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura sejam seguidas e implementadas de forma eficaz.

Direção Nacional de Educação: Coordena as ações específicas relacionadas à educação, incluindo a gestão das bibliotecas escolares. A Direção Nacional de Educação trabalha em estreita colaboração com a ANEP e outras entidades para garantir a qualidade da educação.

Direção de Cultura: Promove e preserva o patrimônio cultural do país. A Direção de Cultura é responsável por desenvolver e implementar programas culturais que incentivem a leitura e o acesso à informação, colaborando com as bibliotecas escolares para promover a cultura letrada.

Conselho de Educação Inicial e Primária (CEIP): Supervisiona a educação inicial e primária, garantindo que as escolas primárias sigam as diretrizes educacionais estabelecidas. O CEIP também apoia as bibliotecas escolares primárias, promovendo a leitura desde a infância.

Conselho de Educação Secundária (CES): Supervisiona a educação secundária, assegurando que as escolas secundárias cumpram as normas e diretrizes educacionais. O CES trabalha para melhorar a qualidade do ensino secundário e apoia as bibliotecas escolares secundárias.

Conselho de Educação Técnico-Profissional (CETP): Coordena a educação técnico-profissional, estabelecendo diretrizes curriculares e supervisionando as instituições de ensino técnico. O CETP também apoia as bibliotecas escolares técnico-profissionais, promovendo o acesso a recursos informacionais relevantes para a formação técnica.

Conselho de Formação em Educação (CFE): Supervisiona a formação de professores e outros profissionais da educação, garantindo a qualidade da formação inicial e continuada. O CFE colabora com as bibliotecas escolares para fornecer recursos e apoio aos educadores.

Inspeção de Bibliotecas Escolares: Supervisiona diretamente as bibliotecas escolares, garantindo que elas sigam as normas estabelecidas. A Inspeção se comunica regularmente com a Coordenação de Bibliotecas Escolares para resolver problemas e melhorar os serviços.

Coordenação de Bibliotecas Escolares: Em cada região ou departamento, a coordenação gerencia as bibliotecas locais, facilitando a comunicação entre as escolas e a Inspeção de Bibliotecas Escolares. Eles organizam treinamentos e fornecem suporte técnico aos bibliotecários escolares.

Rede de Bibliotecas Escolares: A Rede de Bibliotecas Escolares é composta por todas as bibliotecas escolares do país, que trabalham em conjunto para promover o acesso à informação e incentivar a leitura entre os estudantes. A rede facilita a troca de recursos e experiências entre as bibliotecas, promovendo a melhoria contínua dos serviços oferecidos.

população. De modo geral, a busca pela melhoria da qualidade da educação tornou-se uma prioridade do governo, visando à transformação da sociedade como um todo. O efeito cascata dessa ação é evidente: com o aumento dos níveis de escolaridade da população, houve uma elevação na qualidade da mão de obra, os produtos fabricados em território nacional passaram a ter maior valor agregado, a indústria nacional se desenvolveu e o Uruguai, atualmente, é o país com a maior renda per capita – \$22.797,8 USD (Banco Mundial, 2023), além de ocupar a segunda posição em melhor IDH – 0,830 (PNUD, 2024) e o menor índice de analfabetismo – 1,2% (SITEAL-UNESCO, 2024) da América do Sul.

Essa revolução social, iniciada a partir da educação, necessitou de instrumentos que dessem suporte às mudanças estruturais necessárias. O livro, a leitura e a biblioteca escolar foram elementos fundamentais nesse processo, e a rede de bibliotecas escolares possibilitou a ampliação da oferta de informação, educação e cultura (Uruguai, 2024).

O sistema desenvolvido para apoiar a educação uruguaia é extremamente extenso e complexo, mas este texto se concentra nos órgãos e entes públicos diretamente relacionados à Rede de Bibliotecas Escolares, desenvolvida em todo o território nacional (Uruguai, 2024).

O primeiro órgão a ser analisado é o Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável por definir as políticas e diretrizes prioritárias referentes à educação e cultura no país, incluindo as bibliotecas escolares. Além disso, o MEC supervisiona a Direção Nacional de Educação e a Direção de Cultura, garantindo a implementação de políticas públicas nessas áreas (Uruguai, 2024).

A Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) é o órgão encarregado de coordenar e implementar as políticas educacionais em nível nacional, além de supervisionar as instituições educacionais em todo o país, verificando se as políticas públicas definidas pelo MEC estão sendo implementadas de forma eficaz, incluindo, nesse contexto, as bibliotecas escolares em rede (Uruguai, 2024).

A Direção Nacional de Educação e a Direção de Cultura são órgãos que atuam em conjunto com a ANEP para implementar as políticas públicas definidas pelo MEC. Enquanto a Direção Nacional de Educação se concentra em ações educacionais, a Direção de Cultura se dedica a ações culturais. Ambas interagem com as bibliotecas escolares, seja por meio da gestão direta ou por

intervenções pontuais, utilizando o ambiente da biblioteca escolar para desenvolver ações e projetos voltados à ampliação do acesso à informação, educação e cultura (Uruguai, 2024).

Os Conselhos Nacionais (Conselho de Educação Inicial e Primária – CEIP, Conselho de Educação Secundária – CES, Conselho de Educação Técnico-Profissional – CETP e Conselho de Formação em Educação – CFE) desempenham funções distintas de supervisão e coordenação no sistema educacional uruguaio. No entanto, esses conselhos realizam ações comuns, como o apoio ao desenvolvimento das bibliotecas escolares, inclusive em rede (Uruguai, 2024).

A Inspeção de Bibliotecas Escolares é o órgão nacional responsável pela supervisão direta das bibliotecas escolares, garantindo o cumprimento das regras preestabelecidas. Muitas vezes, seu trabalho é realizado em conjunto com a Coordenação das Bibliotecas Escolares, que atua em nível local (região ou departamento), facilitando a interlocução entre os órgãos e os entes envolvidos [departamentos, escolas, funcionários, professores etc.] (Uruguai, 2024).

A Rede Nacional de Bibliotecas Escolares no Uruguai é composta por bibliotecas localizadas em escolas públicas de todo o país. Essas bibliotecas abrangem diferentes níveis de ensino, incluindo educação inicial, primária, secundária e técnico-profissional. Embora não haja uma lista pública detalhada de todas as bibliotecas escolares que compõem a rede, elas estão presentes em diversas instituições educacionais sob a supervisão dos seguintes órgãos (Uruguai, 2024):

- **Conselho de Educação Inicial e Primária (CEIP):** Bibliotecas em escolas de educação infantil e primária.
- **Conselho de Educação Secundária (CES):** Bibliotecas em escolas de ensino secundário.
- **Conselho de Educação Técnico-Profissional (CETP):** Bibliotecas em instituições de ensino técnico-profissional.
- **Conselho de Formação em Educação (CFE):** Bibliotecas em instituições de formação de professores e outros profissionais da educação.

Essas bibliotecas trabalham em conjunto para promover o acesso à informação, educação e cultura, além de incentivar a leitura entre os estudantes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no país.

7.11 Venezuela

A Venezuela está situada geograficamente na América do Sul e faz fronteira a leste com a Guiana, ao sul com o Brasil e a oeste com a Colômbia. Seu território é constituído em sua maior parte pela área continental, mas também fazem parte pequenas ilhas situadas no Mar do Caribe [ilhas de Las Aves, Los Roques, Orchila, Blanquilla, Los Hermanos e a ilha Margarita] (Sposob, 2024).

Mapa 11 – Representação geográfica do território venezuelano³¹



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Assim como a maioria dos países pertencentes à América do Sul, a Venezuela foi colonizada pelo império espanhol a partir do século XVI e só conseguiu se livrar das amarras de sua metrópole quase trezentos anos depois, com movimentos emancipatórios iniciados em 1808 e com sua efetivação somente em 1811, tornando-se assim um país independente (Sposob, 2024).

31

- **Sistema Político:** República Presidencialista.
- **Partido Atual no Poder:** Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), com o presidente Nicolás Maduro.
- **Latitude e Longitude:** Aproximadamente 6.4238, -66.5897.
- **Renda Per Capita:** Aproximadamente \$3.686,3 USD (BANCO MUNDIAL, 2023).
- **Percentual de Analfabetos:** Cerca de 4,2% (SITEAL-UNESCO, 2024).

A economia venezuelana é baseada principalmente na indústria petrolífera, sendo o país considerado um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Considerada uma República Presidencialista orientada pela Constituição instituída em 1999, a Venezuela enfrenta hoje uma grave crise política iniciada a partir da sucessão de seu ex-presidente Hugo Chávez [falecido] (Sposob, 2024).

Apesar das constantes crises político-econômicas, do elevado índice de violência urbana, do cerceamento da liberdade individual e do aumento da restrição às informações públicas, a Venezuela apresenta um nível intermediário dos índices referentes ao tema educação se comparado aos demais países sul-americanos. O quesito analfabetismo atinge cerca de 4,2% do total de pessoas com idade a partir de 15 anos e ocupa uma posição intermediária se comparado aos índices dos demais países sul-americanos (SITEAL-UNESCO, 2024).

Figura 32 – Índice de analfabetismo – Venezuela

Analfabetismo		Escolaridade	Conclusão da educação secundária
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais			2011*
Sexo	Masculino	4,0	
	Feminino	4,3	
Área geográfica	Urbana	4,2	
	Rural	-	
Nível de renda	Inferior	7,2	
	Médio	4,4	
	Superior	2,2	
Total		4,2	

* Último ano disponível.

Fonte: SITEAL-UNESCO, 2024.

Apesar da restrição ao acesso à informação pública imposta pelo regime político que exerce o poder hoje na Venezuela, conseguimos mapear alguns dados no site do CERLALC-SIRBI (2024) que nos remetem a indícios da existência de uma estrutura minimamente alicerçada que busca a integração em nível nacional de todas as bibliotecas escolares públicas, dando a esta estrutura o nome de Rede de Bibliotecas Escolares.

A grande dificuldade desta tese frente a este tema na Venezuela é a fidedignidade das informações que perpassa pela legitimidade das instituições e sua total ausência de *compliance*. Sem o acompanhamento criterioso de órgãos fiscalizadores e reguladores internos e externos ao governo, fica comprometido os dados divulgados oficialmente pelo governo como sendo imparciais e atualizados.

Além das informações levantadas junto ao CERLALC-SIRBI (2024), buscamos outras fontes de informações que conseguiram complementar algumas lacunas sobre o tema proposto. Como exemplo, podemos citar os sites oficiais do próprio governo venezuelano (com ressalvas) e o site do Observatório Regional para a América Latina sobre educação da UNESCO (SITEAL-UNESCO).

Figura 33 – Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Venezuela

	Bibliotecas escolares
	Nombre oficial de la red o sistema Bibliotecas Escolares
	Entidad Ministerio del Poder Popular para la Educación
	Responsable Graeldi Jiménez
	Cargo Directora General de Recursos para el Aprendizaje
Página web	

Fonte: CERLALC-SIRBI, 2024.

A Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas, criada no ano de 1977 pelo governo venezuelano, tem como principal objetivo o estabelecimento do Instituto Autônomo de Biblioteca Nacional e de Serviços de Biblioteca, com o intuito de promover a leitura e o acesso à informação (Venezuela, 1977).

Com grande enfoque na construção, conservação e divulgação de um patrimônio bibliográfico e documental comum a todo o país, a referida lei

dinamizou políticas públicas à época, com o intuito de estabelecer um sentimento de pertencimento aos cidadãos venezuelanos, que conseguisse diminuir os conflitos internos, principalmente originados pelas diferenças étnicas dos diversos povos que dão origem à nação venezuelana (Venezuela, 1977).

Nesta lei, descreve-se como deveriam se estruturar os serviços de biblioteca distribuídos pelo país, desde sua formação, organização, coordenação e execução. Priorizando o desenvolvimento público frente ao privado, o Estado atentava-se à necessidade de ampliação do acesso à informação e cultura e, consequentemente, à melhoria do nível educacional, principalmente das pessoas financeiramente menos favorecidas (pobres). Destacamos como sendo as principais características da Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas (Venezuela, 1977):

- **Criação do Instituto:** Estabelece o Instituto Autônomo de Biblioteca Nacional.
- **Promoção da Leitura:** Promove a leitura e o acesso à informação.
- **Conservação do Patrimônio:** Foca na conservação do patrimônio bibliográfico e documental.
- **Serviços de Biblioteca:** Coordena e desenvolve serviços de biblioteca em todo o país.

A Lei de Depósito Legal, promulgada no ano de 1993 no território venezuelano, regula o depósito legal de todas as publicações produzidas por venezuelanos em território nacional, garantindo a preservação do patrimônio bibliográfico nacional. Tal lei foi criada sob a égide da proteção dos direitos de autoria sobre obras literárias, científicas e artísticas nacionais (Venezuela, 1993).

A proteção dos direitos autorais ganhou novos contornos a partir da referida lei e estimulou, nacionalmente, a produção de inúmeras obras e, consequentemente, a criação de locais para sua guarda, divulgação e reprodução. As bibliotecas escolares serviram como ponte de apoio a este movimento nacional de estímulo à educação, cultura e informação (Venezuela, 1993).

As características e finalidades das obras produzidas são diversas e plurais, e o acervo nacional passou a conter em seu depósito legal obras que incluem livros, programas de computador, obras musicais, cinematográficas,

entre outras. Consideram-se como principais características da referida lei (Venezuela, 1993):

- **Direitos de Autor:** Protege os direitos dos autores sobre suas obras.
- **Obras Protegidas:** Inclui livros, programas de computador, obras musicais, cinematográficas, entre outras.
- **Direitos Morais e Patrimoniais:** Reconhece direitos morais e patrimoniais dos autores.
- **Exclusões:** Não protege textos de leis, decretos, regulamentos oficiais e decisões judiciais.

A Lei Orgânica da Educação, de 2009, veio para modernizar o sistema educacional venezuelano. Baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, preconiza que a educação deve ser encarada como um direito humano fundamental e um bem público, cuja disponibilização deve ser assegurada pelo Estado a todos os cidadãos em todo o território nacional (Venezuela, 2009).

A partir da promulgação da Lei Orgânica da Educação venezuelana, de 2009, o Estado estabeleceu os princípios de participação popular de forma democrática no sistema educacional, com enfoque na igualdade, inclusão e preservação dos direitos humanos, conforme estabelecido nas convenções internacionais (Venezuela, 2009).

O olhar sobre a educação se transforma ao afirmar que, a partir de então, o enfoque passa a ser no desenvolvimento integral do indivíduo, perpassando obrigatoriamente pelo conjunto de educação, cultura e informação, abarcando, assim, a sociedade como um todo (Venezuela, 2009).

A partir da Lei Orgânica da Educação, de 2009, foram estruturadas diretrizes para a modernização do sistema educacional venezuelano, sendo estabelecidas suas bases para uma melhor organização e funcionamento, em nível nacional, incluindo a priorização para a criação e manutenção de bibliotecas escolares, principalmente públicas, a fim de atender ao maior número possível de pessoas em todo o país. Podemos destacar como sendo as suas principais características (Venezuela, 2009):

- **Educação como Direito:** Declara a educação como um direito humano fundamental e um bem público.

- **Princípios e Valores:** Estabelece princípios como democracia participativa, igualdade, inclusão e respeito aos direitos humanos.
- **Educação Integral:** Foca no desenvolvimento integral das pessoas, incluindo aspectos educacionais, culturais e sociais.
- **Educação Pública e Gratuita:** Garante educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

A mais recente normativa voltada ao campo da cultura e da informação na Venezuela é a Lei Orgânica de Cultura, sancionada em 2014 por meio do Decreto nº 1.391. Esta lei marca um importante avanço na institucionalização de políticas culturais ao reconhecer formalmente o papel estratégico das bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e especializadas no desenvolvimento social e educativo do país. A lei criou o Sistema Nacional de Serviços Públicos de Redes de Bibliotecas, definido como uma rede articulada de instituições em nível nacional, estadual, municipal e comunal, com a missão de garantir o acesso universal à informação e ao patrimônio bibliográfico e não bibliográfico da nação (Venezuela, 2014).

Dando continuidade ao que já era preconizado pela legislação de 1977, a nova norma reforça o papel do Estado como promotor de políticas culturais inclusivas, promovendo a democratização da leitura, o estímulo à criação literária, a recuperação da memória histórica e a valorização das expressões culturais populares. Além disso, reconhece a Biblioteca Nacional como centro articulador das políticas públicas de informação, em conjunto com as redes de bibliotecas públicas e escolares, alinhando-se ao princípio de que o acesso à cultura é um direito humano fundamental, em consonância com os valores constitucionais e os compromissos internacionais firmados pelo país. Entre as principais características da Lei Orgânica de Cultura, destacam-se (Venezuela, 2014):

- **Sistema Nacional de Bibliotecas:** Criação do Sistema Nacional de Serviços Públicos de Redes de Bibliotecas.
- **Gestão Pública Cultural:** Fortalece o papel do Estado como gestor das políticas culturais e informacionais.
- **Democratização do Acesso:** Garante o acesso equitativo à cultura, à informação e à leitura em todos os níveis sociais e geográficos.

- **Articulação Institucional:** Integra bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, especializadas e institucionais sob diretrizes comuns.
- **Reconhecimento da Diversidade:** Valoriza e promove a diversidade cultural e os saberes dos povos originários e afrodescendentes.

Quadro 15 – Principais leis que versam sobre biblioteca escolar – Venezuela

Lei	Número	Ano de Sanção	Descrição	Ministério Responsável
Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas	1.977	1977	Cria o Instituto Autônomo Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas, promovendo a conservação e o acesso ao acervo bibliográfico e não bibliográfico.	Ministério da Educação
Lei de Depósito Legal	1.993	1993	Regula o depósito legal de publicações, garantindo a preservação do patrimônio bibliográfico nacional.	Ministério da Cultura
Lei Orgânica de Educação	2.009	2009	Estabelece as bases para a organização e funcionamento do sistema educativo nacional, incluindo a criação e manutenção de bibliotecas escolares.	Ministério da Educação
Lei Orgânica de Cultura	1.391	2014	Estabelece as diretrizes culturais do país e institui o Sistema Nacional de Serviços Públicos de Redes de Bibliotecas, integrando bibliotecas públicas, comunitárias, escolares e especializada.	Ministério do Poder Popular para a Cultura

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

Apesar das constantes crises econômicas, políticas e sociais que afetam todo o território venezuelano, é possível observar, cronologicamente, o desenvolvimento de leis que, desde a década de 1970, buscavam instituir ações que aparelhassem o Estado com mais educação, cultura e informação (Venezuela, 1977).

A Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas, datada de 1977, é uma das mais antigas registradas na América do Sul. Ela visava à conservação do acervo bibliográfico e não bibliográfico nacional, a fim de resgatar e instituir uma memória coletiva nacional que contribuísse para o desenvolvimento social da nação (Venezuela, 1977).

A regulação do depósito legal compulsório de todas as publicações nacionais foi estabelecida a partir de 1993, com a promulgação da Lei de Depósito Legal, cuja principal premissa era a construção, preservação e divulgação do patrimônio bibliográfico nacional, de modo a atender, de alguma

forma, às demandas das diversas etnias que integram a nação venezuelana (Venezuela, 1993).

Com a institucionalização da Lei Orgânica da Educação, em 2009, o sistema educacional venezuelano passou por uma expressiva fase de modernização, contendo em seu corpus características atualizadas das leis anteriormente citadas, com destaque para a importância atribuída às bibliotecas escolares públicas, que passaram a ser entendidas como um meio primordial para a socialização de educação, cultura e informação, e não apenas como um instrumento técnico vinculado exclusivamente à educação (Venezuela, 2009).

A esse conjunto de marcos legais soma-se a Lei Orgânica de Cultura, sancionada em 2014, por meio do Decreto nº 1.391, que consolida os esforços legislativos anteriores ao instituir o Sistema Nacional de Serviços Públicos de Redes de Bibliotecas. Essa normativa representa um avanço estratégico, pois formaliza a articulação entre bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e especializadas, sob uma mesma estrutura de gestão pública cultural (Venezuela, 2014).

Além de reconhecer o papel central da Biblioteca Nacional como eixo articulador da memória coletiva e da produção cultural, a lei estabelece diretrizes para a democratização do acesso à cultura, à informação e à leitura, com foco na diversidade étnica, linguística e territorial da população venezuelana. Sua proposta valoriza a identidade nacional por meio da promoção dos saberes tradicionais e populares, ao mesmo tempo que articula a ação estatal com políticas culturais voltadas à inclusão e à cidadania (Venezuela, 2014).

As referidas leis abordam temas transversais, mas se apoiam em três grandes pilares que são comuns: educação, cultura e informação.

Utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2021, p.122), por meio de uma leitura fluida das referidas leis, estabelecemos relações entre elas e criamos categorias convergentes e divergentes, sendo elas:

7.11.1 Categorização preliminar das leis venezuelanas

Pontos convergentes

Promoção da Educação:

- **Lei de 1977:** Incentiva a educação cultural através da preservação do patrimônio.
- **Lei de 1993:** Promove a leitura como ferramenta educativa.
- **Lei de 2009:** Garante o direito à educação de qualidade para todos.
- **Lei de 2014:** Utiliza o acesso à cultura e à informação como instrumento formativo e educativo.

Acesso Igualitário:

- **Lei de 1977:** Garante acesso igualitário às manifestações culturais.
- **Lei de 1993:** Democratiza o acesso aos livros.
- **Lei de 2009:** Assegura igualdade de oportunidades na educação.
- **Lei de 2014:** Assegura o acesso equitativo à cultura, à leitura e ao conhecimento, com foco na diversidade.

Desenvolvimento Cultural:

- **Lei de 1977:** Promove a cultura através da preservação e difusão do patrimônio cultural.
- **Lei de 1993:** Incentiva a produção e circulação de livros culturais.
- **Lei de 2009:** Fomenta a educação cultural e cívica.
- **Lei de 2014:** Institui políticas públicas de valorização da diversidade cultural e do saber popular.

Qualidade:

- **Lei de 1977:** Estabelece padrões para a preservação do patrimônio cultural.
- **Lei de 1993:** Incentiva a qualidade na produção literária.
- **Lei de 2009:** Define padrões de qualidade para a educação.
- **Lei de 2014:** Estabelece diretrizes de qualidade para os serviços públicos de cultura e bibliotecas.

Integração e Cooperação:

- **Lei de 1977:** Promove a cooperação entre instituições culturais.
- **Lei de 1993:** Incentiva a cooperação entre autores, editores e distribuidores.
- **Lei de 2009:** Fomenta a cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições educativas.
- **Lei de 2014:** Articula redes de bibliotecas e promove cooperação entre instâncias públicas, comunitárias e populares.

Pontos divergentes

Foco Principal:

- **Lei de 1977:** Promoção e proteção da cultura.

- **Lei de 1993:** Fomento do livro e da leitura.
- **Lei de 2009:** Regulação do sistema educativo.
- **Lei de 2014:** Democratização do acesso à cultura e articulação do Sistema Nacional de Bibliotecas.

Público-Alvo:

- **Lei de 1977:** Comunidade cultural.
- **Lei de 1993:** Leitores e autores.
- **Lei de 2009:** Comunidade educativa.
- **Lei de 2014:** Toda a população, com foco especial em comunidades tradicionais, indígenas e marginalizadas.

Tipo de Desenvolvimento:

- **Lei de 1977:** Desenvolvimento cultural.
- **Lei de 1993:** Desenvolvimento cultural através da leitura.
- **Lei de 2009:** Desenvolvimento educacional e social.
- **Lei de 2014:** Desenvolvimento integral sociocultural com base na diversidade e no direito à cultura.

Autoridade de Aplicação:

- **Lei de 1977:** Ministério da Cultura.
- **Lei de 1993:** Ministério da Cultura.
- **Lei de 2009:** Ministério da Educação.
- **Lei de 2014:** Ministério do Poder Popular para a Cultura.

Objetivos Específicos:

- **Lei de 1977:** Preservar e difundir o patrimônio cultural.
- **Lei de 1993:** Promover a leitura e a produção de livros.
- **Lei de 2009:** Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.
- **Lei de 2014:** Instituir políticas de acesso universal à cultura, organizar o sistema nacional de bibliotecas e proteger a diversidade cultural.

O panorama legislativo venezuelano é significativamente ampliado com a promulgação da Lei Orgânica de Cultura (Lei nº 1.391/2014), que representa um marco normativo voltado à consolidação das políticas culturais na Venezuela, especialmente no que diz respeito à articulação entre cultura, informação e inclusão social. Tal lei complementa e atualiza as normativas anteriores ao instituir, formalmente, o Sistema Nacional de Serviços Públicos de Redes de Bibliotecas, integrando sob um mesmo regime jurídico e organizacional as

bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e especializadas. Essa integração permite a construção de uma rede articulada de acesso à informação e à leitura em todo o território nacional, voltada não apenas à conservação patrimonial, mas também à promoção de práticas cidadãs, culturais e educativas no âmbito local, regional e nacional (Venezuela, 2014).

Ao analisarmos as leis mencionadas, promulgadas a partir de 1977 e implementadas integralmente até 2014, é possível identificar categorias convergentes e divergentes instituídas em seus textos, *corpus* e ações. Por exemplo, um dos principais pontos de inflexão convergente das leis categorizadas é a promoção da educação, observada, na Lei de 1977, como um incentivo à educação cultural por meio da preservação do patrimônio (Venezuela, 1977).

Já na Lei de 1993, destaca-se a promoção da leitura como ferramenta educativa, enquanto, na Lei de 2009, o enfoque principal é a garantia universal do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos venezuelanos (Venezuela, 1993).

A Lei de 2014 reforça esse princípio ao considerar o acesso à cultura e à informação como componente essencial do processo formativo, enfatizando o papel pedagógico das bibliotecas e dos espaços culturais como centros de aprendizagem crítica (Venezuela, 2014).

As categorias elencadas como acesso igualitário e desenvolvimento cultural abrangem ações que visam incentivar a construção de um ambiente cultural plural e inclusivo, em busca de uma sociedade menos segmentada. A Lei de 1977 garante o acesso igualitário às manifestações culturais; a Lei de 1993 democratiza o acesso aos livros; e a Lei de 2009 assegura igualdade de oportunidades na educação. Esses preceitos foram instituídos para promover o acesso de maneira mais justa e inclusiva. A Lei de 2014 intensifica essa perspectiva ao determinar que o Estado deve garantir o acesso à cultura, leitura e informação a todas as comunidades, com especial atenção a grupos historicamente marginalizados, como indígenas, afrodescendentes, mulheres e juventudes periféricas (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Paralelamente, observamos ações da Lei de 1977 voltadas à promoção da cultura por meio da preservação e difusão do patrimônio cultural; a Lei de 1993 incentiva a produção e circulação de livros culturais; e, por fim, a Lei de

2009 fomenta a educação cultural e cívica. A Lei de 2014, nesse sentido, ultrapassa a função conservadora e patrimonial da cultura, instituindo políticas de valorização da diversidade, do saber popular e da identidade nacional (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

A análise das leis venezuelanas também revela mais duas categorias complementares: qualidade e integração e cooperação. Todas as políticas públicas implementadas devem se pautar nas demandas populares, cujo atendimento deve ser regulamentado pelas leis e ações do governo. Este, por sua vez, estabelece normas e diretrizes a serem seguidas, buscando padrões de qualidade regidos por órgãos internos e externos. A Lei de 1977 estabelece padrões para a preservação do patrimônio cultural; a de 1993 incentiva a qualidade na produção literária; e a de 2009 define padrões de qualidade para a educação, que só podem ser alcançados por meio da integração e cooperação entre os entes públicos e privados vinculados ao sistema educacional venezuelano. A Lei de 2014 reafirma e amplia esse princípio, criando um sistema de gestão pública cultural que integra ministérios, conselhos comunitários, escolas, centros culturais e a Biblioteca Nacional, formando uma malha interinstitucional voltada ao acesso à cultura como bem público (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Ao analisarmos as categorias tidas como divergentes, destacam-se: foco principal, público-alvo, tipo de desenvolvimento, autoridade de aplicação e objetivos específicos.

Na categoria foco principal, observa-se que, na Lei de 1977, destaca-se a promoção e proteção da cultura como principal enfoque; na Lei de 1993, o fomento do livro e da leitura se sobressai; e, na Lei de 2009, o foco está na regulação do sistema educativo. A Lei de 2014, por sua vez, desloca o centro da ação estatal para uma visão transversal da cultura como fundamento da soberania nacional, da cidadania e do desenvolvimento humano (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Em relação ao público-alvo, verifica-se que, na Lei de 1977, o público é composto por um nicho da sociedade identificado como a comunidade cultural; na Lei de 1993, o público observado inclui leitores e autores; e, na Lei de 2009, o público-alvo é identificado como a comunidade educativa. Já a Lei de 2014 amplia esse escopo e direciona suas ações a toda a sociedade venezuelana,

com atenção específica aos setores historicamente excluídos do acesso à produção e fruição cultural (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Apesar de uma tênue distinção, a categoria tipo de desenvolvimento descreve o que se pretende dinamizar no seio social a partir da implementação das referidas leis e seus desdobramentos em políticas públicas. A Lei de 1977 propõe o desenvolvimento cultural; a de 1993 amplia a perspectiva ao propor o desenvolvimento cultural, agora necessariamente por meio da leitura; e, na de 2009, o foco é direcionado ao desenvolvimento educacional e social. A Lei de 2014 aprofunda esse conceito ao propor um desenvolvimento sociocultural integral, baseado na diversidade, inclusão e justiça social, articulando os campos simbólico, educativo, ético e comunitário (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

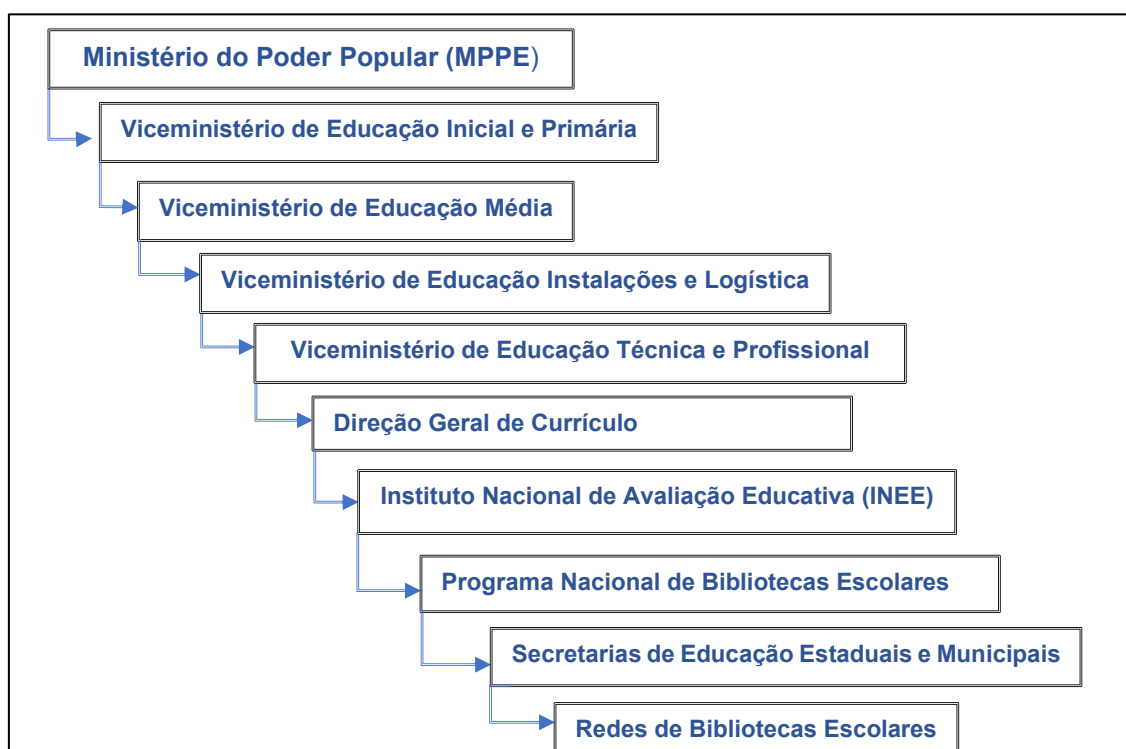
A categoria autoridade de aplicação está concentrada em dois órgãos governamentais: nas Leis de 1977 e 1993, sob a égide do Ministério da Cultura; e, na de 2009, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. A Lei de 2014 reforça a centralidade do Ministério do Poder Popular para a Cultura como autoridade máxima na formulação e execução das políticas culturais e informacionais (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Por fim, na categoria objetivos específicos, destacam-se os propósitos de cada uma das leis. A Lei de 1977 tem como objetivo a construção, preservação e difusão do patrimônio cultural nacional; a de 1993 busca a promoção da leitura e da produção de livros; a de 2009 almeja garantir uma educação de maior qualidade, inclusiva e equitativa, que abranja toda a população venezuelana; enquanto a Lei de 2014 propõe a democratização da cultura, o fortalecimento da identidade nacional, a promoção da leitura crítica e o incentivo à participação cidadã nos processos culturais (Venezuela, 1977, 1993, 2009, 2014).

Essas análises mostram como cada lei contribui de maneira única para o desenvolvimento cultural, educacional, informacional e social da Venezuela, ao mesmo tempo em que compartilham objetivos comuns de promoção da leitura, do conhecimento e da inclusão.

A seguir descrevemos por meio do diagrama hierárquico a estrutura à qual as Redes de Bibliotecas Escolares venezuelanas estão inseridas.

Figura 34 – Rede de Bibliotecas Escolares – Venezuela – Diagrama hierárquico³²



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2024.

As Redes de Bibliotecas Escolares na Venezuela estão subordinadas, em última instância, ao Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE), órgão

32

Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE): Define políticas educacionais, normas e padrões de qualidade, além de fornecer financiamento e promover o desenvolvimento profissional docente.

Viceministério de Educação Inicial e Primária: Coordena a implementação das políticas educacionais para a educação pré-escolar e primária. Responsável por desenvolver currículos e programas que promovam o aprendizado básico e o desenvolvimento integral das crianças.

Viceministério de Educação Média: Abrange o ensino médio, preparando os alunos para o ensino superior ou para o mercado de trabalho. Trabalha na implementação de políticas educacionais que garantam acesso e qualidade no ensino médio.

Viceministério de Instalações e Logística: Gerencia a infraestrutura educacional, incluindo escolas e equipamentos. Responsável por garantir que as instalações estejam adequadas para o ensino e aprendizado.

Viceministério de Educação Técnica e Profissional: Focado na formação técnica e profissional dos estudantes. Promove programas que capacitem os alunos para carreiras específicas e contribuam para o desenvolvimento econômico.

Direção Geral de Currículo: Responsável pela elaboração de currículos, planos de estudo e padrões de aprendizagem.

Instituto Nacional de Avaliação Educativa (INEE): Avalia e assegura a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares: Promove a leitura e o uso pedagógico das bibliotecas escolares, fornecendo recursos e apoio aos estabelecimentos educacionais.

Secretarias de Educação Estaduais e Municipais: Supervisionam e implementam as políticas educacionais em nível local.

Redes de Bibliotecas Escolares: Integram todas as bibliotecas escolares de um território definido (estado, município), facilitando a colaboração e a troca de experiências entre as bibliotecas.

responsável pela definição das políticas educacionais nacionais, bem como pelo estabelecimento de diretrizes, normas e regulamentos relacionados aos padrões de qualidade a serem atingidos pelo sistema educacional. Além disso, cabe ao MPPE o financiamento de todo o sistema educacional nacional, incluindo a promoção e o desenvolvimento profissional dos docentes vinculados à educação pública do país (Venezuela, 2024).

Os Viceministérios de Educação (Educação Inicial e Primária, Educação Média, Instalações e Logística, e Educação Técnica e Profissional) são responsáveis pela segmentação do setor no país e regulam, de forma personalizada, a educação em todo o território nacional (Venezuela, 2024).

Os Viceministérios de Educação na Venezuela desempenham um papel significativo no suporte às redes de bibliotecas escolares, promovendo o acesso a recursos educacionais e incentivando o aprendizado. Algumas de suas iniciativas e colaborações incluem (Venezuela, 2024):

- **Viceministério de Educação Inicial e Primária:**
 - Trabalha para integrar as bibliotecas escolares ao currículo, incentivando a leitura desde cedo.
 - Promove atividades como contação de histórias e clubes de leitura para crianças.
- **Viceministério de Educação Média:**
 - Colabora com as bibliotecas para fornecer materiais de estudo e pesquisa aos alunos do ensino médio.
 - Incentiva o uso de bibliotecas digitais para complementar o aprendizado.
- **Viceministério de Instalações e Logística:**
 - É responsável por garantir que as bibliotecas escolares tenham infraestrutura adequada e acesso a equipamentos tecnológicos.
 - Trabalha na modernização das bibliotecas, incluindo a implementação de bibliotecas digitais.
- **Viceministério de Educação Técnica e Profissional:**
 - Apoia as bibliotecas escolares com recursos voltados para a formação técnica e profissional.
 - Promove o uso de materiais especializados que ajudam os alunos a se prepararem para o mercado de trabalho.

Além disso, o Ministério da Educação tem investido em bibliotecas digitais, permitindo que os alunos acessem conteúdos educativos de qualquer lugar, mesmo sem conexão à internet. Essas iniciativas ajudam a modernizar o

sistema educacional e a tornar o aprendizado mais acessível e interativo (Venezuela, 2024)..

A Direção Geral de Currículo desempenha um papel fundamental na integração das redes de bibliotecas escolares ao sistema educacional venezuelano. Essa interação ocorre principalmente por meio de iniciativas que visam alinhar os recursos das bibliotecas com os objetivos curriculares e pedagógicos (Venezuela, 2024):

- **Apoio ao Currículo Escolar** – As bibliotecas escolares são utilizadas como ferramentas para enriquecer o currículo, fornecendo materiais que complementam os conteúdos abordados em sala de aula e com o uso de bibliotecas em ambiente digital, permitindo que os alunos acessem recursos educativos de forma interativa e moderna.
- **Desenvolvimento de Competências** – As bibliotecas escolares são integradas ao ensino para desenvolver competências como leitura crítica, pesquisa e uso responsável de informações. Atividades gamificadas e interativas são incentivadas para tornar o aprendizado mais envolvente.
- **Inclusão e Acessibilidade** – A Direção Geral de Currículo trabalha para garantir que as bibliotecas sejam acessíveis a todos os estudantes, incluindo aqueles em áreas remotas, por meio de iniciativas como bibliotecas digitais.

Tais ações contribuem para criar um ambiente educacional plural, dinâmico e inclusivo.

O Instituto Nacional de Avaliação Educativa (INEE) tem como função avaliar e assegurar a qualidade da educação nas escolas, realizando avaliações e auditorias. No que se refere às Redes de Bibliotecas Escolares, o INEE analisa a infraestrutura e os recursos, o impacto educacional alcançado, a gestão e operação das redes, bem como a inclusão e acessibilidade das bibliotecas (Venezuela, 2024).

A Venezuela conta com um Programa Nacional de Bibliotecas Escolares que tem como objetivo modernizar a estrutura existente no país até meados de 2009. Com a modernização do sistema educacional nacional, o programa também se reposicionou para atender às novas demandas e desafios da sociedade contemporânea. As principais características dessa nova estrutura incluem: equalização de recursos entre as unidades, implementação de

bibliotecas digitais, promoção da leitura e capacitação dos profissionais vinculados às bibliotecas (Venezuela, 2024).

As Secretarias Municipais e Estaduais de Educação são encarregadas da implementação e supervisão das ações nas unidades locais, especialmente das políticas públicas que priorizam as demandas da maior parte da população em condições menos favorecidas financeiramente (Venezuela, 2024).

Por fim, observa-se que as Redes de Bibliotecas Escolares Públicas venezuelanas atendem à maior parte da população de forma regionalizada (estados e municípios), seguindo as orientações do governo federal representado pelo MPPE (Venezuela, 2024).

8 RELAÇÕES E INFERÊNCIAS NO ÂMBITO DAS REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS NA AMÉRICA DO SUL FRENTE AO ODS 4 DA AGENDA 2030

Nesta seção abordaremos as ações desenvolvidas no âmbito das redes de bibliotecas escolares públicas sul-americanas frente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 da ONU.

8.1 Argentina

O Programa de Bibliotecas Escolares e Especializadas da República Argentina (BERA), coordenado pela Biblioteca Nacional de Maestros, articula redes federais de bibliotecas escolares com foco em inclusão, formação docente e acesso equitativo à leitura, sendo referência nacional em políticas públicas alinhadas ao ODS 4 (Argentina, 2024b).

Ações desenvolvidas pelo programa BERA alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Fortalecimento das Redes Federais de Bibliotecas Escolares** – O BERA articula bibliotecas escolares em todo o território argentino, promovendo acesso equitativo à leitura e à informação. Essa ação contribui para a meta 4.1, ao garantir ambientes de aprendizagem inclusivos e de qualidade.
- **Formação Continuada de Bibliotecários e Docentes** – Por meio de cursos, oficinas e jornadas pedagógicas, o programa capacita profissionais da educação para atuarem como mediadores de leitura e gestores de acervo. Isso se alinha à meta 4.c, que trata da valorização e formação de professores qualificados.

- **Projeto “libros como puentes”** – Iniciativa que promove o vínculo entre famílias e bibliotecas escolares, incentivando a leitura em casa e na escola. Essa ação fortalece a meta 4.2, ao apoiar o desenvolvimento integral na infância por meio da leitura compartilhada.
- **Digitalização e Acesso Aberto a Recursos** – O BERA disponibiliza acervos digitais, guias pedagógicos e materiais de apoio em plataformas abertas, promovendo aprendizagem ao longo da vida (meta 4.7) e inclusão digital (meta 4.a), especialmente em regiões remotas.
- **Jornadas Nacionais de Bibliotecas Escolares** – Eventos que reúnem milhares de profissionais da educação para compartilhar boas práticas, debater políticas públicas e fortalecer a cultura leitora, promovendo a educação para a cidadania global e o desenvolvimento sustentável (meta 4.7).

8.2 Bolívia

Implementação da Lei Avelino Siñani Elizardo Pérez – Essa legislação nacional garante bibliotecas escolares interculturais e bilíngues como espaços obrigatórios nas escolas, promovendo equidade educacional e respeito à diversidade linguística, diretamente conectada à meta 4.5 do ODS 4 (Bolívia, 2024).

Ações desenvolvidas a partir da implementação da lei e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Educação Intercultural e Plurilíngue** – A lei estabelece que toda a educação na Bolívia deve ser intracultural, intercultural e plurilíngue, promovendo o ensino em línguas indígenas originárias, espanhol e, em alguns casos, inglês. Essa ação está diretamente ligada à meta 4.5, que visa eliminar disparidades na educação e garantir acesso igualitário para grupos vulneráveis.
- **Criação de Bibliotecas Escolares Comunitárias** – A legislação impulsionou a criação e fortalecimento de bibliotecas escolares como espaços comunitários, com acervos em línguas indígenas e conteúdos voltados à realidade local. Essas bibliotecas funcionam como centros de aprendizagem e cidadania, contribuindo para as metas 4.1 e 4.a, ao garantir ambientes de aprendizagem inclusivos e adequados.
- **Formação Docente com Enfoque Descolonizador** – Através do Programa de Formação Complementar para Professores em Exercício (PROFOCOM), a lei promove a capacitação de educadores com base em pedagogias críticas, descolonizadoras e comunitárias. Isso fortalece a meta 4.c, que trata da formação de professores qualificados, sensíveis à diversidade cultural.

- **Currículo Sociocomunitário Produtivo** – O novo currículo nacional, inspirado pela lei, valoriza saberes ancestrais, práticas locais e o “Vivir Bien” como horizonte educativo. Ele promove uma educação integral e contextualizada, alinhada à meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável, cidadania global e valorização da diversidade cultural.
- **Participação Social e Comunitária** – A lei garante a participação ativa de pais, mães, comunidades indígenas e organizações sociais na gestão educacional, fortalecendo a governança democrática e a corresponsabilidade, um princípio transversal ao ODS 4.

8.3 Brasil

Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) Instituído pela Lei nº 14.837/2024, estabelece diretrizes para universalizar bibliotecas escolares até 2028, com acervo mínimo, acessibilidade e formação de redes colaborativas, um marco nacional para o cumprimento do ODS 4 (Brasil, 2024b).

Ações a serem desenvolvidas a partir da implementação do SNBE e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Universalização das Bibliotecas Escolares** – O SNBE estabelece a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições de ensino básico, com acervo mínimo proporcional ao número de alunos e adequado à realidade local. Essa ação está diretamente ligada à meta 4.1, que busca garantir educação primária e secundária gratuita, equitativa e de qualidade.
- **Formação e Valorização de Profissionais** - O sistema prevê capacitação contínua de bibliotecários e professores, reconhecendo o papel desses profissionais como agentes culturais e educacionais. Isso contribui para a meta 4.c, que trata da formação de docentes qualificados.
- **Bibliotecas como Equipamentos Culturais** – A nova legislação reconhece as bibliotecas escolares como espaços de cultura, leitura, lazer e cidadania, integrados ao processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem fortalece a meta 4.7, que promove educação para o desenvolvimento sustentável, direitos humanos e diversidade cultural.
- **Inclusão Digital e Acessibilidade** – O SNBE prevê a integração das bibliotecas à internet, com infraestrutura acessível e ambientes inclusivos. Isso está alinhado à meta 4.a, que busca construir instalações educacionais seguras, inclusivas e eficazes para todos.

- **Articulação Federativa e Cooperação Técnica** – O sistema atua em parceria com estados e municípios, promovendo ações coordenadas de fortalecimento das redes locais de bibliotecas escolares, o que amplia o alcance das políticas públicas e favorece a equidade educacional em todo o território nacional.

8.4 Chile

Rede CRA (Centros de Recursos para a Aprendizagem) – Presente em mais de 90% das escolas públicas, essa rede integra bibliotecas ao currículo escolar, com foco em leitura crítica, inclusão digital e formação cidadã, sendo modelo de política pública educacional inclusiva (Chile, 2024b).

Ações desenvolvidas pela rede CRA e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Integração Curricular e Desenvolvimento de Competências** – As bibliotecas CRA são concebidas como espaços pedagógicos que apoiam o desenvolvimento de competências leitoras, informacionais e digitais. Essa ação contribui para a meta 4.1, ao garantir educação de qualidade com foco em aprendizagem significativa e equitativa.
- **Formação Contínua de Mediadores de Leitura** – A rede oferece capacitação permanente para professores e bibliotecários escolares, fortalecendo o papel da mediação de leitura e da gestão de acervos. Isso está diretamente ligado à meta 4.c, que trata da valorização e formação de profissionais da educação.
- **Promoção da Inclusão e da Diversidade Cultural** – As bibliotecas CRA disponibilizam acervos em línguas indígenas e materiais voltados à diversidade de gênero, etnia e origem social. Essa ação se alinha à meta 4.5, que visa eliminar disparidades na educação e garantir acesso igualitário para grupos vulneráveis.
- **Educação para a Cidadania e Sustentabilidade** – Através de projetos interdisciplinares, as bibliotecas promovem temas como direitos humanos, meio ambiente e cultura de paz, contribuindo para a meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.
- **Infraestrutura e Acessibilidade** – A Rede CRA investe na modernização dos espaços bibliotecários, com mobiliário inclusivo, acesso à internet e recursos digitais, fortalecendo a meta 4.a, que busca garantir ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e eficazes.

8.5 Colômbia

Projeto “¡Pásate a la biblioteca escolar!” – Iniciativa nacional que fortaleceu bibliotecas escolares em mais de 450 instituições com acervo, formação e mediação de leitura, promovendo equidade e aprendizagem significativa, alinhada às metas 4.1 e 4.7 do ODS (Colômbia, 2024b).

Ações desenvolvidas a partir da implementação do projeto “¡Pásate a la biblioteca escolar!” e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Fortalecimento da Biblioteca Escolar como Espaço de Aprendizagem** – O projeto promove a institucionalização da biblioteca escolar como parte essencial do Projeto Educativo Institucional (PEI), integrando-a ao currículo e às práticas pedagógicas. Isso contribui para a meta 4.1, ao melhorar a qualidade da educação básica e secundária.
- **Formação de Comunidades de Biblioteca Escolar** – São realizadas ações formativas com professores, bibliotecários e gestores escolares, criando comunidades de prática que repensam o papel da biblioteca como espaço de leitura crítica, inclusão e cidadania. Essa ação está alinhada à meta 4.c, que trata da formação de profissionais qualificados.
- **Dotação de Acervos Literários e Pedagógicos** – O projeto distribui coleções bibliográficas atualizadas às escolas participantes, com foco em diversidade cultural, inclusão e estímulo à leitura, fortalecendo a meta 4.5, que visa eliminar disparidades educacionais.
- **Melhoria da Infraestrutura e Dinamização dos Espaços** – As escolas são incentivadas a transformar e adequar os espaços físicos das bibliotecas, tornando-os ambientes acolhedores, acessíveis e integrados à vida escolar. Essa ação contribui para a meta 4.a, que busca garantir instalações educacionais inclusivas e eficazes.
- **Promoção da Leitura como Ferramenta de Cidadania** – As bibliotecas escolares são mobilizadas para desenvolver projetos de leitura com enfoque em direitos humanos, diversidade e sustentabilidade, alinhando-se à meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.

8.6 Equador

Modelo de Gestão de Bibliotecas Escolares de Quito – Projeto municipal com impacto nacional que promove as bibliotecas como espaços de inovação,

leitura crítica e cidadania, articulando-se com políticas de inclusão e diversidade cultural no marco do ODS 4 (Equador, 2024).

Ações desenvolvidas a partir da implementação do modelo de gestão das bibliotecas escolares de Quito e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Criação de Ambientes de Leitura Acessíveis e Inclusivos** – O modelo propõe a implementação de bibliotecas e ambientes de leitura em todas as instituições educativas, com foco em acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social. Isso contribui para a meta 4.a, que busca garantir instalações educacionais seguras, inclusivas e eficazes para todos.
- **Formação de Gestores e Mediadores de Leitura** – Prevê a capacitação de professores, bibliotecários e técnicos em práticas de mediação, organização de acervos e dinamização dos espaços. Essa ação está diretamente ligada à meta 4.c, que trata da formação de profissionais qualificados para a educação.
- **Organização e Expansão do Fundo Bibliográfico** – O modelo define critérios para a composição do acervo, com foco em literatura equatoriana, diversidade linguística (incluindo quíchua e shuar) e conteúdos alinhados ao currículo. Isso fortalece a meta 4.5, ao promover equidade e respeito à diversidade cultural e linguística.
- **Promoção da Leitura Crítica e da Cidadania** – As bibliotecas são concebidas como espaços de formação cidadã, com projetos que abordam direitos humanos, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura de paz, diretamente conectados à meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.
- **Gestão Participativa e Comunitária** – O modelo incentiva a participação ativa da comunidade escolar e das famílias na gestão e uso das bibliotecas, promovendo corresponsabilidade e fortalecimento do vínculo escola-comunidade, um princípio transversal ao ODS 4.

8.7 Paraguai

Projeto “Vivendo Livros Latino-Americanos” – Iniciativa trinacional que implantou bibliotecas escolares bilíngues (espanhol/guarani) em escolas públicas, promovendo inclusão linguística e acesso à leitura em comunidades indígenas, diretamente conectada à meta 4.5 (Cortez, 2016).

Ações desenvolvidas a partir da implementação do projeto “Vivendo Livros Latino-Americanos” e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Criação da Biblioteca Intercultural Mitã Arandu** – Na Escola San Agustín 2979, em Ciudad del Este, o projeto estruturou fisicamente

uma biblioteca escolar com acervo bilíngue (espanhol/guarani), promovendo acesso equitativo à leitura e valorização da diversidade linguística e cultural, diretamente alinhado à meta 4.5, que visa eliminar disparidades na educação.

- **Mediação Literária com Estudantes e Professores** – Foram realizadas atividades de leitura compartilhada, rodas de conversa e oficinas literárias com docentes e discentes, fortalecendo o papel da biblioteca como espaço de aprendizagem crítica e cidadania, contribuindo para as metas 4.1 e 4.7, que tratam da qualidade da educação e da formação para o desenvolvimento sustentável.
- **Participação Comunitária e Valorização do Espaço Escolar** – O projeto envolveu a comunidade escolar e externa na revitalização e uso da biblioteca, promovendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade, alinhado à meta 4.a, que busca garantir ambientes de aprendizagem inclusivos, seguros e eficazes.

Essas ações foram desenvolvidas com apoio da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e se destacam por promover educação intercultural, bilíngue e comunitária em uma região marcada pela diversidade e pelos desafios de fronteira.

8.8 Peru

Avaliação Nacional do ODS 4 (UNESCO + IEP) – Projeto pioneiro que avaliou o progresso do país em relação ao ODS 4, com foco em bibliotecas escolares como espaços de equidade, cidadania e aprendizagem ao longo da vida, subsidiando políticas públicas estruturantes (Cuenca *et. al.* 2021).

Ações desenvolvidas a partir da implementação da “Avaliação Nacional do ODS 4 (UNESCO + IEP)” e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Reconhecimento das Bibliotecas Escolares como Infraestrutura Estratégica** – A avaliação identificou que muitas escolas públicas carecem de bibliotecas adequadas, especialmente em zonas rurais e amazônicas. A recomendação foi fortalecer a presença e a qualidade desses espaços como ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e eficazes, em consonância com a meta 4.a do ODS 4.
- **Promoção da Leitura como Competência Fundamental** – O relatório enfatiza que o desenvolvimento da competência leitora é um dos maiores desafios do sistema educacional peruano. A leitura é tratada como eixo transversal para a aprendizagem e a cidadania, o que reforça a importância de bibliotecas escolares ativas e integradas ao currículo, alinhado à meta 4.1, que trata da aprendizagem efetiva.

- **Formação Docente para Mediação de Leitura** – A avaliação recomenda ampliar a formação de professores e bibliotecários escolares em práticas de mediação de leitura e uso pedagógico do acervo, fortalecendo o papel das bibliotecas como espaços vivos de aprendizagem, diretamente conectado à meta 4.c, sobre qualificação docente.
- **Educação para a Cidadania e Diversidade Cultural** – O estudo destaca a necessidade de acervos que reflitam a diversidade linguística e cultural do Peru, incluindo livros em línguas originárias (como quéchua, aimará e shipibo-konibo). Isso contribui para a meta 4.5, que visa eliminar disparidades educacionais, e para a meta 4.7, que trata da educação para a cidadania global e o respeito à diversidade.
- **Recomendações para Políticas Públicas Sistêmicas** – A avaliação propõe que o Ministério da Educação do Peru desenvolva uma política nacional de bibliotecas escolares, articulada com redes locais e regionais, para garantir acesso equitativo ao livro e à leitura, promovendo uma abordagem sistêmica e sustentável para o cumprimento do ODS 4.

8.9 Uruguai

Programa ProLEE (leitura e escrita em espanhol) – Integra bibliotecas escolares ao currículo nacional, promovendo leitura crítica, inclusão e formação cidadã, sendo reconhecido como política pública de referência para o cumprimento do ODS 4 no país (Uruguai, 2025).

Ações a partir da implementação do Programa ProLEE e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Integração da Leitura ao Currículo Nacional** – O ProLEE promove a leitura e a escrita como eixos estruturantes do currículo, com foco no desenvolvimento de competências linguísticas desde os primeiros anos escolares. Essa ação contribui para a meta 4.1, ao garantir aprendizagem efetiva e de qualidade na educação básica.
- **Formação Docente em Práticas de Leitura e Escrita** – O programa oferece formação contínua para professores e bibliotecários escolares, com foco em estratégias de mediação de leitura, produção textual e uso pedagógico das bibliotecas. Isso está diretamente ligado à meta 4.c, que trata da qualificação de profissionais da educação.
- **Fortalecimento das Bibliotecas Escolares como Espaços Pedagógico** – O ProLEE incentiva o uso das bibliotecas escolares como ambientes de leitura crítica, pesquisa e produção textual, promovendo o protagonismo estudantil e a inclusão, alinhado à

meta 4.a, que busca garantir instalações educacionais inclusivas e eficazes.

- **Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural** – O programa estimula a leitura de obras literárias que abordam temas como direitos humanos, identidade, gênero e meio ambiente, contribuindo para a meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.
- **Monitoramento e Avaliação de Impacto** – O ProLEE realiza avaliações periódicas sobre os avanços na competência leitora e escritora dos estudantes, subsidiando políticas públicas baseadas em evidências, fortalecendo a governança educacional e o cumprimento do ODS 4 de forma sistêmica.

8.10 Venezuela

Rede de Bibliotecas Digitais Escolares – Criada pelo Ministério da Educação, garante acesso offline a conteúdos educativos em regiões com baixa conectividade, promovendo equidade e inclusão, alinhada às metas 4.1 e 4.a do ODS (Venezuela, 2025).

Ações desenvolvidas a partir da implementação da “Rede de Bibliotecas Digitais Escolares” e alinhadas ao ODS 4 da Agenda 2030:

- **Acesso Offline a Conteúdos Educativos Digitais** – A rede disponibiliza acervos digitais (livros, vídeos, materiais pedagógicos) por meio de servidores locais instalados nas escolas, permitindo o acesso mesmo sem conexão à internet. Essa ação contribui para a meta 4.1, ao garantir aprendizagem contínua e equitativa, especialmente em zonas rurais e periféricas.
- **Formação de Docentes e Bibliotecários Digitais** – O programa oferece capacitação para professores e técnicos escolares no uso e curadoria de conteúdos digitais, promovendo competência informacional e pedagógica, diretamente alinhado à meta 4.c, que trata da formação de profissionais qualificados.
- **Integração das Bibliotecas Digitais ao Currículo Escolar** – As bibliotecas digitais são utilizadas como ferramentas de apoio ao ensino-aprendizagem, com conteúdo alinhado aos planos de estudo nacionais, fortalecendo a meta 4.a, que busca garantir ambientes de aprendizagem eficazes e tecnologicamente adequados.
- **Promoção da Leitura Crítica e da Cidadania Digital** – A rede incentiva o uso de materiais que abordam temas como direitos humanos, identidade cultural, meio ambiente e soberania tecnológica, contribuindo para a meta 4.7, que trata da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.

- **Redução das Desigualdades Regionais no Acesso à Informação** – Ao priorizar escolas em regiões com baixa conectividade, a rede atua como instrumento de inclusão digital e educacional, promovendo equidade, em consonância com a meta 4.5, que visa eliminar disparidades no acesso à educação.

8.11 Ações adotadas frente as metas estabelecidas pelo ODS 4

A análise das redes de bibliotecas sul-americanas à luz do ODS 4 exige uma abordagem crítica que vá além da descrição institucional, considerando os contextos sociopolíticos e as assimetrias regionais que impactam o acesso e a permanência na educação de qualidade. Nesta seção, serão examinadas as articulações interbibliotecárias, as políticas públicas envolvidas e os mecanismos de cooperação que buscam alinhar as práticas bibliotecárias aos princípios de inclusão, equidade e aprendizagem ao longo da vida promovidos pela Agenda 2030.

8.11.1 Breve análise contextual das redes de bibliotecas sul-americanas frente as metas do ODS 4

A análise dos dados organizados a partir dos quadros a seguir (18 a 21), e, articulados com informações do CERLALC-SIRBI e da CEPAL, apresenta um panorama complexo e multifacetado sobre os avanços e desafios das redes de bibliotecas escolares sul-americanas à luz do ODS 4 da Agenda 2030.

Conforme apresenta o Sistema Ibero-americano de Redes Nacionais de Bibliotecas atualmente na América do Sul, existe um movimento que busca a cooperação intergovernamental entre os responsáveis por sistemas bibliotecários públicos e escolares, em *pról* do intercâmbio de experiências e o fortalecimento institucional em nível regional (CERLALC-SIRBI, 2024).

Essa estrutura regional explica por que países como Argentina, Chile e Uruguai se destacam nos quadros 18 e 19 com elevado grau de articulação nacional, formação técnica, uso de tecnologia educacional e integração curricular. Em particular, o uso do software Aguapey na Argentina e o modelo digital vinculado ao Plan Ceibal no Uruguai representam níveis avançados de inovação tecnológica e de aprendizagem integrada, corroborando os critérios definidos pelo SIRBI para boas práticas bibliotecárias.

Ainda, os relatórios da CEPAL evidenciam que a região enfrenta uma encruzilhada na concretização do ODS 4, pois, mesmo antes da pandemia, a maioria das metas ainda não estavam asseguradas e o progresso vinha desacelerando. Dados regionais revelam que muitos países reduziram investimentos em educação entre 2015 e 2019, resultando em retrocessos no acesso, na equidade e na qualidade dos aprendizados (CEPAL, 2025).

Esse contexto macroeducacional ajuda a compreender por que Bolívia, Brasil, Peru, Equador e Paraguai apresentam lacunas significativas nas metas 4.a (infraestrutura) e 4.c (formação de profissionais e cultura informacional), conforme indicam os quadros 16, 17, 18 e 19 (CEPAL, 2025).

Quadro 16 – Cumprimento das Metas do ODS 4 por País: Ações Bibliotecárias em Rede³³

Metas ODS 4	4.1	4.5	4.7	4.a	4.c
Argentina	✓	■	✓	□	✓
Bolívia	✓	✓	✓	□	✓
Brasil	✓	□	✓	✓	✓
Colômbia	✓	✓	✓	✓	✓
Chile	✓	✓	✓	✓	□
Equador	✓	✓	✓	✓	✓
Paraguai	✓	✓	✓	✓	□
Peru	✓	✓	✓	✓	✓
Uruguai	✓	□	✓	✓	✓
Venezuela	✓	✓	✓	✓	✓

Legenda: ✓ Plenamente contempladas - □ Parcialmente contempladas - ■ Não contempladas

Fonte: CEPAL (2025). Elaborado pelo autor, 2025.

³³ Salienta-se que, no presente quadro, não foram abordadas todas as metas previstas no ODS 4, mas apenas aquelas identificadas a partir da análise dos documentos examinados.

4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, com resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.5 – Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir igualdade de acesso a todos os níveis de ensino e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.

4.7 – Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável. Isso inclui educação para a sustentabilidade, direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural.

4.a – Construir e melhorar instalações educacionais que sejam inclusivas, seguras, não violentas e sensíveis às necessidades de crianças, pessoas com deficiência e questões de gênero.

4.c – Aumentar substancialmente o número de professores qualificados, especialmente nos países em desenvolvimento, por meio de cooperação internacional para formação docente.

O Quadro 16 evidencia que Colômbia, Equador, Peru e Venezuela demonstram maior consistência no atendimento às metas 4.1, 4.5, 4.7, 4.a e 4.c. Esses resultados indicam um estágio mais avançado de aprofundamento e/ou de maturidade institucional desses países, associado a processos de mobilização social orientados à priorização de recursos em favor de uma educação inclusiva e de qualidade. Em contrapartida, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai apresentam cumprimento parcial das metas, sobretudo nas dimensões relacionadas à infraestrutura escolar e às práticas voltadas à igualdade de gênero, o que converge com a análise regional da CEPAL acerca da persistência de obstáculos estruturais para o pleno alcance das metas do ODS 4 (CEPAL, 2025).

Quadro 17 – Avaliação das Aderências e Lacunas das Metas do ODS 4 em Redes de Bibliotecas Escolares na América do Sul

País	Convergências	Divergências / Omissões	Observações Relevantes
Argentina	4.1, 4.7, 4.c	4.5 e 4.a ausentes na prática	Foco institucional na BNM, mas falta aplicação territorial ampla de inclusão e infraestrutura.
Bolívia	4.1, 4.5, 4.7, 4.c	4.a não destacada nas iniciativas	Legislação robusta; ausência de ênfase em infraestrutura física nos projetos executados.
Brasil	4.1, 4.7, 4.a, 4.c	4.5 não aparece explicitamente em iniciativas	Forte alinhamento estrutural; inclusão social aparece mais em políticas do que em ações documentadas.
Colômbia	4.1, 4.5, 4.a, 4.c	Legislação omite 4.7, mas prática a contempla	Exemplo de onde a prática inovadora supera a rigidez da base legal.
Chile	4.1, 4.5, 4.7, 4.a	4.c não explicitada nas iniciativas	Forte integração curricular; formação docente pode estar diluída em ações indiretas.
Equador	4.1, 4.5, 4.7, 4.a	4.c ausente na legislação, mas presente na prática	Modelo de Quito inclui formação técnica, mas sem respaldo legislativo nacional claro.
Paraguai	4.1, 4.5, 4.7	4.a omitida na legislação; 4.c não aparece nas ações	Projeto local inovador que supera as ausências formais.
Peru	4.1, 4.5, 4.7, 4.a	4.c ausente na legislação, mas presente na prática	Ações de avaliação e diagnóstico apontam lacunas que vêm sendo preenchidas.
Uruguai	4.1, 4.5, 4.7	4.a ausente da base legal; prática cobre essa lacuna	Sistema educativo avançado com foco pedagógico e digital.
Venezuela	4.1, 4.5, 4.7, 4.a	4.c não prevista formalmente, mas aparece nas ações	Rede digital escolar compensa fragilidades legais com ações inovadoras de campo.

Fonte: CEPAL (2025). Elaborado pelo autor (2025).

O Quadro 17 aprofunda a análise ao mostrar as divergências entre legislação vigente e a implementação prática. A Argentina, por exemplo, embora estruturada em 4.1, 4.7 e 4.c, carece de ações específicas para 4.5 e 4.a, um

hiato coerente com o diagnóstico de que normas não se traduzem automaticamente em transformação social. Situação semelhante se observa na Bolívia e no Equador, onde a legislação bilíngue promove o respeito à diversidade, mas falta investimento em infraestrutura (CEPAL, 2025).

Quadro 18 – Comparativo: Ações Bibliotecárias e Metas do ODS 4 na América do Sul

País	Iniciativa de Referência	Metas ODS 4 Atendidas	Abrangência	Destaque / Inovação
Argentina	Programa BERA	4.1, 4.c, 4.7	Nacional	Rede federativa articulada à Biblioteca Nacional de Maestros (BNM).
Bolívia	Lei Avelino Siñani Elizardo Pérez	4.1, 4.5, 4.c, 4.7	Nacional	Bibliotecas escolares interculturais e bilíngues.
Brasil	SNBE (Lei 14.837/2024)	4.1, 4.a, 4.c, 4.7	Nacional	Lei que garante bibliotecas com acervo mínimo e acessibilidade.
Colômbia	¡Pásate a la biblioteca escolar!	4.1, 4.5, 4.a, 4.c, 4.7	Nacional + Local	Formação de comunidades de leitura e espaços reconfigurados.
Chile	Rede CRA	4.1, 4.5, 4.a, 4.7	Nacional	Bibliotecas integradas ao currículo e acessíveis digitalmente.
Equador	Modelo de Gestão de Quito	4.1, 4.5, 4.a, 4.c, 4.7	Municipal com impacto nacional	Ambientes de leitura inclusivos e com diversidade linguística.
Paraguai	Projeto Vivendo Livros Latino-Americanos	4.1, 4.5, 4.a, 4.7	Local (Tríplice Fronteira)	Biblioteca bilíngue (espanhol/guarani) com participação comunitária.
Peru	Avaliação Nacional do ODS 4 (UNESCO + IEP)	4.1, 4.5, 4.a, 4.c, 4.7	Nacional	Diagnóstico e recomendações sobre infraestrutura e leitura.
Uruguai	ProLEE	4.1, 4.a, 4.c, 4.7	Nacional	Uso pedagógico das bibliotecas com avaliação de impacto.
Venezuela	Rede de Bibliotecas Digitais Escolares	4.1, 4.5, 4.a, 4.c, 4.7	Nacional	Acesso a conteúdos offline com inclusão digital e cidadania.

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 18 oferece uma visão comparativa das iniciativas nacionais. O Programa BERA (Argentina) e a Rede CRA (Chile) ilustram modelos de larga escala com abrangência nacional e adoção de tecnologias, alinhados aos preceitos do SIRBI fomento regional. Já o SNBE (Brasil), instituído pela Lei 14.837/2024, representa conquista legislativa, mas ainda demanda esforço para efetivação da formação técnica e da integração curricular, conforme aponta o

quadro. O Projeto Vivendo Livros Latino-Americanos (Paraguai), embora regional, evidencia que iniciativas localizadas podem gerar inovações educativas relevantes, sobretudo no tocante à inclusão cultural e bilinguismo.

Quadro 19 – Bibliotecas Escolares em rede na América do Sul: similaridades, diferenças e integração curricular

País	Programa / Iniciativa	Articulação Nacional	Formação Técnica	Uso de Tecnologia	Integração Curricular
Argentina	BERA (Bibliotecas Escolares de la República Argentina)	Alta – redes federativas e coordenação nacional	Sim – capacitação contínua	Sim – software Aguapey	Sim – alinhado a políticas de leitura
Bolívia	Sem programa nacional estruturado, ações orientadas a partir da Lei Avelino Siñani – Elizardo Pérez.	Baixa	Limitada	Pontual	Parcial
Brasil	PNBE (descontinuado), SNBE (Lei 14.837/2024) em implementação.	Média – ações pontuais do MEC	Limitada – política nacional para bibliotecários escolares em implementação.	Parcial – plataformas digitais emergentes	Parcial – foco em distribuição de livros
Chile	CRA (Centros de Recursos para el Aprendizaje)	Alta – presente em todas as escolas públicas	Sim – formação docente e bibliotecária	Sim – recursos digitais e físicos	Sim – apoio direto ao currículo
Colômbia	Red Nacional de Bibliotecas Escolares	Média	Em expansão	Sim – bibliotecas digitais	Parcial – foco em acesso à leitura
Equador	Plan Nacional del Libro y la Lectura	Baixa	Limitada	Pontual	Parcial
Paraguai	Rede de Bibliotecas Escolares (incipiente)	Baixa	Limitada	Pontual	Parcial
Peru	Programa de Bibliotecas Escolares	Média	Em desenvolvimento	Sim – acervos digitais	Parcial
Uruguai	Plan Ceibal + Bibliotecas Escolares	Alta – integração com política digital	Sim – formação contínua	Sim – forte ênfase digital	Sim – foco em competências digitais e leitura
Venezuela	Red de Bibliotecas Escolares y Comunitarias	Média	Limitada	Parcial	Parcial

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 19, por sua vez, revela padrões distintos de desenvolvimento institucional. Países longevos no SIRBI como Argentina, Chile e Uruguai apresentam alto grau de articulação, formação contínua, uso efetivo de tecnologias e plena integração curricular, uma combinação raramente alcançada por Bolívia, Equador ou Paraguai, que ainda trilham caminhos pontuais e de menor escala. O Brasil, apesar das bases legais, carece ainda de implementação sistemática e de fortalecimento da cultura curricular das bibliotecas, conforme registrada em sistemas escolares latino-americanos (CERLALC-SIRBI, 2025).

Em síntese, a implementação das metas do ODS 4 nas redes de bibliotecas escolares da América do Sul é marcada por uma dualidade entre, de

um lado, modelos avançados, e frequentemente referenciados pelo SIRBI e pela CEPAL, de articulação técnica e inclusão digital; e, de outro, sistemas em consolidação que esbarram em limitações econômicas, desigualdades territoriais e baixa capacidade de integração curricular. Como enfatiza a CEPAL (2025), “é necessário promover transformações profundas no rumo das políticas e da alocação de recursos para a educação”, especialmente no que tange à formação de recursos humanos, infraestrutura escolar e acesso equitativo ao aprendizado informatizado.

8.11.2 Interseções e dissonâncias nas políticas bibliotecárias escolares da América do Sul

Este tópico apresenta uma análise comparativa das ações e inferências educacionais, culturais e informacionais dirigidas às redes de bibliotecas escolares públicas em dez países da América do Sul, com base no grau de alinhamento dessas iniciativas às metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da ONU. Os dados empíricos, organizados nos quadros 16, 17, 18 e 19, oferecem um panorama consistente sobre os esforços institucionais para promover equidade, qualidade e inclusão no âmbito da educação básica, por meio das práticas bibliotecárias implementadas em diferentes contextos nacionais.

A análise conjunta desses indicadores revela avanços notáveis em articulação federativa, inovação curricular e uso de tecnologias educacionais, embora persista um quadro de limitações estruturais, com desigualdades na formação profissional e na integração das bibliotecas ao projeto pedagógico escolar. Conforme ressalta Castro Filho (2018, p. 370), “a biblioteca escolar deve fazer parte do movimento social que busca efetivar as políticas públicas educacionais e culturais”, assumindo papel estratégico para a concretização dos objetivos da Agenda 2030.

A consolidação das políticas públicas para bibliotecas escolares na América do Sul mostra-se crucial para alcançar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade preconizada pelo ODS 4. O Quadro 16 evidencia que nem todos os países apresentam teoricamente pleno atendimento às cinco metas centrais (4.1, 4.5, 4.7, 4.a e 4.c) e desta feita, neste contexto, será necessário percorrer

um longo caminho para o alcance de bons resultados na maioria dos países analisados.

A Argentina, por exemplo, apresenta um vácuo na evidência de dados para as metas 4.5 e 4.a, o que pode indicar limitações metodológicas na coleta ou representação desses indicadores, apesar do programa BERA se configurar como um dos mais estruturados da região, com articulação federativa e vínculo direto à Biblioteca Nacional de Maestros (Argentina, 2024).

O Quadro 17 aprofunda a análise qualitativa das aderências e lacunas, destacando que todos os países atendem, ao menos parcialmente, às metas do ODS 4. No Brasil, a promulgação da Lei nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), configura marco normativo importante, embora sua implementação esteja em fase inicial (Brasil, 2024b). O Projeto Vivendo Livros Latino-Americanos no Paraguai, apesar de ser uma iniciativa local na Tríplice Fronteira, se destaca pela abordagem bilíngue e pela participação comunitária, evidenciando como a descentralização pode fortalecer a qualidade educacional em contextos culturais específicos (Paraguai, 2023).

Na análise das dimensões de articulação, formação, tecnologia e integração curricular (Quadros de 18 e 19), Argentina, Chile e Uruguai destacam-se por uma articulação nacional sólida, formação técnica continuada, uso sistemático de tecnologias educacionais e forte integração curricular (Argentina, 2024; Chile, 2023; Uruguai, 2024). A padronização técnica do programa BERA, com o uso do software Aguapey, e a integração do modelo digital do Plan Ceibal no Uruguai são exemplos que ilustram essas capacidades.

Por outro lado, Bolívia, Equador e Paraguai enfrentam desafios institucionais, com articulação ainda incipiente e uso limitado de tecnologia, embora apresentem ações que promovem inclusão e valorização da diversidade cultural (Bolívia, 2022; Equador, 2022; Paraguai, 2023). A Bolívia, com sua legislação bilíngue e intercultural (Lei Avelino Siñani – Elizardo Pérez), demonstra compromisso com a equidade, mesmo diante de limitações tecnológicas (Bolívia, 2022).

No Brasil, apesar do reconhecimento legal das bibliotecas escolares, há fragilidades na formação profissional e na articulação com o currículo, indicando um histórico de desempenho regular nos índices de leitura e do acesso à informação (Brasil, 2024a). Já Colômbia e Peru avançam progressivamente: a

Colômbia, com a iniciativa ¡Pásate a la biblioteca escolar!, promove reconfiguração dos espaços e formação de comunidades de leitura (Colombia, 2023), enquanto o Peru apresenta diagnósticos consistentes para modernização da rede, apoiados por cooperação internacional (Peru, 2023).

Por fim, a Venezuela destaca-se pela implementação de redes digitais escolares e pelo acesso a conteúdo offline, iniciativas fundamentais para promover a inclusão digital e garantir o direito à leitura em contextos adversos (Venezuela, 2023).

De modo geral, observa-se convergência na valorização da meta 4.1, educação básica de qualidade, reconhecendo as bibliotecas escolares como aliadas centrais para seu alcance. As principais divergências concentram-se na dimensão tecnológica, onde poucos países conseguiram implementar políticas sustentáveis, integradas e universalizadas para o uso pedagógico da informação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da complexidade constitutiva da sociedade informacional, e considerando os dados empíricos levantados nesta tese, é possível afirmar que o cenário contemporâneo revela avanços qualitativos significativos no plano informacional e tecnológico, os quais coexistem, de modo contraditório, com processos persistentes de estagnação e até de retrocesso na qualificação da educação pública. Os dados analisados foram obtidos a partir de sítios oficiais dos países investigados e de plataformas supranacionais dotadas de reconhecimento e legitimidade junto à comunidade científica internacional, tais como a ONU, a UNESCO e a OCDE.

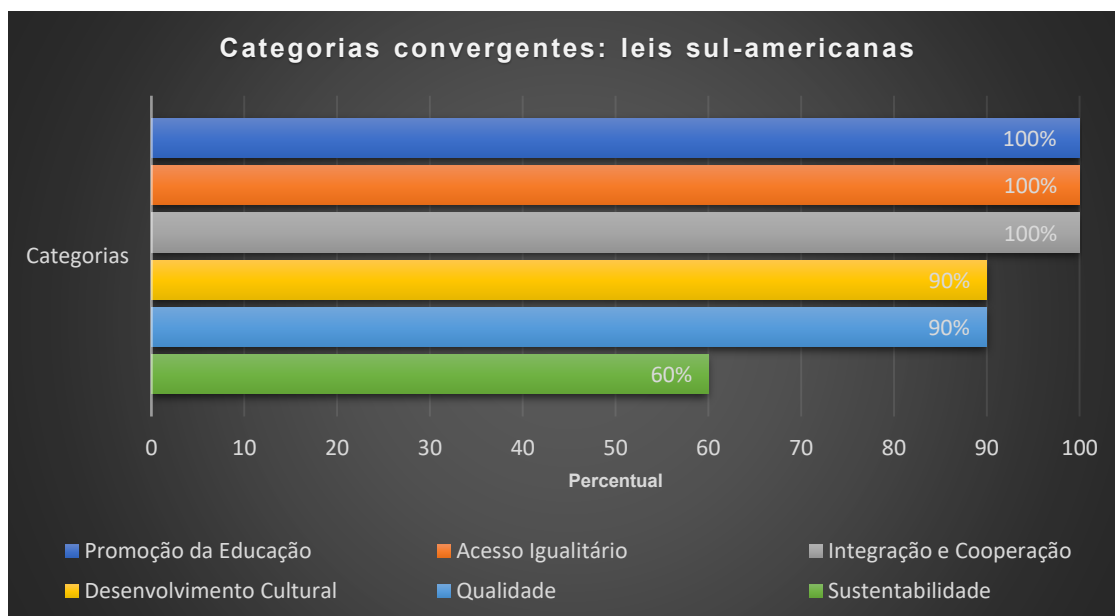
Embora tais instâncias sustentem um discurso de neutralidade e imparcialidade na produção e difusão de informações, é fundamental reconhecer que toda produção científica é atravessada por intencionalidades, interesses e condicionantes históricos e políticos. Não obstante, esta tese não se propôs a problematizar as intencionalidades subjacentes às fontes institucionais analisadas, tampouco os interesses dos grupos sociais que estas representam. Optou-se, portanto, por concentrar a análise no cruzamento sistemático dos

dados e informações apresentados nos relatórios examinados, deixando a investigação de suas possíveis intenções implícitas para estudos futuros.

Na fase exploratória da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), como demonstrado nos documentos que constam no apêndice desta tese, revelou, a escassez de publicações científicas que tratam de forma direta e articulada do tema central desta tese: redes de bibliotecas escolares públicas em países da América do Sul vinculadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030. Ainda que diversos documentos abordem aspectos gerais da biblioteca escolar pública, observa-se que o conceito de rede colaborativa entre bibliotecas permanece pouco explorado na literatura da Ciência da Informação. Além disso, a articulação teórica e metodológica desses sistemas à agenda global de desenvolvimento sustentável é praticamente inexistente.

A predominância de estudos voltados à caracterização pedagógica da biblioteca escolar e à formação de leitores evidencia uma lacuna importante nas discussões acadêmicas sobre governança informacional, interconectividade e institucionalização das bibliotecas em rede. A análise dos materiais recuperados permitiu identificar que apenas um artigo científico aborda o eixo temático de forma objetiva e integrada, desenvolvido por Silva e Castro Filho (2023). Nesse estudo, os autores propõem uma reflexão crítica sobre a atuação das bibliotecas escolares públicas em rede como estratégias concretas para a realização do ODS 4, destacando seu potencial como agentes difusores de educação equitativa, inclusão informacional e sustentabilidade educacional. A partir deste contexto realizamos uma análise minuciosa das leis nacionais desenvolvidas por cada país pesquisado afim de suprir a lacuna de estudos inexistentes em língua portuguesa.

A análise das legislações educacionais dos países sul-americanos permitiu identificar padrões normativos que se repetem com elevada frequência e que se relacionam diretamente aos princípios da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, especialmente à meta do ODS 4. O gráfico apresentado ilustra a presença de categorias recorrentes nos marcos legais regionais, e suas respectivas taxas de convergência, evidenciando o compromisso institucional em torno de núcleos estruturantes da educação pública.

Gráfico 7 – Categorias convergentes: leis sul-americanas (maior frequência)

Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

As categorias com 100% de incidência nas legislações, Promoção da Educação, Acesso Igualitário e Integração e Cooperação, apontam para um consenso regional em torno da universalização do ensino, da equidade no acesso e da articulação interinstitucional como pilares fundamentais do desenvolvimento educacional. Esta convergência demonstra que os países sul-americanos compartilham preocupações comuns quanto à superação das desigualdades históricas e à construção de sistemas educacionais mais integrados e democráticos (UNESCO, 2023a; CEPAL, 2025).

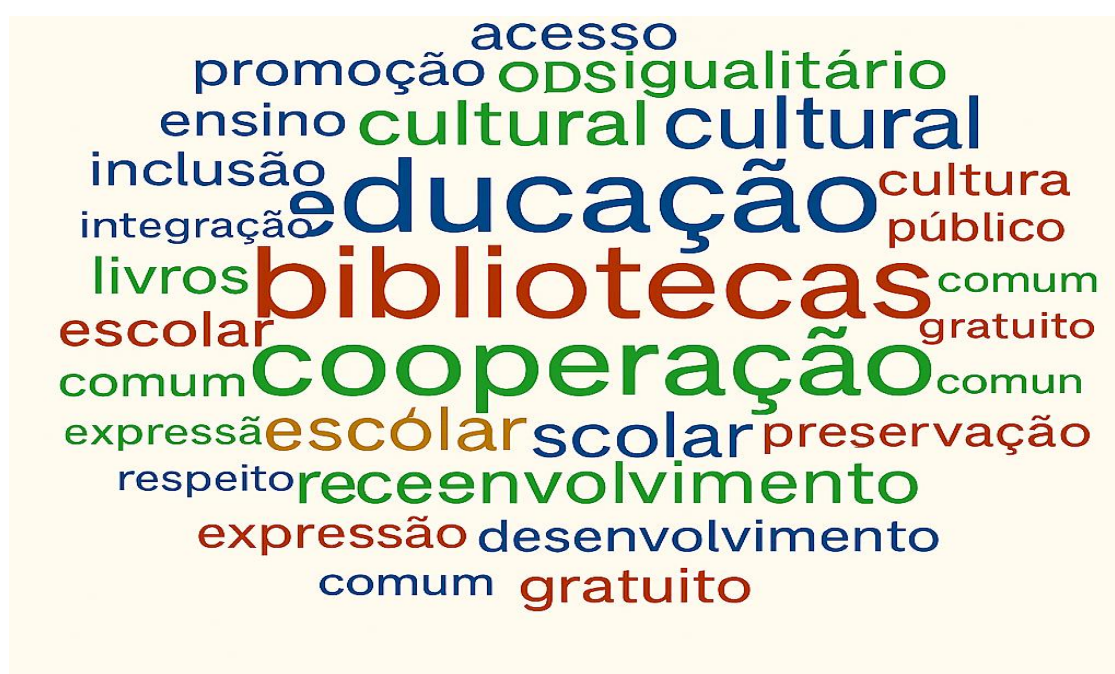
O Desenvolvimento Cultural e a Qualidade, com 90% de ocorrência nas legislações analisadas, refletem a valorização da educação como promotora de identidade, memória coletiva e aprimoramento pedagógico. Já a categoria Sustentabilidade, presente em 60% das normativas, indica que, embora reconhecida como eixo estruturante da Agenda 2030, ainda enfrenta dificuldades de tradução prática nos sistemas legislativos educacionais da região. Esse dado revela uma lacuna importante no alinhamento das políticas públicas com os compromissos globais de educação para o desenvolvimento sustentável.

No contexto desta tese, essas categorias encontraram interseção direta com o papel das bibliotecas escolares públicas, especialmente enquanto estruturas mediadoras da informação, da leitura e da cultura. A alta taxa de convergência nas dimensões de promoção educacional e acesso igualitário

reforça o entendimento de que as bibliotecas não apenas complementam o currículo escolar, mas atuam como agentes estratégicos de inclusão informacional e equidade educacional.

A presença da integração e cooperação como categoria unânime nas legislações também sustenta a tese de que redes de bibliotecas escolares públicas devem ser fortalecidas como parte das políticas educacionais. Essas redes não só favorecem o intercâmbio de boas práticas e recursos pedagógicos, mas também possibilitam a construção de ambientes colaborativos que superam as limitações territoriais e estruturais das unidades escolares isoladas.

Figura 35 – Categorias elencadas frente as legislações sul-americanas – Pontos convergentes



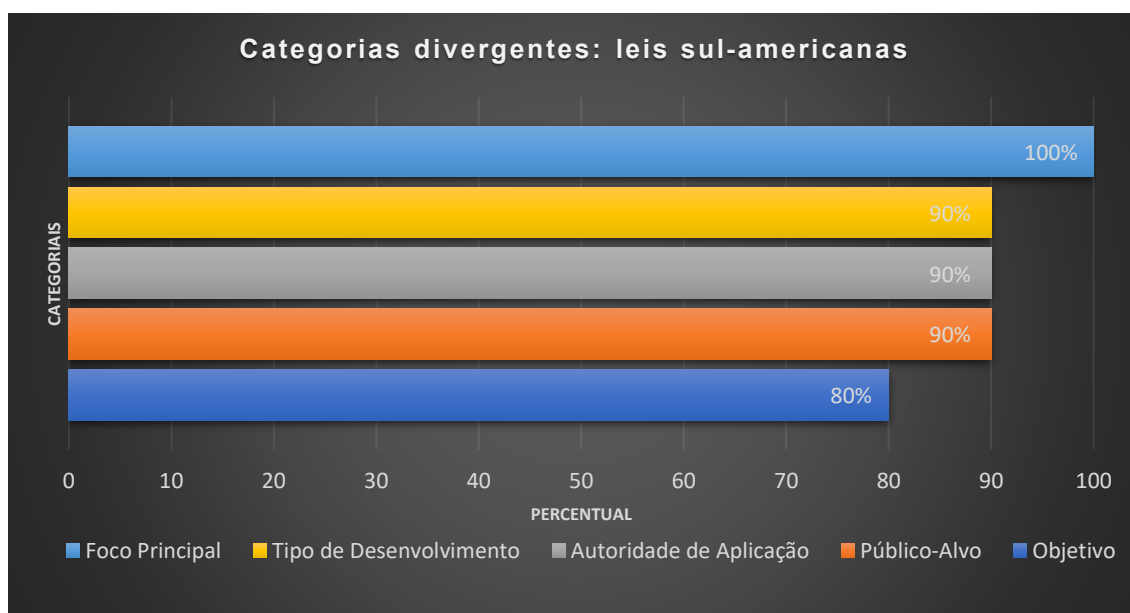
Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

Entende-se, portanto, que os dados do gráfico corroboram a necessidade de ampliação das políticas de leitura e informação, com ênfase na constituição de redes bibliotecárias escolares como instrumentos para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países sul-americanos com a Agenda 2030. A implementação plena do ODS 4 passa, necessariamente, pela valorização da biblioteca escolar como espaço de cidadania, cultura e sustentabilidade educacional.

A figura, extraída dos dados levantados na própria pesquisa, demonstra as nuances legislativas compartilhadas pelos países sul-americanos, revelando um pacto regional implícito em torno da educação como eixo de desenvolvimento e justiça social. As categorias convergentes como promoção da educação, acesso igualitário, integração institucional, qualidade, cultura e sustentabilidade, expressam diretrizes que reforçam o papel estratégico das bibliotecas escolares públicas enquanto espaços mediadores entre política educacional e inclusão informacional. Ao reconhecer a biblioteca como agente formativo e socializador, os marcos legais indicam um modelo educativo alinhado à Agenda 2030, no qual a constituição de redes bibliotecárias escolares torna-se chave para a consolidação de sistemas democráticos, críticos e culturalmente sustentáveis.

Diferentemente dos pontos de convergência observados nas legislações sul-americanas, o gráfico, a seguir, evidencia categorias em que há alta variação normativa entre os países da região, revelando fragmentações conceituais e operacionais que impactam diretamente a efetividade das políticas públicas de educação e, por extensão, das bibliotecas escolares públicas.

Gráfico 8 – Categorias divergentes: leis sul-americanas (maior frequência)



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

As divergências mais acentuadas concentram-se nos seguintes aspectos: foco principal (100%), tipo de desenvolvimento (90%), autoridade de aplicação (90%), público-alvo (90%) e objetivo (80%). Esses dados indicam que, embora

os países compartilhem diretrizes gerais de promoção educacional, divergem significativamente quanto à finalidade das políticas, aos sujeitos priorizados, à natureza dos projetos educacionais (social, tecnológico, sustentável, comunitário, etc.) e à centralização ou descentralização administrativa das ações implementadas.

Essa diversidade, embora revele a riqueza das especificidades culturais e institucionais da região, também impõe desafios à integração de políticas interinstitucionais e à articulação em rede das bibliotecas escolares públicas. A ausência de uniformidade em aspectos como definição de público-alvo e atribuição de autoridade gestora compromete a construção de modelos colaborativos regionais, capazes de atender às demandas transversais da Agenda 2030.

Além disso, a divergência quanto aos objetivos das normativas indica que as bibliotecas escolares não ocupam o mesmo papel estratégico em todos os países, sendo, em alguns casos, vistas apenas como recursos complementares e não como estruturas centrais à mediação pedagógica e cultural. Essa perspectiva limitada restringe o potencial emancipador das bibliotecas no enfrentamento das desigualdades educacionais e informacionais.

A fragmentação das abordagens reforça, portanto, a necessidade de marcos legais integradores, que reconheçam a diversidade regional sem sacrificar a construção de parâmetros comuns. A constituição de redes de bibliotecas escolares públicas exige um mínimo de convergência conceitual e institucional, capaz de sustentar projetos interligados que tenham como princípio a equidade, a cooperação e a valorização da cultura informacional. Além disso, a ausência de diretrizes unificadoras tende a acentuar disparidades no acesso aos recursos e serviços informacionais, comprometendo a efetividade de políticas educacionais que visem à redução das desigualdades. Dessa forma, a integração normativa e a articulação intergovernamental constituem elementos essenciais para fortalecer a função social das bibliotecas escolares como espaços de aprendizagem, inclusão e formação cidadã.

Figura 36 – Categorias elencadas frente as legislações sul-americanas – Pontos divergentes



Fonte: Dados da própria pesquisa. Elaborado pelo autor, 2025.

A figura apresentada sintetiza, por meio de uma nuvem de categorias, os eixos terminológicos em que predominam divergências conceituais nas legislações educacionais sul-americanas, evidenciando o grau de dispersão normativa entre os países. Termos como foco principal, tipo de desenvolvimento, autoridade gestora, objetivo e público-alvo revelam heterogeneidades que impactam diretamente a articulação de políticas educacionais integradas, especialmente no tocante à estruturação de redes de bibliotecas escolares públicas. Essa fragmentação semântica compromete a consolidação de estratégias regionais cooperativas, uma vez que os diferentes entendimentos sobre os propósitos da biblioteca, os sujeitos beneficiários e as atribuições institucionais dificultam a criação de referenciais comuns para sua inserção nos sistemas educacionais.

Do ponto de vista teórico, tal cenário demanda uma leitura crítica sobre os limites da normatização educacional frente aos compromissos da Agenda 2030. Embora a diversidade conceitual possa expressar dinâmicas culturais locais legítimas, sua falta de convergência compromete a efetivação de ações colaborativas em escala continental. A biblioteca escolar pública, quando compreendida como agente estruturante da educação, exige marcos legais que articulem desenvolvimento cultural, inclusão informacional e governança

democrática. Assim, a figura não apenas aponta divergências lexicais, mas sinaliza a urgência de reconfigurar a arquitetura política e conceitual das legislações para garantir sistemas educativos mais justos, conectados e socialmente sustentáveis.

Os dados apresentados na presente tese demandam reflexões amplas e aprofundadas acerca das diferentes possibilidades de formação de redes informacionais e de seus desdobramentos socioculturais, educacionais e políticos, na medida em que a própria ideia de rede constitui um elemento estruturante das dinâmicas sociais contemporâneas. O primeiro passo consiste no reconhecimento de que não há um modelo único de rede, mas, ao contrário, múltiplas formas de articulação e organização social, as quais se configuram de maneira contingente, relacional e historicamente situada.

Nesse sentido, as redes informacionais podem assumir configurações diversas (locais ou globais, estatais ou civis, hierárquicas ou horizontais) refletindo tanto as transformações espaciais e técnicas do território quanto a fluidez e a instabilidade das relações sociais na modernidade tardia ou líquida. Tais redes expressam, ainda, a crise dos grandes metarrelatos e a multiplicidade de jogos de linguagem próprios da condição pós-moderna, bem como as formas contemporâneas de produção, poder e cooperação imaterial que atravessam as redes globais de comunicação e conhecimento. Assim, as redes informacionais não apenas organizam fluxos de informação, mas também materializam disputas simbólicas, políticas e institucionais que incidem diretamente sobre os processos educacionais e sobre a formulação e implementação de políticas públicas que incluem neste contexto as redes de bibliotecas escolares públicas.

A relação entre redes bem estruturadas de bibliotecas escolares públicas e indicadores positivos de desempenho educacional foi evidenciada em países como Chile e Uruguai. No entanto, essa correlação não é determinista, como demonstrado pelo caso da Argentina: embora conte com uma sólida rede nacional (os Centros de Recursos para a Aprendizagem – CRAs) e possua um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país obteve resultados apenas medianos na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Tal fato indica que a eficácia das redes depende não apenas da sua existência formal, mas também da sua efetividade prática, integração curricular e capacidade de mediação pedagógica.

Outro elemento identificado foi o excesso de burocracia presente nos sistemas educacionais e culturais de alguns países, o que compromete a agilidade e a funcionalidade das redes escolares. Muitos dispõem de um vasto arcabouço legislativo e normativo que, em teoria, daria suporte à estruturação de redes de bibliotecas escolares públicas, mas que, na prática, se revela inoperante e anacrônico, gerando sistemas morosos, descolados das agendas populares e das reais necessidades das comunidades escolares. O que se observa, por vezes, é a figura de gigantes normativos com pés de barro.

Por outro lado, modelos mais simples e descentralizados, com uma legislação geral e normas locais bem articuladas, tendem a ser mais responsivos às demandas da população, promovendo maior capilaridade e impacto social. A tese demonstrou que a combinação entre normatização mínima, financiamento adequado, gestão compartilhada e valorização dos profissionais da educação e da biblioteconomia pode constituir um diferencial nos processos de desenvolvimento de redes eficientes.

A principal contribuição desta tese foi oferecer uma sistematização inédita das ações em rede desenvolvidas na América do Sul, reunindo dados empíricos, experiências institucionais e propostas de articulação regional. Instrumentalizou-se os interessados sobre as possibilidades de atuação intersetorial, os fóruns existentes e os modelos viáveis de desenvolvimento de redes informacionais sustentáveis.

No caso do Brasil, país de dimensões continentais e marcado por desigualdades regionais, a proposta que emerge é a de um modelo dual e contínuo: de um lado, a atuação do governo federal, oferecendo suporte técnico, financeiro e normativo à constituição de redes locais; de outro, a iniciativa dos estados, municípios e do Distrito Federal em estruturar redes próprias, a partir de suas realidades e necessidades específicas, com vistas ao futuro desenvolvimento de redes estaduais ou nacionais. Essa articulação ascendente e descendente representa um caminho viável para a construção de uma política pública sistêmica, flexível e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia de. Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 10 No 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231176531.pdf> . Acesso em: 18/04/2024.

ANEP (Administração Nacional de Educação Pública). **Programa de Leitura e Escrita – ProLEE**. Montevideu: ANEP, 2020. Disponível em: <https://www.dgeip.edu.uy>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ANNA, Jorge Santa; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Associação de bibliotecários e a agenda 2030: a contribuição social das bibliotecas no estado de minas gerais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 509-530, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150576>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ARGENTINA. Ministério da Justiça. **Leis Argentinas**. Buenos Aires. 2024. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa>. Acesso em: 01 out. 2024.

ARGENTINA. **Ley n.º 25.446, de 17 de julio de 2001**. Política de Fomento del Libro y la Lectura. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 2001.

ARGENTINA. **Ley n.º 26.058, de 9 de agosto de 2005**. Educación Técnico Profesional. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 2005.

ARGENTINA. **Ley n.º 26.206, de 14 de diciembre de 2006**. Ley de Educación Nacional. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 2006.

ARGENTINA. **Ley n.º 26.917, de 3 de diciembre de 2013**. Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares y Unidades de Información Educativas. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 2013.

ARGENTINA. Ministerio de Educación. **Portal oficial del Ministerio de Educación de la Nación Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Educación, 2024. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/educacion>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ARGENTINA. Biblioteca Nacional De Maestros. **Programa BERA – Redes Federales**. 2024. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/redes_federales/bera/ . Acesso em: 14 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**: GNI per capita (current US\$). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BARBOSA, Eliana Terra. Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha – ES. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 826-839, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1919>. Acesso em: 29 out. 2021.

BARBOSA, Eliana Terra; MATA, Marta Leandro da; PEREIRA, Gleice; MOREIRA, Tennessy Mnemosyne Sena. Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de vila velha – es. **Páginas A&B**,

Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. 14, p. 112-132, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/152827>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BARBOSA, Eliana Terra; PEREIRA, Gleice. Redes de bibliotecas escolares brasileiras: contribuições no processo educativo. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 34-45, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/140533>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2021.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 259-272, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4MJnWFvzJJMtfwrv4FqVtWJ/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BOLÍVIA. **Ley n.º 70, de 20 de diciembre de 2010**. Ley de la Educación Avelino Siñani – Elizardo Pérez. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2010. Disponível em: <https://www.minedu.gob.bo/>. Acesso em: 10 out. 2023

BOLÍVIA. **Ley Nº 366, de 23 de abril de 2013**. Ley del Libro y la Lectura “Oscar Alfaro”. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2013. Disponível em: <https://www.minedu.gob.bo/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BOLÍVIA. Ministério da Educação. **Documentos normativos**. La Paz. 2024. Disponível em: https://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=categories&id=89&Itemid=933. Acesso em: 01 out. 2024.

BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Bibliotecário: um essencial mediador de leitura**. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 205–218.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 135/2024. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2024. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/662348/CF88_EC135_separata.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Site Oficial**. Brasília. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 9 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e dispor

sobre a universalização das bibliotecas escolares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 abr. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/instituido-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares>. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Notas à imprensa**. Brasília. 2024c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa . Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes metodológicas:** elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais comparativos sobre fatores de risco e prognóstico [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 93 p. ISBN 978-65-5993-021-0. Disponível em: [DIRETRIZES METODOLÓGICAS – Ministério da Saúde](#). Acesso em: 07 jul. 2024.

CAMILLO, Everton da Silva. **Políticas públicas do livro e leitura:** dimensões, critérios e ações para efetivar a Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2022. Disponível em: [Repositório Institucional da UNESP](#). Acesso em: 20 jul. 2024.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da agenda 2030: o que há por trás?. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 25, p. 1-23, 2020. DOI: [10.5007/1518-2924.2020.e68384](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e68384). Acesso em: 20 set. 2021.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Bibliotecas escolares no interior do estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1422> . Acesso em: 18/04/2025.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de ribeirão preto. **Biblionline**, v. 13, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37527>. Acesso em: 18/04/2024.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 28., 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: FEBAB, 2019.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; JESUS, Miriam Fernandes. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 12, p. 88-107, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127709>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional:** função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAMPELLO, Bernadete Santos (Comp.). **Biblioteca escolar:** conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

CARDOSO, Aline Casagrande Rosso. **O Papel Da Biblioteca Escolar Na Formação De Leitores Na Rede Pública Municipal De Criciúma (SC)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3496>. Acesso em: 06 jan. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Rede de bibliotecas escolares em Portugal: um programa modelo. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 3, 2018a. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38058](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38058) Acesso em: 17 mar. 2021.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na chave da biblioteca escolar. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 355-372, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931> . Acesso em: 18/04/2025.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Agenda 2030 en América Latina y el Caribe**: Plataforma de monitoreo regional de los ODS. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/es>. Acesso em: 01 jan. 2025.

CERLALC – CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Agenda de políticas públicas de leitura**: plano iberoamericano de lectura. Colômbia: ILÍMITA, 2004. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2024.

CERLALC – CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **SIRBI – Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas**. Bogotá: CERLALC-SIRBI, 2024. Disponível em: <https://cerlalc.org/pt-br/sirbi/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

CERRÃO, Daniela; CASTRO, Luciana; JESUS, Simone. Revisão sistemática da literatura: fundamentos metodológicos e aplicações práticas. **Revista de Pesquisa e Informação em Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, p. 34–50, 2018.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Mary Del Priore. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial, 1999.

CHILE. Biblioteca do Congresso Nacional. **Lei Nacionais Chilenas**. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/> . Acesso em 01. Out. 2024.

CHILE. **Ley n.º 19.227, de 23 de septiembre de 1993**. Fomento del Libro y la Lectura. Diario Oficial de la República de Chile, Santiago, 1993.

CHILE. **Ley n.º 19.928, de 17 de febrero de 2003**. Fortalecimiento del Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Diario Oficial de la República de Chile, Santiago, 2003.

CHILE. **Ley n.º 20.370, de 12 de septiembre de 2009.** Ley General de Educación. Diario Oficial de la República de Chile, Santiago, 2009.

CHILE. Ministerio de Educación. **Site Oficial.** 2024. Disponível em: <https://www.mineduc.cl/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CHILE. Ministerio de Educación. **Bibliotecas CRA – Centro de Recursos para el Aprendizaje.** 2024b. Disponível em: <https://bibliotecas-cra.cl/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COLÔMBIA. **Ley n.º 115, de 8 de febrero de 1994.** Ley General de Educación. Diario Oficial de la República de Colombia, Bogotá, 1994.

COLÔMBIA. **Ley n.º 1379, de 15 de enero de 2010.** Ley de Bibliotecas. Diario Oficial de la República de Colombia, Bogotá, 2010.

COLÔMBIA. Ministério Educação. **Sistema único de informação normativa.** Bogotá. 2024a. Disponível em: <https://www.suin-juriscol.gov.co/legislacion/normatividad.html>. Acesso em: 01 out. 2024.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **¡Pásate a la Biblioteca Escolar!** 2024b. Disponível em: <https://www.mineducacion.gov.co/1759/w3-printer-363232.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CÓRDOVA, José. Políticas públicas de leitura: uma abordagem crítica. **Revista Ciência da Informação**, v. 38, n. 2, p. 15–25, 2009.

CORTEZ, Mariana. Viviendo libros latinoamericanos en la Triple Frontera: experiencia en las bibliotecas escolares. **Revista Tekohá**, Universidad Nacional de Misiones, n. 6, p. 33–43, nov. 2016. Disponível em: <https://rid.unam.edu.ar/handle/20.500.12219/3603>. Acesso em: 14 fev. 2025.

COSTA, Guilherme Fani Oliveira Machado da; SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele. Bibliotecas públicas e escolares: similaridades, enganos e possibilidades. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 10, n., 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/225906>. Acesso 27/12/2024.

COSTA, Valéria Souza da. **A aplicação da Lei nº 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói:** situação e perspectivas das bibliotecas escolares. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11085/VALERIA%20SOUZA%20DA%20COSTA%20-%20Versao%20Final%202016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jan. 2024.

CRUZ, Danilo Uzêda da. Os governos da Frente Amplio no Uruguai: entre o Estado desenvolvimentista e o neoliberalismo à esquerda. **Revista Sul-Americana de Ciência Política, Pelotas**, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/27044>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CUENCA, Ricardo; URRUTIA, Carlos; REÁTEGUI, Luciana; PÉREZ, Alejandro. **Evaluación a nivel de Sistema Nacional:** Los avances del Perú hacia el ODS 4. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; UNESCO, 2021. Disponível em: <https://iep.pe/estudios-y-proyectos/evaluacion-a-nivel-de-sistema-nacional-los->

[avances-del-peru-hacia-el-ods-4-educacion-de-calidad-para-todos-y-todas/](#) . Acesso em: 10 mar. 2025.

DEL ÁLAMO, Oscar. **La democracia en Perú (1980–2010): un balance de ciclos, oportunidades y desafíos**. Encrucijada Americana, Santiago, v. 3, n. 2, p. 46–61, set. 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7130152.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

EQUADOR. **Ley Orgánica de Educación Intercultural, publicada en el Registro Oficial Suplemento n.º 417 de 31 de marzo de 2011**. Quito, 2011.

EQUADOR. **Ley Orgánica de Cultura – LOC, n. 913, de 30 de dezembro de 2016**. Diário Oficial Suplemento n. 913. Quito. 2016.

EQUADOR. Ministério da Educação. **Documentos legais e normativas**. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/documentos-legales-y-normativos/>. Acesso em: 01 out. 2024.

FERNANDES, Eurico da Silva. **A “invenção” do Paraguai: história, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870–1935)**. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <https://www.perspectivashistoricas.com.br/eurico-fernandes-invencao-paraguai>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FIORAVANTE, Eliane; CUNHA, Miriam Ferreira Vieira. As competências do bibliotecário em uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52219](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52219) Acesso em: 05 abr. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Estratégias de busca em bases de dados científicas: conceitos e aplicações para revisão sistemática da literatura. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 23-35, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**; tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp. 1991. - (Biblioteca básica)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008. 200 p.
GRAEFF, Caroline Bianca. A Constituição equatoriana de 2008 e o neoconstitucionalismo transformador. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 8, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1582> . Acesso em: 10 jul. 2024.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. Prática de lectura en Brasil. Un análisis del PNLL desde la comunicación. **La Trama de la Comunicación**. Volumen 19. Páginas 015 a 027.

QUITARRARA, Paloma. **América do Sul**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-sul.html>. Acesso em: 23 set. 2024.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Record, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875–1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Site Países**. 2024. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/> . Acesso em: 17 jul. 2024.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. Tradução: Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. Haia: IFLA, 2016a. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

IFLA-UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO**: as bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030. 2016b. Disponível em: www.ifla.org/libraries-development. Acesso em: 01 ago. 2021.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados> . Acesso em: 28 nov. 2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html> . Acesso em: 28 jun. 2024.

JESUS, Miriam Fernandes; ARAUJO, Leda Maria; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. **Rede de bibliotecas escolares**: características. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais** [...] XX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/122388> . Acesso em: 18/04/2024.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Alan Freire de. Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal - diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares. **Informação@Profissões**, v. 12, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/49083> . Acesso em: 18/04/2024.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de, CAMPELLO, Bernardete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Biblioteca**

Escolar Em Revista, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.113284>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LOPES, Leonardo Montes; SOUZA, Renata Junqueira de. Biblioteca escolar no contexto do projeto palavras andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil.

Biblioteca Escolar em Revista, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/203812> . Acesso em: 18/04/2024.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

MAHN-LOT, Marianne. **A conquista da América Espanhola**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Biblioteca escolar e os usuários especiais: O profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4216>. Acesso em 12 set. de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAROTO, Lucia Helena(Org.). **Biblioteca escolar eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica editora, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **Pesquisa Qualitativa**: Um Instigante Desafio. 2. Ed. São Paulo: Veras Editora, 2012.

MENDES, Lucas; PORTO, Morena Pereira; FIORAVANTE, Eliane Feldmann; EGGERT-STEINDEL, Gisela; FIORAVANTE, Eliane. Conceito de redes de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões. **Informação & Informação**, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44003/0> . Acesso em: 18/04/2024.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. - 20ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. 350p.

MOTA, Rachel Bragança de Carvalho. **Análise Do Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (Ideb) 2017**: Fonte de informação para pesquisas em biblioteca escolar e de Acesso à Internet nas escolas públicas da rede estadual de Montes Claros. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/f94f7ff5-2e21-4b2d-afb7-debb5979c624/> . Acesso em: 06 jan. 2024.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Resultados do PISA 2022**: o desempenho dos alunos em leitura, matemática e ciências. Paris: OCDE, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2022-results.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). **América Latina e Caribe**. 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/regions/latin-america-and-the-caribbean.html>. Acesso em: 13 jul. 2024.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de DUARTE, David Wesley Amado; revisão técnica e introdução de MATTAR, João. **EaD em Foco**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2019. DOI: [10.18264/eadf.v9i1.748](https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748). Disponível em: [EaD em Foco – CECIERJ](#). Acesso em: 15 abr. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 01 jan. 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plataforma Agenda 2030**: acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PARAGUAI. Ministério da Educação e Cultura. **Leis e normas**. Disponível em: <https://www.csj.gov.py/legislacion>. Acesso em: 01 out. 2024.

PARAGUAI. **Ley n.º 24, de 28 de noviembre de 1991**. Promoción de la lectura. Gaceta Oficial del Paraguay, Asunción, 1991.

PARAGUAI. **Ley n.º 1.264, de 4 de diciembre de 1998**. Ley General de Educación. Gaceta Oficial del Paraguay, Asunción, 1998.

PARAGUAI. **Ley n.º 5.035, de 6 de agosto de 2013**. Ley de Bibliotecas Públicas. Gaceta Oficial del Paraguay, Asunción, 2013.

PARAGUAI. **Ley n.º 7.140, de 20 de abril de 2023**. Ley de Fomento al Libro y la Lectura. Gaceta Oficial del Paraguay, Asunción, 2023.

PEREIRA, Elaine Passos. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil**: Um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do Município de Niterói. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3482774. Acesso em: 06 jan. 2024.

PEREIRA, Elizângela; FIORAVANTE, Eliane Feldmann; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8756506>. Acesso em : 18/04/2024.

PERU. **Ley n.º 28.044, de 28 de julio de 2003**. Ley General de Educación. Diario Oficial El Peruano, Lima, 2003a.

PERU. **Ley nº 28.086 de 10 de octubre de 2003.** Ley de democratización del libro y de fomento de la lectura. Lima: El Peruano, 2003b. Disponível em: <https://www.bnp.gob.pe/normas-legales/ley-28086.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PERU. **Ley n.º 30.091, de 22 de julio de 2013.** Ley del Libro. Diario Oficial El Peruano, Lima, 2013.

PERU. **Ley n.º 30.570, de 6 de abril de 2017.** Ley General de la Biblioteca Nacional del Perú. Diario Oficial El Peruano, Lima, 2017.

PERU. **Ley n.º 31.053, de 10 de enero de 2020.** Ley que reconoce y promueve el derecho a la lectura y promueve el libro. Diario Oficial El Peruano, Lima, 2020.

PERU. Ministério da Educação. **Normas e documentos legais.** 2024. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minedu/normas-legales> . Acesso em: 01 out. 2024.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024:** Quebrando as barreiras do desenvolvimento humano. Nova Iorque: PNUD, 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

QUESADA, Gabriela. **Situación actual de las bibliotecas escolares.** Bibliotecas Escolares Uruguay, 2019. Disponível em: <https://bibliotecasesco.wordpress.com>. Acesso em: 13 jul. 2024.

RAUSCH, Gisela Ariana. Extractivismo y modelo agroexportador en Argentina: el caso de la Hidrovía Paraguay-Paraná. **Revista Transporte y Territorio**, n. 25, p. 1–25, 2021. Disponível em: revistascientificas.filo.uba.ar. Acesso em: 10 set. 2024.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bzwPCxGPDnyNmclR8yt7kDH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Gildenir Carolino dos; AMARAL, Sérgio Ferreira do. Rede de conhecimento digital (bednet): metodologia para a construção da rede de bibliotecas escolares digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1544>. Acesso em: 05 mai. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2025.

SANTOS, Pedro Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6 n. 2, n. 2, 2018. Disponível: DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688> . Acesso em: 18/04/2024.

SILVA, Paulo Renato da. Uma historiografia sobre a “falta”: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954–1989). **Revista de História**, São Paulo, n. 177, p. 01–28, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.127742. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127742>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, Wellington Santos. **Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca**: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/246020>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, Wellington Santos; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul. **Revista EDICIC**, v. 3, n. 4, 2023. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/239>. Acesso em: 18/04/2024.

SITEAL – SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE AS TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA. **Impactos da pandemia sobre a educação na América Latina**. Buenos Aires: IIPE UNESCO, 2021.

SITEAL – SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE AS TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA - (UNESCO). **Portal SITEAL – Tendências Educativas na América Latina**. Buenos Aires: IIPE UNESCO – OEI, 2024. Disponível em: <https://www.siteal.iiep.unesco.org>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUSA ARAÚJO, Thiago Matias; JÚNIOR, Amarílio Ferreira. O modelo educativo plurinacional da Bolívia: educação regular e organização curricular. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 3, p. 87-108, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amarilio-Ferreira-Jr/publication/358780152_O_modelo_educativo_plurinacional_da_Bolivia_educacao_regular_e_organizacao_curricular/links/622625a897401151d204ab2c/O-modelo-educativo-plurinacional-da-Bolivia-educacao-regular-e-organizacao-curricular.pdf. Acesso em: 18/12/2024.

SOUZA, Francisco das Chagas de. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações Durkheimianas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, v. 8, n. 16, p. 20–40, 2003. DOI: 10.5007/1518-2924.2003v8n16p20. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n16p20>. Acesso em: 07/09/2025.

SPOSOB, Gustavo. América do Sul. **Enciclopédia Humanidades**, 2024. Disponível em: <https://humanidades.com.br/america-do-sul/>. Acesso em: 5 de Agosto de 2024.

SUSIN, Maria Otília Kroeff; MENDONÇA, Juliana. As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 115, e99391, 2021. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692021000100301&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 09 jan. 2025.

TICKNER, Arlene Beth. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9–41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/rwTYjJdcGrnzGjx6r3n46ww/> . Acesso em: 10 jul. 2024.

UFSCAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Revisão Bibliográfica Sistemática [curso online]**. São Carlos: PoCA – Portal de Cursos Abertos da UFSCar, 2023. Carga horária: 12h. Disponível em: <https://cursos.poca.ufscar.br/course/search.php?search=Revis%C3%A3o+sistem%C3%A1tica+> . Acesso em: 14 dez. 2023.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Inclusão e educação**: todos, sem exceção – Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América Latina e Caribe. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582> . Acesso em: 6 jul. 2024.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório Global de Monitoramento da Educação**. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Building inclusive knowledge societies: a review of UNESCO's action in support of libraries**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/> . Acesso em: 13 jul. 2025.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório de monitoramento global da educação 2023: tecnologia na educação – uma ferramenta a serviço de quem?** Paris: UNESCO, 2023a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por . Acesso em: 18 jul. 2024.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Education for the People, the Planet, Prosperity and Peace**. Paris: UNESCO, 2023b.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Diversidade das expressões culturais**: centros de categoria 2. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/creativity/es/partnerships/category-2-centers> . Acesso em: 02 fev. 2025.

URUGUAI. **Ley n.º 15.913, de 28 de octubre de 1987**. Fomento del Libro y la Lectura. Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, 1987.

URUGUAI. **Ley n.º 18.437, de 12 de diciembre de 2008**. Ley General de Educación. Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, 2009a.

URUGUAI. **Ley n.º 18.632, de 15 de febrero de 2009**. Instituye el Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo, 2009b.

URUGUAI. **Decreto n. 198/014, de 10 de julho de 2014**. Transfere a Biblioteca Infantil para a Administração Nacional de Educação Pública. *Diario Oficial*, Montevideu, 2014.

URUGUAI. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos e leis**. 2024. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes>. Acesso em: 01 out. 2024.

URUGUAI. Administración Nacional de Educación Pública. **Programa de Lectura y Escritura en Español (ProLEE)**. Montevideu: ANEP, 2025. Disponível em: <https://www.anep.edu.uy/codicen/politicas-linguisticas/prolee> . Acesso em: 14 jan. 2025.

VENEZUELA. **Ley sobre Protección y Defensa del Patrimonio Cultural, de 3 de octubre de 1977**. Gaceta Oficial de la República de Venezuela, Caracas, 1977.

VENEZUELA. **Ley de Fomento de la Lectura, de 15 de octubre de 1993. Gaceta Oficial de la República de Venezuela, Caracas, 1993**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, Caracas, 1993.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Educación, de 15 de agosto de 2009**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, Caracas, 2009.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Leis e normas**. 2024. Caracas. Disponível em: <https://venezuela.justia.com/federales/leyes/> . Acesso em: 01 out. 2024.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Biblioteca Digital – Red de Bibliotecas Digitales Escolares**. Caracas. 2025. Disponível em: <https://www.mppe.gob.ve/biblioteca-digital/> . Acesso em: 14 jan. 2025.

VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/354>. Acesso em: 18/04/2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL)

Este protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é uma adaptação do modelo desenvolvido por Camillo (2022), em sua tese de doutorado intitulada “Políticas Públicas do Livro e Leitura: dimensões, critérios e ações para efetivar a Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura” sendo estruturada em três etapas principais:

- (a) Planejamento;
- (b) Condução;
- (c) Extração dos dados.

A – PLANEJAMENTO

1. Estrutura do planejamento

A estrutura do planejamento contempla 17 elementos, organizados em subtópicos identificados pelas letras de 1 a 17, conforme os parâmetros metodológicos clássicos da área de Ciência da Informação e da abordagem de Bardin (2021) para análise de conteúdo.

2. Objetivo da RSL

Investigar a produção científica da Ciência da Informação, entre os anos de 2015 e 2023, que discute redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul, com foco em suas relações com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030, evidenciando práticas colaborativas, desafios estruturais e contribuições teóricas da área.

3. Questões da pesquisa

- Quais autores se dedicam ao estudo sobre redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul?
- Que tipos de documentos compõem essa produção científica?
- Quais objetivos norteiam essas investigações?
- Quais são os métodos e abordagens adotados?
- Quais resultados e conclusões são apresentados?

- Quais práticas e intervenções são propostas?

4. Aspectos analisados na intervenção de observação

- Autoria.
- Canal de publicação
- Ano de publicação
- Tipos de publicação
- Objetivo do estudo
- Método utilizado no estudo
- Resultado obtido com o estudo
- Conclusão do estudo

5. Grupo de controle

O grupo de controle consiste no conjunto de documentos que fornece os termos sinônimos de um termo principal. Os sinônimos são usados com a finalidade de montar distintas estratégias de busca para serem empregadas no momento da condução da RSL.

Neste recorte específico, foram recuperados documentos científicos a partir de uma busca exploratória realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A estratégia adotada consistiu na inserção dos termos ‘biblioteca escolar pública’ no campo ‘Título’ e o termo ‘rede’ no campo ‘Todos’, combinados por meio do operador booleano AND. Não foram aplicados filtros adicionais quanto a data, idioma ou área temática.

Em seguida, as pesquisas no próximo quadro foram recuperadas e selecionadas aleatoriamente, com base em seus títulos, independentemente da área de concentração onde foram defendidas. Tal ação objetivou a compilação de termos sinônimos ao de “biblioteca escolar pública em rede”. Isso foi importante para que as estratégias de busca adotadas na RSL, montadas com o termo principal e seus sinônimos, possibilitassem a recuperação exaustiva de trabalhos na temática de políticas públicas do livro e leitura, contudo apenas na área de Ciência da Informação.

Base de dados: BDTD
• Estratégia de busca: (Título=biblioteca escolar pública AND Todos=rede)
Data da busca: 06/01/2024
Cardoso, Aline Casagrande Rosso. O Papel Da Biblioteca Escolar Na Formação De Leitores Na Rede Pública Municipal De Criciúma (SC) . 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC,

Criciúma, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3496>. Acesso em: 06 jan. 2024.

COSTA, Valéria Souza da. **A aplicação da Lei nº 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói: situação e perspectivas das bibliotecas escolares.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11085/VALERIA%20SOUZA%20DA%20COSTA%20-%20Versao%20Final%202016.pdf?sequence=1> . Acesso em: 06 jan. 2024.

MOTA, Rachel Bragança de Carvalho. **Análise Do Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (Ideb) 2017: Fonte de informação para pesquisas em biblioteca escolar e de Acesso à Internet nas escolas públicas da rede estadual de Montes Claros.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/f94f7ff5-2e21-4b2d-afb7-debb5979c624/> . Acesso em: 06 jan. 2024.

PEREIRA, Elaine Passos. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: Um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do Município de Niterói.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3482774 . Acesso em: 06 jan. 2024.

6. Resultados esperados

- Obter um panorama sistematizado das redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul.
- Identificar ações, práticas e propostas alinhadas ao ODS 4 e à Agenda 2030.
- Evidenciar as linhas temáticas mais recorrentes e seus respectivos aprofundamentos teóricos.

7. Aplicabilidade da RSL

Mensurar as linhas temáticas dominantes na produção científica da Ciência da Informação, gerando insumos para futuras pesquisas, formulação de políticas públicas e tomada de decisão estratégica.

8. Fontes de informação

- **Pré-selecionadas:** BRAPCI (<https://brapci.inf.br>) e BDTD (<https://bdtd.ibict.br>)
- **Definitivas:** Todas as fontes listadas, sem exclusões justificáveis.

9. Idioma das buscas

As buscas foram conduzidas exclusivamente em língua portuguesa, priorizando trabalhos publicados no Brasil.

10. Palavras-chave Adotadas

As palavras-chave são oriundas dos registros do grupo de controle (ordem alfabética):

- Agenda 2030
- América do Sul
- Biblioteca escolar
- Biblioteca escolar pública
- Biblioteca escolar pública em rede
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ODS 4
- Rede
- Redes de biblioteca pública
- Sustentabilidade

11. Estratégia de Seleção

A seleção preliminar dos trabalhos será baseada na leitura do título, resumo e palavras-chave, priorizando aqueles cujo foco principal seja a biblioteca escolar pública em rede na América do Sul e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030. Os estudos selecionados passarão por uma triagem de qualidade.

12. Critério de Qualidade

Serão considerados válidos os estudos que abordem a formação de redes de bibliotecas escolares públicas referenciando ODS 4 da Agenda 2030 no contexto sul-americano e que integrem a literatura da Ciência da Informação, sejam teses, dissertações, artigos ou trabalhos de evento.

13. Critérios de Inclusão

Serão incluídos os estudos que:

- Apresentarem vínculo direto com o tema central da RSL.

- Sejam documentos científicos completos (teses, dissertações, artigos, etc.).
- Tenham sido publicados entre 2015 e 2023.
- Sejam escritos em português, mesmo quando o país estudado for diferente do Brasil.

14. Critérios de Exclusão

Serão excluídos os estudos que:

- Não abordem o tema de bibliotecas escolares públicas em rede na América do Sul e o ODS 4.
- Sejam inacessíveis ou não disponíveis na web.
- Não pertençam ao campo da Ciência da Informação.
- Apresentem apenas caracterização física da biblioteca, sem perspectiva de rede ou colaboração interinstitucional.

15. Estratégias de Busca

BRAPCI

- Campo “Todos” ativado.
- Termos compostos cruzados manualmente.
- Busca simples, sem operadores booleanos.

BDTD

- Campos separados: “Título” e “Todos”.
- Operador booleano AND e/ou OR entre termos.
- Seleção restrita a programas de pós-graduação em Ciência da Informação.
- Apenas trabalhos em português

16. Extração de Dados

A extração será feita a partir da leitura das seções de:

- Introdução
- Metodologia
- Resultados
- Considerações Finais

17. Validação Metodológica

A análise será conduzida segundo a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2021), com foco na categorização temática, combinando codificação a priori e emergente, conforme os dados recuperados. Será aplicada triangulação metodológica (FLICK, 2009) para garantir consistência analítica entre os dados empíricos, referenciais teóricos e categorias interpretativas.

B – CONDUÇÃO DA RSL

As buscas foram realizadas na BRAPCI e na BDTD em língua portuguesa com as palavras-chave vistas na subseção A.10. Os trabalhos recuperados foram submetidos aos critérios de qualidade, inclusão e exclusão dispostos respectivamente nas subseções 12, 13 e 14 da seção “Planejamento”.

1. Buscas na BRAPCI

Nesta subseção consta o registro das 9 (nove) buscas realizadas na fonte BRAPCI. Retornaram 15 estudos científicos pertinentes e inéditos nas buscas.

BRAPCI

Busca - 01

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública em Rede na América do Sul	
Estratégia de busca	(Todos= (“Biblioteca Escolar Pública em Rede na América do Sul”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	1	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	1	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	() Sim	(X) Não

Busca – 02

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública em Rede	
Estratégia de busca	(Todos= (Biblioteca Escolar Pública em Rede))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	32	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	6	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 03

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Redes de Bibliotecas Escolares na América do Sul	
Estratégia de busca	(Todos= (Redes de Bibliotecas Escolares na América do Sul))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	1	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 04

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Redes de Bibliotecas Escolares	
Estratégia de busca	(Todos= (Redes de Bibliotecas Escolares))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	36	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	6	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 05

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública na América do Sul em Rede	
Estratégia de busca	(Todos= (Biblioteca Escolar Pública na América do Sul em Rede))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	1	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	() Sim	(X) Não

Busca – 06

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública e a Agenda 2030	
Estratégia de busca	(Todos= (“Biblioteca Escolar Pública em Rede”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	3	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	1	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	(X) Não

Busca – 07

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública e o ODS 4	
Estratégia de busca	(Todos= (Biblioteca Escolar Pública e o ODS 4))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	1	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 08

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública em Rede e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
Estratégia de busca	(Todos= (Biblioteca Escolar Pública e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	2	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	(X) Não

Busca – 09

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública em Rede e Sustentabilidade	
Estratégia de busca	(Todos= (Biblioteca Escolar Pública e Sustentabilidade))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	1	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

2. Buscas na BTDT

Nesta subseção, apresentam-se os registros referentes às 8 (oito) buscas sistemáticas realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). As estratégias de busca foram delineadas com base em critérios de relevância, atualidade e aderência temática ao objeto de estudo. Dentre os resultados obtidos, apenas um único registro atendeu plenamente aos critérios de seleção e qualidade estabelecidos para esta tese, demonstrando coerência metodológica e alinhamento com os pressupostos teóricos adotados.

Busca – 01

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Rede; América do Sul	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“rede”) AND (“América do Sul”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	(X) Não
Duplicado(s)	() Sim	(X) Não

Busca – 02

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Rede	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“rede”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	6	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	1	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	(X) Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 03

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; América do Sul	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“América do Sul”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 04

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Agenda 2030	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“Agenda 2030”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	(X) Sim	() Não
Duplicado(s)	(X) Sim	() Não

Busca – 05

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“objetivo de desenvolvimento sustentável 4”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	() Não
Duplicados	() Sim	() Não

Busca – 06

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; ODS 4	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“ods 4”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	() Não
Duplicado(s)	() Sim	() Não

Busca – 07

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“Agenda 2030”) AND (“objetivos de desenvolvimento sustentável”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	() Não
Duplicado(s)	() Sim	() Não

Busca – 08

Data da busca	10/02/2024	
Palavras-chave	Biblioteca Escolar Pública; Sustentabilidade	
Estratégia de busca	(Título=(“biblioteca escolar pública”) AND (“sustentabilidade”))	
Intervalo temporal	2015-2023	
Quantidade de trabalhos relevantes retornados	0	
Quantidade de trabalhos pertinentes e inéditos por busca	0	
Atende ao critério de qualidade	() Sim	() Não
Duplicado(s)	() Sim	() Não

3 – EXTRAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram extraídos dos trabalhos pertinentes selecionados que receberam o status de “Incluído”. A extração foi feita com base na observação dos itens dispostos no subitem 4 da seção “Planejamento”, a fim de responder às questões do subitem 3 dessa mesma seção. Tais informações foram utilizadas na composição da síntese de revisão.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades . São Paulo: ECA/USP, 2015.
Fonte de Informação / N° da Busca	Repositório USP / Busca 02 (BDTD)
Título do Trabalho	Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades
Tipo de Publicação Científica	Dissertação de Mestrado
Autoria	Viana, Lilian; Pieruccini, Ivete
Canal de Publicação	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação — Escola de Comunicações e Artes da USP
Ano de Publicação	2015
Objetivo do Estudo	Investigar os elementos que qualificam políticas públicas voltadas à criação e ressignificação de bibliotecas escolares, tomando como base a experiência da Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI) de São Bernardo do Campo.
Método Utilizado no Estudo	Estudo qualitativo exploratório, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a gestores e profissionais envolvidos na formulação da Lei nº 12.244/10 e na execução da REBI; análise de documentos oficiais e revisão teórica.
Resultado Obtido com o Estudo	Foram levantadas 13 categorias fundamentais para a implementação efetiva de políticas públicas informacionais: vontade política, protagonismo profissional, tempo político, diálogo entre política e conhecimento, protocolos (implícitos e explícitos), visibilidade, construção de representações, qualificação dos profissionais, formação contínua, instâncias de negociação, avaliação, renovação de política e participação social.
Conclusão do Estudo	A criação de bibliotecas escolares deve ser concebida como um processo político, cultural e educacional que exige planejamento estratégico, atuação profissional crítica e participação ativa da comunidade. A REBI demonstrou que políticas públicas não apenas viabilizam espaços informacionais, mas podem gerar transformações estruturais no papel da biblioteca escolar como ambiente de formação leitora, cidadã e democrática.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto. Biblionline , João Pessoa, v. 13, n. 4, p. 122, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37527
Fonte de Informação / Nº da Busca	Biblionline / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Rede de bibliotecas escolares: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Camillo, Everton da Silva; Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Revista Biblionline — Universidade Federal da Paraíba
Ano de Publicação	2017
Objetivo do Estudo	Investigar a viabilidade de criação de uma rede de bibliotecas escolares no sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto, considerando aspectos históricos, sociais e informacionais da cidade e das unidades escolares envolvidas.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa exploratória, descritiva e quali-quantitativa. Foram realizadas visitas técnicas a quatro escolas da rede municipal, com aplicação de questionários aos responsáveis pelas bibliotecas escolares e observação direta das condições físicas, informacionais e estruturais dos espaços. Também foram realizadas entrevistas com coordenadores de redes do Senac para fins comparativos.
Resultado Obtido com o Estudo	Constatou-se que as bibliotecas escolares visitadas apresentavam infraestrutura precária, ausência de integração entre unidades, falta de planejamento informacional e inexistência de políticas públicas voltadas à articulação em rede. As práticas eram isoladas, sem alinhamento com diretrizes nacionais ou internacionais, e os profissionais atuavam sem formação específica ou apoio técnico adequado.
Conclusão do Estudo	O estudo aponta a urgência de políticas públicas municipais que promovam a articulação das bibliotecas escolares em rede, com base em planejamento estratégico, formação profissional, investimento em infraestrutura e valorização da biblioteca como espaço educacional e cultural. A cidade de Ribeirão Preto, por sua relevância regional, possui potencial para liderar iniciativas inovadoras nesse campo, desde que haja vontade política e compromisso institucional.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	ALMEIDA, Patrícia de. Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação , v. 10, n. 2, p. 256–274, 2017. DOI: 10.26512/rici.v10.n2.2017.2538 .
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Almeida, Patrícia
Canal de Publicação	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação — Universidade de Brasília
Ano de Publicação	2017
Objetivo do Estudo	Analisar criticamente o Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar adotado pela Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal, verificando sua adequação como instrumento de gestão estratégica e sua capacidade de refletir a qualidade dos serviços prestados.
Método Utilizado no Estudo	Estudo de caso qualitativo, com caráter descritivo e analítico. A autora realiza uma análise documental do modelo português, confrontando-o com princípios da gestão estratégica e com a percepção dos usuários e gestores escolares.
Resultado Obtido com o Estudo	O modelo apresenta méritos como padronização e abrangência, mas revela-se pouco flexível e raramente objetivo. Há fragilidade na incorporação da opinião dos usuários e na adaptação às especificidades locais. A avaliação tende a ser centrada em indicadores técnicos, sem considerar suficientemente os contextos pedagógicos e culturais das escolas.
Conclusão do Estudo	Embora útil como referência institucional, o modelo não se mostra plenamente adequado para a gestão estratégica das bibliotecas escolares. A autora defende a necessidade de modelos mais participativos, que incorporem a voz dos usuários, respeitem as singularidades das comunidades escolares e promovam uma cultura de avaliação crítica, reflexiva e orientada à melhoria contínua dos serviços informacionais.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	SANTOS, Pedro Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura. Revista Educação e Cultura Contemporânea , v. 15, n. 37, p. 285–302, 2018. DOI: 10.5935/2238-1279.20180013
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista Educação e Cultura Contemporânea / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Biblioteca escolar e sala de leitura
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Santos, Paulo Sérgio
Canal de Publicação	Revista Educação e Cultura Contemporânea — Universidade Estácio de Sá
Ano de Publicação	2018
Objetivo do Estudo	Discutir o papel da biblioteca escolar e da sala de leitura enquanto espaços pedagógicos de mediação da informação, formação leitora e democratização do conhecimento, com foco na articulação entre práticas escolares e políticas educacionais.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa teórico-reflexiva, com base em revisão bibliográfica crítica de autores da área de educação e biblioteconomia. O estudo também realiza análise de documentos normativos do Ministério da Educação, incluindo diretrizes curriculares e legislações relacionadas ao acesso à leitura no ambiente escolar.
Resultado Obtido com o Estudo	O estudo mostra que há uma distinção funcional e simbólica entre biblioteca escolar e sala de leitura nas escolas públicas. Enquanto a biblioteca tende a ser estruturada como espaço técnico e institucionalizado, a sala de leitura opera como ambiente flexível e mediador entre o currículo e a prática leitora. No entanto, ambas carecem de integração efetiva às práticas pedagógicas, sendo frequentemente subutilizadas.
Conclusão do Estudo	A biblioteca escolar e a sala de leitura devem ser concebidas como ambientes complementares no processo educativo, demandando políticas públicas que reconheçam seu potencial formativo e integrem suas ações ao projeto pedagógico institucional. A mediação informacional nesses espaços contribui para a formação crítica e cidadã, desde que acompanhada por investimentos em recursos humanos, acervo de qualidade e estratégias pedagógicas contextualizadas.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Campinas, v. 16, n. 3, p. 355–372, set./dez. 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i3.8650931 .
Fonte de Informação / Nº da Busca	RDBCI / Busca 05 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	RDBCI — Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Unicamp)
Ano de Publicação	2018
Objetivo do Estudo	Interpretar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 à luz dos parâmetros da biblioteca escolar, propondo articulações entre práticas informacionais e políticas públicas educacionais e culturais.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa exploratória com base em revisão bibliográfica e documental. O autor utiliza diretrizes da IFLA, documentos da ONU e literatura especializada para construir uma análise crítica sobre o papel da biblioteca escolar no contexto do desenvolvimento sustentável.
Resultado Obtido com o Estudo	A biblioteca escolar é reconhecida como espaço estratégico para a promoção dos ODS, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade). O estudo identifica que a biblioteca pode contribuir para o aumento do índice de leitura, formação de competências, criação de experiências compartilhadas e fortalecimento de políticas públicas educacionais e culturais. A articulação entre biblioteca e ODS amplia sua função social e educativa.
Conclusão do Estudo	A biblioteca escolar deve ser integrada às políticas públicas como agente ativo do desenvolvimento sustentável. Sua atuação vai além do espaço físico, tornando-se instrumento de transformação social, cultural e educacional. O estudo conclui que, ao alinhar suas práticas aos ODS, a biblioteca escolar fortalece sua legitimidade institucional e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e informada.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , v. 23, n. 2, p. 206–223, 2018. DOI: 10.24208/racb.v23i2.1422 .
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista ACB / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Camillo, Everton da Silva; Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Revista ACB — Biblioteconomia em Santa Catarina
Ano de Publicação	2018
Objetivo do Estudo	Analisar a situação das bibliotecas escolares do sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto, identificando limitações estruturais, informacionais e políticas que dificultam a formação de uma rede integrada e funcional.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa exploratória, descritiva e de natureza quali-quantitativa. Foram realizadas visitas técnicas a quatro escolas públicas municipais, aplicação de questionários aos responsáveis pelas bibliotecas escolares e observação direta das condições físicas, informacionais e organizacionais dos espaços.
Resultado Obtido com o Estudo	As bibliotecas escolares visitadas apresentaram infraestrutura inadequada, ausência de planejamento informacional, falta de integração entre unidades e inexistência de políticas públicas voltadas à articulação em rede. Os espaços estavam fora dos padrões recomendados pela International Association of School Librarianship, revelando uma realidade de precariedade mesmo em um município com bons indicadores sociais.
Conclusão do Estudo	O estudo evidencia a necessidade urgente de políticas públicas municipais que promovam a articulação das bibliotecas escolares em rede, com investimentos em infraestrutura, formação profissional e planejamento estratégico. A cidade de Ribeirão Preto, apesar de seu potencial socioeconômico, carece de iniciativas que reconheçam a biblioteca escolar como espaço legítimo de formação educacional, cultural e informacional.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo. Informação & Sociedade , v. 28, n. 3, p. 23–34, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38058
Fonte de Informação / N° da Busca	Informação & Sociedade / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Informação & Sociedade — Universidade Federal da Paraíba
Ano de Publicação	2018
Objetivo do Estudo	Apresentar ao público brasileiro os fundamentos, estrutura e ações do Programa de Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) de Portugal, com vistas a inspirar reflexões e práticas sobre a criação de redes de bibliotecas escolares no Brasil.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa exploratória com análise documental e entrevistas. O autor utilizou fontes institucionais portuguesas, documentos oficiais e entrevistas com coordenadores da RBE para compreender o funcionamento e os princípios do programa.
Resultado Obtido com o Estudo	O PRBE é estruturado com base em parcerias interinstitucionais, planejamento estratégico, formação continuada de profissionais e integração curricular. O programa apresenta padrões de qualidade, ações articuladas e forte apoio governamental. O estudo evidenciou que a rede portuguesa promove leitura, inclusão informacional e formação cidadã, sendo reconhecida como política pública consolidada e eficaz.
Conclusão do Estudo	O PRBE representa um modelo inspirador para o Brasil, demonstrando que redes de bibliotecas escolares podem ser sustentadas por políticas públicas bem estruturadas, com gestão colaborativa e foco na formação integral do cidadão. O estudo conclui que a experiência portuguesa oferece subsídios teóricos e práticos para a formulação de redes escolares brasileiras, desde que adaptadas às realidades locais e acompanhadas de investimento e planejamento contínuo.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	JESUS, Miriam Fernandes de; ARAÚJO, Leda Maria; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: características. Revista Informação & Sociedade , v. 29, n. 3, p. 1–18, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n3.46578
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista Informação & Sociedade / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Rede de bibliotecas escolares: características
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Jesus, Maria Fernanda; Araújo, Luciana Maria; Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Revista Informação & Sociedade — Universidade Federal da Paraíba
Ano de Publicação	2019
Objetivo do Estudo	Identificar e sistematizar as principais características que definem uma rede de bibliotecas escolares, com base em experiências brasileiras e internacionais, visando contribuir para a consolidação de modelos cooperativos e sustentáveis no contexto educacional.
Método Utilizado no Estudo	Revisão bibliográfica e análise documental de experiências institucionais. O estudo se apoia em fontes nacionais e internacionais, incluindo documentos oficiais, relatórios técnicos e literatura especializada sobre redes informacionais e gestão educacional.
Resultado Obtido com o Estudo	Foram identificadas características essenciais para a constituição de redes escolares: planejamento estratégico, articulação interinstitucional, definição de objetivos comuns, compartilhamento de recursos, formação continuada de profissionais, avaliação sistemática, presença de coordenação central e inserção em políticas públicas. O estudo também destaca a importância da cultura colaborativa e da gestão democrática para o sucesso das redes.
Conclusão do Estudo	As redes de bibliotecas escolares representam uma alternativa viável e eficaz para superar o isolamento institucional e promover a democratização do acesso à informação. A consolidação dessas redes depende de políticas públicas consistentes, investimento em infraestrutura, valorização profissional e integração com os projetos pedagógicos das escolas. O estudo reforça que redes bem estruturadas fortalecem a função educacional da biblioteca escolar.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	CAMILLO, Everton da Silva; JESUS, Miriam Fernandes de; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas , 3ª série, n. 12, p. 88–107, 2019. Disponível em: Páginas a&b - Universidade do Porto
Fonte de Informação / Nº da Busca	Páginas a&b / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Camillo, Everton da Silva; Jesus, Miriam Fernandes de; Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Páginas a&b — Universidade do Porto
Ano de Publicação	2019
Objetivo do Estudo	Compreender como são estruturados os recursos humanos, físicos, financeiros e informacionais para garantir a funcionalidade de uma rede de bibliotecas escolares, a partir da análise de discursos institucionais e experiências práticas.
Método Utilizado no Estudo	Estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com a coordenadoria de uma rede de bibliotecas escolares na cidade de São Paulo. A análise foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, utilizando categorização temática.
Resultado Obtido com o Estudo	O estudo revelou que atuar em rede exige insumos diversos, humanos, materiais, financeiros e informacionais, para garantir a oferta de serviços de qualidade. A manutenção adequada desses recursos é essencial para o equilíbrio entre as unidades da rede. A pesquisa identificou que a ausência de planejamento e financiamento contínuo compromete a sustentabilidade das redes e limita seu impacto educacional e informacional.
Conclusão do Estudo	A manutenção de recursos é um fator determinante para o sucesso das redes de bibliotecas escolares. O estudo conclui que políticas públicas devem contemplar não apenas a criação das redes, mas também sua sustentação ao longo do tempo, com investimentos regulares, formação de profissionais, gestão colaborativa e avaliação contínua. A rede, quando bem estruturada, promove equidade informacional e fortalece o papel da biblioteca escolar como agente educacional.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	BARBOSA, Eliana Terra; PEREIRA, Gleice. Redes de Bibliotecas Escolares Brasileiras: contribuições no processo educativo. Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas , 3ª série, nº especial, p. 34–45, 2020. DOI: 10.21747/21836671/pag2020a3
Fonte de Informação / Nº da Busca	Páginas a&b / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Redes de Bibliotecas Escolares Brasileiras: contribuições no processo educativo
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Barbosa, Eliana Terra; Pereira, Gleice
Canal de Publicação	Páginas a&b — Universidade do Porto
Ano de Publicação	2020
Objetivo do Estudo	Analisar as dimensões pedagógica e organizacional das redes de bibliotecas escolares brasileiras, com base na literatura em Ciência da Informação e Educação, tendo como referência o projeto piloto da Rede de Bibliotecas Escolares do município de Vila Velha/ES.
Método Utilizado no Estudo	Estudo exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, além da observação da experiência prática da rede municipal de Vila Velha. O referencial teórico inclui diretrizes da IFLA, programas internacionais (Portugal e Chile) e autores como Castells, Campello e Castro Filho.
Resultado Obtido com o Estudo	A implantação do projeto piloto em Vila Velha institucionalizou ações norteadoras para a gestão da rede, como a criação de um setor específico na Secretaria de Educação. A rede passou a contar com coordenação central, planejamento estratégico, formação continuada de bibliotecários e integração com o currículo escolar. O estudo evidenciou que redes bem estruturadas promovem maior eficiência, cooperação profissional e impacto positivo no processo educativo.
Conclusão do Estudo	As redes de bibliotecas escolares brasileiras, quando sustentadas por políticas públicas e gestão estratégica, contribuem significativamente para a melhoria da qualidade educacional. A experiência de Vila Velha demonstra que é possível superar desafios estruturais e pedagógicos por meio da articulação em rede, valorizando a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, cidadania e desenvolvimento informacional.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	MENDES, Lucas; PORTO, Morena Pereira; FIORAVANTE, Eliane; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões. Informação & Informação , Londrina, v. 26, n. 3, p. 423–449, jul./set. 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n3p423
Fonte de Informação / Nº da Busca	Informação & Informação / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Mendes, Lucas; Porto, Morena Pereira; Fioravante, Eliane; Eggert-Steindel, Gisela; Fioravante, Eliane
Canal de Publicação	Informação & Informação — Universidade Estadual de Londrina
Ano de Publicação	2021
Objetivo do Estudo	Identificar e discutir os conceitos de rede de bibliotecas escolares presentes na literatura científica brasileira, com vistas a compreender os fundamentos teóricos que sustentam esse modelo organizacional e suas implicações para a formulação de políticas públicas educacionais.
Método Utilizado no Estudo	Estudo exploratório de natureza básica, com levantamento bibliográfico nas bases BRAPCI e BDTD. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, com leitura flutuante para identificar documentos relevantes e extrair categorias conceituais sobre redes de bibliotecas escolares.
Resultado Obtido com o Estudo	Foram identificadas cinco fontes bibliográficas principais, com 11 citações relevantes sobre o conceito de rede. A análise revelou predominância de abordagens técnicas, voltadas à otimização de recursos financeiros e operacionais. No entanto, também emergiram preocupações com os sujeitos que compõem as redes, profissionais e usuários, e com a dimensão colaborativa e educacional das bibliotecas escolares como espaços de formação e cidadania.
Conclusão do Estudo	O conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura brasileira ainda está em construção, oscilando entre perspectivas técnicas e humanísticas. O estudo propõe que redes sejam compreendidas como estruturas abertas, colaborativas e integradas, capazes de fortalecer a biblioteca escolar como política pública informacional. Os autores sugerem que Santa Catarina pode ser referência na implementação de redes escolares sustentáveis e inclusivas.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	PEREIRA, Elizângela; FIORAVANTE, Eliane; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , v. 27, n. 3, p. 1–19, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n3.46578
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista ACB / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Pereira, Elizângela; Fioravante, Eliane; Eggert-Steindel, Gisela; Fioravante, Eliane
Canal de Publicação	Revista ACB — Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Ano de Publicação	2022
Objetivo do Estudo	Discutir dois cenários distintos de bibliotecas escolares em rede: a experiência da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC), que possui estrutura organizada, e a ausência de rede na Rede Estadual de Santa Catarina, destacando implicações pedagógicas, políticas e estruturais.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais. O estudo utiliza como referencial teórico autores como Castells, Tomaél, Alcará e documentos da IFLA e da Lei nº 12.244/2010.
Resultado Obtido com o Estudo	A Rede Municipal de Florianópolis apresenta avanços significativos, como presença de bibliotecários, inclusão das bibliotecas no Projeto Político Pedagógico e estrutura organizacional definida. Já a Rede Estadual carece de profissionais especializados, estrutura física adequada e reconhecimento institucional. Ambas as realidades revelam que a implementação de redes exige vontade política, recursos e valorização profissional.
Conclusão do Estudo	As redes de bibliotecas escolares são fundamentais para ampliar o acesso à leitura, promover formação cidadã e fortalecer a gestão educacional. O estudo conclui que a universalização das bibliotecas escolares depende de políticas públicas consistentes, com destaque para a necessidade de bibliotecários qualificados e estrutura organizacional clara. A comparação entre os dois cenários evidencia que ainda há muito a avançar para garantir equidade informacional.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	SILVA, Wellington Santos; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul. Revista EDICIC , v. 1, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: Revista EDICIC
Fonte de Informação / Nº da Busca	Revista EDICIC / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Silva, Wellington Santos; Castro Filho, Claudio Marcondes
Canal de Publicação	Revista EDICIC — Encontro da Associação de Educação e Ciência da Informação da América Latina e Caribe
Ano de Publicação	2023
Objetivo do Estudo	Analisar redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul em relação à Agenda 2030 e ao ODS 4, com o intuito de propor um modelo de mensuração e desenvolvimento de ações estruturantes para a formulação de redes sustentáveis no Brasil, aproveitando experiências de países como Chile e Argentina.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa documental de natureza qualitativa, com tipologia exploratória e descritiva. Utilizou-se análise de conteúdo (Bardin) e revisão sistemática da literatura como técnica de coleta de dados. Foram examinados documentos oficiais, relatórios internacionais e experiências práticas de redes escolares sul-americanas.
Resultado Obtido com o Estudo	O estudo identificou que redes de bibliotecas escolares públicas em países como Chile e Argentina apresentam ações estruturantes alinhadas aos ODS, com impacto positivo nos índices de leitura e aprendizagem. No Brasil, há ausência de uma rede nacional consolidada, o que limita a atuação das bibliotecas escolares como agentes de transformação social. A pesquisa propõe diretrizes para superar esse cenário com base nas boas práticas observadas.
Conclusão do Estudo	As redes de bibliotecas escolares públicas são instrumentos estratégicos para a efetivação do ODS 4, promovendo educação inclusiva, equitativa e de qualidade. O estudo conclui que, para o Brasil avançar nesse campo, é necessário implementar políticas públicas estruturadas, com foco na formação de leitores críticos, democratização da informação e valorização da biblioteca como espaço educacional, cultural e cidadão.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	LOPES, Leonardo Montes; SOUZA, Renata Junqueira de. Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil. Biblioteca Escolar em Revista, v. 9, n. 1, p. 1–20, 2023. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2023.203812
Fonte de Informação / Nº da Busca	Biblioteca Escolar em Revista / Busca 01 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Lopes, Leonardo Montes; Souza, Renata Junqueira
Canal de Publicação	Biblioteca Escolar em Revista — Universidade de São Paulo (USP)
Ano de Publicação	2023
Objetivo do Estudo	Analisar o impacto do Projeto Palavras Andantes nas bibliotecas escolares da rede municipal de Londrina-PR, destacando a importância da coletividade e das políticas públicas na formação de leitores e na consolidação da biblioteca como espaço educacional, cultural e informacional.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa qualitativa com abordagem crítico-dialética. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e gestores escolares, análise documental de políticas públicas e observação das práticas de leitura em escolas participantes do projeto. O estudo foi desenvolvido como parte de estágio pós-doutoral, com embasamento teórico em autores como Bakhtin, Freire, Kuhlthau, Chartier e Girotto.
Resultado Obtido com o Estudo	O projeto Palavras Andantes foi reconhecido como iniciativa relevante na formação de leitores, promovendo acesso à leitura e práticas de mediação. No entanto, o estudo identificou instabilidade nas ações das bibliotecas escolares devido à alternância de gestões municipais, falta de continuidade nas políticas públicas e ausência de planejamento estratégico. A biblioteca escolar ainda carece de reconhecimento institucional e investimento contínuo.
Conclusão do Estudo	A consolidação da biblioteca escolar como espaço de formação leitora depende de políticas públicas efetivas, continuidade institucional e valorização da coletividade. O estudo reforça que a biblioteca deve ser integrada ao projeto pedagógico da escola, com ações planejadas, formação de mediadores de leitura e envolvimento da comunidade. O Projeto Palavras Andantes representa um modelo promissor, mas exige sustentação política e pedagógica para alcançar resultados duradouros.

Campo	Conteúdo
Referência Bibliográfica	LIMA, Alan Freire de. Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal – diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares. Biblioteca Escolar em Revista , v. 11, n. 1, p. 1–20, 2023. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2025.216974
Fonte de Informação / Nº da Busca	Biblioteca Escolar em Revista / Busca 03 (BRAPCI)
Título do Trabalho	Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal – diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares
Tipo de Publicação Científica	Artigo científico
Autoria	Lima, Alan Freire
Canal de Publicação	Biblioteca Escolar em Revista — Universidade de São Paulo (USP)
Ano de Publicação	2025
Objetivo do Estudo	Investigar os parâmetros normativos e estruturais para a formação e construção de bibliotecas escolares, comparando as realidades de Brasil e Portugal, com base em diretrizes internacionais e legislações nacionais, visando contribuir para o fortalecimento da política pública informacional no contexto educacional.
Método Utilizado no Estudo	Pesquisa qualitativa de cunho descritivo e exploratório, com revisão de literatura especializada e análise documental. Foram utilizadas diretrizes da IFLA, IASL, UNESCO, American Association of School Librarians e documentos oficiais dos sistemas educacionais de Brasil e Portugal. Também foram analisados dados do INEP e da Rede de Bibliotecas Escolares portuguesa.
Resultado Obtido com o Estudo	O estudo revelou que, embora haja avanços na legislação brasileira (como a Lei nº 12.244/2010 e a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares), a maioria das escolas ainda não possui bibliotecas estruturadas nem profissionais qualificados. Em Portugal, a Rede de Bibliotecas Escolares apresenta modelo consolidado, com apoio governamental, formação continuada e integração curricular.
Conclusão do Estudo	A construção de bibliotecas escolares exige mais do que infraestrutura física: requer planejamento estratégico, formação de bibliotecários, financiamento contínuo e integração com o projeto pedagógico. O estudo conclui que o Brasil pode se beneficiar da experiência portuguesa, adaptando diretrizes internacionais às suas realidades locais, e que a valorização da biblioteca escolar é essencial para a democratização da informação e formação cidadã.

APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DAS LEIS NACIONAIS SUL-AMERICANAS

ARGENTINA

País: Argentina		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei de Promoção do Livro e da Leitura – nº 25.446/2001			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Declárase de interés nacional la promoción del libro y la lectura como instrumento fundamental para el desarrollo educativo y cultural.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado nacional promoverá políticas públicas que garanticen el acceso al libro y fomenten el hábito de la lectura.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Se impulsarán acciones que aseguren la igualdad de oportunidades en el acceso al libro, especialmente en sectores vulnerables.” (Art. 3)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Se promoverá la creación y fortalecimiento de bibliotecas escolares, populares y comunitarias.” (Art. 4)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“El Estado podrá celebrar convenios con organismos públicos y privados para el desarrollo de programas de promoción de la lectura.” (Art. 5)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se estimulará la capacitación de docentes, bibliotecarios y promotores culturales en estrategias de animación a la lectura.” (Art. 6)	1

País: Argentina		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei de Educação Técnico-Profissional – nº 26.058/2005			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Educação Integral	Integração Formal/Informal	“Esta ley se aplica en toda la Nación en su conjunto, respetando los criterios federales, las diversidades regionales y articulando la educación formal y no formal.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“La Educación Técnico Profesional, es un derecho de todo habitante de la Nación Argentina, que se hace efectivo a través de procesos educativos, sistemáticos y permanentes.” (Art. 3)	1
Formação Continuada	Aprendizagem Contínua	“Desarrollar trayectorias de profesionalización que garanticen a los alumnos y alumnas el acceso a una base de capacidades profesionales [...] así como continuar aprendiendo durante toda su vida.” (Art. 7,)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“Promover y desarrollar la cultura del trabajo y la producción para el desarrollo sustentable.” (Art. 6, inciso i)	1

País: Argentina		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei de Educação Técnico-Profissional – nº 26.058/2005			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Estructurar una política nacional y federal, integral, jerarquizada y armónica en la consolidación de la Educación Técnico Profesional.” (Art. 6)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Las autoridades educativas de las jurisdicciones promoverán convenios que las instituciones de educación técnico profesional puedan suscribir con [...] organismos del Estado con competencia en el desarrollo científico-tecnológico.” (Art. 14)	1

País: Argentina			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Educação Nacional n.º 26.206/2006			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Garantizar la inclusión educativa a través de políticas universales y de estrategias pedagógicas y de asignación de recursos que otorguen prioridad a los sectores más desfavorecidos de la sociedad.” (Art. 11)	1
Equidade de Gênero	Igualdade de Oportunidades	“Asegurar condiciones de igualdad, respetando las diferencias entre las personas sin admitir discriminación de género ni de ningún otro tipo.” (Art. 11)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“Desarrollar las capacidades y ofrecer oportunidades de estudio y aprendizaje necesarias para la educación a lo largo de toda la vida.” (Art. 11)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Fortalecer la centralidad de la lectura y la escritura, como condiciones básicas para la educación a lo largo de toda la vida, la construcción de una ciudadanía responsable y la libre circulación del conocimiento.” (Art. 11)	1
Inclusão Especial	Acessibilidade	“Brindar a las personas con discapacidades, temporales o permanentes, una propuesta pedagógica que les permita el máximo desarrollo de sus posibilidades, la integración y el pleno ejercicio de sus derechos.” (Art. 11)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Asegurar la participación democrática de docentes, familias y estudiantes en las instituciones educativas de todos los niveles.” (Art. 11)	1

País: Argentina			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades de Informação Educativas – Lei nº 26.917/2013			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Propiciar el acceso igualitario de todos los alumnos a la información y a los bienes culturales, sin distinción de ningún tipo.” (Art. 2º)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Contar con espacios físicos adecuados y equipamiento tecnológico actualizado que faciliten el acceso a la información.” (Art. 7º)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Promover la formación continua de los responsables de las bibliotecas escolares.” (Art. 5º)	1
Participação Comunitária	Gestão Democrática	“Fomentar la participación de la comunidad educativa en la planificación y desarrollo de proyectos de lectura.” (Art. 5º)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Impulsar acciones que promuevan la lectura crítica, reflexiva y autónoma.” (Art. 2º)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Establecer un sistema nacional que articule las bibliotecas escolares con el sistema educativo en su conjunto.” (Art. 1º)	1

BOLÍVIA

País: Bolívia			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Educação “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” – nº 070/2010			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Toda persona tiene derecho a recibir educación en todos los niveles de manera universal, productiva, gratuita, integral e intercultural, sin discriminación.” (Art. 1)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Se reconoce y garantiza la participación social, la participación comunitaria, de madres y padres de familia en el sistema educativo.” (Art. 2.I)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“La educación [...] se desarrolla a lo largo de toda la vida, sin limitación ni condicionamiento alguno.” (Art. 3)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Es intracultural, intercultural y plurilingüe en todo el sistema educativo.” (Art. 3)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“Es productiva y territorial [...] al trabajo creador y a la relación armónica de los sistemas de vida y las comunidades humanas en la Madre Tierra.” (Art. 3)	1
Equidade de Gênero	Igualdade de Oportunidades	“Se sustenta en los valores de [...] equidad social y de género en la participación.” (Art. 3)	1

País: Bolívia			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei do Livro e Leitura “Oscar Alfaro” – nº 366/2013			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Declarase de interés nacional la promoción del libro y la lectura como instrumento fundamental para el desarrollo educativo y cultural.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Generando políticas públicas, planes y acciones de fomento a la escritura, lectura y acceso al libro.” (Art. 1)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Garantizar el acceso de toda la población, sin restricciones económicas, ni discriminación alguna, al libro y a las múltiples formas de lectura.” (Art. 3.4)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Implementar y fortalecer bibliotecas y otros espacios públicos y privados, para la lectura y difusión del libro.” (Art. 2)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Los Ministerios de Culturas y Turismo, y de Educación, definirán e implementarán el Plan Plurinacional [...] en forma coordinada y participativa con todas las organizaciones e instituciones vinculadas al sector.” (Art. 5)	1
Inclusão Especial	Acessibilidade	“Promover y apoyar la edición de material bibliográfico en formatos apropiados, para la consulta por personas con capacidades diferentes.” (Art. 2)	1

BRASIL

País: Brasil			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - nº 9.394/1996			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (Art. 3º, I)	1
Equidade de Gênero	Igualdade de Oportunidades	“Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.” (Art. 3)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.” (Art. 3)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Valorização do profissional da educação escolar.” (Art. 3º, VII)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Gestão democrática do ensino público.” (Art. 3)	1
Digitalização	Inclusão Digital	“Educação digital, com garantia de conectividade [...] e desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital.” (Art. 4)	1

País: Brasil			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares – nº 12.244/2010			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“As instituições de ensino públicas e privadas [...] contarão com bibliotecas.” (Art. 1)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Coleção de livros [...] destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (Art. 2)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Os sistemas de ensino [...] deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares [...] seja efetivada.” (Art. 3)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado.” (Art. 2, parágrafo único – revogado pela Lei nº 14.837/2024)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Desenvolver atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos.” (Art. 2-A, V – incluído pela Lei nº 14.837/2024)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Firmar convênios com entidades culturais [...] para o desenvolvimento da leitura nas escolas.” (Art. 2-A, IX – incluído pela Lei nº 14.837/2024)	1

País: Brasil			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Plano Nacional de Educação – PNE – nº 13.005/2014			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Universalização do atendimento escolar.” (Art. 2)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“Superação das desigualdades educacionais [...] promoção da cidadania.” (Art. 2)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.” (Art. 2)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.” (Art. 2)	1
Monitoramento	Avaliação de Desempenho	“A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo.” (Art. 5)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração [...] para implementação das estratégias.” (Art. 7)	1

País: Brasil			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares – SNBE – nº 14.837/2024			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas [...] espaços inclusivos.” (Art. 2)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Promover as habilidades [...] especialmente no campo da leitura e da escrita.” (Art. 2)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do País.” (Art. 2)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Firmar convênios com entidades culturais [...] para o desenvolvimento da leitura nas escolas.” (Art. 2)	1
Digitalização	Inclusão Digital	“Integrar todas as bibliotecas escolares do País na rede mundial de computadores.” (Art. 2)	1

CHILE

País: Chile			TOTAL DE UR:6
Nome da Lei/Número: Lei do Livro – nº 19.227/1993			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Declárase de interés nacional la creación, edición, producción, distribución y difusión del libro.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado fomentará el desarrollo de la industria editorial nacional y la lectura como instrumento de formación cultural.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Se promoverá el acceso al libro en todos los sectores de la población, especialmente en los grupos más vulnerables.” (Art. 3)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Se incentivará la creación y fortalecimiento de bibliotecas públicas y escolares.” (Art. 4)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“El Estado podrá establecer convenios con entidades públicas y privadas para el fomento del libro y la lectura.” (Art. 5)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se promoverá la capacitación de profesionales vinculados al ámbito editorial y bibliotecario.” (Art. 6)	1

País: Chile		TOTAL DE UR:6	
Nome da Lei/Número: Lei de Fomento das Bibliotecas Públicas – nº 19.928/2003			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“El Estado fomentará la creación, mantención y modernización de bibliotecas públicas en todo el territorio nacional.” (Art. 1)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Las bibliotecas públicas deberán desarrollar programas de animación lectora y promoción del pensamiento crítico.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Se garantizará el acceso gratuito a las bibliotecas públicas para toda la ciudadanía.” (Art. 3)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Ministerio de Educación establecerá políticas de fomento lector articuladas con el sistema educativo.” (Art. 4)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se promoverá la formación continua de bibliotecarios y agentes culturales.” (Art. 5)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Las bibliotecas podrán establecer convenios con instituciones educativas, culturales y comunitarias.” (Art. 6)	1

País: Chile		TOTAL DE UR:6	
Nome da Lei/Número: Lei Geral de Educação – nº 20.370/2009			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“La educación es un derecho de todas las personas. El Estado garantizará el acceso gratuito y el financiamiento fiscal.” (Art. 4)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“El sistema propenderá a asegurar que todos los estudiantes tengan las mismas oportunidades de recibir una educación de calidad.” (Art. 3)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Los miembros de la comunidad educativa tienen derecho a ser informados y a participar en el proceso educativo.” (Art. 3)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“El sistema debe promover y respetar la diversidad cultural, religiosa y social de las poblaciones.” (Art. 3)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“El sistema fomentará el respeto al medio ambiente y el uso racional de los recursos naturales.” (Art. 3)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“La educación es el proceso de aprendizaje permanente que abarca las distintas etapas de la vida.” (Art. 2)	1

COLÔMBIA

País: Colômbia			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral de Educação – nº 115/1994			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“La educación es un proceso de formación permanente, personal, cultural y social que se fundamenta en una concepción integral de la persona humana.” (Art. 1)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“Corresponde al Estado, a la sociedad y a la familia velar por la calidad de la educación y promover el acceso al servicio público educativo.” (Art. 4)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“La educación se desarrollará atendiendo al pleno desarrollo de la personalidad [...] dentro de un proceso de formación integral.” (Art. 5)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“El estudio y la comprensión crítica de la cultura nacional y de la diversidad étnica y cultural del país.” (Artículo 5, inciso 6)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“La adquisición de una conciencia para la conservación, protección y mejoramiento del medio ambiente.” (Art. 5)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“La comunidad educativa participará en la dirección de los establecimientos educativos.” (Art. 6)	1

País: Colômbia			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Organização da Rede de Bibliotecas Públicas – nº 1379/2010			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Crear una infraestructura bibliotecaria y unos servicios que respondan a las necesidades educativas, científicas, sociales, políticas y recreativas de la población.” (Art. 5)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Promover el desarrollo de una sociedad lectora, que utiliza para su bienestar y crecimiento la información y el conocimiento.” (Art. 5)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Todas las personas tienen derecho de acceso, en igualdad de condiciones y sin discriminación de ningún tipo.” (Art. 6)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Impulsar una política nacional integral, constante y sostenible de promoción de la lectura y de las bibliotecas públicas.” (Art. 5)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Promover la acción coordinada del Estado, el sector privado y las organizaciones sociales y comunitarias.” (Art. 8)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“Las bibliotecas son espacios idóneos para la formación continua a lo largo de la vida.” (Art. 6)	1

EQUADOR

País: Equador		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica de Educação Intercultural – nº 417/2011			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“La educación pública será universal y laica en todos sus niveles, y gratuita hasta el tercer nivel de educación superior inclusive.” (Art. 28)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Se garantizará el sistema de educación intercultural bilingüe [...] conforme a la diversidad cultural, para el cuidado y preservación de las identidades.” (Art. 347)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“Erradicar el analfabetismo puro, funcional y digital, y apoyar los procesos de postalfabetización y educación permanente para personas adultas.” (Art. 347)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se garantizará una carrera docente digna [...] con programas de capacitación en pedagogía, didáctica y profesionalización docente.” (Art. 93)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“La educación debe garantizar [...] el respeto al medio ambiente sustentable.” (Art. 27)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“Las personas, las familias y la sociedad tienen el derecho y la responsabilidad de participar en el proceso educativo.” (Art. 26)	1

País: Equador			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica de Cultura – nº 913/2016			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Se estimula a la lectura a las y los ecuatorianos mediante el Plan Nacional del Libro y la Lectura.” (Art. 10)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El objeto de esta Ley es definir las competencias [...] orientadas a garantizar el ejercicio de los derechos culturales y la interculturalidad.” (Art. 1)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Se reconoce el principio de neutralidad de la red como base para el acceso universal, asequible, irrestricto e igualitario a internet.” (Art. 5)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“El Sistema Nacional de Cultura integrará espacios físicos y virtuales para la promoción de la creatividad y el patrimonio.” (Art. 2)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Se fortalecerán las dinámicas productivas culturales articulando la	1

País: Equador			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica de Cultura – nº 913/2016			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
		participación de los sectores públicos, privados, mixtos y de la economía popular y solidaria.” (Art. 3)	
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Fomentar el diálogo intercultural en el respeto de la diversidad; y fortalecer la identidad nacional.” (Art. 3)	1

PARAGUAI

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Fomento ao Livro – nº 24/1991			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Se fomentará el hábito de la lectura y una toma de conciencia de la función insustituible que cumple el libro como transmisor de cultura.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“La Subsecretaría de Cultura promoverá los fines de la presente Ley mediante campañas nacionales y fundación de bibliotecas populares.” (Art. 16)	1
Inclusão	Acesso Universal	“La difusión del libro conforme los niveles de formación cultural y comprensión de las regiones del país, atendiendo a la realidad plurilingüe de la población.” (Art. 1)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Fundará bibliotecas populares en coordinación con la comunidad o barrio respectivo.” (Art. 16)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Apoyará la creación y funcionamiento de fundaciones y entidades culturales del sector privado.” (Art. 16)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se estimulará la capacitación de profesionales vinculados al ámbito editorial y bibliotecario.” (Art.13)	1

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral da Educação – nº 1.264/1998			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“El Estado garantizará el derecho de aprender y la igualdad de oportunidades de acceder a los conocimientos [...] sin discriminación alguna.” (Art. 3)	1

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral da Educação – n° 1.264/1998			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Equidade Social	Justiça Educacional	“La educación se ajustará [...] a la efectiva igualdad entre los sexos y el rechazo de todo tipo de discriminación.” (Art. 10)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“La educación para grupos étnicos [...] que poseen su propia cultura, su lengua y sus tradiciones.” (Art. 11)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“La educación general básica [...] es una base para el aprendizaje y el desarrollo humano permanente.” (Art. 11.d)	1
Formação Continuada	Capacitação	“La autorrealización del docente, su dignificación y su capacitación permanente.” (Art. 17)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“La comunidad contribuirá a mantener el ámbito ético y cultural [...] y participará activamente en el proceso educativo.” (Art. 16)	1

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei das Bibliotecas Públicas – n° 5.035/2013			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Las bibliotecas públicas deberán contar con espacios adecuados para la lectura, el estudio y el acceso a la información.” (Art. 4)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Fomentar el hábito de la lectura y el pensamiento crítico en todos los sectores de la población.” (Art. 3)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Garantizar el acceso gratuito y equitativo a los servicios bibliotecarios.” (Art. 2)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado promoverá políticas públicas para el fortalecimiento de las bibliotecas públicas.” (Art. 1)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersectorial	“Las bibliotecas podrán establecer convenios con instituciones educativas y culturales.” (Art. 6)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se promoverá la formación continua de bibliotecarios y promotores culturales.” (Art. 5)	1

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Fomento da Leitura e do Livro – n° 7.140/2023			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“La lectura y el libro son instrumentos imprescindibles para la construcción de	1

País: Paraguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei de Fomento da Leitura e do Livro – nº 7.140/2023			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
		identidad, ciudadanía, democracia y desarrollo social sostenible.” (Art. 1)	
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Diseñar e implementar las políticas públicas para el fomento del libro y la lectura.” (Art. 3)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Promover el hábito de la lectura y la escritura en la población [...] en las dos lenguas oficiales.” (Art. 3)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Democratización de la lectura de libros a través de las bibliotecas públicas y digitales.” (Art. 3)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Articular la participación de los sectores públicos, privados, mixtos y de la economía popular y solidaria.” (Art. 3)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Fomentar el diálogo intercultural en el respeto de la diversidad; y fortalecer la identidad nacional.” (Art. 3)	1

PERU

País: Peru			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral da Educação – nº 28.044/2003			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“La educación es un derecho fundamental [...] educación integral y de calidad para todos.” (Art. 3)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“La equidad garantiza [...] iguales oportunidades de acceso, permanencia y trato en un sistema educativo de calidad.” (Art. 8)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“La interculturalidad [...] sustento para la convivencia armónica.” (Artículo 8.f)	1
Educação ao longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“La educación [...] se desarrolla a lo largo de toda la vida.” (Art. 2)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Formación inicial y permanente que garantiza idoneidad de los docentes [...]” (Art. 13)	1
Desenvolvimento Sustentável	Educação Ambiental	“Impulsar el desarrollo sostenible del país.” (Art. 9)	1

País: Peru		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei de Democratização do Livro e do Fomento a Leitura – nº 28.086/2003			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Se fomentará el hábito de la lectura y el acceso al libro como instrumento de desarrollo cultural y educativo.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado promoverá políticas públicas para el desarrollo de programas de incentivo a la lectura.” (Art. 13)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Se garantizará el acceso al libro en igualdad de condiciones para todos los ciudadanos.” (Art. 3)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Se implementarán bibliotecas escolares, populares y comunitarias como espacios de lectura.” (Art. 16)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Se crearán alianzas entre entidades públicas y privadas para el fomento de la lectura.” (Art. 13)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se promoverá la capacitación de mediadores de lectura y profesionales del ámbito editorial.” (Art. 13)	1

País: Peru		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas – nº 30.034/2013			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“El Sistema Nacional de Bibliotecas [...] brinda servicios de información y lectura.” (Art. 2)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Las bibliotecas deben promover el hábito de la lectura y el pensamiento crítico.” (Art. 3)	1
Inclusão	Acesso Universal	“El acceso a los servicios bibliotecarios será gratuito y sin discriminación.” (Art. 4)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Ministerio de Cultura establecerá políticas [...] del Sistema Nacional de Bibliotecas.” (Art. 5)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Las bibliotecas podrán establecer convenios con instituciones educativas.” (Art. 6)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Se promoverá la formación continua de bibliotecarios.” (Art. 7)	1

País: Peru		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei Geral da Biblioteca Nacional do Peru – nº 30.570/2017			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“La Biblioteca Nacional del Perú es el ente rector del Sistema Nacional de Bibliotecas.” (Art. 1)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Promueve el acceso a la información y el desarrollo del pensamiento crítico.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Garantiza el acceso libre y gratuito a sus servicios para todos los ciudadanos.” (Art. 3)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Establece políticas de gestión bibliotecaria [...] con el Ministerio de Cultura.” (Art. 4)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Coordina acciones [...] para el fortalecimiento del sistema bibliotecario.” (Art. 5)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Impulsa la capacitación de profesionales en gestión bibliotecaria.” (Art. 6)	1

País: Peru		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei que Reconhece e Promove o Direito à Leitura e Promove Livros – nº 31.053/2020			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“La lectura es un derecho fundamental que contribuye al desarrollo personal, social y cultural.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado garantiza el derecho a la lectura [...] mediante políticas públicas de naturaleza multisectorial.” (Art. 4)	1
Inclusão	Acesso Universal	“El Estado garantiza el acceso al libro y al producto editorial afín, de manera gratuita e inclusiva.” (Art. 7)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Dotar de los recursos financieros y técnicos que aseguren el normal desenvolvimiento de las bibliotecas [...]” (Art. 1)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Se promoverá la articulación entre el Estado, la sociedad civil y el sector privado [...]” (Art. 5)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Articular la política de fomento de la lectura y del libro con la educativa [...]” (Art. 1)	1

URUGUAI

País: Uruguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei do Livro – nº 18.913/1987			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Declárase de interés nacional la producción, impresión, edición, coedición, introducción, comercialización y difusión del libro.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“La política nacional del libro estará encaminada al logro de los siguientes objetivos: [...] satisfacer las necesidades culturales y educativas de la población.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“La dotación de recursos financieros y técnicos que aseguren el normal desenvolvimiento de las bibliotecas populares, públicas, escolares, liceales y universitarias.” (Art. 2)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“El incremento y actualización constante de sus existentes y el desarrollo de los servicios nacionales de bibliografía y documentación.” (Art. 2)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Firmar convenios con entidades culturales, visando à promoción de libros y de bibliotecas.” (Art. 2)	1
Formação Continuada	Capacitação	“El apoyo a la formación y capacitación de editores, libreros, técnicos en artes gráficas, bibliotecólogos.” (Art. 2)	1

País: Uruguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral da educação – nº 18.437/2009			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“Todos los habitantes de la República son titulares del derecho a la educación, sin distinción alguna.” (Art. 6)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“El Estado brindará los apoyos específicos necesarios [...] para que alcancen una real igualdad de oportunidades.” (Art. 18)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínua	“Aprendizajes de calidad, a lo largo de toda la vida y en todo el territorio nacional.” (Art. 12)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Propender al desarrollo de la identidad nacional [...] reconociendo la diversidad de aportes culturales.” (Art. 13)	1
Desenvolvimento Sustentável	Integração Educacional Ambiental	“La educación estará orientada [...] al respeto al medio ambiente [...] como factores esenciales del desarrollo sostenible.” (Art. 3)	1

País: Uruguai			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Geral da educação – nº 18.437/2009			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“La participación es un principio fundamental [...] sujeto activo en el proceso educativo.” (Art. 9)	1

País: Uruguai		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei que Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – nº 18.632/2009			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Proporcionar a la población bibliotecas públicas racionalmente estructuradas.” (Art. 1)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Favorecer la formación del hábito de lectura y estimular la comunidad al desarrollo sociocultural.” (Art. 1)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Incentivar la creación de bibliotecas en municipios desprovistos de bibliotecas públicas.” (Art. 2)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Promover la mejora del funcionamiento de la red de bibliotecas como centros de acción cultural y educacional permanentes.” (Art. 2)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Firmar convenios con entidades culturales, visando a promoción de libros y bibliotecas.” (Art. 2)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Desarrollar actividades de entrenamiento y calificación de recursos humanos.” (Art. 2)	1

VENEZUELA

País: Venezuela		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei do Instituto Autónomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas – nº 1.977/1977			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Establecer un Sistema Nacional de Bibliotecas públicas, mediante acuerdos con Instituciones del sector público y del sector privado.” (Art. 8)	1
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Poner a disposición de los Investigadores y estudiosos el material bibliográfico y no bibliográfico de la Biblioteca Nacional.” (Art. 8)	1
Inclusão	Acesso Universal	“El Estado facilitará el acceso de toda la población a este acervo bibliográfico y no bibliográfico, como garantía del ejercicio de los derechos humanos a la cultura, la educación y la información.” (Art. 3)	1

País: Venezuela		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços de Bibliotecas – nº 1.977/1977			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“Formulará y ejecutará la política del Sistema Nacional de Servicios de bibliotecas dentro de los planes de desarrollo económico, social y cultural de la Nación.” (Art. 8)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Celebrar acuerdos con los Estados, Municipios u otros organismos públicos o privados tendientes al establecimiento y desarrollo del Sistema Nacional de Servicios de Bibliotecas.” (Art. 8)	1
Formação Continuada	Capacitação	“Participar activamente en la formación y perfeccionamiento de los recursos humanos necesarios para el Sistema Nacional de Servicios de Bibliotecas.” (Art. 8)	1

País: Venezuela		TOTAL DE UR: 6	
Nome da Lei/Número: Lei do Depósito Legal – nº 1.993/1993			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“El depósito legal tiene como finalidad preservar el patrimonio bibliográfico y garantizar el acceso a la información.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado velará por el cumplimiento del depósito legal como instrumento de política cultural y educativa.” (Art. 2)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Los materiales depositados estarán disponibles para consulta pública en la Biblioteca Nacional.” (Art. 5)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“La Biblioteca Nacional será el ente receptor y custodio del depósito legal.” (Art. 3)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Los editores, impresores y productores deberán colaborar con el Instituto Autónomo Biblioteca Nacional.” (Art. 4)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“Se incluirán obras en lenguas indígenas y materiales que reflejen la diversidad cultural del país.” (Art. 6)	1

País: Venezuela			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica da Educação – nº 2.009/2009			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Inclusão	Acesso Universal	“La educación es un derecho humano y un deber social fundamental, orientada al desarrollo del potencial creativo de cada ser humano.” (Art. 4)	1
Equidade Social	Justiça Educacional	“La práctica de la equidad y la inclusión; la sustentabilidad del desarrollo; el derecho a la igualdad de género.” (Art. 3)	1
Educação ao Longo da Vida	Aprendizagem Contínuo	“Garantiza el derecho pleno a una educación integral, permanente, continua y de calidad para todos y todas.” (Art. 6)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“La educación es crítica, pluricultural, multiétnica, intercultural, artística, innovadora.” (Art. 3)	1
Desenvolvimento Sustentável	Educação Ambiental	“La educación estará orientada al respeto al medio ambiente y a la sustentabilidad del desarrollo.” (Art. 3)	1
Gestão Democrática	Participação Comunitária	“La participación protagónica y corresponsable de las familias, la comunidad educativa y las organizaciones comunitarias.” (Art. 4)	1

País: Venezuela			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica da Cultura – 1.391/ 2014			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Promoção da Leitura	Pensamento Crítico	“Fomentar y garantizar el ejercicio de la creación cultural como derecho humano fundamental, bien irrenunciable y legado universal.” (Art. 1)	1
Políticas Públicas	Transformação Educacional	“El Estado debe diseñar políticas de democratización que promuevan, desarrollen, transmitan, defiendan y garanticen los valores culturales.” (Exposición de Motivos)	1
Inclusão	Acesso Universal	“Reconociendo la identidad nacional en su diversidad cultural y étnica; respetando la interculturalidad bajo el principio de igualdad de las culturas.” (Art. 3)	1
Infraestrutura	Ambientes de Aprendizagem	“Destinados a infraestructura, equipamiento, planificación, investigación [...] para el desarrollo cultural de la Nación.” (Exposición de Motivos)	1
Parcerias Estratégicas	Colaboração Intersetorial	“Consejos Populares de Cultura [...] integrados por todas las formas de organización del quehacer cultural.” (Art. 3)	1
Currículo Contextualizado	Diversidade Cultural	“La cultura venezolana [...] resalta la condición multiétnica, intercultural,	1

País: Venezuela			TOTAL DE UR: 6
Nome da Lei/Número: Lei Orgânica da Cultura – 1.391/ 2014			
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
		pluricultural y diversa del pueblo venezolano." (Art. 3)	